UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

ALINE MICHELE NASCIMENTO AUGUSTINHO

A MEMÓRIA, O GRUPO E O ATOR: LIGAÇÕES E TENSÕES ACERCA DA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DO MILITANTE ESTUDANTIL DE 1968

ARARAQUARA – S.P.
2015

ALINE MICHELE NASCIMENTO AUGUSTINHO

A MEMÓRIA, O GRUPO E O ATOR: LIGAÇÕES E TENSÕES ACERCA DA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DO MILITANTE ESTUDANTIL DE 1968

Tese de Doutorado, apresentado ao Programa De Pós Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Linha de pesquisa: Cultura e Pensamento Social

Orientador: Prof. Dr. Angelo Del Vecchio

Bolsa: CNPq

ARARAQUARA – S.P.
2015

Nascimento Augustinho, Aline Michele
/ Aline Michele Nascimento Augustinho – 2015
320 f.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) –
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita
Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus
Araraquara)
Orientador: Angelo Del Vecchio

1. Movimento Estudantil. 2. Ditadura Militar. 3.
Memória Coletiva. 4. Justiça de Transição tardia. 5. A
MEMÓRIA, O GRUPO E O ATOR: LIGAÇÕES E TENSÕES ACERCA DA
FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DO MILITANTE ESTUDANTIL DE
1968. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ALINE MICHELE NASCIMENTO AUGUSTINHO

A MEMÓRIA, O GRUPO E O ATOR: LIGAÇÕES E TENSÕES ACERCA DA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DO MILITANTE ESTUDANTIL DE 1968

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Linha de pesquisa: Cultura e Pensamento Social
Orientador: Prof. Dr. Angelo Del Vecchio
Bolsa: CNPq

Data da defesa: 09/06/2015

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: **Prof. Dr. Angelo Del Vecchio**
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP
FCLAr

Membro Titular: **Prof. Dra. Aline Prado Atassio**
Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC

Membro Titular: **Prof. Dra. Angélica Muller**
Universidade Salgado de Oliveira -RJ

Membro Titular: **Profa. Dra. Eliana Maria de Melo Souza**
Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho- UNESP

Membro Titular: **Prof. Dra. Maria Ribeiro do Valle**
Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho -UNESP

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Para minha mãe, dona Dulce.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao CNPq, pelo financiamento concedido à pesquisa. Agradeço especialmente a todos aqueles que constribuiram com seus depoimentos para esta pesquisa, aqueles que resistiram à Ditadura Militar em sua militância estudantil, seu empenho fica para a história e suas vozes foram a razão para todo o trabalho! Muito obrigada por confiarem em mim ao expor suas lembranças.

Agradeço a Deus pela possibilidade da existência, e pelo espaço concedido para nela traçar nossos sonhos e caminhos. O período dedicado ao doutoramento ultrapassa a consolidação das ferramentas e perspectivas profissionais de preparação para o exercício acadêmico, é preenchido também por expectativas e desafios pessoais. Nestes desafios, pude contar com o apoio incansável de meus pais, Dulce e Luiz, que me cercaram de amor, cuidado e apoio por toda minha vida, e de minhas irmãs, Alvina, Adriana, Miriam e Sirlene. Por toda a ajuda, socorro, conselho, cuidado e proteção, eu agradeço. Agradeço também às alegrias concedidas por minhas crianças, meus sobrinhos Natani, Bruna, Amanda, Andrew, Eric, Caroline, Ana Luiza e Breno.

Agradeço à presença constante no coração e na alma, mesmo quando a presença física se fazia impossível, de meus amigos queridos Alberto Kleinas, Roberta Cava, Tatiane Oviedo, Franciane Diniz, Camila Miranda, Juliana Oliveira, Mariana Torres, Bárbara Semensato, Tamiris Rodrigues e Maeva Montusclat. Agradeço a três profissionais que possibilitaram meu restabelecimento físico ao longo das pesquisas: Flávia Zamó, Gabriela Velosa e Natália Piassi.

Ao meu orientador Prof. Dr. Angelo Del Vecchio, não apenas pela execução competente de seu trabalho comigo, mas pelo crédito que sempre deu às minhas perspectivas, pela tranquilidade na condução da pesquisa. Muito obrigada, professor! Ao professor Thales Haddad de Oliveira, pela presença no exame de qualificação e por toda a ajuda em minhas pesquisas desde a graduação, obrigada! Às professoras presentes na banca de defesa, Aline Prado Atássio, meu espelho e meu exemplo quando entrei na graduação; Angélica Muller, Eliana Maria de Melo Souza e Maria Ribeiro do Valle, muito obrigada! Agradeço também Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Unesp – FCLAr, pela oportunidade, foi uma honra e um orgulho ser parte deste programa.

A generosidade mostrada ao apoiar a trajetória de pesquisa se mostra também além de leituras e do envolvimento com o tema estudado. Por isso, agradeço especialmente duas pessoas amadas que estiveram comigo durante toda minha

dedicação à pesquisa, mas que não puderam vê-la concluída: Taciane Rodrigues e Mário Serra. A vocês preciso agradecer por toda uma vida, mas neste momento, o quanto foram essenciais para cada linha escrita aqui. Taci, obrigada por não permitir que eu me perdesse em meio aos anseios e dúvidas do início da vida acadêmica, por ter acompanhado orgulhosa dos meus trabalhos de História quando criança até minhas publicações. Obrigada por me dar abrigo e pouso em São Paulo quando fazia meus levantamentos no Arquivo Público do Estado, por cada lanche que você deixou na bancada antes de sair para que eu levasse ao meu trabalho. Obrigada por me receber sempre como parte daquela casa, pela metade do armário e pela comida saudável que você não gostava, mas fazia por mim. Você sempre será minha irmã de alma.

Mário, obrigada pela presença junto de irmã em cada momento importante de minha vida. Dentro de suas possibilidades, fez tudo para que eu executasse os levantamentos, me levando e recebendo das viagens de pesquisa, me levando ao campus da Unesp mesmo em seus momentos de descanso. Lembrarei sempre de você me esperando do lado de fora do Detran, em pé e na chuva, enquanto eu realizava os procedimentos para tirar a Carteira de Habilitação. Obrigada por acordar cedo e me levar a cada aula, e depois por me ensinar pacientemente o caminho da Unesp, seu carro na frente, o meu seguindo atrás. Sem você, eu provavelmente me perderia até hoje! Há muito dentro dos 21 anos que passei com vocês dois um para agradecer, mas tenho também a certeza de que tudo o que foi dividido foi guardado, vivido, aprendido, sentido, perdoado e amado. Deus nos permitiu partilhar a existência neste plano, e a Ele novamente agradeço por esta oportunidade.

A todos os mencionados, meu agradecimento sincero não apenas pelos auxílios com a pesquisa, mas pela presença em minha vida. Obrigada!

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi o traçar uma análise que identificasse a formação do conceito de identidade do agente militante estudantil em 1968 a partir da relação de três planos: a memória, o grupo e o ator, que se intercalam e influenciam cíclica e mutuamente, ao mesmo tempo em que oferecem um quadro da dinâmica entre a sociedade, pela memória coletiva e pela criação simbólica do grupo. Buscou-se, assim, a auto identificação do ex-militante por meio da construção social da memória do movimento e da simbologia do grupo. Ao considerar o passado, o processo de construção identitária se dá em relação ao grupo e à sua percepção subjetiva. O laço com o grupo seria, estima-se, reconstruído a cada processo de reelaboração de sua memória pessoal sobre sua participação no ME. A memória como ferramenta analítica aparece em nas seguintes análises: nas produções literárias sobre 1968; nos levantamentos e investigações da repressão, expressas pelos arquivos Dops sobre a ação dos estudantes veiculados ao ME e a posterior construção simbólica do grupo como ameaça a ordem interna, e, por fim, na elaboração de quadros de memória sobre a trajetória particular. Trabalha-se, assim, com o equilíbrio da construção subjetiva que o individuo faz de si mesmo quando se vincula à memória histórica por meio de seu grupo, ao passo que a literatura e os arquivos fazem o caminho inverso: observam objetivamente um indivíduo do *porquê* ele fez parte daquele grupo. Nos trabalhos de rememoração, a memória, subjetiva ou construída pela literatura percorre sempre esse caminho em dois sentidos, embora em uma mesma direção. Ela fundamenta o individuo pelo grupo e o grupo pelo individuo em suas falas.

Palavras-chave: Movimento Estudantil, Ditadura Militar, Memória Coletiva

ABSTRACT

The objective of this study was to draw an analysis to identify the formation of the concept of identity of the student activist agent in 1968 from the three planes relationship: the memory, the group and the actor, which are inserted and influence cyclical and each other to same time offer a dynamic table between society, the collective memory and the symbolic creation of the group. We tried to thus self identification of former militant through the social construction of the movement and the group symbology memory. When considering the past, the construction of identity takes place in relation to the group and its subjective perception. The bond with the group would, it is estimated, rebuilt every reworking process your personal memory of their participation in the ME. The memory as an analytical tool appears in the following analyzes: in the literary productions of 1968; in surveys and investigations of repression, expressed by Dops files on the action of the students served the ME and the subsequent symbolic construction of the group as a threat to internal order, and finally, development of memory boards on the particular path. It shows, so, with the balance of subjective construction that the individual makes of himself when it binds to the historical memory through its group, while the literature and the files are in the opposite direction: objectively observe an individual's why he was part of that group. In remembrance of work, memory, subjective or built by literature always travel this path in both directions, although in the same direction. She founded the individual by the group and the group by the individual in their speech.

Keywords: Student Movement, military dictatorship, Collective Memory

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Organograma 1	Processos da Justiça de Transição no Brasil/Fase 1	48
Fluxograma 1	Processos da Justiça de Transição no Brasil/Fase 2	49
Tabela 1	Grupos de Pastas	120
Quadro 1	Fluxo de Produção de Fichas Dops 1969-1983.	123
Quadro 2	Exemplo de disposição da Análise Prosopográfica utilizada.	125
Quadro 3	Ficha DOPS Grupo 1: Pasta Relatório Operação Ibiúna (12/10 /1968)	126
Quadro 4	Modelo de Ficha Prosopográfica baseada nas fichas do DOPS - Devancyr Aparecido Romão	127
Quadro 5	Modelo de Ficha Prosopográfica baseada nas fichas do DOPS - Carlos Leopoldo Teixeira Paulino	128
Quadro 6	Sessões de divisão de grupos da ação estudantil	160
Quadro 7	Questionário Grupo 1	190

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIN: Agência Brasileira de Inteligência
ADUNESP: Associação Docentes Unesp
ALN: Aliança Libertadora Nacional
AP: Ação popular
ARENA: Aliança Renovadora Nacional
CNV: Comissão Nacional da Verdade
CRUSP: Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo
DA: Diretório Acadêmico
DCE: Diretório Central dos Estudantes
DEOPS: Delegacias de Ordem Política e Social
DOI/CODI: Destacamento de Operações Internas/Centro de Operações de Defesa Internacional
JEC: Juventude Estudantil Católica
JUC: Juventude Universitária Católica
JTT: Justiça de Transição Tardia
LSN: Lei de Segurança Nacional
ME: Movimento Estudantil
MDB: Movimento Democrático Brasileiro
MPF: Ministério Público Federal
OAB: Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN: Operação Bandeirante
ONU: Organização das Nações Unidas
PCB: Partido Comunista Brasileiro
PCdoB: Partido Comunista do Brasil
SEDH: Secretaria Especial de Direitos Humanos
SNI: Serviço Nacional de informações
STJ: Superior Tribunal de Justiça
TRF: Tribunal Regional Federal
UEE: União Estadual dos Estudantes
UNB: Universidade de Brasília
UNE: União Nacional dos estudantes
UNESP: Universidade Estadual Paulista
UNICAMP: Universidade Estadual de Campinas
UME: União Metropolitana dos Estudantes
USP: Universidade de São Paulo
VAR PALMARES: Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR: Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

Introdução **15**

Capítulo 1 - A memória como ferramenta analítica **17**

1.1 Formulações do campo de pesquisa: a memória como objeto e metodologia **17**

1.1.1 O sujeito, o individuo e o ator: notas para a conceituação teórica dos elementos **19**

1.1.2 A memória coletiva como elemento formador das identidades individuais: Questões da memória em Bergson e Halbwachs **21**

1.2 As escolhas individuais dos eventos na exposição das lembranças: técnicas de análise de biografias e trajetórias de vida **29**

1.3 Os traços comportamentais na evocação da memória: direcionamentos da Psicologia Social na análise da rememoração **35**

1.4 Memória e lembrança: pilares da reconstrução do passado à luz dos eventos presentes **38**

1.5 O primeiro ponto de evocação das lembranças: instalação e atuação da CNV **41**

1.5.1 Na contramão do tempo: a Justiça de Transição Tardia **43**

1.5.2 A ação pela legitimação da memória: os conceitos aplicados aos processos da Justiça de Transição **45**

Capítulo 2 - Leituras de 68: Análises sobre o Movimento Estudantil no Brasil de 1968 **53**

2.1 Abordagens históricas nas leituras de 68: a UNE como representante do protagonismo estudantil **55**

2.1.1 Leituras Históricas – O processo de centralização e a formação simbólica do grupo **62**

2.2 As explicações epistemológicas nas Leituras de 68: dependência, tensões de classe e transitoriedade **69**

2.3 As abordagens memorialísticas nas Leituras de 68: os pontos de inflexão para as lembranças do grupo **77**

2.3.1 Leituras de 68: Memorialísticos da Justiça de Transição - o Golpe como contraponto para a memória **86**

2.3.2 Leituras de 68: Memorialísticos dos centros de pesquisa como produtos da **90**

intenção política
2.3.3 Leituras de 68: memorialísticos da Justiça de Transição 96
2.4 Leituras de 68: Quem são, hoje, os atores de 1968? Os textos biográficos 101
Capítulo 3 - A formação do conceito de grupo nos olhares da repressão: os Arquivos Dops 110
3.1 A dinâmica de abertura dos Arquivos 110
3.1.1 Dops - As estruturas dos Arquivos. 112
3.2 - O Movimento Estudantil pelo Dops São Paulo 119
3.2.1 Análise da estrutura de produção dos dossiês 122
3.3. Inquéritos e Fichas: a identificação do grupo 129
3.4 O grupo nos Arquivos – formas de articulação do ME segundo o aparato do Departamento de Ordem Política e Social. 159
3.4.1 A organização do Movimento estudantil 162
3.4.1.1 Dinâmica do Movimento Estudantil e questões Universitárias 162
3.4.1.2 O Movimento Estudantil Secundarista 163
3.4.2 Estruturais 164
3.4.2.1 Atividades localizadas de Diretórios Acadêmicos, Centros Acadêmicos, DCEs 164
3.4.2.2. Atividades de entidades estudantis 165
3.4.3 Por Regiões 166
3.4.3.1 O Movimento Estudantil em grupos regionais específicos: Regiões, Estados, Cidades, Universidades locas e cursos específicos 167
3.4.4 Atividades Políticas 168
3.4.4.1 Associação com a luta armada – AP, VPR, Var Palmares 168
3.4.4.2 Lutas Populares: Campesinato, Sindicalismo 170
3.4.4.3 Partidos 170
3.4.5 A retomada 171
3.4.5.1 O Histórico Do ME 172
3.4.5.2 A Reconstrução 172
3.5 Considerações sobre o Mapeamento do Grupo 173
Capítulo 4. Os atores: laços simbólicos entre Grupo e o Ator 179
4.1 Os atores na interpretação de si: identificação e laços na construção da 179

memória
4.2 Mosaicos da Memória Coletiva **183**
4.2.1 Depoimentos: Ponto de partida na reconstrução identitária: Primeiro Grupo de análise **188**
4.2.2 Depoimentos: Ponto de partida na reconstrução identitária: Segundo Grupo de análise **199**
4.2.2.1 Primeira Narrativa: Relato de Euclides Cunha **200**
4.2.2.2 Segunda Narrativa: Relato de Carlos Henrique Mesquita **208**
4.2.2.3 Terceira Narrativa: Relato de José Roberto Tozoni **214**
4.3 Depoimentos: Sobre os silêncios da narrativa **223**
4.4 Considerações sobre as narrativas **224**
4.5 A quem pertence a memória? Tensões acerca do espaço da narrativa e apropriações como legitimação da ação **228**
Capítulo 5. Considerações Finais **235**
Referências **244**
Bibliografia **246**
ANEXO A - Acordo MEC- USAID – Texto Integral **257**
ANEXO B - Relatório DOPS Sobre articulação para o 28º. Congresso da UNE, 1966 **266**
ANEXO C - Secretaria de Segurança Pública, Departamento de Ordem Política e Social – São Paulo **271**
ANEXO D - Informativo Protocolado nº 34/67 **276**
ANEXO E - Relatório Análise do Movimento Estudantil 1974-1977 **278**
ANEXO F - Solicitação (Aprovada) de comissão para concentração pacífica de mães de vestibulandos com objetivo de maior números de vagas na Faculdade de Medicina, na Praça da Sé, aos 5/01/1967 **299**
ANEXO G - OP (Relatório) XXXI Congresso da UNE, 1979, Salvador **300**
ANEXO H - Termo de Declarações **303**
ANEXO I – Recorte de Jornal **305**
ANEXO J - Certificado de reconhecimento da Comissão Da Anistia, Ministério da Justiça, junho/2013 **306**

Introdução

O objetivo deste trabalho foi o traçar uma análise que identificasse a formação do conceito de identidade do agente militante estudantil em 1968. A identidade é constituída, essencialmente, por meio da memória que se tem de um período, da ação de grupo, dos movimentos que levaram a manutenção ou alteração de um sistema político. Ao considerar o passado, pode-se afirmar ou contestar: pertenço ou não pertenço à determinada categoria. No caso da memória dos militantes do Movimento Estudantil de 1968, tal memória está em constante transformação e o processo de construção identitária se dá em relação ao grupo e à sua percepção, subjetiva. Entretanto, essas duas construções se intercalam e se moldam, alterando-se mutuamente, frente a um elemento poderoso: a memória e os usos que se pode fazer dela.

Observou-se um interesse político na manutenção ou alteração dos padrões da memória coletiva sobre este grupo que se alterou ao longo destes quase 50 anos que nos separam de 1968. Diante desta perspectiva, este trabalho analisou as 3 frentes que podem formar e expressar os elementos da memória do tema:

1. As leituras acadêmicas de 1968 e a visão acadêmica que se produziu sobre as manifestações estudantis, seu caráter político, sua formação sociológica e seu peso histórico;
2. A leitura de oposição, os arquivos constituídos pela inteligência do Estado repressivo na tentativa de controle ou anulação da experiência e atuação do movimento estudantil. Ver-se-á que a própria constituição dos arquivos e a organização arquivisticas passam pela tentativa de manter ou alterar o ponto de vista do Estado acerca deste grupo;
3. As leituras subjetivas, o espaço da fala desses agentes acerca de sua trajetória.

As três dimensões se influenciam e se intercalam quando da produção de um levantamento sobre o tema. Mas a intenção aqui é mostrar que a vida individual se altera por meio dos pulsos que direcionam os conceitos coletivos sobre o Movimento Estudantil, caracterizando a identidade desses sujeitos de acordo com o contexto político que impede ou que valoriza tais memórias a emergirem.

Este trabalho nasceu com a intenção de verificar as bases literárias que deram origem às duas principais formas de análise do Movimento Estudantil Brasileiro em 1968: as verificações de classe e a conceituação como categoria social. Considerando o posicionamento político desses

militantes após sua condição estudantil, a análise proposta traria, em tese, bases para se identificar origens sociais da esquerda política contemporânea oriunda das camadas de resistência civil ao longo dos governos militares. Entretanto, os agentes em questão continuam a mover suas trajetórias de vida, inseridos num contexto social também em constantes transformações e adequações políticas. Afinal, trinta anos separam a democracia que apenas agora procura realizar os processos de reparação e conciliação do que seria um processo de Justiça de transição.

Eventos, como as manifestações de Junho de 2013, continuam a alterar os rumos das trajetórias dos agentes que aqui poderiam explicitar suas campanhas. Essas duas perspectivas trariam bons resultados, entretanto, diante de um processo em constante constituição de valores e novas memórias, a identidade desses atores continua reconfigurando-se constantemente. Há uma base, um ponto de partida, que é a militância estudantil e um ponto estável, as literaturas acerca do tema. Mas o grupo, existente e mutável, pode atingir qualquer direção como ponto e chegada. Desta forma, no primeiro capítulo trabalham-se as categorias teóricas utilizadas na formação do conceito de identidade individual e, a partir delas, o conceito de análise das trajetórias e biografias estruturadas nos capítulos seguintes. É importante observar que este trabalho não se propôs a realizar uma análise de trajetórias, mas sim, a identificar como os três principais modelos de produção de elementos que constroem a memória se ligam e relacionam com a formação da identidade subjetiva desses atores.

A memória é o fio condutor para a análise, mas é a formação externa do conceito de identidade desses atores que formam os caminhos que os leva, em sua trajetória de vida, do ponto de partida da militância estudantil ao ponto de chegada como portadores de ações históricas passíveis de reparação e revalidação por parte do Estado Democrático e da Justiça de Transição. Inicia-se pela conceituação do “sujeito”, para o ator do Movimento Estudantil, até chegar aos elementos que definem suas histórias como trajetórias de vida.

Capítulo 1 - A memória como ferramenta analítica

O presente capítulo destaca brevemente algumas das abordagens sociológicas acerca da construção dos conceitos de memória, memória histórica e memória coletiva. Além de tratar de como tais conceitos são, na vida social, construídos também pelo trabalho individual do sujeito, na percepção cognitiva dos fatos e, posteriormente, nas relações entre eles e o plano social-histórico em que se insere quando os fatos estão no passado. Trata-se de uma relação mútua que modela, na medida do trabalho da lembrança, as relações sociais e pessoais que o sujeito trava com as mesmas.

Desse modo, o texto parte de uma análise sobre as estruturas sociais da memória em Maurice Halbwachs, Bergson e Daniel Berteaux, até chegar às ações e relações provenientes das construções das memórias e das lembranças individuais para a memória coletiva e sua relação com a história, por meio dos pressupostos sobre as trajetórias de vida em Pierre Bourdieu e JC Passeron. O arcabouço para a análise do trabalho cognitivo da interpretação do processo mnemônico se dá por meio de elementos da psicossociologia, expressos aqui principalmente por Ecléia Bosi. Fonte principal da base para a transposição de quadros de memória do passado para o presente neste tema, a constituição da Justiça de Transição tardia no Brasil e a estrutura da CNV são mencionadas ao final do texto.

1.1 Formulações do campo de pesquisa: a memória como objeto e metodologia

O objetivo deste trabalho foi o explorar a auto-identificação do sujeito ex-militante do movimento estudantil no período de ditadura militar, por meio da construção social da memória do movimento e da simbologia do grupo. A hipótese foi a de que, na medida em que fatores externos a esses sujeitos trabalham os eventos e a história do movimento estudantil, o convite ou a abertura que se fez aos atores para reinterpretar sua participação à luz de acontecimentos do presente contribua para uma identificação simbólica de sua trajetória pessoal *presente* com o grupo no *passado*, embora não com a trajetória do grupo.

O laço com o grupo seria, estima-se, reconstruído a cada processo de reelaboração de sua memória pessoal sobre sua participação no ME e, portanto, carregado de interpretações e emoções diferentes segundo o momento vivido pelo agente. Assim, o sentimento de

pertencimento ao grupo pode estar presente em suas vidas de forma mais ou menos incisiva, dependendo da natureza do estímulo que leva o sujeito a relembrar. Os laços com o grupo, assim, são estreitados ou afrouxados de acordo com o contexto presente.

Como objetivos secundários, mas essenciais para se chegar a essa dinâmica de afetação mutua, foram os de se compreender como as leituras produzidas sobre a história e a memória coletiva do movimento estudantil se constroem e o de interpretar a estruturação do conceito de "grupo" dado ao movimento pela repressão. O conceito de grupo é fundamental para se chegar à formação individual da identidade, pois é por meio desta interpretação que as ações de repressão foram construídas – e tais ações, por sua vez, redirecionam as mobilizações estudantis.

Tratam-se assim de três universos sociológicos diferentes, a memória, o grupo e o ator, mas que se intercalam e influenciam cíclica e mutuamente, ao mesmo tempo em que oferecem um quadro da dinâmica entre a sociedade, pela memória coletiva e pela criação simbólica do grupo, e a vida individual.

Esta relação é importante já pelo fato de se tratar de um movimento político histórico num Estado de Exceção muito recente, mas ainda mais porque ela é trazida a tona com objetivos distintos continuamente, seja intencionalmente pelos eventos rememorativos de marcações temporais, como o que se viveu em 2014 com os 50 anos do Golpe, seja espontaneamente, como na autoidentificação de alguns atores do ME com os Movimentos de Junho de 2013.

A memória foi aqui objeto e metodologia, já que a fundamentação teórica do trabalho deriva dos pressupostos da Sociologia Compreensiva de Henry Bergson (com os estudos psicossociais, onde o corpo guarda tipos de comportamento que emergem a partir da memória), Maurice Halbwachs na elaboração do conceito de "quadros da memória" e Pierre Bourdieu, a partir da observação de sua teoria de campos e trajetórias e as possíveis conexões destas com os esquemas de Halbwachs. Ao longo do primeiro capítulo, se observará que as contribuições das teorias de Bourdieu também se encaixarão com o conceito de psicologia social utilizado para a interpretação das emoções evocadas na elaboração dos quadros de memória. Entende-se que por meio da memória individual pode-se apreender um processo ou evento histórico, numa perspectiva diferente das fontes documentais, já que se um evento figura na memória do sujeito, ele foi por este vivido, sentido, interpretado e não somente analisado.

Trata-se um trabalho que transita entre duas perspectivas sociológicas diferentes, a Sociologia Compreensiva Weberiana e a Sociologia Crítica de Durkheim, já que se fundamenta

essencialmente na formulação dos quadros de memória e dos processos de rememoração de Halbwachs, a estrutura de interpretação da memória como espelho de processos sociais vem da anteriorização dos fatos que precedem a memória, ou seja, da ideia de um fato se torna parte da memória individual porque em algum momento fez parte da memória coletiva. No entanto, à medida que se foca no sentido dado a ação humana diante das estruturas sociais e de seus processos em constante mutação, há um afastamento da abordagem durkheimiana. O próximo tópico trabalha a construção do campo da memória em Halbwachs[1], suas influências dos autores da sociologia clássica e como esses parâmetros são utilizados no estudo da identificação dos três elementos do ME aqui observados: memória, o grupo e o ator.

1.1.1 O sujeito, o individuo e o ator: notas para a conceituação teórica dos elementos

Na literatura relativa ao Movimento Estudantil de 1968, detalhada no segundo capítulo deste trabalho, o processo de individualização dos agentes se dá por meio das cúpulas do movimento, ou seja, a partir das lideranças. É comum, nos traços das memórias sobre o tema, observar características subjetivas e individualizantes aos agentes que ocuparam cargos de liderança: as presidências das entidades representativas e o jogo político para se chegar e se manter no posto deram um pequeno espaço, já naquele ano, para as investigações tanto policiais, da repressão, quanto da sociedade civil acerca dos jovens que se dispunham a expor suas vidas num ambiente de repressão política.

Observa-se a imprensa detalhando as vidas individuais, características pessoais particulares das lideranças estudantis, como a tranquilidade de José Dirceu durante o período em que esteve no Presídio Tiradentes e a tristeza da esposa de Vladimir Palmares[2]. Entretanto, as bases do Movimento Estudantil cabiam por parte das leituras da imprensa e das leituras acadêmicas em um perfil globalizante que torna coletivo o caráter do Movimento Estudantil e não o caráter do *agente no* Movimento Estudantil.

---

[1] Sociólogo francês deportado e posteriormente assassinado por nazistas, abre uma nova porta para as análises sociológicas acerca da vida cotidiana. O texto mais importante nesta pesquisa, “A Memória coletiva” foi publicado postumamente na década de 1950.

[2] Ver as edições de 16/10/1968; 25/09/1968 da Revista Veja, por exemplo, que acompanhava semanalmente todos os episódios do ME ao longo de 1968.

Trabalha-se, assim, com o fino equilíbrio da construção subjetiva que o individuo faz de si mesmo quando se vincula à memória histórica por meio de seu grupo, ao passo que a literatura e os arquivos fazem o caminho inverso: observam objetivamente um indivíduo do por que ele fez parte daquele grupo. Nos trabalhos de rememoração, a memória, subjetiva ou construída pela literatura percorre sempre esse caminho em dois sentidos, embora em uma mesma direção. Ela fundamenta o individuo pelo grupo e o grupo pelo individuo em suas falas. Este primeiro capítulo trabalha com as teorias de construção da identidade individual frente ao contexto político. O ponto de vista poderia se delinear como se derivando em primeiro plano da filosofia política, para a sociologia e, então, para a psicossociologia social.

A memória como ferramenta analítica tem sido usada na análise e reflexão de processos históricos, sociais e políticos pelas ciências sociais por ser um elemento quase indissociável da história. Articulada aos processos de reinterpretação do passado, a memória (subjetiva, de atores e depoentes ou a estática contida nos documentos, arquivos, biografias) pode enaltecer grupos e processos, fundamentar o sentimento de pertencimento ou a noção de identidade de uma nação, especialmente na ocasião de um ciclo comemorativo.

No Brasil, por exemplo, esse processo ocorreu no evento dos 500 anos de "descobrimento", no aniversário de 450 anos da cidade de São Paulo, podendo, também, ser utilizada a fim de repudiar um evento e um processo, dando elementos para que a comunidade em questão não permita a ocorrência de processos semelhantes, como acontece nos processos de justiça de transição – o slogan do Grupo Memórias Reveladas, "para que nunca mais aconteça".

Seu uso como ferramenta analítica, porém, pode ter interesses políticos e, assim, ser moldada para atender as demandas de um grupo no poder. Embora haja, hoje, a mobilização para que os crimes cometidos durante os 21 anos de ditadura militar no Brasil sejam revelados, e quando possível, reparados, é a memória sendo utilizada nesse processo, como também ocorre quando os militares comemoram o dia 31 de março como dia da "Revolução".

A memória como ferramenta analítica pode ser moldada e utilizada por meio dos interesses políticos dos grupos no poder. Desta forma, ainda que haja a valorização de sua utilização nas pesquisas, há, por parte dos detentores desses fragmentos do que constitui a memória social, um processo de *ressentimento* (Stella Bresciani; Márcia Naxara, 2001). Embora os autores como Bergson, Benjamim, C.W. Mills, Halbwachs sejam retomados quando a proposta é a valorização da memória como ferramenta analítica, por outro lado, há o sentimento de

deslocamento, de injustiça ou daqueles que possuem algo para contar, mas que não encontram espaço para fazê-lo, como no caso de estudantes das bases do movimento estudantil de 1968. É o sentido oposto da mesma via, quando há interesse na sociedade do acolhimento de determinadas memórias, mas não há a disposição de fazê-lo por parte de quem sente dor ao rememorar um fato.

1.1.2 A memória coletiva como elemento formador das identidades individuais: Questões da memória em Bergson e Halbwachs

Muito associado à Sociologia do Conhecimento, como uma "segunda geração" dessa escola, descendendo de Durkheim, o trabalho proposto por Maurice Halbwachs (1990) vai do "longínquo" ao "próximo", isto é, como uma variação das formas de interpretação sociológica que iriam de análises macro, observando instituições, comunidades, nações, para o particular, para o indivíduo e os laços e percepções que ele cria a partir de sua experiência de vida. Concentra seu trabalho na relação entre a memória e a história pública, sendo uma das bases teóricas desse trabalho. Mas é importante também situá-lo em seu universo analítico, especialmente em seus questionamentos acerca dos fatos sociais sobre fenômenos de ordem pessoal, subjetiva e particular. Mas, quando fomentada por um evento coletivo, pode a memória ser compreendida como um fenômeno social?

Em seu "Os Quadros Sociais da Memória", analisando a formação da memória de acordo com as classes sociais, Halbwachs utiliza os quadros sociais, um ponto de base ou eixo central para a produção de uma lembrança em torno da qual gravita uma série de interseções para outras lembranças, de outros tempos-espaços e relacionadas com outros indivíduos, como referencia que apoia ou que sustenta as lembranças e memórias individuais.

Assim, os quadros sociais seriam pontos de referencia na reconstrução da memória, teoria que aqui se utiliza tendo como ponto de base para a evocação da memória e reconstrução das lembranças a efervescência de declarações e o desejo de fazê-las quando há ciclos comemorativos e, essencialmente, diante dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade e dos eventos que marcaram os 50 anos do Golpe Militar de 1964. Se esses dois momentos incitam a questão da "reparação", é pela memória que os atores desejam ser vistos, identificados e dessa forma reparados. Não há uma reparação maior do que o reconhecimento de sua experiência

explicitada por suas próprias memórias, pois, de acordo com Halbwachs, os sistemas de classificações sociais e mentais que estruturam os quadros de memória tomam por fundamentos os meios “sociais efervescentes”

Após a primeira Grande Guerra, a ideia do “universal” passa a se dissolver entre os pensadores, sociólogos e filósofos, de tal forma a compreender os ditames individuais da experiência e da interpretação[3]. O texto também fala da recomposição passado/futuro na compreensão dos regimes políticos por sociólogos nesse período. É como se aos poucos, as Ciências Sociais se desprendessem do universalizante e das teorias que as diferenciaram das ciências naturais, para se aproximar do elemento humano que forma os movimentos históricos, porém sem deixar a perspectiva macrossociológica. A possibilidade de linha de pensamento que evoque a memória individual como ponto que se conecta a experiência social pode ser compreendida com uma revalorização da experiência e da interpretação humana no processo científico:

> Que toda essa época tenha sido dominada por uma reflexão sabre a memória e a lembrança, que o conhecimento científico e· a criação literária tenham então coincidido na sua preocupação em atingir às mesmas regiões da experiência coletiva e individual, isso não é o indício de um avanço da expressão conceptual estabelecida pela realidade humana? (BERGSON; MATIERE ET MÉMOIRE, 1939, p.10-11)

Desta forma, é possível ao sociólogo observar uma ligação constante entre o indivíduo e o grupo, sem que um polo tenha necessariamente que ser estruturante e o outro, estruturado, ou que haja transcendência do individual para o social. O primeiro, o indivíduo, mobiliza o segundo, o coletivo, e as ações que movem a história, assim como o segundo legitima o primeiro de forma que “não se trata de mostrar como varia a localização das lembranças coletivas conforme os diversos grupos (e suas relações recíprocas), quando esses últimos se apoderam de uma "representação coletiva" comum” (Bergson, 1939, p.12)

---

[3] Como podemos perceber também em Lukács , ao postular a existência de uma subjetividade de classe em LUKÁCS, Gyorgy. Consciência de Casse. In: IANNI. O. (org.) Teorias da estratificação social. 2 ed. São Paulo. Companhia Editora Nacional, p. 379-391, 1973.

Neste modelo, a interpretação compreensiva e a análise causal dos grupos e suas significações não são feitas por meio delas mesmas, como no caso das instituições, por exemplo, mas das memórias individuais daqueles que os formavam. No caso do objeto deste trabalho, o Movimento Estudantil, ainda que não houvesse um grupo coeso no tocante às correntes políticas, havendo dissensões e rachas que levavam à quebra de organizações e formulações de outras novas, dissidências com aspirações e formas de ação divergentes, há, no processo rememorativo, uma referência a si e ao grupo de forma coesa.

Pressupõe-se assim, que a lembrança ligada ao ME como grupo seja maior na medida em que o laço faça parte da construção identitária do indivíduo, sendo ela que legitima suas memórias, enquanto que as divergências internas aparecem de maneira secundária, pontuando fatos, mas não determinando o símbolo de grupo que se cria ao longo do tempo. Enquanto, talvez, não houver algum outro movimento que incite à rememoração dessas divergências, o grupo tenderá a manifestar-se de acordo com suas memórias de ligação com o grupo "Movimento Estudantil". Desse modo, entende-se aqui que há uma relação intrínseca ao processo de construção da identidade pela simbologia do grupo que se define também no ato de rememorar e tornar expresso, pela oralidade, nos depoimentos ou pela literatura as extensões pessoais desta ligação. O depoimento tem sentido quando associado ao grupo do qual se fez parte:

> Isto quer dizer que o "eu" e sua duração situam-se no ponto de encontro de duas séries diferentes e por vezes divergentes: aquela que se atém aos aspectos vivos e materiais da lembrança, aquela que reconstrói aquilo que não é mais se não do passado. Que seria desse "eu", senão fizesse parte de uma "comunidade afetiva" de um "meio efervescente", do qual tenta se afastar no momento em que ele se "recorda"? (HALBWACHS, 1990, p.13-14)

Assim, a legitimação da memória pelo depoimento se dá pela vinculação do grupo que vivenciou o mesmo momento, o que de certa forma, depende do quadro de referência ao qual o depoente está ligado: a existência do grupo atesta a fala do depoente, porque os outros indivíduos viveram os mesmos acontecimentos. Talvez, daí, a forte ideia de pertencimento a esse quadro de memórias de lideranças estudantis.

> a memória individual existe, mas ela está enraizada dentro dos quadros diversos que a simultaneidade ou a contingência reaproxima momentaneamente. A rememoração pessoal situa-se na encruzilhada das malhas de solidariedades múltiplas dentro das quais estamos engajados. Nada escapa à trama sincrônica da existência social atual, e é da

> combinação destes diversos elementos que pode emergir esta forma que chamamos de lembrança, porque a traduzimos em uma linguagem (Halbwachs, 1990, P.14)

Ou seja, a consciência nunca está fechada em si, ou solitária.

> Somos arrastados em múltiplas direções, como se a lembrança fosse um ponto de referência que nos permitisse situar em meio à variação contínua dos quadros sociais e da experiência coletiva histórica. Isto explica talvez por que razão, nos períodos de calma ou de rigidez momentânea das "estruturas" sociais, a lembrança coletiva tem menos importância do que dentro dos períodos de tensão ou de crise - e lá, às vezes, ela torna-se "mito". (HALBWACHS, 1990, p. 14)

Assim há em Halbwachs (1990) duas faces para a memória: a *memória histórica*, que pressupõe a reconstrução de dados fornecidos pelo momento presente e que são projetados no passado e a *memória coletiva* que recompõe miticamente o passado. Nesse quadro, o presente trabalho identificou como *memória histórica* a memória dos atores do ME, no entanto, tanto as leituras do tema quanto a identificação de grupo feita pela repressão constituem o que o sociólogo delimitou como *memória coletiva*.

> No primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos acontecimentos e das experiências que concernem ao maior número de seus membros e que resultam quer de sua própria vida, quer de suas relações com os grupos mais próximos, mais freqüentemente em contato com ele [...] Dois seres podem se sentir estreitamente ligados um ao outro e ter em comum todos os seus pensamentos. Se, em certos momentos, sua vida transcorre em meios diferentes, ainda que eles possam através de cartas, descrições, através de suas narrações quando se aproximam, fazer conhecer em detalhes as circunstâncias em que se encontravam quando não estavam em contato; seria necessário que se identificassem um ao outro para que tudo o que, de suas experiências, era estranho a um ou outro, se achasse assimilado em seu pensamento comum.(HALBWACHS, 1990, p. 45)

E pode-se encaixar com a ideia mítica que permeia o pensamento social acerca do comportamento e da ação das lideranças

> A ideia que representamos mais facilmente, composta de elementos tão pessoais e particulares quanto o quisermos. é a idéia que os outros fazem de n6s; e os acontecimentos de nossa vida que estão sempre mais presentes são também os mais gravados na mem6ria dos grupos mais chegados a n6s. Assim. Os fatos e as noções que temos mais facilidade em lembrar são do domínio comum, pelo menos para um ou alguns meios (HALBWACHS, 1990, p.49)

E talvez essa afirmação possa explicar a necessidade de falar, de se inserir nas pesquisas, nos debates e ter sua fala reconhecida.

> [...] lembranças pessoais, que parecem não pertencer a ninguém senão a nós, podem bem se encontrar em meios sociais definidos e ali se conservar; e que os membros desses grupos (de que não cessamos de fazer parte) saberiam ali descobri-los e nos mostrá-los, se os interrogássemos como seria necessário." (HALBWACHS, 1990,p. 50)

A seguinte afirmação nos mostra como o pertencimento ao grupo é o fator chave para que certas memórias sejam evocadas da maneira que são evocadas e o motivo do porquê parte delas se repitam em diferentes depoimentos, ainda que de pessoas que não mais convivem ou que não fazem mais parte do mesmo grupo. Deriva daí uma possibilidade de explicação para a percepção do fato de inúmeros militantes terem-se mantido em atividades ligadas à universidade, à educação e à formação política dos estudantes e outros terem-se afastado completamente, muitas vezes rejeitando não seu passado, mas a possibilidade de associação no presente a esse grupo, cuja realidade atual em sua vida não é mais propícia para tal

> No mais, se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apóiam uma sobre a outra, não são as mesmas que. aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. Não é de admirar que, do instrumento comum, nem todos aproveitam do mesmo modo. Todavia quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas,de natureza social. (HALBWACHS, 1990, p. 51)

E então pergunta-se: existe no Movimento Estudantil uma memória de grupo, diferente da individual? Esta questão é fundamental e direcionadora para este trabalho.

> Haveria então memórias individuais e, se o quisermos, memórias coletivas. Em outros termos, o indivíduo participaria de duas espécies de memórias. Mas, conforme participe de uma ou de outra, adotaria duas atitudes muito diferentes e mesmo contrárias. De um lado, é no quadro de sua personalidade, ou de sua vida pessoal, que viriam tomar lugar suas lembranças: aquelas que lhe são comuns com outras não seriam consideradas por ele a não ser sob o aspecto que lhe interessa, na medida em que ele se distingue delas. De outra parte, ele seria capaz, em alguns momentos, de se comportar simplesmente como membro de um grupo que contribui para evocar e manter as lembranças impessoais, na medida em que estas interessam ao grupo. Se essas duas memórias se penetram freqüentemente; em particular se a memória individual pode, para confirmar algumas de suas lembranças, para precisá-las, e mesmo para cobrir algumas de suas

> lacunas, apoiar-se sobre a memória coletiva, deslocar-se nela, confundir- se momentaneamente com ela; nem por isso deixa de seguir seu próprio caminho, e todo esse aporte exterior é assimilado e incorporado progressivamente a sua substância./A memória coletiva, por outro, envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas.[...]Consideremos agora a memória individual. Ela não está inteiramente isolada e fechada. Um homem, para evocar seu próprio passado, tem freqüentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade (HALBWACHS, 1990, p.53 -54) (grifos autora)

É a partir dos pontos e acontecimentos históricos coletivos, externos à experiência individual que cada um consegue identificar os acontecimentos da sua própria trajetória. Assim, ambas estão ligadas e ao mesmo tempo, separadas.

> Por história é preciso entender então não uma sucessão cronológica de acontecimentos e de datas, mas tudo aquilo que faz com que um período se distinga dos outros, e cujos livros e narrativas não nos apresentam em geral senão um quadro bem esquemático incompleto. (HALBWACHS, 1990, p. 60)

Para Halbwachs (1990), é no limiar do contato com os avós, ou seja, com a geração anterior, que as crianças travam contato com os acontecimentos e valores daquilo que os avós vivenciaram. Nesse sentido, pode-se colocar a sociedade contemporânea que reavalia o ME e a resistência civil à Ditadura Militar como a criança que lê o passado por meio de seus avós. É através desse contato e de suas memórias que identificamos os acontecimentos políticos importantes naquele período.

> a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada [...]Será que basta reconstruir a noção histórica de um acontecimento que certamente aconteceu, mas do qual não guardamos nenhuma impressão, para se constituir todas as peças de uma lembrança? (HALBWACHS, 1990, p. 71-72)

A memória histórica fornece à sociedade um quadro de lembranças simuladas ao construir um quadro histórico não vivido pessoalmente, mas por meio das lembranças de pessoas diferentes que corroboram em uma visão. Por que tratar da memória do movimento estudantil como memória coletiva? Primeiro, ela se forma em dois sentidos, a partir da memória histórica, contada a partir dos quadros estáticos baseados nos documentos e versões oficiais, mas, num outro plano, está presente e em constante transformação na presença do grupo, que fomenta a

ligação sempre que um evento externo impulsiona o processo conjunto da rememoração do passado que, se não se pode chegar ao ponto de se dizer que foi dividido, foi ao menos experienciado em conjunto.

A lembrança que liga um grupo não é a memória histórica, mas a memória coletiva, ou seja, um conjunto de subjetividades que não apenas retrocede no tempo a fim de contar um evento passado, mas que trás a tona o mesmo evento a partir de um processo reinterpretativo que leva em conta seu lugar no passado e ao mesmo tempo seu lugar atual. Essas lembranças individuais têm sempre o espelho do grupo, do conjunto e, ao mesmo tempo, a memória coletiva apenas existe na junção dessas diversas subjetividades interpretativas.

> Se, por memória histórica, entendemos a seqüência dos acontecimentos dos quais a história nacional conserva a lembrança, não é ela, não são seus os quadros que representam o essencial daquilo que chamamos memória coletiva. Mas, entre o indivíduo e a nação, há muitos outros grupos, mais restritos do que esse que, também eles, têm sua memória, e cujas transformações atuam muito mais diretamente sobre a vida e o pensamento de seus membros. (HALBWACHS, 1990, p.79)

O processo de rememoração e da construção da lembrança não se trata de saudosismo ou do desejo de reviver o passado, mas, sim, da validação de uma chave do presente que exige ou que permite que esse processo se construa. Neste caso, quando um grupo tem em comum um passado de ativismo político e há a alteração do sistema, as abordagens reiterpretativas são uma possibilidade pessoal, mas também quase que uma demanda social. Nestes termos,

> Não se trata mais de revivê-los em sua realidade, porém de recolocá-los dentro dos quadros nos quais a história dispõe os acontecimentos, quadros que permanecem exteriores aos grupos, em si mesmos, e defini-los, confrontando-os uns aos outros. É como dizer que a história se interessa sobretudo pelas diferenças (HALBWACHS, 1990, p.86)

Não há comparação entre dois momentos históricos, mas a sobreposição de um quadro de memória composto pelo contexto político, social e econômico, numa perspectiva macro, pelas relações e laços entre o indivíduo que rememora e outros que constroem também seus quadros sociais. O ponto de interesse para Halbwachs (1990) passa a ser a transposição desses quadros para um contemporâneo, nos quais a coletividade do grupo que divide os laços memorialísticos seja aceita ou para contestar o tempo presente. Na transposição destes quadros, o indivíduo percebe sua ligação com o grupo no ponto base de suas lembranças, reconhece os acontecimentos

no presente e pode identificar sua presença no grupo por meio do tempo, da memória e da presença do grupo em sua trajetória, pelo mesmo laço:

> O grupo, no momento em que considera seu passado, sente acertadamente que permaneceu o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo[...] o grupo que vive originalmente e sobretudo para si mesmo, visa perpetuar os sentimentos e as imagens que formam a substância de seu pensamento (HALBWACHS, 1990, p.87)

Enquanto a memória coletiva se define pelas semelhanças subjetivas, a memória histórica se constrói pela seleção de elementos resultantes das memórias individuais, porém despersonalizados, de forma que qualquer indivíduo se lembre de um processo histórico apenas por conhecê-lo pela tradição oral ou pela literatura.

> Na realidade nossas relações com algumas pessoas se incorporam a conjuntos mais amplos, dos quais não representamos mais, sob forma concreta, os outros membros. Esses conjuntos tendem a ultrapassar as imagens que nós conhecemos, é quase a se despersonalizar. Ora, o que é impessoal é também o mais estável. O tempo onde viveu o grupo é um meio semidespersonalizado, em que podemos assinalar o lugar de mais de um acontecimento passado, porque cada um deles tem uma significação em relação ao conjunto. E essa significação que encontramos no conjunto, e este se conserva porque sua realidade não se confunde com as imagens particulares e passageiras que o atravessam. (HALBWACHS, 1990, p.23)

A partir desta perspectiva da despersonalização da memória histórica em contraposição a subjetivação da memória coletiva, entende-se que, como parte da história política do Brasil, o Movimento Estudantil teria, como um grande evento histórico, a se cristalizar como elemento da memória histórica. Entretanto, dadas as circunstâncias do modelo político de exceção, a manipulação de relatos, depoimentos, documentos, perseguições e torturas individuais durante a ditadura e posterior controle dos arquivos das atividades de repressão empreendidas, emerge nos atores do grupo um desejo de que sua memória subjetiva esteja presente nos quadros de memória da sociedade, no sentido de que haja o processo inverso da despersonalização e que haja legitimação em dois sentidos: da ação do grupo na história e da ação individual no grupo.

Existem ainda quadros espaciais específicos em que a memória coletiva emerge. No caso do objeto deste trabalho, entende-se que os ciclos comemorativos forneçam este espaço na oportunidade da construção da memória e na retomada temporal que se pode fazer do tema, a cada espaço de 10 anos nos “aniversários” das datas emblemáticas para o movimento estudantil, como 1968 ou a reconstrução da Une em 1979 e também a oposição, como as celebrações

militares da chamada “Revolução de 1964”. A presença da Comissão Nacional da Verdade, a partir de 2012, porém, altera este quadro, no sentido de que os indivíduos passam a reivindicar se espaço na memória histórica, vinculado ao grupo, mas não necessariamente levando-o junto em suas ações de resgate da memória:

> não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca. e sobre o espaço, sobre o nosso espaço - aquele que ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso, e que em todo o caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir - que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças. (HALBWACHS,1990, p. 43)

Por isso, os ciclos comemorativos (compreendidos como as marcações temporais dos quatro decênios a partir de 1968, e em contraposição, os eventos que marcam os 50 anos do Golpe de 1964) e a presença da CNV no processo de Justiça de Transição Tardia no Brasil foram considerados neste trabalho os dois tipos de elementos *evocadores* do trabalho de reconstrução da memória, tanto para a produção acadêmico/literária quanto para a exposição dos relatos. Antes de se chegar a este panorama, porém, é preciso compreender como o relato individual se encaixa no feixe dos relatos do grupo, tema do tópico a seguir.

1.2 As escolhas individuais dos eventos na exposição das lembranças: técnicas de análise de biografias e trajetórias de vida

Diante da escolha dos traços teóricos que determinam o ator e o agente, pode-se então conceber uma análise a partir dos conceitos de Pierre Bourdieu (1996), tendo principalmente em foco a ideia dos pontos de partida e de chegada, dois cortes sincrônicos na trajetória de vida dos agentes e menos no enfoque biográfico.

É importante ressaltar que a metodologia neste trabalho anexa tanto elementos da análise de trajetórias, como da prosopografia, entretanto, não se objetiva recriar um panorama de análise de trajetórias dos atores do ME, mas, sim, utilizar as ferramentas do método a fim de organizar o modo de exposição. A análise de trajetória proposta por Bourdieu (1996) observa como um grupo se move na relação de dominação com outros grupos num espaço social, ou seja, as trajetórias

são utilizadas a fim de observar as alterações do espaço ocupado pelo grupo. Neste caso, algumas das abordagens do sociólogo se aplicam na identificação da trajetória do ator *enquanto portador do símbolo do grupo*, de forma que sua própria auto-análise forneça elementos de sua construção identitária como componente do mesmo.

A abordagem biográfica emerge nas leituras de 68 produzidas pelas literaturas. Isto porque nas análises de trajetórias, pontos da história de vida dos agentes são escolhidos para a construção de uma abordagem linear, inseridas num campo simbólico que abarque tanto o feixe trajetorial de um individuo quanto de um grupo. As biografias, por outro lado, tal quais as autobiografias, oferecem uma liberdade de exposição de acontecimentos segundo a intenção do depoente, podendo estar relacionada ou não, no texto, ao campo simbólico (Bourdieu, 1996). Assim, pode-se chegar a um tipo de análise que avalie dois níveis que normalmente seriam utilizados separadamente, os níveis estruturais e, ao mesmo tempo, os subjetivos, os simbólicos e os individuais (Montagner, 2007, p.11).

É grande o interesse das Ciências Sociais nas biografias e autobiografias, entretanto, trabalhar com a subjetividade do individuo sempre foi também um campo que gerava duvidas e incertezas acerca da metodologia utilizada, como organizar e analisar as informações coletadas nas análises de trajetórias, individuais e de grupo. A Ciência Política utiliza parte desse arcabouço para a construção de análises sobre a teoria das elites, nas análises de grupos que ascendem e se alteram no poder. Por outro lado, a história se utiliza da prosopografia, da antropologia e da etnografia. A preocupação formal da sociologia tem sido dar espaço as projeções individuais, ao mesmo tempo em que busca um conceito de análise científica que possa controlar. Neste sentido, a projeção da subjetividade do indivíduo surge como questão essencial na filosofia política, na medida em que cada ator pode ser observado desconectado de seu grupo de ação, bem como na sociologia, em que se discute a possibilidade de novos elementos teóricos para sua análise, afastando-se da discussão linear do que seria estruturado e do que seria estruturante na relação individuo sociedade.

As representações e as projeções da memória no tecido social constroem o conjunto de dualidades para se pensar esta dinâmica, como acontece na relação entre a biografia (individual e subjetiva) e a história (estrutural e coletiva).

> A relação entre biografia e história insere-se em um conjunto mais vasto de dualidades que percorrem a Sociologia desde muito tempo, baseadas na exploração da dialética indivíduo/sociedade, ação individual/coletiva, liberdade/determinismo,

> individual/coletivo, estrutura/indivíduo e outras. Neste último caso, aponta-se para a manutenção, no indivíduo, de componentes subjetivos sociais e ligados ao grupo onde ele vive, ou, inversamente, a busca do que é extremamente único e pessoal dentre um aparato mais vasto de representações da memória, internalizadas a partir da sociedade. (MONTAGNER, 2007 p, 241)

Os 3 pensadores que formam as matrizes de pensamento da Sociologia, Marx, Durkheim e Weber desenvolvem as teorias a partir do conceito de dualidade, entre espaços maiores e mais amplos, aos menores e mais subjetivos. No entanto, as dualidades dão espaço para o enfoque no sujeito social, chave das análises sociológicas a partir dos nos 60 e 70. Este conceito é fundamental para se compreender o movimento que se dá do grupo ao individuo, tendo por ligação a memória. Se os grandes movimentos sociais acontecem ainda no período de Welfare State e tendem a se individualizar, isso expressa também na direção que toma nosso estudo, do ME, o Grupo, para o individuo, os atores. A questão importante é a ligação estabelecida pela memória, que se dá tanto no nível da memória história que ata o indivíduo adulto ao jovem militante quanto à rememoração presente que liga os indivíduos adultos a seu grupo de indivíduos adultos que rememoram o fato.

Então, frente a um acontecimento histórico, o ator que dele participa tem duas identidades: uma social e outra individual (Montagner, 2007). O interessante, porém, é que nenhuma é puramente estruturadas ou estruturantes e ambas teriam características coletivas. O conceito aqui é o de que o fim do estado de bem estar social coloca os indivíduos numa arena de participação cada vez mais individualizada[4] e menos utópica, o que Giddens (1991) chama de desenraizamento ou desencaixe, a transição das relações sociais de seu contexto original para relações elaboradas a partir das novas configurações de tempo-espaço

As teorias pós-modernas que observam as novas conexões sociais e os novos espaços e formas de participação política notam cada vez mais esse processo de individualização dos interesses e das ações na esfera pública. Uma das exceções está nos Novos Movimentos Sociais[5] que emergem a partir da década de 1970 e no Brasil ao final do decênio. Entretanto, para a

---

[4] Ver SOUSA SANTOS, Boaventura. A Reinvenção Solidária e Participativa do Estado. A reinvenção solidária e participativa do Estado. Janeiro de 1999; e
SOUSA SANTOS, Boaventura. Pela Mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 4. ed, 1997

[5] Sobre as teorias de redes na formação dos Novos Movimentos Sociais, ver:
MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. Revista Young. Estocolmo: v. 4, nº 2, 1996, p. 3-14
TOURAINE, Alain. Poderemos Viver Juntos? Iguais e Diferentes. Petrópolis, Vozes 1999

perspectiva de memórias desta pesquisa, a participação num novo movimento social também se estrutura a partir das memórias daquela atuação passada, portanto, ligada ainda ao grupo. Mas a questão para esses autores é que a arena política no espaço público deixa de ser um local para atuação de grupo e passa a receber demandas individuais, ainda que expressas de forma coletiva.

A questão da dualidade das perspectivas e dos elementos que formam as sociedades é compreendida com maior ou menor grau de preponderância de um dos pólos nas análises sociológicas, com a tendência à valorização da ação individual sobre a coletiva a partir da década de 1970, mas o que depreende é que, encarados como opostos ou como complementaridades, os dois pólos estão ligados e afetando-se mutuamente, não apenas no momento em que um grupo ou um indivíduo se liga ao tecido social estruturado, ao Estado ou a História por meio da ação, mas também por meio da memória.

Na memória histórica, a ligação seria estática, mas na transposição dos quadros para a rememoração individual, o trabalho da lembrança e da reinterpretação coloca novamente em movimento essa relação dual, especialmente quando se trata do trabalho exercido por um grupo. A transmissão da memória de uma geração à outra é uma amostra da relação dual indivíduo-coletividade, mas as forças em questão não estão adormecidas.

> A ciência social trata de problemas de biografia, de história e de seus contatos dentro das estruturas sociais. São estes os três – biografia, história e sociedade – pontos coordenados do estudo adequado do homem (...). Os problemas de nosso tempo – que incluem o problema da natureza mesma do homem – não podem ser formulados adequadamente sem aceitarmos na prática a opinião de que a história é a medula do estudo social, e reconhecermos a necessidade de desenvolver mais uma psicologia do homem que seja sociologicamente fundamentada e historicamente relevante. Sem o uso da história e sem o sentido histórico das questões psicológicas, o cientista social não pode, adequadamente, formular os tipos de problemas que devem ser, agora, os pontos cardeais de seus estudos. (MILLS, 1969, p. 156).

Dado que as forças que afetam os polos mutuamente não estão congeladas, em Bourdieu (1996) há um produto dessa inter-relação: o *habitus* que surge da associação entre o indivíduo e os campos sociais. Neste sentido, entende-se que a simbologia do pertencimento do ator ao movimento se dá pelos laços construídos na formação das memórias.

Uma biografia expressa pelo relato memorialístico de um ator não é a reprodução fiel de sua vida, mas sim a reinterpretação de sua experiência que acontece de uma forma especifica de acordo com o tempo-espaço em que o trabalho de rememoração acontece, mediante as

experiências de vida internas e externas aos fatos que o indivíduo pretende apresentar. Seu processo cognitivo de reavaliação das ações passadas não depende apenas destas, mas de todas as outras subsequentes que formam os elementos psico-sociais individuais que fornecem as plataformas de apreciação e entendimento do passado.

Cada processo, portanto, é único, ainda que partindo de um mesmo indivíduo por diversas vezes ao longo de sua trajetória. Os meios em que se inserem o contexto político e social são elementos externos, coletivos, que influenciam em sua decisão, vontade e aptidão para o processo mnemônico. Do mesmo modo, pode-se encontrar dessa mesma relação a intenção individual de que, por meio de seu relato partes da estrutura externa, a memória histórica ou a coletiva, se altere – intenção esta que foi um dos fatores da questão da "valorização da verdade e justiça" do processo de Justiça de Transição. No mosaico social, no qual os estudos biográficos seriam ou a reprodução fiel da vida de um indivíduo ou então a sua interpretação de sua experiência, o que colaboraria para uma visão mais clara de algum processo histórico.

No entanto, ainda não há a valorização da interpretação de si do sujeito para a ciência e, sim, a valorização daquilo que se pode acrescentar à pesquisa social. O retorno do sujeito como foco das análises sociológicas para o autor acontece num momento de quebra de paradigmas das ciências sociais, e emerge principalmente com os movimentos estudantis em 1968. Assim, o ano de 1968 é ponto de inflexão sócio político, mas também das teorias de análise do comportamento coletivo/individual. O período altera os tipos de análise sociológica que não tem mais a mesma homogeneidade na aplicação de técnicas ou fomentação de teorias após isso. Por isso, é importante frisar que a estruturação metodológica do trabalho se faz tendo esse ponto de vista como partida: observa-se a formação do sujeito na teoria clássica sociológica bem como filosófica e política, mas a aplicação dos conceitos demanda um esforço de reinterpretação dessas teorias frente às novas possibilidades contemporâneas.

O processo de valorização do sujeito e da interpretação de si[6] contém também criticas: a valorização das histórias de vida como a transparência absoluta do real não pode ser tomada

[6] Como em Daniel Berteaux (2010) cuja teoria sobre as narrativas de vida contidas nas análises de história oral e de trajetórias explica que as experiências humanas, os saberes nativos são incorporados nas análises sociográficas quando a intenção é a renovação das abordagens e temas com a valorização das histórias de vida. Este tipo de análise então, parte do geral, historicizado, para a experiência humana (Montagner apud Berteaux, 1980). Este é o caminho que se pretendeu neste trabalho.

como fonte irrefutável. As histórias de vida tornam transparentes as interpretações de si daquele sujeito e como compreende sua inserção no espaço simbólico e temporal do evento analisado. Mas, sua interpretação provém de características humanas e passíveis de falhas e esquecimentos. Além disso, um evento pode ter inúmeras interpretações, a partir da construção cognitiva de quem dele participa. Portanto, o que interessa aqui é o processo da lembrança, a atitude do ator de se colocar na reelaboração dos fatos e não a busca pela precisão histórica.

Os acontecimentos de uma vida individual não seguem uma linearidade e os elementos que dão sentido ao encadeamento dos fatos na expressão oral são anexados, posteriormente, no processo de rememoração, de acordo com o contexto atual e os acontecimentos subsequentes ao período que se deseja contar. A perspectiva individual, a personalidades, as emoções que emergem no processo são os elementos formadores da expressão que o indivíduo se dispõe a produzir sobre sua interpretação. Esse sentido pode ser diferente dependendo do motivo de tal rememoração? Um evento, uma pesquisa, uma narrativa familiar? Sim, conta a *intenção*, o valor atribuído pelo indivíduo ao seu processo.

Por isso, a advertência contra os problemas que este tipo de investigação pode acarretar, para além da riqueza de detalhes e das relações estruturais em jogo na exposição de uma percepção individual, parte da analise bourdeusiana quanto à “ilusão biográfica”, que resulta da tentativa de atribuir sentido coerente de causa e efeito ou certa linearidade às ações humanas. Não há uma correlação de forças e acontecimentos idênticos que, se aplicados aos seres diferentes, ao mesmo tempo e no mesmo espaço, possam produzir com linearidade as mesmas reações, e nem as mesmas interpretações. Assim, não se pode dar um sentido único a vida humana que faz parte de um coletivo de outras vidas que estiveram sujeitas a um mesmo contexto. Se para Bourdieu (1996) elas são afetadas por um contexto social que as ultrapassa e que as afeta de modo singular (Montagner, 2007, p.11) por outro lado, a ação reinterpretativa realoca o espaço e a influencia desse conjunto na vida particular.

Há um elemento em que o pesquisador pode depreender traços que liguem a ação individual ao seu grupo, comparando as memórias individuais, as trajetórias, ou seja, feixes de percursos comuns, o traçado da parte de uma vida comparada ao traçado segmento semelhante em outras vidas de um mesmo grupo num campo simbólico específico. Na analise bourdeusiana, a definição da classe de origem e da classe dominante é essencial, para traçar as relações de poder e os campos estruturais onde essas relações acontecem, de forma a poder determinar as linhas de

força que delineiam as possibilidades de ação autônoma das trajetórias estudadas dentro da estrutura de relação de poder, as posições ocupadas e os deslocamentos do grupo e de seus agentes e então, chega-se a possibilidade de se esboçar analiticamente o traçado das lutas empreendidas pelo grupo

> Por fim, do resultado destes embates reais e históricos, conseguimos a tessitura dos habitus coletivos dos grupos em embate, cujas variações individuais não fazem mais que confirmar, desviando-se às vezes do mainstream social, a característica fortemente coletiva das carreiras individuais dos agentes. Depois de realizado o enquadramento do campo a ser estudado, com o encontro prévio do ponto de fuga e da clareza quanto à perspectiva a ser empregada, podemos sobrepor à estrutura relacional dos campos do poder e do campo intelectual, as marcas distintivas das trajetórias dos grupos sociais e dos agentes. Essas marcas, pura projeção dos habitus e que evidenciam os símbolos distintivos dos mesmos, trarão à luz as estratégias e injunções sofridas pelos agentes através das linhas de força dentro de cada campo social. As trajetórias seriam, assim, o resultado construído de um sistema dos traços pertinentes de uma biografia individual ou de um grupo de biografias (BOURDIEU, 1998, p.15)

Desta forma, observar a trajetória de um traço de comportamento – definida aqui como a militância estudantil - no conjunto de movimentos e interações espaciais de uma vida individual fornece elementos que auxiliam na compreensão do desenrolar histórico na qual se desenvolvem os grupos, bem como obter nuances do espaço social em que se inserem. Neste sentido, é a relação entre o plano individual dessas trajetórias de comportamento com o grupo e deste no espaço social a dinâmica aqui observada, traduzidas nas relações conceituais entre a memória, o grupo e o ator. Os traços de comportamento analisados, portanto, são ao mesmo tempo direcionadores e formadores da ação interpretativa, mas nota-se, a seguir, que a disposição de construir a interpretação pode validar, refutar ou formar novos traços de comportamento.

1.3 Os traços comportamentais na evocação da memória: direcionamentos da Psicologia Social na análise da rememoração

A Psicologia Social[7] é uma ciência do comportamento, derivada da grande área das Ciências Sociais Aplicadas que lida com as interações humanas, do ponto de vista das

[7] Ver Gergen, Kenneth. A psicologia social como história. Psicologia & Sociedade; 20 (3): 475-484, 2008, Tradução de Fillipe Boecjat.

interpretações subjetivas dos laços estabelecidos entre indivíduos. Ela é importante nesta pesquisa na medida em que se observa as interpretações dos laços dos agentes de 68 com seu grupo. As possibilidades da aplicação dessa forma de leitura é que ela lida com as características instáveis da interação humana que se desenvolvem em espaços e através de grupos e ligações sociais também mutáveis.

Embora não exista uma teoria psicossociológica, já que campo das ciências para se estruturar e legitimar necessita que normas para as observações tenham um certo padrão, o conceito tem sido utilizado em associação a outras formas de interpretação da ação e do comportamento humano inseridos num contexto histórico cujas influencias mútuas se deseja estudar. Ainda que tenha havido o desvencilhamento das ciências naturais no século XIX, as Ciências Sociais e a Sociologia guardam pressupostos de legitimação do processo científico expressos pelo controle dos métodos de pesquisa e observação.

E no caso da análise do comportamento dos indivíduos, em cruzamento com uma abordagem sócio histórica, não há controle daquilo que se pode aprender do comportamento subjetivo, instável ou das estruturas sociais e políticas que abarcam o sujeito, embora pareçam ser mais estáveis que a volatilidade do conjunto de ação, comportamento e compreensão humanas. Não há, no entanto, como desvencilhar o caráter psicológico das ações individuais nos processos históricos e essa característica tem sido levada em consideração por pesquisadores nas duas últimas décadas, espacialmente quando o campo do comportamento analisado se define como espaço público de articulação política (Gergen, 2008):

> A dependência histórica dos princípios psicológicos é mais notável em áreas onde o foco incide sobre o público. Psicólogos sociais têm se preocupado muito, por exemplo, em isolar indicadores de ativismo político durante a última década [...] Parece clara a conclusão de que os fatores mobilizadores do ativismo político mudaram com o tempo. Assim, qualquer teoria do ativismo político construída de achados anteriores seria invalidada por achados posteriores. Pesquisas futuras em ativismo político encontrarão ainda, indubitavelmente, outros indicadores mais úteis. (GERGEN, 2008, p. 480)

Ou seja, ainda que o comportamento político de um grupo ou de um indivíduo seja identificável num determinado espaço-tempo, ele se altera por fatores internos – cognitivos – e externos, pela alteração do quadro histórico. Por isso, até mesmo os processos de reinterpretação dos fatos de uma vida individual ou de uma trajetória de grupos são mutáveis segundo a dinâmica

histórica do momento que possibilita a rememoração. E este fato aplica-se aos indivíduos envolvidos, mas também aos pesquisadores.

As possibilidades da pesquisa de um tema são moldadas pela disposição subjetiva dos pesquisadores na escolha do objeto, mas também estruturalmente, pelas possibilidades de pesquisa que o ambiente social oferece, já que a maior ou menor relevância de temas que norteiam as pesquisas podem ser também derivados de interesses políticos, bem como o acesso aos documentos e laboratórios que as possibilitem. Um dos exemplos que se aplicou ao objeto deste estudo reside, novamente, no processo de Justiça de Transição tardia: a disposição política de trazer a tona os elementos que elucidassem os crimes cometidos pela ditadura em nível institucional pela CNV abriu a prerrogativa para que universidades, editoras e instituições privadas requeressem ou possibilitasse pesquisas sobre o tema, com ampla revalorização da versão do indivíduo.

Assim, a psicologia social oferece a possibilidade de abrir maior espaço para o caráter interpretativo do sujeito, sem tentar estabelecer hipóteses irrefutáveis na análise sociológica. O objetivo é oferecer um quadro que mostre como as interações simbólicas entre indivíduos e entre estes e seu contexto espacial e histórico formaram os traços de interpretação do grupo no momento da análise, de forma que este resultado ofereça um retrato das forças sociais que modelaram *aquela* interpretação, só poderá ocorrer uma única vez no plano histórico:

> tentativa contínua de construir leis gerais do comportamento social parece mal direcionada, e a crença associada a ela de que o conhecimento da interação social pode ser acumulado como nas ciências naturais revela-se injustificada. Em essência, o estudo em psicologia social é fundamentalmente um empreendimento histórico. Estamos essencialmente engajados em incontáveis questões contemporâneas. Utilizamos metodologia científica, porém os resultados não são princípios científicos no sentido tradicional. No futuro, historiadores poderão voltar-se para tais relatos do passado a fim de alcançar uma melhor compreensão acerca da vida nos dias atuais. (GERGEN, 2008, p.41)

Pautada nas descrições acerca da memória e do processo de rememoração do individuo, Ecléia Bosi (1979)[8] traça uma análise sobre a "memória de velhos", idosos acima de 70 anos moradores da cidade de São Paulo, cuja abordagem humanizadora das perspectivas da memória e da coleta de dados nesta fonte enriqueceu este trabalho. A pesquisa sociológica que leva como fio

[8] Bosi, Ecléia. Memória e Sociedade. Lembrança de velhos. T.A. Editor, São Paulo, 1979

condutor a memória e a experiência não se ocupa de amostragens, mas se move com o intuito de registrar a voz, e através dela, a vida e o pensamento, “este registro alcança uma memória pessoal que, como se buscará mostrar, é também uma memória social, familiar e grupal” assim o trabalho se situaria na fronteira de conhecimento do indivíduo e de sua cultura (Bosi, 1979 p.27). Por isso, em seu estudo, relata que não integrou nenhum documento para comparar os dados e fatos que emergiram nos relatos. De acordo com a autora supracitada, omissões ou esquecimentos não eram importantes naquele momento. O importante era a *escolha* do que falar ou a escolha do que guardar. Aquilo que emergia a memória e era transmitido pela voz.

No caso deste trabalho, as duas dimensões foram importantes. Não para comparar os relatos dos agentes a fatos documentados, porém, para comparar os padrões entre lembranças dos atores, aquilo que se escolhe dividir com a pesquisadora, e a visão que o aparato repressor tinha do mesmo indivíduo. Há ainda a terceira leitura, a leitura acadêmica, que compila o contexto histórico, político, econômico, aos fatos e vivencias desses atores, numa narrativa sobre o momento do ME.

Bosi (1979) explica o momento físico, a leitura do corpo de quem fala e nesta leitura evidencia a humanidade de cada um, valorizando o este conceito, pois à medida em que são atores e não apenas sujeitos da história, tornam-se “fatos” nas memórias dos outros. Deixam de ser humanos, despersonalizados de suas dores, falhas, de sues sentimentos, para serem pontos na história. Esse trabalho intencionou exatamente o oposto: humanizar a ação, a história e a lembrança, já que o “*interesse está no que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de sua vida*.” (Bosi, 1979, p.27)

1.4 Memória e lembrança: pilares da reconstrução do passado à luz dos eventos presentes

A partir da fenomenologia da lembrança, de Bergson (1939) [9], Bosi (1979) formula questões acerca da rememoração dos velhos que se aplicam a este trabalho:

[9] Bergson, Matiere et Memoire.Essai sur la relation du corps à l’esprit.. 1939

> O que percebo em mim quando vejo as imagens do presente ou evoco as do passado? Percebo, em todos os casos, que cada imagem formada em mim está mediada pela imagem, sempre presente, do meu corpo. O sentimento difuso da propria corporeidade é constante e convive, no interior da vida psicológica, com a percepção do meio físico ou social que circula o sujeito. (BOSI, 1979, p. 44)

Assim se formariam as imagens do *presente - continu*o fomentadas pela relação do corpo com o ambiente, a ligação entre a imagem do corpo e a ação (Bosi, 1979). Neste caso, as emoções e os sentimentos são os produtos do presente-contínuo na rememoração da atuação e militância estudantil. Nesse sentido há dois processos possíveis: o que leva à ação e o que leva à percepção: "quando a imagem suscitada no cérebro permanece nele, "parando" ou "durando", teríamos, não mais o esquema *imagem-cerebro-ação*, mas o esquema *imagem-cerebro-representação*" (Bosi, 1979, p. 44)

O primeiro esquema seria físico, corporal, enquanto que o segundo, perceptivo. Assim, os intervalos entre ações e reações do organismo estariam povoadas de "imagens" que constituiriam a representação da lembrança. Assim, ação e representação estariam ligadas ao padrão geral da relação corpo- ambiente (Bosi, 1979, p.45). Diante disso, Bosi corrobora com Bergson e Halbwachs: o universo das lembranças *não* é o mesmo universo das percepções. Percepções são representações de si, frente aos blocos de memórias passadas, às reações corporais daquelas lembranças e de outras, anteriores e posteriores, do ambiente da lembrança e do momento da rememoração (Bosi, 1979, p.46).

A dicotomia perceber/lembrar estaria então paralelamente colocada como a dicotomia matéria/memória. Neste caso, é possível identificar os dois modelos nas falas dos autores: (i) emergência de emoções e sentimentos que se sobressaem às lembranças e (ii) a lembrança fluida, espelho de um quadro da memória que se sobrepôs às reações físicas ou às emoções. A memória emerge em dois conceitos interligados: a percepção física que acontece quando banhada pelos detalhes das lembranças. Da percepção física, o indivíduo leva os elementos que desencadearam as sensações e sentimentos para a consciência. É nesta percepção que o ator compreende a sua presença no evento que descreve, de forma que "não há percepção que não esteja carregada de lembranças" (Bosi, 1979, p.46), ou seja, a percepção não é apenas o resultado das sensações físicas causadas pelo sistema nervoso, mas sim a ligação presente com o quadro elaborado sobre o passado:

> a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo 'atual' de representações. Pela memória, o passado não só vem a tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurras, 'desloca" essas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva e ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e permanente, oculta e invasora. (BOSI,1979, p.46-47)

Na formação da memória de um evento, partindo ela de um individuo ou de um grupo, as lembranças viriam de um espaço cognitivo profundo e amplo, enquanto a percepção seria pontual. Mas, ambas veem juntas e é impossível dissociar. Isso faz com que as lembranças e as escolhas das falas de cada um seja diferente, porque um mesmo fato produz sensações distintas em distintos seres humanos, que associaram o fato à sensação daquele momento e é sobre essas bases que serão construídas seu processo particular de rememoração, memória e da fala.

Bosi (1979) de utiliza da construção de Bergson (1939) para um esquema de visualização da dinâmica passado – percepção – lembrança – presente na figura de um cone. Nessa figura, o passado é o plano inferior, no qual o vértice do cone se apóia, sendo o ponto de apoio as percepções geradas pelo fato. As lembranças vão emergindo, se avolumando e "subindo" até a base invertida, no plano do presente. Ao interpretar o esquema, compreende-se que é do plano presente que surge a lembrança procurada e não do passado. Emerge como uma resposta dos elementos sociais, psicológicos e físicos disponíveis no "hoje". A partir da interpretação da direção da formação da lembrança entre o ponto de evocação e o vórtice de apoio no plano passado, é possível admitir a ideia de que o passado não apenas conserva-se no presente, mas que também atua nele, mesmo que de forma não homogênea (Bosi,1979,p.48), "A lembrança é a sobrevivência do passado. O passado, conservando-se no espírito de cada ser humano, aflora à consciência na forma de imagens-lembrança." (Bosi, 1979, p.53)

Bosi (1979) trabalha num limiar complementar entre a filosofia, a sociologia e a psicologia social. Retomando, além de Bergson (1939) e Halbwachs (1990) no tocante às construções dos quadros sociais, no direcionamento dado à estes quando saem do plano da pessoa, do indivíduo, para o plano social, observando as "instituições formadoras do sujeito" (Bosi,1979, p. 54). A diferença do trabalho de Bergson é que para Halbwachs é extremamente raro a memória pura, que não emerge depois de um estímulo, seu grupo, seu quadro social. Aqui, a memória não é sonho, não é dada. Ela é trabalho, pura reconstrução realizada às luzes do presente, cujo elemento socializador é a oralidade (Bosi, 1979, p.55).

Sobre a reconstrução do passado em Halbwachs (1990), Bosi (1979) relembra o exemplo dado pelo autor ao encontrar um livro da juventude. Antes de lê-lo, é possível imaginar ter as mesmas sensações e idéias que se teve no passado. Mas até o momento, é possível lembrar apenas alguns detalhes, como o título, uma ou outra passagem Ao relê-lo, a percepção se altera, porque é fomentada tanto pelas lembranças passadas e pelo trabalho de reconstrução do que se sentiu naquele momento, quanto pelos sentimentos momentâneos de se relembrar. O *relembrar* mantém o passado vivo, mas por si só é um reconstrução que o coloca no presente. Rememorar é uma plataforma, que condensa numa atividade subjetiva, passado e presente, sem pontes, algo que transita entre as duas esferas de tempo sem pertencer a nenhuma delas integralmente:

> Note-se a coerência do pensamento de Halbwachs: o que rege, em ultima instancia, a atividade mnêmica é a função social exercida aqui e agora pelo sujeito que lembra. Há um momento em que o homem maduro deixa de ser um membro ativo da sociedade, deixa de ser um propulsor da vida presente do seu grupo: neste momento de velhice social resta-lhe, no entanto, uma função própria: a de lembrar. A de ser a memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade. (BOSI, 1979, p.63) (grifo autora)

Cabe salientar que para Halbwachs (1990) é do velho a aptidão da reconstrução do passado. A criança e o adulto, absortos nos processos cotidianos de descobertas e projeções futuras, não se deteriam a reorganizar detalhadamente um evento passado e evocá-lo com a precisão feita na velhice. Seria a idade um dos motivos para que os processos de rememoração tenham migrado da valorização simbólica do grupo para a ação rememorativa, ou seja, para o plano individual? No plano da ação, uma das transposições simbólicas do conceito de grupo acontece quando atores do mesmo grupo retomam as ruas nas manifestações de junho de 2013, ao lado de estudantes e trabalhadores. No entanto, eles não retornam à arena da política contestatória como cidadãos que foram estudantes em 1968, mas como “os estudantes de 1968”, transpondo um plano de ação do passado, congelada para o plano presente.

1.5 O primeiro ponto de evocação das lembranças: instalação e atuação da CNV

Como principal chave de evocação das memórias para o grupo nos dias atuais, o processo de justiça de transição coloca em pauta discussões sobre a relação entre Estado e

Sociedade Civil no período da ditadura militar. Este tópico elucida alguns dos principais elementos da criação da comissão e sua relação com plano social, que reaparece nos depoimentos dos atores. O ciclo dos 50 anos do Golpe aparece atrelado às discussões da CNV.

Após a efervescência do ciclo dos 40 anos de 1968 em 2008 e um breve período de quietude, nos últimos 3, observou-se dois novos momentos em que o grupo de ex-militantes do Movimento Estudantil de 1968 re-emergiu com força: i) na recente instalação do processo de Justiça de Transição tardia, em que Comissão Nacional da Verdade vem renovando e até mesmo recriando paradigmas para as pesquisas acerca dos movimentos sociais e políticos durante o Regime Militar, entre 1964-1985; ii) atrelado À CNV, a chegada dos 50 anos do Golpe de 1964 abriu espaço para ampla discussão no meio acadêmico sobre as reminiscências da atuação militar, as alterações possíveis e em contraposição à memória do Golpe, abriu-se espaço para a discussão e valorização das memórias da resistência. Neste sentido, as memórias do ME surgiu como ponto de inflexão no período militar, e portanto, contraponto às “comemorações” do Golpe.

Não se trata de rever e re-analisar o Movimento Estudantil, suas ações ou sua organização, sua estrutura, ou de realizar uma nova abordagem da sociologia da juventude a partir dos acontecimentos de 1968. Nestes 45 anos, muitas pesquisas foram realizadas sobre o tema, inclusive a mais importante, a meu ver, a de Marialice Foracchi, que observa e escreve sobre mobilizações estudantis enquanto elas acontecem, na década de 1960. Quase sempre as pesquisas sobre este tema partem dessa socióloga, seja refutando ou reiterando e complementando suas observações. Trata-se aqui, de observar o grupo, os atores que participaram daquele momento e das mobilizações, que se colocaram na arena política na disputa com o Regime Militar por demandas específicas aos estudantes universitários, mas também contra o modelo político que se instalava. Neste ponto da pesquisa, cujas análises resultam neste breve texto, exponho os modelos de construção do projeto de Justiça de Transição Tardia no Brasil. A partir deles, será possível ligar sua existência e suas instituições aos comportamentos dos atores em questão, bem como tais atores observam as ações “reparadoras” do Estado e suas implicações sociais.

1.5.1 Na contramão do tempo: a Justiça de Transição Tardia

> "Não consegui descrever o ano de 1964 em seus contornos históricos. Limitei-me a pensar como o assombrado japonês da anedota de Hiroshima: abri uma torneira. E ainda não tive condições objetivas para compreender o que aconteceu comigo e com os outros"[10]

No aniversário dos 50 anos do Golpe Militar, o Brasil coloca-se frente ao mundo pela primeira vez a procura aberta de seus fantasmas: a instalação da Comissão Nacional da Verdade, ainda que tardiamente, vem renovando e até mesmo recriando paradigmas para as pesquisas acerca dos movimentos sociais e políticos entre 1964-1985. Objetivando apurar as violações dos direitos humanos cometidos pelo Estado durante a Ditadura Militar (portanto, não cabendo análises sobre as ações da esquerda) de forma a tranquilizar as famílias e prover a reconciliação nacional, a comissão reascende ou retoma grupos e indivíduos de movimentos políticos há décadas desfeito pelo tempo e pelas transformações na arena política advindas do processo de redemocratização, mas com um dado novo: não somente suas ações políticas ou perdas no passado são reavaliadas, elas podem ser desculpadas, "justificadas" ou haver um processo de penalização moral por parte do Estado e dos setores militares que infligiram ao manifestante qualquer malefício objetivado por questões políticas.

Grupos como setores do Movimento Estudantil, foco da pesquisa, foram retomados agora com a nova perspectiva de atores adultos e num outro panorama institucional, o que afeta seu comportamento político, mesmo que não haja tal intenção. O referido Regime Militar deixou marcas, histórias, mas também dúvidas. Há mais para entender, para trazer à luz da contemporaneidade do que aquilo que foi escrito ou mencionado em depoimentos ao longo desses quase 50 anos do Golpe de 1964. Há quem mencione uma história dos "vencedores", e uma história "dos vencidos". Mas é a intersecção entre esses dois pontos de vista que pode mais se aproximar do real retrato do que foi esse período tão turbulento no país, interpretação que direciona esta pesquisa.

Entre as mobilizações estudantis, sindicais, entre a ascensão ao poder de militares renomados e da criação de líderes oficiais, entre a guerrilha, a luta armada, os desaparecidos e os

[10] Cony, Carlos Heitor.A Revolução dos Caranguejos. Vozes do Golpe. Companhia das Letras. São Paulo: 2004, pg.84

líderes da esquerda, há ainda o que não se sabe, o que não se conhece, o que pode ter sido esquecido. Há ainda quem não pode soltar a voz sobre sua experiência nesse momento que, carregando todas as perspectivas positivas ou negativas, negando ou aceitando as estruturas erigidas pelos militares, somos hoje um país com um histórico muito recente de uma ditadura.

É nesse sentido que este trabalho buscou trazer à tona as vozes de um grupo de militantes estudantis que comumente não é mencionado nos ciclos comemorativos. Assim, o objetivo desse trabalho foi o de contemplar, tendo o Movimento Estudantil de 1968 como foco, duas características enriquecedoras para os estudos sobre o Regime Militar Brasileiro, mas que usualmente são colocadas em segundo plano: a memória como referência importante e segura, bem como dar lugar à memória de atores, estudantes, que estavam fora das cúpulas e lideranças das capitais brasileiras.

Com isso, foi possível fornecer elementos que ajudem a minimizar a aura mística produzida por parte da literatura sobre o Movimento Estudantil (ME) brasileiro de 1968, quase sempre focado nas cúpulas do movimento, nos líderes estudantis das capitais. Embora seja um claro avanço no reconhecimento de atores políticos por anos ignorados, exilados ou condenados, a Comissão tem acesso aos documentos, aos depoimentos e traça análises que podem verificar desaparecimentos, mortes e torturas entre as décadas de 1960 e 1980. Não haverá punição, já que a Lei da Anistia (lei n°6.683, de 1979) isenta todos os brasileiros de sanções acerca dos crimes políticos cometidos entre 1961 e 1979. Como então, as investigações promoverão tal reconciliação?

A consciência da identidade dos torturadores e das execuções acentuaria o sentimento de impunidade em relação aos “vencedores” do Golpe? Quais os modelos políticos que se alteraram e levaram ao recente apoio do Estado à recuperação e à preservação da memória dos que lutaram contra o Regime Militar? Quais as relações desse processo que leva os militares a se organizarem e identificarem como grupo coeso que comemora seus próprios ciclos comemorativos? Apesar das inquietações que emergem, trata-se um grande passo para a estruturação democrática brasileira que veio anos após os vizinhos com histórico semelhante, como Argentina e Chile – estes delegando as suas versões da Comissão poderes punitivos. Após quase 50 anos, o Brasil olha para trás a procura dos próprios fantasmas, num movimento político direcionado à sociedade civil. Cabe a esta mesma sociedade, agora, compreender que tem peso, voz e poder

1.5.2 A ação pela legitimação da memória: os conceitos aplicados aos processos da Justiça de Transição

Justiça de Transição é um termo que pertence à área do Direito e que remete especificamente aos Direitos Humanos, mas que é comumente utilizado também pelos estudos da Ciência Política. Este termo originalmente designa um conjunto de leis, normas e ações, jurídicas e não jurídicas do Estado para acomodar e/ou sanar tensões causadas pela transição de um Estado Ditatorial para um regime democrático. Durante um Regime Militar, uma Ditadura ou algum tipo de Estado de exceção, a sociedade civil pode passar por diversas formas de agressão ou anulação dos direitos básicos humanos. Quando por um levante, uma tomada de poder ou uma reabertura política, o estado de exceção deixa de existir, a sociedade passa a cobrar as ações que infligiram o direito à vida, à segurança e à liberdade dos indivíduos, exigindo reparação aos que sofreram a violência e punição aos que a praticaram.

Nestes termos, a Justiça de Transição é tomada como base para a formação de grupos que cuidaram para que a adaptação ao novo regime político aconteça equilibrando as contas políticas do regime anterior, determinando grupos e comissões que criam os mecanismos de reparação, punição e esclarecimento da verdade sobre as lutas políticas. Modelos de “Comissões da Verdade” nos quais foi inspirada a Comissão Nacional da Verdade no Brasil passam a ser criados levando em conta as particularidades da repressão e do novo modelo e grupo político no poder em cada nação. Em países como Chile e Argentina, as comissões nasceram exatamente no período de “transição” entre um sistema e outro, sendo mesmo uma ferramenta de ajuste entre Sociedade Civil e Estado.

No Brasil, a Justiça de Transição passa a ser mais um conceito do que o processo que originalmente a descrevia. Excetuando-se a Lei da Anistia, de 1979, não houve políticas ou ações que promovessem esse acerto de contas entre a sociedade civil e o Estado brasileiro. Provavelmente porque esta Lei fora promulgada ainda durante o Regime Militar, após o auge das ações de tortura e conflitos, da guerrilha urbana, mas certamente ainda mantendo o país sob forte controle e repressão, não deu conta dos quesitos reparação ou busca pela verdade. Mas, eximia do sofrimento de qualquer punição aqueles acusados de crimes políticos entre o período de 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

Em 1985, os olhos se voltavam para a abertura política e para os projetos de adequação econômica do país ao modelo neoliberal, e o peso da violência sofrida pela mão do Estado parece ter sido esquecido, lembrado somente por aqueles que a sofreu. Assim, não houve uma Justiça de Transição brasileira. Não houve uma ligação entre Estado e Sociedade durante essa transição entre modelos políticos. Por isso, alguns teóricos do Direito criticam a utilização deste termo ao processo que ocorre hoje, quase 30 anos após o estabelecimento democrático, por considerá-lo ultrapassado num contexto democrático.

O termo, entretanto, tem sido oficialmente utilizado pelo Ministério da Justiça e pela Casa Civil em seus programas de reparação e esclarecimento da verdade sobre a Ditadura Militar. Deste conceito fundamental criou-se a Comissão Nacional da Verdade e os diversos programas que trabalham em conjunto desde 2011. Mas, o fato é que, no Brasil do século XXI, o termo tem um novo conceito. Um conceito que leva a elaboração de grupos e entidades que prezam pela revelação das verdades ocultadas pelos militares, bem como pela divulgação do conceito do direito à memória, tanto quanto da verdade. Firmando-se por meio da cultura do "Nunca Mais", os grupos e entidades criados a partir do Ministério da Justiça visam dar uma nova importância aos depoimentos dos que militaram contra a Ditadura, dando nova significância à sua memória e a sua interpretação – e reinterpretação - dos fatos.

Este conceito da valorização da narrativa e da memória frente a um momento ou objeto histórico amplamente documentado, embora muito discutido pela sociologia clássica em Walter Benjamim[11] (2009) ou em C.W. Mills (1969), é relativamente novo quando aplicado aos estudos da história e do comportamento político no Brasil, mas revela um forte direcionamento do Estado para se enquadrar ao modelo internacional de revalorização da subjetividade como fonte de análise histórica.

Se a aplicação dos conceitos de justiça de transição é tardia no Brasil, iniciada lentamente somente após os anos 2000, isso se deve, possivelmente, ao fato de que a única ação aplicada durante a transição política tenha sido um fator que mais "calou" a voz e a verdade dos oprimidos pela ditadura. A Lei da Anistia eximia de culpa os militares, dando a entender que os crimes

[11] BENJAMIM, Walter. Ensaios reunidos: escritos sobre Goethe. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2009. 192 p. (Coleção Espítito Crítico)

políticos contra a nação, tais como o terrorismo amplamente atribuído pelo estado repressor aos militantes, de quaisquer formas, seriam perdoados. Diante disso, não falava a massa que sofreu a violência, não falavam os militares que ainda ficariam por mais 6 anos no poder.

Somente 16 anos depois, 10 anos após o restabelecimento democrático, uma nova ação foi feita na busca da justiça que deveria ter sido feita durante a transição. Foi criada a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, através da Lei nº 9.140/95, vinculada, desta vez, à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, apurando os desaparecimentos e mortes de militantes políticos ocorridos entre 1961 e 1988, atribuindo ao Estado à responsabilidade dos acontecimentos entre setembro de 1961 e agosto de 1979.

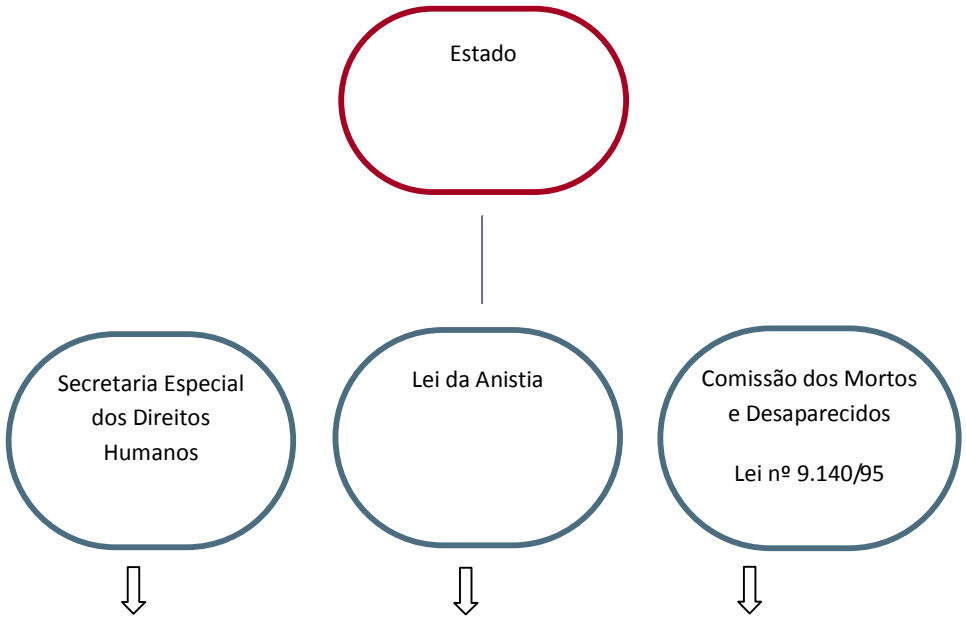
A comissão, entretanto, falha mais do que acerta:

> Durante os onze anos de trabalho da comissão, foram julgados 475 processos. Destes, 136 casos que já constavam no Anexo I da Lei nº 9.140/95, obtiveram imediatamente o reconhecimento da responsabilidade por parte do Estado pelas mortes ou desaparecimentos. Os outros 339 casos foram objeto de análise e debate pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos. Resultando dessa análise, 118 indeferimentos e 221 deferimentos (BIDNIUK; GABRIELA DA ROSA, 2013, s/p)

Pode-se então, compreender a JT no Brasil em duas fases: a primeira, referente à Lei da Anistia que se inicia durante a transição democrática, mas que, instalada ainda pelos militares, não corresponde aos itens identificados pelos órgãos defensores dos Direitos Humanos internacionais ou pela ONU, apenas silenciando ambos os lados, enquanto a segunda, que é retomada após os anos 2000, lentamente incorporando os itens determinados pelos órgão internacionais.Durante a primeira fase, esse processo partia do Estado e não contava com a Sociedade Civil, apresentando a ela somente os resultados das ações. Poderia ser visualmente representado da seguinte maneira:

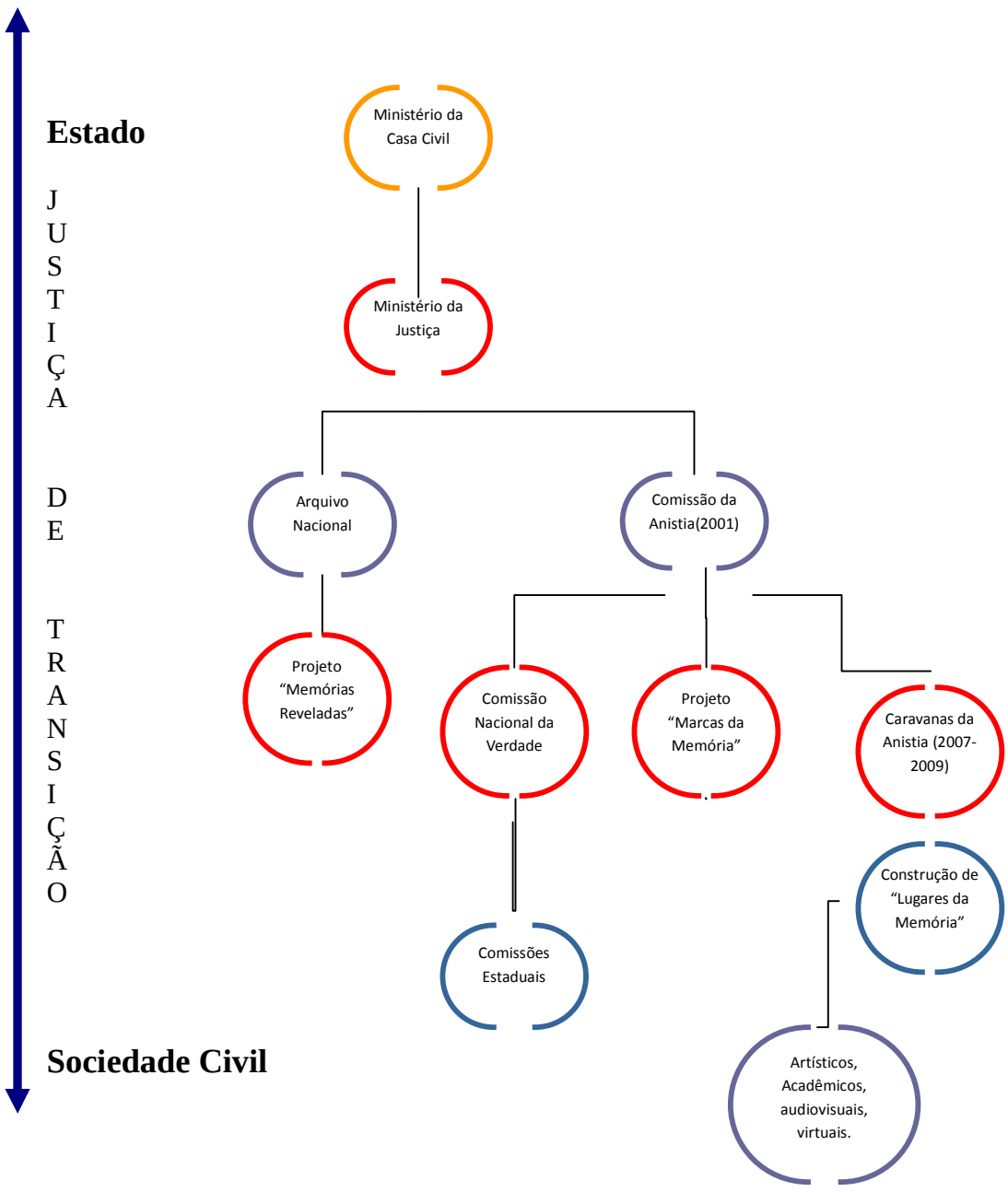
Organograma 1 - Processos da Justiça de Transição no Brasil/Fase 1

Justiça de Transição/ Fase 1 1979-1995



Acredita-se que ao longo da implementação destes três pontos não houve a intenção de trazer a Sociedade Civil para a participação real da transição democrática. Estes conceitos foram, talvez, métodos paliativos, que procuravam amenizar ânimos, conter possíveis revoltosos na tentativa adequar o país aos conceitos internacionais do que era apropriado num processo de construção democrática. É possível que a adequação econômica e política ao um mundo neoliberal, naquele momento, fosse o centro total da atenção das elites que coordenavam a transição. Na segunda fase, porém, a Sociedade Civil parece ser chamada a participação.

Fluxograma 1 - Processos da Justiça de Transição no Brasil/Fase 2



Neste processo de criação de órgãos e entidades para a sustentação da Justiça de Transição[12] tardia, existem, já no âmbito da esfera civil, os grupos de pesquisa[13] e a preservação da memória formada pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo, pelo Memorial da Resistência de São Paulo, pelo Núcleo de Preservação da Memória Política, a Comissão de Familiares e Desaparecidos, o Fórum de Ex-Presos Políticos, o Grupo Tortura Nunca Mais, a Associação 64/68, entre outros.

É fato, no entanto, que a sociedade civil brasileira não teve acesso a nenhum dispositivo de segurança na transição entre os modelos de governo. Neste caso, o termo se aplica ao processo e ações após o processo de transição que procura elucidar fatos e rever processos judiciais de forma a promover a verdade, a justiça, e, no limite, a reconciliação nacional entre os atores que se levantaram contra o regime de exceção, os grupos militares que ocupavam o poder e a sociedade brasileira. A cartilha menciona normas e medidas legais que confirmem a proposta de Justiça de Transição promovendo o esclarecimento sobre ações violentas que tenham vitimado grupos ou indivíduos, reparando tais ações quando possível. Bem, em tese, a Comissão da Verdade não tem caráter punitivo, então, os agressores ou os que promoveram os conflitos e a violência não poderão ser punidos. Então, como pode acontecer essa reparação?

É difícil prever se isso realmente acontece, se há realmente uma promoção da justiça para aqueles que perderam vidas, profissões, familiares. Para quem viveu por anos o medo, ou o dissabor de uma derrota injusta, é difícil devolver-lhes o tempo perdido, ou obter uma justificativa satisfatória. Um dos exemplos é a recente retratação do governo Dilma Rousseff, por

---

[12] A Justiça de Transição é um modelo internacional, cujos referencias não mudam muito quando se aplica em diferentes países. Na verdade, é recomendada pela ONU a fim de fornecer elementos para que a sociedade civil se integre ao movimento de instalação e fortalecimento da democracia. Em quase todos os países em que foi introduzida, teve como pilares as questões do esclarecimento da verdade, divulgação e preservação da memória, fim da impunidade sobre os praticantes da violência de massa, e a criação dos modelos de Comissão da Verdade. De acordo com o Ministério da Justiça do Brasil, os pilares descritos seriam construídos por meio de programas de reparação às vítimas, programas específicos para reparação de gênero, e, o ponto mais caro a este trabalho, as iniciativas de comemoração. São elas que reúnem as vítimas, os militantes, promovem um reencontro com outras partes da sociedade e possivelmente assim, a reconciliação desses atores com a história e com o ambiente em que estão inseridos agora, além de cumprir com a intenção de difundir as verdades sobre os fatos e preservar a memória, não apenas por meio da preservação de documentos em acervos, de livros, documentários, mas por meio da memória, da fala de cada autor, que reinterpreta seu passado e sua condição atual seguindo valores particulares, individuais. O tema Justiça de Transição se refere aos mecanismos que possibilitam que a sociedade civil esteja segura num processo de transição de um Regime de Exceção para um modelo democrático, como aconteceu com o Brasil durante o regime Militar de 194-1985, e nos primeiros anos de estabilização democrática.

[13] Ainda sob comando do Estado há a Referida Comissão da Anistia, o Condepe (Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana), o CEDIC (Centro de Documentação e Informação Científica/PUC-SP).

meio das ações da Comissão Nacional da Verdade, acerca dos fatores que levaram à morte do Jornalista Vladimir Herzog. Herzog morrera numa cela, aparentemente por suicídio. A família e setores da comunidade judaica contestaram por anos esse fato, acusando a repressão de tê-lo torturado até a morte e esconder o fato simulando um suicídio. No mês de março de 2013, um novo atestado de óbito afirma a morte por “lesões e maus tratos” (Anexo 1). Ora, familiares e grupos políticos defendem a causa “tortura”, mas retirar os indícios de suicídio, para eles, limpa a memória de um homem que lutava contra o regime de exceção.

De acordo com a cartilha, grupos e entidades serão construídos e/ou nomeados para ajudar a aplicar as normas que constituem a Justiça de Transição, trabalhando na divulgação da verdade, reparação, estimulação da construção de políticas públicas para preservação e divulgação da memória, tendo estes parâmetros como bases para uma noção de justiça e segurança pública democrática, bem como reforçar a cultura do “Nunca mais” (Cartilha Comissão da Verdade, 2012, p.6).

Do tema “Justiça de transição”, um tema subsequente passa a ser trabalhado e reafirmado a partir do 3º Programa de Direitos Humanos (PNDH-3), elaborado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em 2009, “O Direito à Memória e a Verdade” que fomentou a criação de grupos e arquivos que reúnem documentos, depoimentos, processos e qualquer tipo de prova da repressão do regime de exceção sobre a sociedade civil. Deste programa é a criação da Comissão Nacional da Verdade o ponto mais importante, já que a mesma tarefa de recolher e organizar provas da repressão que algumas instituições possuíam, passa a ser do Estado. De acordo com este ponto de vista, a reparação de uma ação violenta no passado, como a morte de Herzog, passa a ser uma ação reparatória do Estado para com um indivíduo, uma família, uma comunidade, e num plano geral, para com a Sociedade Civil.

A sociedade civil talvez seja muito mais privilegiada nesse processo do que os indivíduos os quais a comissão buscará a verdade e a reconciliação (embora não a justiça). E a ela que, conhecendo a verdade, pode apegar-se ao “Nunca mais” e defender-se de qualquer processo que torne a surgir procurando anulá-la. O fato de haver anistia não pode configurar-se como licença para que tudo seja esquecido. Conhecendo os fatos do processo de transição, é possível promover, de acordo com a cartilha, a paz política e assim uma sociedade que se desenvolva com o controle da própria história – base principal para o controle de seu futuro.

É nesta perspectiva de legitimação e controle da história por meio do levantamento dos dados e tornando-os conhecidos pela sociedade civil que surge o espaço mais recente para as reelaborações acerca da importância do ME para seus atores, e dos caminhos trilhados pelos atores, para o Movimento Estudantil. O espaço dado para a reestruturação da memória histórica a partir desses novos valores a ela atribuídos abre perspectivas para novas discussões, mas as conceituações clássicas sobre o tema continuam como ponto de direcionamento das pesquisas sobre a atuação do ME ao longo dos anos dos governos militares. No próximo capítulo, um balanço dos tipos de literatura produzida sobre o ME e sua importância para a manutenção dos quadros mnemônicos elaborados por seus atores será explorado. Nessas literaturas, emergem as perspectivas da academia acerca do movimento enquanto grupo social e/ou grupo político, mas também como plano de construção e legitimação das memórias pessoais, expressas nas biografias e nos textos memorialísticos.

Capítulo 2 - Leituras de 68: Análises sobre o Movimento Estudantil no Brasil de 1968

Este capítulo apresenta alguns dos tipos de análises construídas na literatura sobre o movimento estudantil e como cada uma contribui na formação da memória e da constituição da simbologia do grupo. As leituras produzidas sobre o tema partem de um olhar e de uma associação especifica aos outros elementos estruturais que contribuam em sua identificação, o que permite, por sua vez, identificar quais as razões que levaram a esta associação, em que ambiente histórico e social foram produzidas, pois dessa forma chega-se a expressão do lugar ocupado pela memória do ME naquele momento.

Se memória se constrói a partir de quadros de representação, tais quadros são externos aos indivíduos, construídos a partir dos grupos sociais nos quais ele se insere, nas discussões e ideias presentes ali e também naquilo que se lê se produz sobre um determinado assunto. Não só das lembranças pessoais, portanto, se apreendem as percepções formadas pela rememoração. Elas fazem parte de um mosaico de muitas peças. Desta forma, as leituras sobre 68 exercem um papel fundamental, tanto na forma como os atores reinterpretam o próprio passado quanto para as novas gerações que se baseiam nelas e em seus relatos particulares para formarem a concepção histórica dos eventos.

Como ponto de inflexão na história do país, vários tipos de leituras foram produzidos ao longo desses 40 anos e pode-se observar certa linearidade em cada tipo. Observou-se 1968 por meio de lentes diferentes, sempre buscando associar os eventos do ano a algo em que se pousasse certa explicação. Assim, temos as leituras históricas por meio da representatividade que analisam e explicam o Movimento Estudantil de 1968 por meio da história das entidades representativas, especialmente a da UNE. Como nota-se, essas leituras se concentram na possibilidade da existência de uma propensão inata dos jovens para a revolução, a partir da qual os grupos de associação e entidades representativas são criados para organizar tal capacidade e intenções políticas.

As leituras de 1968 fornecem uma pista de como a memória do ME no Brasil foi construída ao longo do tempo, mas para além, mostram como a consolidação democrática e os processos de ampliação das possibilidades de pesquisa e mesmo da expressão dos atores se alteraram. Pode-se observar alguns “pulsos” de produção sobre o tema, que respondem de forma semelhante às indagações que se alteram frente a diferentes panoramas políticos. As leituras

feitas naquele ano exaltam a combatividade e a urgência em concentrar esforços na derrubada da ditadura. Mais a frente, as leituras passam a se concentrar nos questionamentos: por que em 68? Por que aqueles estudantes? As respostas viriam baseadas na Sociologia da Juventude, no conflito entre gerações e na busca da libertação da figura paterna, no entanto, elas cederiam espaço na década de 1970 às pesquisas que compreendiam o movimento como expressão das tensões próprias de sua classe de origem, em que o estudantado se organizaria como uma categoria social paralela e com demandas políticas próprias, mas sempre conectados às questões de sua classe de origem.

Assim, entre as análises sobre o ME no Brasil, neste trabalho tem-se 3 lentes principais:

1. A abordagem histórica;
2. A análise epistemológica proveniente da sociologia da juventude, das quais derivam as abordagens sobre o choque geracional, a origem, classe social, categoria social e a teoria da transitoriedade;
3. Os textos memorialísticos, o ME como movimento político de esquerda em contraponto ao Golpe e as biografias.

Os dois primeiros modelos se intercalam e os autores principais buscam referências uns nos outros para definir suas teorias, mas normalmente refutam a abordagem das memórias. As produções memorialísticas, quando não emergem na forma de biografias, só aparecem ciclicamente, nos eventos de comemoração a cada 10 anos, tendo se intensificado desde os “30 anos” de 1968, em 1998.

Um das justificativas é que isso ocorre porque a perspectiva do ME, sendo inicialmente derivada da abordagem geracional da sociologia da juventude européia, busca elementos que legitimem o movimento enquanto articulação política, conferindo-lhe uma práxis e uma agenda particular. Olha-se, nesses modelos, para o todo, mas perde-se o indivíduo. Ainda que um líder seja convidado a expor suas memórias num trabalho, o sentido comumente é fortalecer a leitura do ME como estrutura. Neste trabalho, partindo-se do pressuposto de verificar as conexões entre os indivíduos e seu grupo de origem por meio da memória, é o processo de *ressignificação* do passado o fio condutor para as ponderações a seguir.

Como expressão social e política de várias associações estudantis, culturas políticas diferentes e por vezes divergentes, ciclos de presidências à direita e à esquerda dos líderes

nacionais, o movimento estudantil do qual se recorda ao pensar 1968 tem muitas facetas que não podem ser determinadas na terminologia de um ano. Seu passado, os objetivos iniciais das entidades representativas que levaram a rachas internos, novas associações, alterações nos panoramas políticos do Brasil ou de cada Estado e a repressão que acontecia de maneira cada vez mais latente, mas que sempre esteve presente na dinâmica estudante/ estado.

Ao observar a estrutura do ME, percebem-se as diferentes esferas as quais ele se dividia, intercalava. Por isso, as leituras acadêmicas acerca do tema são tão diferentes e ao mesmo tempo, tão férteis. Diante da grande oferta de textos, livros, arquivos, documentários, depoimentos e entrevistas, se tornaria repetitivo reproduzir o contexto e a história dos caminhos que levaram as mobilizações estudantis aos acontecimentos de 1968

Por isso, o objetivo não foi discutir sua história, mas ponderar, por meio dos principais pontos de inflexão que culminaram com as prisões em Ibiúna, os tipos de leitura produzidos no Brasil sobre este tema. Utilizou-se, portanto, de uma linearidade histórica para expor tais pontos, e ao mesmo tempo, discutir a cada um deles os tipos de produção e discussão mais relevantes. A intenção foi buscar os elementos que forneceram a possibilidade de associação desses atores ao seu grupo, mesmo após tanto tempo. O que caracteriza o ME daquele ano como algo tão pungente que não permitiu que o tempo desfizesse os laços construídos pela militância, ainda que justificados, hoje, somente pela lembrança.

2.1 Abordagens históricas nas leituras de 68: a UNE como representante do protagonismo estudantil

As abordagens históricas recriam o desenvolvimento das atividades estudantis em torno da construção de sua entidade representativa máxima: a UNE. O processo de construção de uma entidade centralizadora pode ser interpretado externamente como a instituição de uma categoria social específica que define por meio de sua representatividade oficial os parâmetros pelos quais interage com os grupos externos e, ao mesmo tempo, um reconhecimento interno do grupo como unidade portadora de penas amentos, demandas e comportamentos particulares frente ao restante do universo social no qual se inserem. Portanto, os primeiros passos do reconhecimento interno

de grupo são os propulsores para a construção da memória de grupo que se fará mais tarde. Neste texto, apresenta-se três dos trabalhos mais utilizados na exploração da abordagem histórica da articulação estudantil no Brasil enquanto categoria social: as obras de Arthur José Poerner (1979), Antonio Mendes Junior (1981), e Maria Paula Araújo (2007).

O poder Jovem, de Artur José Poerner (1979), é um dos mais célebres textos sobre a participação política dos estudantes no Brasil. Iniciasse a análise das leituras de 68 com este texto, pois é referencia para outras produções, desde as acadêmicas com caráter epistemológico, até as entrevistas e textos memorialísticos. Poerner (1979) se coloca em muitos momentos como porta-voz de uma geração e em outros permite uma clara conexão de sua leitura com o conceito geracional de conflitos que permeiam "as juventudes". O autor toma para si a tarefa de reconstruir os passos das organizações estudantis, do Império, passando pela Casa do Estudante, até as manifestações das décadas de 1960. Com a primeira edição lançada em 1968, Poerner observa de perto os acontecimentos que culminariam com as prisões em Ibiúna, sem, no entanto, chegar a descrevê-las em profundidade.

> É, assim, este trabalho uma obra engajada, mas sem mistificação, pois que mostra o engajamento em toda a sua sinceridade. E tem com isso um dos seus maiores méritos: os estudantes brasileiros mais definidos nas suas posições de luta estudantil e política poderão divergir sem equívocos do autor (Poerner,1979, p.22)

Seu texto se divide em duas partes principais: antes da construção da UNE, na qual define o caráter do estudante brasileiro frente aos estudantes de outras nações e a partir desse delineamento político - cultural do estudante latino – brasileiro, as demandas e enfrentamentos empreendidos após a fundação da UNE. Uma análise histórica, porém com um posicionamento combativo e de defesa das características revolucionarias que seriam inerentes ao ME muito claros do autor.

> O grau de importância dessa obra se mede pela soma de desafios que encerra à inteligência brasileira e à antiinteligencia florescente no Brasil. Repto aos estudantes, repto aos antiestudantes.[...] O movimento estudantil brasileiro tem sido, periodicamente, vítima tanto de suas veleidades de autonomia dentro do processo histórico brasileiro, quanto de suas veleidades de onipotência em certos momentos épicos (POERNER, 1979, p.23)

Esta última afirmação mostra com o ME pode por vezes ser analisado como organismo autônomo e desligado de seu contexto. O foco de seu texto está em mostrar que o Movimento Estudantil chega em 1968 como organismo político “em si”, com uma cultura política própria que não se dissocia dos elementos contextuais, históricos, mas que responde a eles na medida em que vão acontecendo, ou seja, tem uma perspectiva mais orgânica das articulações estudantis.

> O estudante aqui, como em muitos outros países da América Latina, é movido por algo mais do que o simples espírito anarquista que caracteriza o jovem moderno na Europa ou nos Estado Unidos. Esse algo a mais, que torna o estudante brasileiro muito mais maduro, politicamente, do que o seu colega europeu ou norte-americano, consta de uma profunda decepção quanto à maneira como o Brasil foi conduzido no passado, de uma violenta revolta contra o modo pelo qual ele é dirigido no presente e de uma entusiástica disposição de governá-lo no futuro. Devido a essa perspectiva de poder – que muitas pessoas, imediatistas e carentes de imaginação, podem considerar utópica, mas que é, afinal, uma conseqüência inevitável das leis naturais –, o estudante brasileiro é um oposicionista nato. E tem sobejas razões para isso (Poerner, 1979, p. 32)

O texto não dialoga com nenhuma chave sociológica, mas transita entre argumentos que poderiam encaixá-lo nas análises da Sociologia da Juventude, na medida em que acredita que a disposição ao enfrentamento político do estudante brasileiro é inerente a sua condição de jovem e que são as condições contextuais brasileiras que o tornam mais combativo que o jovem europeu.

> A tendência latino-americana, bem manifesta no Brasil, é de tornar *cada* vez mais política a participação estudantil na vida nacional, uma vez que permaneça atual a denuncia que os universitários de Córdoba fizeram , em 1918[...] 'Sabemos que nossas verdades o são – e dolorosas – de todo o Continente... Não se reformavam nem planos nem regulamentos por temor de que alguém, nas mudanças, viesse a perder o seu emprego...os métodos docentes estavam viciados de um dogmatismo estreito para manter a universidade afastada da ciência e das disciplinas modernas […] Os corpos universitários, zelosos guardiões dos dogmas, tratavam de manter a juventude em clausura, acreditando que a conspiração do silencio pode ser exercida sobre a ciência [...] As dores que nos ficam são as liberdades que nos faltam” (Antônio Noronha Filho, e Pedro Meira – Do DCE Livre da Universidade federal do rio de Janeiro - “A verdade do movimento estudantil”, Jornal do Brasil, Caderno Especial, 6 de Novembro de 1966. (Poerner , 1979, p.43)

Assim como Poerner (1979), Antonio Mendes Junior (1981) também produz uma leitura clássica sobre o ME no Brasil partindo da questão da centralização da ação pela UNE, mas sistematiza blocos ou fases onde a atuação política responderia de maneira diferente de acordo com cenário político do país. Neste caso, o autor não tem dificuldades em compreender e expor o ME como um movimento político, transcendendo a visão de movimento de juventude com

protagonismo político de Poerner (1979), descrevendo as transformações da participação estudantil no cenário político-cultural nacional, desde o período colonial até a ditadura militar decorrente do golpe de 1964, numa tentativa de desmistificar o caráter de transitoriedade que muitos autores atribuem ao movimento estudantil, devido à própria condição passageira que é "ser estudante".

Entretanto, acredita que a fluidez do movimento estudantil constitua uma característica de renovação do mesmo, uma vez que, desde o período colonial a participação seria a mesma, apenas os tipos de atuação é que se modificaram com o passar do tempo e com as transformações sócio-culturais, políticas e econômica, embora essa participação não se dê de forma contínua, mas sim permeada de ciclos mais e menos expoentes ou de maior ou menos protagonismo.

A ideia principal é que a categoria existe e permite um tipo de expressão política não identificada em outros grupos sociais e que o indivíduo seja estudante por alguns anos, entrando e saindo deste universo após um tempo, a categoria em si não deixa de existir na ausência do estudante que se forma, ela é preenchida continuamente. A linearidade e a constância da categoria, ainda que haja flutuação nos quadros de seus componentes, podem ser dos fatores que contribuam a construção simbólica da identidade de grupo. Assim, divide a participação estudantil em quatro etapas ou ciclos diferentes:

i) Os pontos focais de atuação no Brasil Colônia*:* Do fim do período colonial até os primeiros anos do Império, ainda não se constituía enquanto movimento, mas se expressava em ações isoladas dos filhos da elite que partiam para estudar na Europa e, quando retornavam, estavam impregnados de ideias de caráter iluminista e liberal, revolucionário. Fascinados pela revolução norte-americana, buscavam libertar-se da metrópole, através de um grupo que, no exterior, buscava apoio para uma possível independência. Mais tarde, alguns destes estudantes participaram ativamente da Inconfidência Mineira. Entretanto, a sociedade escravista pouco a pouco, se encarregava de barrar os ideais revolucionários dos jovens estudantes;

ii) As primeiras organizações para mobilizações de grupo (*e*ntre o Império e a Primeira República) Surgem na época alguns clubes estudantis republicanos e abolicionistas que produziam jornais e até mesmo se encarregavam de dar assistência a negros que conseguiam escapar do cativeiro. Não havia, porém, uma bandeira que unificasse sua luta. Ações de repressão já se percebiam, como a que resultou na chamada "Primavera de Sangue", em que dois estudantes foram mortos durante uma manifestação no Largo do São Francisco. Surge, então, os primeiros

grupos de atuação, como a “Liga Nacionalista”, liderada por Olavo Bilac, que iniciou uma campanha em prol da entrada do Brasil na Primeira Grande Guerra, contra a Tríplice Aliança. De cunho liberalista, condenou a Greve Geral de 1917, considerando-a um atentado contra a nação. No entanto, se os estudantes que militaram contra a ditadura são normalmente classificados como provenientes da classe média, os estudantes do Império eram os bacharéis, proveniente das elites. Contrariando Poerner (1979) que observa uma linha ininterrupta de mobilizações, ainda que com pesos diferentes, para Mendes Júnior, ate a década de trinta, a atividade política estudantil quase inexistiu, voltando a aparecer somente na Revolução Constitucionalista de 32 em São Paulo, após a derrubada de Washington Luis;

iii) 1937 – 1968 Centralização estrutural para a organização das ações em grupo: a formação da UNE. Primeira organização que unificou nacionalmente todos os grupos estudantis regionais, a União Nacional dos Estudantes, fundada em 1937, baseada na luta pela democracia, passou a ter uma considerada relevância tanto na atividade política estudantil quanto na nacional, expressando-se através de palestras que passavam desde “A Função da Universidade” até “Participação Política do Estudante”. Lutou contra o fascismo e pela entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, após o bombardeio de vários navios brasileiros pelos alemães, e pela criação de uma empresa estatal de produção e refinamento de petróleo, através da campanha “o petróleo é nosso”. Passa pela chamada “fase negra” em que a esquerda perde o poder e o Departamento de Estado, por concessão da nova diretoria, tem total controle do movimento estudantil em 1951. A recuperação da esquerda se da em 1956, quando o então presidente Jose Batista de Oliveira Junior comanda uma greve contra a carestia, contra o aumento do preço dos bondes;

Com o início da década de 1960, as diretorias da UNE espelham o que se passava entre as bases estudantis, com intensa ascensão de membros da Ação Popular, dissidência da Juventude Universitária Católica e disseminação dos grupos provenientes da esquerda católica. Neste ponto há outra divergência entre os dois autores: enquanto Poerner (1979) credita o protagonismo estudantil na arena reivindicativa à disponibilidade inerente do jovem para a revolução quando os outros movimentos se calaram frente à repressão e ao Golpe, para Mendes Júnior (1981) há uma tentativa de diálogo com o novo regime durante os primeiros anos do Golpe, mas vê ser impossível. As concessões populistas que via nos anos anteriores não mais acontecem, ao

contrario, o endurecimento do regime e a repressão são cada vez maiores e passa-se então a lutar contra a ditadura, sem deixar de lado os ideais de uma reforma universitária. O mesmo cenário é visto por uma das leituras como um freio á articulação e outro como propulsor, esses posicionamentos se invertem ao analisar como o AI-5 afeta as lutas estudantis;

iv) 1969-1979 Desmembramento das entidades, e a formação de quadros atuantes na luta armada: Quando o movimento arrefece após as prisões de Ibiúna e do AI-5, a luta armada é opção para alguns estudantes, que já tinham ligações anteriores com os grupos, mesmo dentro do ME. Mas essa transição é vista como um rompimento para Poerner (1979), pois deixa de carregar a bandeira estudantil e é por ele criticada, ainda que no momento de sua escrita houvesse apenas a possibilidade desta transição. Mendes Junior (1981), ao contrário, observa os acontecimentos com certo distanciamento, e entende a guerrilha como uma ramificação possível para ME.

Ambos os autores ressaltam que, ainda que a transitoriedade da condição pessoal de estudante seja clara, não interfere no caminhar do movimento, sendo este o portador e responsável pela expressão dos *sentimentos e desejos da sociedade brasileira* (Mendes Júnior, 1981*)* em diversas situações, e mesmo por algumas das conquistas da população, tendo desempenhado um importante papel histórico e nas transformações político-sociais do país.

> Nos demais países latino-americanos submetidos a ditaduras fascistas, onde os estudantes participam do âmbito de outros movimentos, pois o estudantil não existe com a tradição e o vigor do brasileiro e dos aqui citados, também já se assinalam, não obstante, os sintomas e influencias da onda de conscientização que varre a população jovem e majoritária do continente. Nesse sentido, a rebelião da juventude brasileira é, com algumas peculiaridades nacionais, a rebelião de toda a juventude da América Latina. As estruturas paralisantes e retrógradas e os inimigos da juventude são os mesmos (Poerner ,1979, p. 43)

Diante disto, há certa disposição das leituras históricas em caracterizar o movimento estudantil como um organismo, descolado das características individuais de seus integrantes: ele se moveria sempre, assumindo seu papel de protagonista ou de transformador, estimulado pela formação social e política do momento e a ela responderia. Os líderes e as correntes ideológicas internas seriam elementos a atuar em segundo plano na determinação dos direcionamentos do movimento, uma vez que a transitoriedade estudantil não era elemento suficiente para desestabilizar qualquer posicionamento.

Como Mendes Jr. (1981), do Brasil colônia à fundação da UNE, Poerner (1979) descreve as mobilizações estudantis mais importantes. No entanto, ainda não se tratava de um movimento

estudantil, com pautas definidas e uma organização clara e coesa, nem mesmo um movimento de juventudes. Tratava-se de lutas sociais ou políticas específicas, as quais grupos de estudantes locais se juntavam, como a Inconfidência Mineira, as campanhas Abolicionista e Republicana. Nestes momentos, o foco era a luta política em si, e não o grupo de estudantes. Observa também alguns momentos de insatisfação e organização da juventude militar brasileira no século XIX, identificando um comportamento "revolucionário" que estaria presente no século XX nas manifestações estudantis brasileiras e latinas. Neste momento, entretanto, acredito que há novamente uma intersecção nas análises entre os padrões da sociologia dos movimentos sociais da juventude e o Movimento Estudantil aqui analisado.

A repressão violenta às manifestações não esteve sempre ligada ao ideal revolucionário da década de 1960. Durante a Primeira República começa a se delinear uma organização política propriamente estudantil e em 1909 ocorre um dos primeiros embates que caracterizariam parte da relação estudantes – governo neste século: a violência. Ao final do governo de Afonso Pena, o embate entre Rui Barbosa (civilismo) e o Marechal Hermes da Fonseca (militarismo) acirraram os ânimos entre partidários dos dois lados. No dia 22 de setembro, os estudantes saíram em passeata em prol de Afonso Pena, encenando simbolicamente o enterro do militarismo.

A passeata foi reprimida com violência, gerou tumulto entre militares, estudantes e outros civis, culminando com a morte de dois estudantes, José de Araújo Guimarães e Francisco Pedro Ribeiro Junqueira. Houve cobertura jornalística ampla e evento passou ser conhecido como Primavera de Sangue, com ampla repercussão entre os civis, que cobravam alguma postura de Nilo Peçanha. Houve ainda a participação de estudantes no movimento Constitucionalista, mas sem vinculação direta com as escolas e universidades. É preciso levar em conta que no período o acesso à Universidade era ainda mais restrito do que nos anos da ditadura que Universidades importantes, como USP, UnB e os Institutos Isolados ainda não existiam, e que estas Escolas Superiores não tinham uma organização entre si.

A própria disposição dos capítulos nas leituras históricas mostra que os autores trabalham o estudante "através" dos processos políticos, da luta pela República no século XIX ao retorno às manifestações nas ruas na década de 1970. No entanto, não empreende um modelo de análise que identifique as características mobilização estudantil para além dos adventos históricos. É a partir da formação da UNE que surge uma cultura política interna às entidades estudantis, mas tais leituras definem os padrões de relacionamento, rachas ou coesão entre as diferentes correntes

políticas que se formam a partir dali como elementos particulares ao movimento estudantil, ligadas ao conceito de "identidade revolucionária" do estudante brasileiro – conceito presente em muitos dos textos que analisam o ME de 1968.

2.1.1 Leituras Históricas – O processo de centralização e a formação simbólica do grupo

A cultura política estudantil brasileira começa a se delinear ao mesmo tempo em que se dá o processo de centralização de seus interesses e mobilizações. É na centralização, ou seja, no advento de uma entidade que organiza e abriga os grupos estudantis de diferentes universidades aonde surge o espaço para a formação simbólica do grupo, através da formação da entidade que seria portadora e ponte de expressão de seus posicionamentos e demandas. Um dos primeiro eventos estudantis de caráter centralizador aconteceu ainda em 1910, em São Paulo, o "I Congresso Nacional dos Estudantes", encontro que contou com cerca de mil estudantes provenientes de várias escolas e regiões do país.

O evento foi bem sucedido, mas não produziu nenhuma deliberação final que resultasse num dispositivo para a interação entre as varias entidades e associações estudantis (Poerner, 1979, p.134) Tais entidades eram regionais, formadas a partir de algum interesse específico que não abarcavam o estudante como uma categoria específica e unificada, mas sim um grupo de jovens que se associavam em prol de algum interesse político-cultural, como a Frente Vermelha Estudantil, a União Operária Estudantil, além daquelas formadas em torno de um curso. Muitas dessas entidades eram transitórias, se desfaziam à medida que o interesse social do grupo era atingido ou se tornava obsoleto. Ainda não havia o conceito simbólico do grupo estudantil que estreitava laços entre os estudantes e as entidades. Era crescente, porém, o interesse em reunir esses diferentes grupos em Assembleias e encontros que discutissem assuntos mais gerais. Aos poucos, o interesse tornou-se necessidade em criar um instrumento que ao mesmo tempo organizasse e se expressasse pelos estudantes.

Havia desde 1929 a Casa do Estudante do Brasil, formada pelos representantes da Federação Acadêmica do Rio de Janeiro[14]. Mas, até então, a Casa do Estudante do Brasil não

[14] Presidida por Ana Amélia de Queirós Carneiro de Mendonça, a entidade, embora acolhesse diversas entidades regionais estudantis, não as regimentada, e se ocupava de reunir e realizar eventos estudantis de caráter "recreativo",

unificava, apenas acolhia aos grupos estudantis que desejassem promover encontros. No entanto, a entidade era vinculada e simpática ao governo de Getúlio, dirigida em caráter vitalício. Esses dois aspectos não agradavam aos estudantes. Três anos depois, a entidade acolhe o 1 Conselho Nacional dos Estudantes, na Faculdade de Belas Artes do Rio, instalado pelo Ministro da Educação. No segundo dia de plenário, 13 de agosto, foram discutidas as possibilidades e itens para o Estatuto de uma entidade máxima estudantil. Para alguns pesquisadores, neste momento é criada a UNE, embora ainda sob a tutela da Casa do Estudante (Poerner, 1979, p.132).

No dia 16 o conselho reuniu-se novamente, concluindo e divulgando os itens do estatuto pelo qual ficara acordado que se pautariam e dirigiriam todas as entidades representativas estudantis do país. Definiu-se uma Secretaria Nacional sediada na Capital Federal, o Rio, e secretarias estaduais, administradas por um presidente e dois vice-presidentes que seriam escolhidos em novos Conselhos anuais em outros estados. O Conselho voltou a ser realizado no ano seguinte como o Congresso Nacional da UNE, sendo a primeira reunião caracterizada como o I Congresso.

O II Congresso também foi realizado no Rio, com início em 5 de Dezembro de 1938, com chamada da Casa do Estudante a mais de 80 entidades estudantis. Neste congresso não apenas temáticas estudantis, mas questões como a política externa e econômica e seus efeitos não só para o ambiente estudantil mas para a sociedade brasileira como um todo foram discutidas em plenária. A primeira diretoria da UNE foi eleita neste congresso, com mandato até agosto de 1939. Tal corpo diretor passou a organizar e coordenar as atividades estudantis em caráter nacional, entrando em contato com o Ministério da Educação acerca de uma reforma geral e nacional do ensino superior, e abarcando 112 entidades estudantis, organizando e intermediando suas relações. (Poerner, 1979, p.141). Apesar do descontentamento e das divergências entre as lideranças do Conselho Nacional e Ana Amélia é apenas no III Conselho, em Agosto de 1939 que ocorre o desligamento da Casa do estudante do Brasil.

O IV Conselho ganha ares de evento político, com a presença do Ministro da Educação em sua abertura, em 19 de julho de 1940. Neste momento o conselho já regimentada 135

---

eventos artísticos e esportivos. Os eventos de caráter político eram realizados por entidades locais.Um dos mais importantes destes eventos regionais ocorreu em 1934, quando estudantes de Direito realizaram o 1 Congresso da Juventude Operaria- Estudantil no Rio de Janeiro, com adesão de estudantes de Engenharia e de setores da Juventude Comunista. O Congresso foi realizado com sucesso e iniciou-se ali as discussões e associações para o desenvolvimento de uma entidade que os unificasse.

entidades estudantis ao redor do país. Este é o último Conselho experimental ou de ajustes: funda o Teatro da UNE, reformula os estatutos e passa a dividir as entidades estudantis entre a) representativas; b) culturais; c) esportivas; d) femininas e e) assistenciais. A partir disso, o Conselho consolida sua presença nas discussões acerca do contexto político e do comportamento do governo brasileiro frente às questões internacionais, como a Segunda Grande Guerra, atuando agora não apenas como entidade, mas como organismo que respondia pelos estudantes. Há uma transição importante. Nos anos seguintes, a UNE se posiciona como porta-voz dos estudantes brasileiros na luta antifascismo. Um dos principais nomes que ocuparam a presidência da entidade no período foi Hélio de Almeida que seria ministro de João Goulart na pasta de Viação e Obras Públicas (Poerner,1979, p.155).

Com a consolidação da Une, outras entidades se empenhavam em organizar seu trabalho. É neste período que o DCE da Universidade do Brasil (posteriormente UFRJ) no Rio de Janeiro consegue sua primeira sede. As contribuições entre UNE e o recém-articulado DCE foram importantes para pressioná-la o governo a se posicionar contra o nazifascismo durante a guerra. Em 4 de Julho, organizam a primeira grande passeata de cunho político. O posicionamento do governo Vargas contra o Eixo resulta, para os estudantes, na primeira sede da UNE após o desligamento da Casa dos Estudantes: com o controle brasileiro dos bens dos países do Eixo e fechamento de Clubes que tivesse origem alemã, italiana e japonesa, ocorreu o fechamento, no Rio, do Clube Germânia, edifício na Praia do Flamengo. Assim, os presidentes da Une, DCE da universidade do Brasil e formalizam pedido ao presidente para ocupar o prédio. Com as a perspectiva de negativa do pedido, os estudantes ocupam o prédio. As três entidades passaram a dividir o prédio (Poerner, 1979, p.163).

O quinto conselho, em 14 de setembro de 1942, conta apenas com 300 estudantes, possivelmente pela tensão da entrada do Brasil na Guerra, ao lado dos aliados, capturando a atenção das entidades representativas. Uma crise viria com a demissão voluntária do presidente eleito, Hélio de Almeida, em repúdio à criação, pelo governo, da Juventude Brasileira, que seguia modelos associados à juventude fascista italiana e que teria sede no mesmo prédio da UNE. A obrigatoriedade de coexistir no mesmo espaço físico com uma entidade de cunho fascista leva o relacionamento entre a UNE e o governo às tensões. Aos poucos, inicia-se uma nova aproximação entre estudantes de esquerda e udenista. Ao final do Estado Novo, a UNE passa por um período de 4 anos sob a direção de presidências de esquerda, a chamada hegemonia socialista

da UNE, e é neste período que a campanha em que estudantes e sociedade civil se juntaram foi mais expressiva, na gestão 1947-48 de Roberto Gusmão com o movimento “o petróleo é nosso”.

No 12º Congresso[15], realizado na Bahia, as tensões entre estudantes de esquerda e direita reaparecem, quando os direitistas estão empenhados em vencer a disputa pela presidência. Em 1949, conseguem seu objetivo elegendo Paulo Egydio para a presidência da UME no Distrito Federal. Após, há uma fase de hegemonia da direita na presidência da UNE de 1950-56 Essa seria a quarta fase da Une. A Quinta é chamada de *ascensão democrática*, finalizando a hegemonia direitista com a eleição de José Batista de Oliveira Júnior, previamente presidente da UME. Nesta gestão se iniciam as primeiras associações entre comunistas e a igreja católica dentro do Movimento Estudantil.

Em 1960 a ascensão da juventude católica na UNE ganha contornos mais fortes com a eleição de Paulo Arantes e crescente presença da AP – Ação popular. Nesta gestão é realizada a “greve de um terço”, quando estudantes se mobilizam pela presença de um terço de representação de estudantes nos órgão administrativos colegiados das universidades, como Conselhos Universitários, algo assegurado pela Lei n. 4.024, 20 de Dezembro de 1961, a chamada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mas que não era colocado em prática.

Para Poerner (1979), o 29º Congresso[16], em 1967, foi inferior em resultados ao Congresso de Belo Horizonte, em 1966, pois os delegados deixaram de lado as agendas estudantis e passaram a se concentrar no que chamou de “altas elucubrações político-revolucionárias, eivadas da tendência infantil e imatura a encarar o estudantado como classe”. Entretanto, a carta aberta da UNE no Congresso em 1966 demonstra claramente um posicionamento que, senão de classe, ao menos coloca simbolicamente um grupo ideologicamente heterogêneo organizado e agindo de acordo com um único direcionamento, opondo-se ditadura e seus efeitos na sociedade tão incisivamente quanto na exposição das demandas estudantis.

---

[15] Neste congresso é elaborada a Declaração da Bahia, texto programático do ME sobre a Reforma universitária, um dos mais importantes porque marca o inicio das demandas que acirraram o posicionamento radical estudantil a partir de 1960. A carta do Paraná tem o mesmo efeito, sendo divulgada inclusive durante o 2 Seminário Nacional da Reforma Universitária

[16] O congresso de 67 teve mais representatividade que o de Belo Horizonte, 400 delegados na reunião, esquema de segurança mais forte.O Congresso também fora bem sucedido mesmo com a repressão, colocou 300 patrulhas para interceptar os delegados, invadiu um convento de padres beneditinos em Campinas, capturando frei Chico (Franscisco de Araújo) e outros 9 sacerdotes, presos para que revelassem a identidade dos 392 estudantes presos..

A crítica ao elevado teor revolucionário do Congresso da Bahia veem dos novos contornos que o cenário da educação pública no Brasil tomava após o Golpe. Este causa um redirecionamento das ações estudantis enquanto grupo, não apenas pela forma violenta de repressão, mas pelas políticas educacionais que se pretendiam instalar. Os chamados acordos Mec-Usaid, produto de um serviço de consultoria norte americano para readequação da educação pública firmado em Junho de 1964, só veio à tona em novembro de 1966. As críticas dos estudantes contra a aplicação desse projeto se direcionavam principalmente ao fato de que o modelo educacional norte-americano não levava em conta as necessidades e especificidades da população brasileira, e temia-se que sua implementação viesse como forma de controle das camadas populares: "O que se sabe, por evidencia, é que o centro de gravidade das decisões sobre o ensino do país deslocou-se do MEC, no Palácio da Educação, para a sede das comissões americano-brasileiras, cujos endereços não são acessíveis a qualquer um[17]" (Alves, 1968, p. 8)

O texto de Marcio Moreira Alves (1968) denuncia a obscuridade dos dispositivos que levaram aos acordos, bem como suas intenções. Se fossem para melhorar o ensino, segundo o parlamentar, seriam motivo de orgulho do governo e amplamente divulgados, no entanto, levou quase um ano para aparecer. Por isso, a partir de 1966 a juventude cobrava nas ruas uma explicação sobre a tentativa de "manipulação" do ensino brasileiro: A educação é o poder de transformação, escolhe e entendimento de uma nação, e entregá-la à administração de outro país é subjugar-se a seu poder, para o autor.

> Os ministros que assinaram os acôrdos entre o Govêrno brasileiro e a Embaixada Norte-Americana no setor da educação tiveram a consciência exata de que estavam sancionando documentos contrários ao interêsse nacional. Este o motivo de haverem procurado sonegar à opinião pública as informações referentes aos acôrdos. A tentativa de sonegação foi ao ponto de procrastinarem enormemente a entrega das informações que deviam ao Congresso Nacional. Assim agiram tanto os Srs. Suplicy de Lacerda e Raimundo Moniz de Aragão como o Sr. Tarso Dutra, que ao Congresso só prestou informações depois de haver eu contra êle iniciado um processo de crime de responsabilidade.(ALVES, 1968, p. 23)

Uma das prerrogativas do projeto era transformar universidades federais em fundações, que sobreviveriam de doações particulares e com restrito investimento federal. Isso implicaria em

[17] Alves, Márcio Moreira, O Beabá dos MEC-USAID, 1968.

dois aspectos negativos: dificultaria muito os processos de mobilidade social para os estudantes oriundos da pequena classe média ou do operariado, já que no Brasil, esses investimentos não viriam de sindicatos associações, mas da burguesia. Além disso, não havia o interesse em produzir tecnologia, de modo que a tecnologia importada nos tornaria reféns do desenvolvimento técnico e cientifico, conseqüentemente também dependentes economicamente de outros países. O projeto ficou definido da seguinte forma:

> I / SITUAÇÃO ATUAL
> O número de universidades oficializadas no Brasil aumentou de 3 para 37 desde 1944. Este aumento, conseqüência do desenvolvimento social e econômico brasileiro, realizou-se de maneira tão rápida que não houve tempo suficiente para cuidar-se dos problemas de administração universitária. Caso êste setor não seja, em futuro próximo, alvo de atenção, e caso a proliferação de instituições de ensino superior continue no ritmo atual, problemas de administração, tais como sistemas de vestibulares, planejamento acadêmico, administração financeira e planejamento físico de cidades universitárias, tornar-se-ão tão complexos que limitarão severamente a eficiência destas instituições e terão fatalmente efeito prejudicial no desenvolvimento do ensino superior no Brasil. As partes do presente Convênio, reconhecendo as vantagens a serem auferidas de uma reforma bem organizada e com bases amplas no setor da administração universitária e concordando que tal reforma é altamente apropriada para o momento atual, e ainda acordando quanto aos métodos a serem utilizados, acham-se atualmente preparadas para cooperar na assistência a universidades selecionadas, desejosas de tomar medidas que levem a introdução de métodos e práticas modernas de administração para suas instituições. [...]
> II / OBJETIVO
> O objetivo do presente Convênio é estimular e prestar assistência a um máximo de 18 universidades brasileiras, públicas e particulares, nos seus esforços para executar e institucionalizar reformas administrativas que resultarão em maior economia e eficiência operacional
> III / RESPONSABILIDADES
> A. O Ministério concorda em:
> 1. Coordenar a participação no Projeto de aproximadamente 18 universidades brasileiras, federais, estaduais ou particulares a serem selecionadas conjuntamente pelo Ministério e pela USAID.
> 2. Providenciar o pessoal, cobrir despesas de viagem e serviços administrativos (tais como intérpretes, secretárias, etc.), necessários ao planejamento, coordenação e realização da série de seminários destinados a apresentar novas de administração a líderes de universidades brasileiras selecionadas. Prevê-se a realização de cinco seminários durante o período do convênio, em diferentes cidades do Brasil.
> 3. Providenciar o custeio das despesas de transporte, diárias e outras relativas aos serviços dos consultores da USAID, dentro do Projeto, quando de suas viagens pelo Brasil para fins de consultoria a instituições determinadas. Prevê-se que cada universidade custeará, na medida do possível, as despesas com os consultores da USAID que lhes estiverem*Destaque do Autor. prestando serviços de consultoria. Estas despesas incluirão transporte, diárias, serviços auxiliares (tais como intérpretes, secretárias e outras) e serão acordadas através de arranjos prévios entre a Universidade, a Diretoria e a USAID.
> A Diretoria assumirá plena responsabilidade pela coordenação dêsses arranjos bem como suplementará os recursos das universidades, desde que julgado necessário e conveniente.
> 4. Providenciar para que os salários do pessoal brasileira de administração universitária, que for selecionado para treinamento de curta duração nos Estados Unidos ou em outros

> países, totalizando um máximo de 40 pessoas, sejammantidos por suas respectivas instituições durante o períododo seu treinamento no estrangeiro. A Diretoria, em casos especiais, poderá suplementar recursos da universidade para êste fim, desde que possível e julgado necessário, e também de acôrdo com arranjos prévios entre a universidade em questão e a Diretoria.
> B. A USAID/BRASIL concorda em:
> 1. Fornecer, através de contrato, os consultores em regime de curta duração, necessários para proporcionar assistência técnica a universidades determinadas e conduzir seminários sobre problemas, tais como contrôle de custos, administração financeira, planejamento físico de cidades universitárias e distribuição de cursos. Prevê-se que o total de 18 “meses de trabalho” (trabalho mensal de um indivíduo) de aproximadamente 20 consultores em regime de curta duração serão necessários para execução desta atividade entre julho de 1966 e setembro de 1968. A quantia de US$ 75,000 fica por conseguinte reservada para êste fim dentro do presente Convênio. À medida que o Projeto se desenvolva de maneira satisfatória recursos adicionais poderão ser fornecidos, desde que por determinação conjunta das partes do presente Convênio.
> 2. Custear, dependendo da disponibilidade de recursos, o treinamento nos Estados Unidos e/ou outros países de um máximo de 40 bolsistas ocupantes de posições administrativas- chave nas várias universidades participantes. Estas posições relacionar-se-ão com, sem porém limitar-se, aos setores de administração geral, sistemas de vestibulares, contabilidade controle de custos, salários do corpo-docente, centralização de arquivos, distribuição de custos, planejamento físico de cidades universitárias e manutenção.

Ampliado e assinado pelo Ministro Tarso Dutra, que segundo Alves (1968), dias antes afirmava nos jornais que nem havia lido o documento original. Em maio, foram nomeados os professores que trabalhariam com os professores norte-americanos. O diretor do Ensino Superior Epílogo Campos afirmava ao deputado Alves que os acordos não haviam sido instalados.

Mas em janeiro de 1968, o Ministro publica em nota oficial alguns dos resultados das implementações (referentes aos estudos em conjuntos dos professores brasileiros e norte-americanos). Como o acordo era um planejamento, Alves (1968) observa que se tornava uma cadeia em espiral, na qual cada um podia render a necessidade de novos estudos, e ampliação do convenio. Desta forma, os acordos eram apenas serviços consultivos ou planificações, metodologia de controle?

> Após 1968, veio também o acordo para o ensino primário disponíveis, tanto humanos como financeiros. A falta de experiência por parte das autoridades estaduais na formulação e execução de planos educacionais, em nível primário, tornou-se crítica em face da necessidade crescente de melhores e mais extensas oportunidades educacionais para as crianças brasileiras. O Censo Escolar, em estatísticas recentes, mostra que apenas 2/3 das crianças do grupo de 7 a 14 anos estão comparecendo à escola e que o fluxo de crianças através da escola primária está sendo obstado pelas reprovações freqüentes e por elevada proporção de evasão escolar, especialmente nas séries mais baixas. Problemas graves quanto ao número de professôres habilitados, construções escolares, oportunidades escolares, currículo, métodos de ensino e material de ensino agravam ainda mais a situação crítica. O Ministério da Educação e Cultura, responsável pela promoção do progresso educacional da Nação e pela aplicação de fundos federais aos Estados para execução dos programas educacionais elaborados pelos Conselhos

> Estaduais de Educação, dentro do Plano Nacional de Educação elaborado pelo Conselho Federal de Educação, decidiu que o preparo de autoridades estaduais na formulação e execução de planos educacionais estaduais é condição necessária à reformulação educacional.(ALVES,1968, p.78)

Diante deste cenário, o parlamentar conclama os jovens e a população:

> Quando De Gaulle expulsou o líder estudantil Cohn-Bendit da França, os estudantes franceses escreveram logo nas paredes: “Somos todos judeus alemães”. Sentimos que somos todos exilados políticos em nossa própria terra. Por quê? Porque ser livre hoje é participar. E porque o sistema não nos permite participar. Só nos obriga a participar da sua derrubada. (ALVES, 1968, p.109)

Mas, para as leituras históricas expostas, a tarefa do movimento estudantil era outra: a de zelar primeiramente pela educação e a manutenção de seu canal de articulação social. O Movimento Estudantil não podia ser visto como classe – eram jovens estudantes que se organizavam segundo interesses políticos filtrados pela sua condição de “jovem”. Pode-se assim, classificar as leituras históricas como de movimentos sócias de juventude. Mas se não há uma classe, quais os elementos de ligação entre os atores e o movimento? O questionamento da natureza ou da origem de classe permeia muitas das produções sobre o Movimento Estudantil que buscavam ir além da abordagem da sociologia de juventude. Aparentemente, a formação do conceito de *categoria social* do estudante é a definição mais aceita pelos estudiosos do tema, ao associar tanto as temáticas juvenis quanto os direcionamentos políticos pertinentes ao grupo como fomentador dos laços simbólicos que imprimem a coesão num ambiente heterogêneo, como se verá a seguir.

2.2 As explicações epistemológicas nas Leituras de 68: dependência, tensões de classe e transitoriedade

Neste tópico ver-se-á que a leitura histórica que se desenvolve a partir da sociologia da juventude na década de 1960 dá lugar às pesquisas acadêmicas sobre o comportamento estudantil como “grupo”, rompendo gradativamente com as teorias sobre o comportamento juvenil e do choque geracional. Nesse momento, o símbolo dos laços que mantém a unidade do grupo torna-se também foco das discussões e as razões dessa unidade passam a ser observadas. Situando o

debate no cenário econômico de dependência latino-americana e associando o movimento à sua classe social de origem, há duas análises que norteiam os estudos das décadas seguintes: a de Marialice Foracchi (1972, 1977), e posteriormente a de João Roberto Martins Filho (1987,1996), que fomentam os conceitos de *categoria social* para a forma do grupo e de t*ransitoriedad*e para sua condição como possíveis explicações para a simbologia do grupo.

A preocupação com as condições de estudo e trabalho após a saída da universidade permeavam as análises e era ponto-chave para a interpretação do movimento. Este ponto aparece ainda em Poerner (1979):

> ainda no primeiro ano de aulas, a decepção universitária cede lugar à revolta […] a busca que empreende então, para encontrar o responsável pelo enguiço da universidade e conseqüente frustração de seu estudo, o universitário volta com seu vocabulário acrescido por uma nova palavra: estrutura. Daí em diante, é só esgrimi-la, com veemência e habilidade sempre crescentes, contra o Governo que a mantém estática: - A crise da universidade brasileira é decorrência da estrutura arcaica vigente no País. Precisamos renovar a estrutura para que a Universidade também se renove. A partir dessa conclusão, as ruas ganham um novo estudante, que passa a estudar, no asfalto das passeatas, a matéria cujo ensino lhe é negado nos bancos universitários: a realidade brasileira atual. Aprendida nas ruas, essa matéria faz parte de um curso não oficial muito mais amplo, que poderia ser chamado de Politização e Liderança e que terá, certamente, reflexos decisivos na história futura do Brasil (POERNER, 1968, p.33)

A frustração do estudante mencionada pelo autor é o ponto de partida da produção de Marialice Foracchi (1972,1977). Estudiosa do impacto das políticas econômicas sobre os estudantes e destes sobre a sociedade brasileira, Foracchi (1972) traça um paralelo entre as condições de vida de sua classe de origem e as possibilidades e tendências para a radicalização como formas de transcender esta mesma classe. A abordagem econômica e a situação de dependência do Brasil, e de outras sociedades latino americanas permeiam a análise Foracchiana que é retomada mais tarde por Martins Filho (1987,1996), Saldanha (1994), Sanfelice (1986),[18], entre outros. Mas o indivíduo não é observado por Foracchi (1972,1977), a autora não observa suas ações ou percepções particulares, mas sim, como pertencentes a uma *categoria* que, frente a

[18] SALDANHA, ALBERTO . *A Mitologia Estudantil: uma abordagem sobre o movimento estudantil alagoano. 1ª. ed.* Maceió - Alagoas: SERGSA, 1994.
SANFELICE. José L. *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 1964*. São Paulo, Cortez, 1986.

um contexto de dependência econômica e como expoente de classe média decadente, age ao mesmo tempo para superar sua origem.

Em suas análises, Foracchi (1972) procura afirmar a existência de uma ação especificamente estudantil, de expressão reivindicativa, fundamentada na aspiração da reformulação dos padrões e projetos de carreira, onde esse tipo de atuação só se realizaria na condição de estudante. O estudante desviaria sua ação ligada ao universo estudantil para uma prática política específica, buscando ultrapassar as fronteiras de sua situação de classe, ou de origem. Assim, o estudante não se configuraria como inimigo da estrutura de classes, mas lutava contra o modelo que reproduzia a estrutura de classes e assim, alavancava as possibilidades de engajamento reivindicativo no meio estudantil. Desta forma, a articulação política de um ator que fosse, ao mesmo tempo, estudante, ia além da mobilização de classe, mas ao mesmo tempo, podia ultrapassá-la – por causa de sua condição mais identificadora, ser estudante:

> As condições da participação do estudante no processo brasileiro devem ser investigadas no contexto de referencia de sua classe de origem que é, predominantemente, a pequena-burguesia ascendente, denominada por alguns autores de 'a nova classe média [...] por um processo histórico-social ainda não suficientemente analisado, a nova classe média brasileira encontra-se, com relação ás demais classes, numa relação de dependência que dá conotação ambivalente à ação de classe. Com efeito, a condição salariada a vincula, positivamente, às camadas populares , fazendo-a, não raro, compartilhar de suas reivindicações, nem que seja exclusivamente em moldes de tímido ou subjetivo apoio (Foracchi, 1972, p. 222)

A análise epistemológica destaca a problemática da *juventude* sobre a questão *estudantil*, identificando a necessidade de independência e autoexpressão que marcam esta etapa da vida como um comportamento de rebelião, podendo se revestir de formas extremadas de expressão social.

> A reação à autoridade, seja ela definida em moldes de geração, de categorias sociais ou de sistemas de dominação, é vivida em moldes compatíveis com a percepção crítica que o jovem elabora, com relação às opções existentes, coloca a carreira profissional como um desafio a enfrentar. (FORACCHI, 1972, p.76).

Esse conceito de que a condição de jovem se sobreporia à condição de estudante também está nos textos históricos, expressos, por exemplo, na questão da rebeldia "inerente" ao jovem latino, bem como na transitoriedade dessa mesma rebeldia ao chegar à vida adulta.

> Naturalmente, ocorrem modificações na gradação que o universitário imprime, depois de formado, às suas atitudes diante da vida. À formatura seguem-se, geralmente, os compromissos profissionais e familiares. Com a ocupação de uma atividade profissional e com a constituição de uma família, cessa aquela disponibilidade do estudante para as passeatas e protestos. Ele passa a ter horários e compromissos a cumprir. (Poerner, 1979, p. 34)

Para Foracchi, são as tensões da dependência que imprimem maior peso e impulsionam ação, tese que será retomada nas décadas seguintes por Martins Filho, Saldanha:

> Formados no limiar da crise do sistema que, através deles, assiste ao esgotamento das suas alternativas de vida, esses jovens tentam se antecipar ao futuro, esforçando-se por demonstrar, de modo socialmente eloqüente e significativo, a emergência de uma nova ordem social e cultural, cujos fundamentos são incapazes de definir, mas cuja realidade subjaz à contestação da juventude. (Foracchi, 1972, p.78)

O movimento de juventudes, então, ultrapassaria o movimento estudantil. Numa análise epistemológica, as diferenças entre o primeiro e o segundo significado se dariam mais pelo impacto social e pela relevância cultural, do que pela condição primária dos agentes que os pudessem compor, e, desta forma, "o movimento estudantil é uma manifestação particular do movimento de juventude, na medida em que as determinações que o modelam são de natureza mais específica" (Foracchi, 1972, p.78).

> Na América Latina, o movimento de juventude reflui para o movimento estudantil porque a problemática crítica do jovem, nas condições do subdesenvolvimento, só floresce com plenitude quando ele assume a condição de estudante. Ser estudante num país subdesenvolvido, é reunir no quotidiano a agressão do privilégio, a pretensão do universal, o amputamento das perspectivas, a vida de um povo, o tema de sua luta. Por ser jovem, aberto e em desafio para a vida e para as novas experiências, absorve, com ânsia, o que a ele chega pela socialização, e revive em si próprio o que há de incompleto e fragmentado na sociedade e na cultura de que participa. (Foracchi,1972, p.57) (Grifo autora)

De acordo com essa perspectiva, o fundamento organizatório seria, dada a condição de juventude sobreposta à de estudante, mais a afinidade proveniente da classe de origem e menos a formação de um contexto político que impulsionasse a organização. Mas então, isso aconteceria somente com a classe média? Segundo a autora, o elemento que torna este grupo de articulação política tão especial não reside somente na condição de estudante ou na situação de classe, mas sim em sua característica mais marcante, que o difere de todos os demais, a *transitoriedade*:

> A transitoriedade do grupo estudantil não se mede, porem, apenas pelo tempo de permanência na universidade, mas decorre, também, da natureza instável e mutável dos interesses, em torno dos quais os estudantes se unem. Isto explica, em parte, a dificuldade em se estabelecerem lideranças estáveis e em imprimir-se um caráter menos esporádico às manifestações . A transitoriedade da condição de estudante é, assim, um fator que marca profundamente o movimento estudantil, seja retirando-lhe a feição de manifestação permanente, seja diversificando suas orientações contestatórias ou reivindicativas. Não obstante essa fluidez, o sentido comunitário de participação, ressaltando a unidade de vivências no mundo estudantil, constitui uma condição favorável, ilustradora da sua disponibilidade potencial à mobilização. Além disso, o conteúdo político ou ideológico presente no movimento estudantil enquanto manifestação de massa, estimulado nos grupos estudantis pela atração que as alternativas políticas neles suscitam, emprestando-lhe uma condição de continuidade que supera o compasso social mais restrito da fluidez e da transitoriedade" (Foracchi:, 1972, p.78-79)

Esse é o ponto essencial nas analises epistemológicas para contrabalancear com a ligação de grupo que os atores de 1968 ainda mantém. A transitoriedade seria também uma das razões para a existência de um *laço de continuidade*[19] entre estudantes militantes, como um grupo, mas não necessariamente como integrantes. Desta forma, o grupo pode ser contínuo, como um Diretório Acadêmico ou a própria UNE, mas o caráter que define a participação do estudante finda ao deixar a universidade. Os integrantes são alternáveis, rotativos e os grupos um lócus para uma ação determinada. Mas, neste caso, ao se observar os relatos e as memórias dos atores de 1968, vemos uma clara ligação permanente com o grupo, estabelecido pela memória, e não mais pela ação. Neste ponto de vista propõe-se que os laços de continuidade deixam de ser formados pelo grupo e passam a ser reafirmados pelos processos de reconstrução do passado, por meio da memória.

É preciso observar também que o movimento estudantil de 1968 não incluiu a totalidade dos estudantes, como um movimento de massa, ainda que houvesse um apoio disseminado entre as bases estudantis, esse apoio não necessariamente se traduz em ação, e menos ainda, na aceitação dos caminhos determinados pelas cúpulas. José Murari Bovo (2010), em entrevista[20] afirmou que havia, frente ao contexto de repressão, um apoio á organização estudantil, mas não aos posicionamentos políticos que as entidades expressavam a partir de suas lideranças. Isso fica

[19] Ver Foracchi, 1972 e Martins Filho, 1987.

[20] Depoimento concedido em 2010.

claro quando se observa o ME em alguns países, como os EUA, nos quais as chamadas minorias estudantis é que tinham maior potencial de radicalização, como o movimento de estudantes negros em 1968.

Diferente do posicionamento dos atores nas entrevistas, Foracchi (1977) concentra-se na explicitação de algumas teorias acerca das análises sobre o comportamento estudantil e o comportamento do jovem, entendendo que em 1968 não havia um conflito de gerações. O conflito aí existente carregaria projeções do colapso do modelo que reproduzia a ordem cultural, e desta forma, o significado do conflito entre estudantes e a ordem patriarcal seria muito mais histórica do que geracional (Foracchi,1972, p.129-130). O ponto sensível que paira sobre as mobilizações estudantis da década de 1960 e que precede sua classe é a crise do sistema capitalista, que naquele momento colocava em risco os planos de carreira, o futuro profissional, e abala a idéia presente de todo estudante universitário: o *vir a ser*. A condição futura, assim, corria risco no presente, e era nele que os estudantes se mobilizavam.

A teoria foracchiana, portanto, inova ao romper com a sociologia europeia[21] e criar um modelo fundamentado nas raízes das questões sociais e econômicas de dependência latino-americanas e brasileiras para compreender o ME. Se for possível, portanto, tecer alguma crítica ao extenso, detalhado e inovador trabalho da socióloga, ela reside no fato de estar ausente de uma interpretação política do Movimento Estudantil, um dado sempre reafirmado por seus atores. Se havia, como Foracchi (1977) propõe um esvaziamento da intenção política particular aos estudantes e destacado da condição juvenil, o movimento tenderia a ser homogêneo, mantendo os laços de continuidade das entidades com a rotatividade dos novos jovens universitários. Por outro lado, há ainda a questão da grande influência da esquerda católica no ME através da Ação Popular, bem como o suporte dos grupos secundaristas.

Se para a autora a articulação política estudantil era algo particular, e que não pode ser incorporada aos estudos de expressão da política no Brasil, pode-se considerar então, que este tipo de análise parte de uma formalidade epistemológica que não permite levar em conta a dimensão ideológica das articulações estudantis à política nacional, nem o caráter dual de manifestações, de reivindicativas até a morte de Edson Luis, para contestadores e mesmo

[21] Que alocava os movimentos estudantis nas análises interna da sociologia da juventude, como uma expressão pertinente às questões da imaturidade civil ou ao conflito entre gerações.

“revolucionárias”, considerando-se que as lideranças das entidades representativas se juntaram, em grande número, à luta armada.

Estes dois termos, contestação e revolução, possuem, em sua análise, significados e pesos sociais muito diferentes, mas ainda assim estavam presentes no contexto, manifestando, três tipos articulação possíveis para os estudantes: a manifestação política reivindicativa e contestatória, a intensificação do atrito inter-geracional e a vinculação dos estudantes aos chamados “grupos oprimidos”. A compreensão sociológica que podemos construir a partir das teorias da autora frente à problemática da construção da memória proposta aqui, portanto, não reside nas possibilidades advindas dos arranjos formais e da ação política institucionalizada, mas sim da imprevisibilidade residente na variável ideologia, bem como de seus efeitos sobre as estruturas sociais, em grupos de não-estudantes.

A critica a que se pode atribuir os trabalhos da socióloga pelo esvaziamento de ideologias políticas particulares cabe aqui: a universidade foi o lócus pois cada elemento detonador da tensão social expressa nos estudantes partiam de um elemento ligada à condição universitária. No Brasil, os acordos Mec-Usaid, como vimos no tópico anterior, afetavam diretamente a estrutura, e questões de acesso e permanência à universidade, fator que foi pauta central para as mobilizações de 1966 e 1967. A radicalização do ME se dá por conta da morte de um estudante secundarista num restaurante universitário.

> As condições historico-sociais inerentes às formações sociais concretas é que determinarão, em última análise, as linhas da contestação estudantil, distendidas entre as reivindicações circunscritas e a atuação política efetiva. Elas dão o tom característico e os temas do movimento estudantil: universidade e revolução como manifestação da consciência da liberdade, no movimento estudantil checo; elaboração de uma “ideologia” cientifica, subsumida pela Sociologia e concentrada na articulação tática entre estudantes e operários, no movimento estudantil francês; a atuação estudantil e seu impacto sobre a educação , sintetizados na proposição “universidade crítica”, do movimento estudantil alemão; liberdade e compromisso como pólos a aproximar numa concepção aberta de democracia participante, no movimento estudantil americano” (Foracchi,1978, p. 87)

Ao redor do mundo, o movimento estudantil traduzia a “descontinuidade” entre o ritmo do desenvolvimento econômico e o nível de escolarização, desequilibrando o acesso à educação superior e as perspectivas de êxito social contidas na possibilidade de sucesso na carreira profissional. Ao longo do texto, Foracchi (1977) destaca duas orientações distintas do movimento estudantil, embora não necessariamente opostas, já que frequentemente elas tendem a se cruzar

na prática estudantil: a reivindicativa e a revolucionária. O efeito revolucionário ou reivindicativo de suas articulações depende da repercussão que alcançam no sistema social.

Uma ação reivindicativa pode, por exemplo, se tornar uma contestação política se suas implicações imediatas não forem passíveis de controle institucionalmente, como aconteceu com a articulação dos estudantes negros em Colúmbia. Da mesma forma, uma ação política pode diluir-se e transformar-se numa ação reivindicativa, passível de controle institucional, sob a forma de reforma universitária, por exemplo, como ocorreu, segundo Foracchi (1972), em certas universidades latino-americanas.

Não havia uma ruptura total com o passado, seja como experiência de vida ou tradição, mas uma "vinculação experimental com o presente", cuja emergência dessa vinculação como processo em formação na sociedade moderna é manifestada socialmente nas práticas da juventude. Nelas se poderiam observar as condições e os conteúdos possíveis da transformação social. O que certamente havia segundo a autora, era um isolamento nas práticas políticas, que só poderia se romper através de alianças com outros grupos, camponeses, sindicatos, partidos políticos, grupos os quais certamente recebiam o apoio do ME, mas que os estudantes não podiam ou não queriam ter naquele momento. Isso fez com que os temas de denuncia norteassem a mobilização estudantil.

Mas, desde a década de 50, ao definir a reforma universitária como preocupação central e institucionalizar a participação estudantil na vida política brasileira – como Vargas havia feito com os movimentos sindicais no Estado Novo - o sistema de poder conseguiu neutralizar seu poder reivindicativo, obrigando-o a elaborar recursos de radicalização que exigiam a reorganização do movimento. Isso conduziu o movimento estudantil a um estilo contestatório de participação social, pautadas pela questão do excedente e dos acordos MEC- Usaid em 1967, que aos poucos redefiniram e radicalizaram a dinâmica contestatória frente ao Estado, transformando, no ano seguinte, suas reivindicações em "práxis políticas e, em seguida, em pausa e silêncio" (1977:151). A radicalização desta dinâmica é explorada como lente de observação por pesquisadores contemporâneos, entre eles Muller[22] (2010), Valle[23] (1998,2008), Ridenti,

[22] MÜLLER, A.. O Congresso de Ibiúna : história e memória. In : FICO, Carlos ; ARAÚJO, Maria Paula. *(Org.). 1968 - 40 anos depois : memória e história*. Rio de Janeiro : Letras, 2010

[23] VALLE, M.R. As representações da violência nos episódios estudantis de 1968. Revista Mediações (UEL), v. 13, p. 34-53, 2008c

VALLE, M.R. 1968: O diálogo é a violência. Editora da Unicamp, Campinas, 1998.

complementando as abordagens sobre o tema. Nestes trabalhos, observa-se que alguns dos episódios mais conflituosos e de maior violência são redirecionadores do ME e da dinâmica de relação entre este e o Estado, que passa abertamente a tratá-lo como ameaça à ordem estabelecida. No próximo tópico, alguns dos principais destes pontos de inflexão serão retomados.

2.3 As abordagens memorialísticas nas Leituras de 68: os pontos de inflexão para as lembranças do grupo

"Ainda me vejo em cima de um desses caminhões" – relembrou, ainda em 2002, o professor Leopoldo[24]. Quase quarenta anos depois de 1968, sua voz, que durante toda sua entrevista foi pausada, calma, se torna embargada ao ver as fotos dos estudantes presos em Ibiúna na matéria da capa da revista Veja. Estudante de Química da UNESP de Araraquara naquele ano, Leopoldo Silva foi um dos 719 delegados presos no XXX Congresso da UNE.

> Os estudantes foram todos levados para o Presídio Tiradentes, e logo depois, para o Carandiru. Esvaziaram todo o terceiro andar para estudantes, e daí passaram a separar os líderes dos 'não-perigosos'. Os líderes foram levados para o DOPS e presos, enquanto nós fomos soltos, mas ficamos sob vigilância. Todos os meses tinha de ir a capital responder chamada, até que foram relaxando e me esqueceram. Por causa da ficha no DOPS, perdi a bolsa de cem cruzeiros com que pagava a república, comida, roupas. Tive de começar a dar aulas, e só consegui concluir o meu curso depois de sete anos. Quando voltamos para Araraquara – um amigo e eu – fomos recebidos como heróis, tive de dormir no campus, na sala do reitor. (Leopoldo Silva, 2002)

Do interior, Leopoldo assistira a morte de Edson Luis e participaria de várias manifestações e congressos na capital, nas reuniões em Araraquara, São Carlos e Sorocaba e nas discussões para a fomentação dos Institutos Isolados como polos de democracia no interior do Estado, embora tenha se assustado muito com a ficha no DOPS, com obrigatoriedade em prestar contas de suas ações todos os meses e as possíveis perdas de oportunidades profissionais com aumento da repressão e refluxo do movimento ao final do ano: "Sabia das torturas, achava que poderiam, se quisessem, me achar em qualquer lugar. E podiam mesmo".

---

[24] Leopoldo Silva Castro, em depoimento concedido em 2002.

O delicado relato do então professor é um dos exemplos de construção de narrativa sobre a participação nos eventos de 1968: a emoção que emerge ao plano físico (alteração da voz tranqüila para a embargada), a transposição dos quadros de memória para o presente (“ainda me vejo num desses caminhões”) e a exposição encadeada dos fatos, como que para “explicar” 1968. Nos primeiros 20 anos após Ibiúna, essa forma de construção se repetiu também nas literaturas produzidas sobre o tema.

Os anos que sucederam 1968 foram de perdas de atores para a repressão, e da tentativa de reorganização das entidades desbaratadas com as prisões dos líderes e com a violência das sanções às reuniões de organizações clandestinas que o AI-5 permitia. Na década de 1970, houve dois grandes fluxos de manifestações, um em 1973 após a morte de Alexandre Vanucchi Leme, e outro em 1977, mas o foco estava na reconstrução, na luta contra a tortura e pela anistia, ou seja, a sensação era de continuidade da ação, interrompida em 1968 e que precisava continuar. Talvez por isso, somente após a chegada de exilados políticos, após a Anistia em 1979, as literaturas sobre as memórias de 1968 começaram a se produzir.

Pautadas nas transformações e nos novos paradigmas culturais que emergiam, surgem a partir do final da década de 1980 as leituras memorialísticas e biográficas do Movimento Estudantil. Carregadas pelos “sentimentos” do processo de rememoração, esse tipo de produção é mais livre, e nesta primeira fase, principalmente após a Anistia, demonstra uma grande valorização dos atores sobre sua ação revolucionária. Segundo o “carbonário”, Alfredo Sirkis, por exemplo, o Brasil jamais veria de novo juventude como a da década de 1960: politizada e intelectual. Os jovens dessa época, segundo o autor, faziam tudo com paixão, que era como se o futuro dependesse somente deles – e para isso precisavam dominar o presente. Dois textos expoentes nesse tipo de leitura de 1968 são Os Carbonários, de Alfredo Sirkis, e 1968, O ano que não terminou, de Zuenir Ventura.

Estas produções iniciam o conceito de “mitologia” estudantil, que passa a ser refutado na década de 1990, mas demonstram o sentimento de pertencimento que os componentes das mobilizações estudantis (e que no caso específico destes autores também da luta armada em 1969) exprimem quando, no limiar dos vinte anos de 1968, iniciam o processo de *reconstrução* do passado. Nessas rememorações pautadas pela expressão do pertencimento e pela valorização da ação passada, a simbologia do grupo se mistura a simbologia da juventude, e expressões utilizadas ao longo das manifestações, como a lembrada por Sirkis sobre o fato de em 1968, ter

menos de 30 anos não era coincidência, mas sim mérito – como se todo jovem abaixo dos trinta anos estivesse vinculado a alguma forma de luta contra a ditadura. O fato é que essa valorização da juventude nos protestos estudantis se dá mais pela quebra de valores culturais antigos, pelo anseio de novas formas de expressão do que pela luta política em si. Muitos dos agentes da repressão, aqueles que efetivamente usavam a ação e seus corpos no enfrentamento com os estudantes eram também muito jovens.

Mais que mudanças políticas, procuravam-se também pelo rompimento com os velhos valores do relacionamento social (Alípio Freire, 2008), queriam afrontar o formalismo, os conceitos morais arcaicos de uma sociedade paternalista que caracterizavam o mundo adulto brasileiro. Descobrindo novos ícones, novas formas de produção e interpretação cultural, a juventude de 1968 também lutou contra as velhas estruturas, as quais queria derrubar se expressando de maneira inovadora, rompendo com a cultura burguesa de delicadezas supérfluas, mostrando no palco, nas rádios a realidade, da maneira como a via. Os elementos que davam autonomia às escolhas individuais sobre o próprio corpo, a própria vida, como a pílula anticoncepcional ou o divórcio, estavam presentes como parâmetros de rompimento cultural com a velha estrutura social, sendo inclusive meios de classificação de indivíduos subversivos pela polícia repressiva.

Os textos memorialísticos desta primeira fase utilizam os eventos que marcaram o ano e que direcionaram o movimento como plano de fundo para as relações interpessoais que se desenvolviam dentro do grupo. Nestas leituras, o foco está nas interpretações naquele momento, que os integrantes faziam do movimento. Assim, os sete principais pontos de inflexão do ano são apresentados a seguir segundo a temática exposta pela referida vertente:

i) A morte do estudante Edson Luis Lima Souto. A morte de Edson Luis é o ponto inicial para muitos das análises do Movimento Estudantil. Muitas vezes identificada como ponto de partida para a violência na repressão, na verdade ela desencadeia uma associação breve entre a sociedade civil e as mobilizações estudantis. O apoio e a visibilidade que as manifestações têm a partir daí oferecem maiores riscos à ordem instituída do que os congressos estudantis e isso desencadeia a tensão entre a repressão, que se via diante de expressão civil nova e mais forte. Em março de 1968, após os vestibulares e com a volta às aulas, a repressão se fez notar nas manifestações com balas de festim e bombas de gás lacrimogêneo. Nas escolas secundárias, grêmios eram fechados e os jornais estudantis eram impedidos de circular. “Não podia haver

shows, reuniões, nada. Para eles era tudo reunião de comunista. Era um movimento ideológico também para eles" (Leopoldo Silva, 2002.), afirma o professor Leopoldo. Baseada nessa idéia foi que a PM invadiu o restaurante estudantil "Calabouço".

Na tarde de 26 de março, os estudantes reuniam-se e preparavam-se para um protesto em frente à Assembleia Legislativa, pela melhoria das condições do restaurante. Segundo Elinor Brito, presidente da Fuec (Frente Unida dos Estudantes do Calabouço) os policiais chegaram ao local já atirando. Após o tumulto inicial, voltaram com paus e pedras a enfrentá-los, fazendo com que recuassem. "Quando os soldados voltaram, começou o tiroteio [...]. Os estudantes fugiam em polvorosa das proximidades e, neste momento, eu vi um policial em posição característica de tiro [...], e alguém caindo."[25] (Ventura, 1988, p. 97)

O estudante atingido era Edson Luis Lima Souto, jovem de origem humilde que cursava a madureza e não participava de nenhum movimento. Estudantes levaram o corpo à Assembléia Legislativa, num protesto que duraria toda a noite. Impediram que a polícia o levasse ao IML, temendo um seqüestro. Alguns Deputados do então MDB conseguiram com o governador da Guanabara, Negrão de Lima, assegurasse que o cortejo no dia seguinte, fosse realizado sem repressão. Pela manhã, a cidade do Rio de Janeiro já conhecia o ocorrido. Muitos intelectuais e artistas compareceram à Cinelândia, de onde partiria o cortejo, ao lado de uma multidão que carregava cartazes e faixas, exibindo ou gritando os dizeres que se tornariam famosos: "Bala mata fome?" e "Mataram um estudante. E se fosse um filho seu?".

Estima-se que cerca de cinquenta mil pessoas tenham participado do cortejo. Ventura (1988) descreve o fato como "a manifestação popular mais *emocionante* desde a morte de Getúlio Vargas". E neste momento, a radicalidade na ação transfere o teor contestatório para o combativo no ME, e, na tradução de Vladimir Palmeira, "neste luto, começou a luta!" (Ventura, 1988, p. 103). A associação entre a emoção e os sentimentos nesse bloco de leituras de 1968 é o elemento que sobressai. A narrativa dos eventos por seus atores se faz toda direcionada para a valorização do que sentiram *naqueles* episódios, como a narrativa de um quadro estático, mas somente a partir dos anos 2000 é que se dá a valorização da emergência das emoções e sentimentos *durante* o processo de rememoração.

---

[25] Depoimento de Ziraldo para Zuenir Ventura, 1988, p. 97

ii) A repressão nas atividades religiosas pela morte de Edson Luis. As manifestações em torno da morte de Edson Luis se espalharam pelas capitais, e para a polícia política, a simpatia da sociedade civil aos estudantes tornava o movimento mais desafiador. Enquanto estudantes programavam ações para as missas de sétimo dia realizadas em todo o país, nos jornais, o governo afirmava não permitir qualquer manifestação, para que não houvesse a "fabricação" de mais corpos.

A missa realizada na igreja da Candelária, no Rio de Janeiro, viveria o episódio de repressão mais contundente. Desde a primeira missa do dia, policiais e agentes do Dops cercaram a praça e recebia com violência e indistintamente aqueles que saiam da igreja, antes que houvesse qualquer possibilidade de manifestação. Para a missa da tarde, D. José de Castro Pinto pediu ao governador que não houvesse mais problemas, para que os fieis pudessem sair do templo sem repressão. No entanto, o aparato repressor era ainda maior, contanto com cavalaria na praça aviões da FAB sobrevoando o local, o que resultou na emblemática cena de párocos de mãos dadas a proteger os que saiam da missa.

iii) a intensificação dos conflitos permeados pela violência na chamada "semana sangrenta". Passado o apogeu do maio francês[26], em junho, os estudantes brasileiros voltam às

[26] Embora não houvesse unidade ideológica nas agitações que varreram o mundo naquele ano, havia uma simultânea vontade de erigir uma revolução cultural, quebrar barreiras, construir uma nova sociedade a partir da contestação, quando não da revolução. Assim, as movimentações na França não foram o epicentro das agitações estudantis, mas foram suficientes para que os acontecimentos da Primavera de 68 repercutissem em todo o mundo. Nesse sentido, em "Paris-1968 – As Barricadas do Desejo", a autora Olgária Mattos tenta explicar os motivos pelos quais se deu as movimentações em Paris naquele ano. Um dos aspectos mais importantes a ser discutido quanto ao movimento estudantil francês, é que ele não nasce de uma crise política ou econômica, como no caso do Brasil. Ao contrário, o desejo revolucionário estudantil partia exatamente da perfeita adaptação e aptidão francesa ao capitalismo monopolista, que exigia profissões cada vez mais técnicas que abastecessem o mercado da grande indústria, em contraponto à tradição humanista que ainda se supunha existir no ensino superior.

Com receio de que a universidade se tornasse um pólo de proudção de mão de obra técnica, os estudantes procuravam resgatar o sentido transformador e universalizante da mesma, uma vez que, para eles "[...] se a ciência e a técnica estão a serviço da mercadoria, o saber está a serviço do poder". (Mattos, 1990, p. 13) "A imaginação no poder" torna-se então, o lema e objetivo pelos quais lutam os estudante que, inicialmente tomam Nanterre e Sorbonne. Numa sociedade marcada pela divergência entre a crescente modernização tecnológica capitalista, e as formas culturais de relacionamento social tradicionais, os jovens franceses rejeitam o arcaísmo das células de formação educacional – a família e a universidade – recusando também a formalidade burocrática dos partidos políticos, principalmente os de esquerda, reclamando com veemência uma grande transformação nos valores sociais. Com base na idéia de que o homem deve estar tão satisfeito moralmente quanto materialmente, reivindicam reformas no ensino, gerando uma crise social a muito não vista na França. De Nanterre, a manifestação em protesto contra a prisão de um jovem que pertencia a um comitê contrário a Guerra do Vietnã, a manifestação vai para Sorbonne, devido a um incêndio na sede da UNEF. Alunos das duas escolas resolvem promover uma passeata, mas o grupo direitista Occident ameaça impedi-la. A pedido do reitor da Sorbonne, a polícia contêm as manifestações, mas os estudantes sentem seus direitos violados pela invasão em todo o Quartier Latin.. A revolta não era contra a

ruas, porém “o trasbordamento das reivindicações para as ruas será mais consistente e orgânico. Exprimirá a maturação de uma discussão mais elaborada das reivindicações: verbas, vagas, currículos, métodos de ensino, relações entre professores e alunos. A política educacional do governo será o alvo principal da crítica.”(Reis Filho, 1988, p.15).

Com as manifestações direcionadas às questões universitárias e de ensino público os estudantes se põem novamente em movimento, através de greves do Paraná e do Rio de Janeiro, ocupações de universidades na Bahia, na Usp de São Paulo, concentrações em frente ao Ministério da Educação no Rio. Neste período, as maiores repressões acontecem em Brasília, na UnB, No dia 19, no Rio de Janeiro, novas passeatas contra a política educacional do governo são realizadas, com novas concentrações em frente ao MEC. No dia seguinte, estudantes realizam assembléia que dura cerca de oito horas, no Teatro de Arena da Faculdade de Economia e contou com o corpo-docente e elementos da reitoria. Este momento é tido como um dos mais importantes do movimento estudantil, pois quebrou a hierarquia conservadora professor-aluno, numa proposta dos alunos de que todos aqueles dentro das universidades contribuam para sua expansão e modernização - a ideia era que todos compartilhassem conhecimento para que todos aprendessem juntos, alunos e professores.

Preocupado com a repetição no Brasil de um novo Maio francês, o governo prepara um cerco militar diante da universidade, impedindo a saída dos estudantes, sob ameaças de repressão. Ao tentar furar o cerco, cerca de quatrocentos alunos deles foram presos e levados ao estádio de futebol do Botafogo, onde sofreram principalmente agressões morais, humilhações de caráter sexual sobre as mulheres e a constante exposição da impotência dos homens naquele momento, deitados de bruços ou em pé, mas com as mãos na cabeça. A humilhação gera um processo de indignação entre os civis, quando no dia seguinte, uma sexta-feira pela manhã, os universitários realizam pequenas manifestações contra as prisões no campo do Botafogo. A chegada da polícia é respondida com paus, pedras, e os objetos que caíam do alto dos edifícios, populares investiam contra os carros do Dops, as bombas de gás lacrimogêneo. O episódio ficou conhecido como sexta feira sangrenta. Humilhando os filhos da classe média, Costa e Silva perderam qualquer

---

universidade, mas contra o modelo de mercado que se impunha sobre ela. Extrapolando os limites dos conceitos educacionais para o meio social, a revolta estudantil termina por afetar o poder do governo francês.

.

simpatia dos populares, e a cidade tinha ganhado novo ânimo para realizar maior manifestação estudantil daquele ano, que aconteceria na quarta feira seguinte.

vi) A passeata dos Cem Mil. Em 26 de junho as ruas estavam livres de policiais, já Costa e Silva temia nova adesão popular aos estudantes se houvesse um novo confronto. Em segurança, os líderes estudantis da Une, UEE, dos Das e DCEs do Rio de Janeiro, como Vladimir Palmeira, Franklin Martins e Luis Travassos puderam se reunir publicamente, ao lado de aproximadamente 70 mil pessoas na Praça Tiradentes. Havia outros grupos em apoio aos estudantes, como o grupo de mães, alguns operários e intelectuais.

Nem tudo, porém foi harmônico. A divisão ao movimento começava a aparecer no meio da passeata, quando se podia ouvir Fernando Gabeira gritando que "só o povo armado derruba a ditadura", enquanto outros tentavam abafá-lo, entoando um moderado "só o povo organizado derruba a ditadura" (Sirkis, 1980). Por volta das cinco da tarde, a passeata voltava à Praça Tiradentes após circular pelo centro do Rio de Janeiro e foi finalizada com falas dos representantes da UME, da UBES e vários DAs, líderes de comunidades e sindicatos. Vladimir Palmeira já havia, por segurança, se retirado e não viu a eleição para a formação de uma comissão que iria ao presidente tratar da libertação dos estudantes presos nos últimos dias. Franklin Martins e Marcos Medeiros foram escolhidos como representantes dos estudantes, Irene Pappi representando as mães, e o psicanalista Hélio Pellegrino como representante dos intelectuais. Ao fim da eleição, foi queimada uma bandeira americana, simbolizando o fim de um marco histórico para o movimento estudantil.

v) O envolvimento de parlamentares nas críticas à invasão da UnB. Em agosto, as recorrentes invasões pela policia à UnB recrudescem, com cursos chegando a serem fechados, professores demitidos e muitos alunos presos. Em contrapartida, os estudantes de Brasília tem uma das mais atuantes participações do país, onde os secundaristas desenpenham papel tão importante quanto os universitários. Desde 1964, a Universidade de Brasília vinha sendo alvo das demonstrações de poder do governo militar, sendo que a cada ocupação do campus pelos universitários a policia reagia de forma muito mais violenta que nas ocupações "habituais" dos cariocas e paulistanos.

No dia 29 de agosto, entretanto, após a proibição de qualquer tipo de manifestação, estudantes ocupam o campus para uma assembléia que decidiria a reabertura da FAU, quando a policia invadiu a universidade. Os militares cercaram o local do congresso até a saída dos

estudantes, mas, como estes não deixavam o local, a UnB foi invadida e depredada pelos policiais.

Mais tarde, vários discursos foram feitos por parlamentares em protesto à invasão da universidade, mas o mais famoso foi o pronunciado em setembro pelo deputado Márcio Moreira Alves (MDB). No discurso, o parlamentar sugeria o boicote às comemorações de 7 de Setembro e às relações com militares. As Forças Armadas sentiram-se ofendidas e solicitaram à Câmara que processasse o deputado, mas como esta se negasse, houve então o pretexto que o regime precisava para decretar o AI-5, diante do qual o Congresso seria fechado e o chefe do SNI, General Emílio Garrastazu Médici, seria escolhido presidente da República. Iniciava-se em fins de 68 a mais intensa fase da repressão. Aqueles que optaram pela clandestinidade e pela luta armada corriam riscos de prisões, torturas e desaparecimentos, como ocorreu com o líder estudantil Honestino Guimarães, que desapareceria naquele ano.

vi) Conflito entre estudantes que termina em morte, na disputa pela Rua Maria Antônia. O mês de Setembro seguiria tumultuado pela declaração do deputado Márcio Moreira Alves contra a invasão a UnB no parlamento e os consequentes processos judiciais movidos contra o deputado pela honra das Forças Armadas. Além disso, o conflito entre duas universidades seria manchete de jornais de todo o país. Pela manhã, alunos da USP faziam pedágio em frente ao campus da Avenida Maria Antônia, na capital paulista para financiar o XXX Congresso da Une. Os rivais, alunos do Mackenzie, iniciaram um bombardeio de ovos do alto de sua faculdade. O pequeno conflito cresceu a ponto de um estudante, que não pertencia a nenhuma das universidades, perder a vida. O conflito durou dois dias, com alunos de ambas as faculdades entrincheiradas a noite toda em seus respectivos *campi*. O motivo era ideológico, pois a Maria Antônia representava um território livre para o Movimento Estudantil, embora fosse também concentração de representantes da extrema direita como o CCC (Comando de Caça aos Comunistas), MAC (Movimento Anticomunista) e FAC (Frente Anticomunista) dentro do Mackenzie.

Apesar disso, para a USP, a Maria Antônia era um reduto de ideias socialistas porque os maiores professores que produziram no Brasil pensamentos de esquerda eram oriundos da Filosofia da USP. Para alguns líderes estudantis, este acontecimento foi um prenúncio do descenso do ME de esquerda, pois foi a primeira vez que a direita impôs seu estilo com sucesso a um movimento que até então aparentava ser apenas de esquerda.

Paus, pedras, bombas molotov, tiros de revolver e muito tumulto foi o que houve durante quatro horas consecutivas entre as calçadas das duas faculdades. Ao meio dia, a intensidade da batalha aumenta, pois chegavam as turmas dos cursos vespertinos. A polícia não interveio em nenhum momento da batalha, a não ser quando se ameaçava o patrimônio do Mackenzie. Durante toda a noite, as duas faculdades discutiam o problema em assembleias e ambas decidiram se armar para a defesa no dia seguinte. A assembleia na USP esclareceu que não queria lutar contra o Mackenzie, e sim, contra o CCC. Por volta do meio-dia, curiosos e secundaristas que estavam voltando da escola se aproximavam e tomavam partido da USP, ajudando a recolher pedras.

Um desses ajudantes, o secundarista de 20 anos José Guimarães é atingido na cabeça por uma bala que se acredita ter partido do Mackenzie. Estudantes da USP saem do prédio levando o corpo de José nos braços e vão protestar no centro da cidade, local em que o presidente da UEE, José Dirceu, e mais trezentos outros colegas mostram à população mais uma vítima. O ME vivia um momento delicado, de muitas perdas e de instalação do medo da repressão. A esperança da ala moderada do movimento estudantil estava no sucesso do XXX Congresso da UNE.

vii) As prisões no XXX Congresso da UNE, em Ibiúna. Após diversas discussões sobre o local a ser realizado, o congresso não poderia mais ser adiado, o novo presidente precisava ser eleito, as linhas moderadas e radicais estavam em constantes discussões. Foi então que se decidiu pelo sitio Murundu em Ibiúna. Ali seria feita a eleição para o novo presidente da UNE, a ser escolhido entre os três candidatos, Jean Marc da Ação Popular, Marcos Medeiros do PCBr e José Dirceu da dissidência. Embora Ibiúna fosse uma pequena cidade do interior em que seria fácil perceber a chegada repentina de oitocentos jovens, a mídia da época afirmava que o governo tinha conhecimento de onde seria realizado o congresso, porém para a maioria a culpa foi de um vizinho de seu Domingos, dono do sítio, que tendo ido ao Murundu cobrar uma dívida, fora impedido de entrar por dois jovens armados que faziam a guarda do sítio, voltando para casa furioso e avisando a polícia. Na madrugada do mesmo dia, Travassos, Jean Marc e Vladimir Palmeira, que dormiam juntos eram avisados de que a polícia estava a caminho do Ibiúna. E pelos cálculos, o congresso cairia ao meio-dia.

A situação era tensa e a reunião de emergência não chegou a nenhum resultado. Havia a proposta de se retirar rapidamente os líderes, porém estes não deixariam todo o congresso nas mãos da repressão. Por volta das oito horas, os policiais chegaram. Pelas primeiras os líderes não tinham ideia do que fazer, simplesmente se deixaram prender. Antes, porém, com a chegada dos

policiais, alguns jovens apresentaram-se rapidamente com carteiristas de informantes – havia espiões em Ibiúna. Só a tarde se decidiu o que fazer com os estudantes. Eram oito ônibus, nove caminhões e um ônibus só para as moças.

Todos seriam levados ao Carandiru e apenas os líderes ao DOPS. Mais tarde, o XXX Congresso seria feito e a eleição para o novo presidente se daria através de eleições regionais. O movimento estava desorganizado, e acreditava-se que José Dirceu se eleito, fosse capaz de conferir a UNE a mesma organização que tinha conferido a UEE Paulista. Este é o ponto presente nos relatos das lideranças estudantis. Para Catarina Meloni, presidente interina da UEE em 1968, havia uma clara divisão que Dirceu não foi capaz de superar. E para os delegados da base do movimento, provenientes do interior do estado, a eleição seria vencida por Travassos[27].

2.3.1 Leituras de 68: Memorialisticos da Justiça de Transição - o Golpe como contraponto para a memória

> Um tempo morto, esse em que a ditadura não acaba nunca de passar (Arantes, 2006, p.210)

Se para as analises históricas do primeiro tópico o importante era o presente, as construções que levaram à formação do ME tal como se apresentava em 1968, e para Foracchi (1972) a analise do ME se baseia toda nas possibilidades do vir a ser, contidas no futuro, chegamos ao ponto em que os trabalhos de ressignificação da memória começam a emergir.

Entre as diferentes lentes pelas quais se observa 1968, uma das mais recorrentes é a utilização do Golpe e dos eventos que precederam 1964 como contraponto. Muitas leituras são construídas como que para justificar as atividades em 68 como respostas aos eventos d 1964. Desta forma, observa que os principais pensadores contemporâneos sobre o ME brasileiro retomam o Golpe ao trabalhar as problemáticas de 1968, ainda que tenham sua própria definição do que foi o Movimento Estudantil e do que restou para a sociedade brasileira e para seus atores. Dentre esses autores, podemos observar uma linha coerente entre Daniel Arão Reis Filho, João

[27] Augustinho, Aline Michele Nascimento. Revistando o Movimento Estudantil: a trajetória dos estudantes paulistas. Dissertação de Mestrado, 2010.

Roberto Martins Filho, Rodrigo Pato Sá, Marcelo Ridenti e Irene Cardoso. Seguidos por pesquisadores do Golpe, há uma grande quantidade, deste a instalação da Comissão Nacional da verdade, de trabalhos sobre Movimento Estudantil feitas tendo o golpe como lente de análise. O que nos interessa aqui é, porém, aqueles que prezem o processo de reelaboração dos fatos através da memória (e, como já vimos, não apenas pela rememoração).

Talvez, para tais pesquisadores, essa associação derive do fato de que “ainda não acusamos suficientemente o golpe. Pelo menos não o acusamos na sua medida certa, a presença continuada de uma ruptura irreversível de época” (Arantes, 2009, p. 206) Há uma crítica à memória dos 21 anos, como se a ditadura houvesse terminado. Para ele, seus desdobramentos nunca cessaram. Tanto que se passaram 21 anos no poder. Pondera sobre a violência como controle de Estado.

> Ate onde sei, uma das raras vozes na massa pragmático progressista da ciência social uspiana a não se conformar com o fato consumado na transição pactuada com os vencedores, mas sobretudo a contrariar a ficção da democracia consolidada, foi a de Florestan Fernandes. Trinta anos depois do golpe, ainda teimava em dizer que a ditadura, como constelação mais abrangente do bloco civil militar que a sustentara, definitivamente não se dissolvera no Brasil. (Arantes, 2009 p.218)

Os 21 anos de 1964 a 1985 não podem ser identificados por em uma única nomenclatura em nenhuma esfera: política, econômica ou social. Período de dualidades econômicas e sociais, avanços e retrocessos econômicos, construções políticas sem par em nenhum país da América Latina, que vivia também ondas de governos (ditadura, regime militar, estado de exceção). Neste momento de reavaliações das leituras do Golpe, é preciso voltar-se também para a disposição em se identificar a nomenclatura adequada para o regime que se instala em 1964. Não há homogeneidade nas interpretações nem mesmo de quanto tempo o Estado brasileiro viveu sob a égide de um regime Militar, ainda que a sociedade civil conviva com a marca política da violência em todo o período (Reis Filho, 2014).

Ditadura Militar, Regime Militar, Golpe Civil – Militar, Regime Autoritário. Pesquisadores utilizam diferentes pontos para definir sua própria avaliação; muitas vezes, utilizam mais de uma em um único texto. A existência da Constituição de 1946, a revogação dos AI's, a presença da violência e ausência de liberdades civis, a construção de um conceito único sempre será permeada pela possibilidades de críticas para pesquisadores que partem de um “desde onde” diferente. Para os que preferem não se arriscar, ou que compreendem que há uma

gama imensa de situações a se interpretar para definir uma terminologia apropriada, recorre-se o termo “período militar”.

Neste trabalho, privilegiou-se a observação da estrutura do estado, portanto, sustentou-se a ideia de um Regime Militar enquanto a Constituição de 1946 se sustentou. A partir do Ai-5, então, uma ditadura militar, um Estado de Exceção. Isso não quer dizer que toda a violência sofrida pelos civis, manifestantes, estudantes, guerrilheiros, desde março de 1964 tenha sido ignorada.

Mesmo porque, no caso da análise sobre as mobilizações estudantis no Brasil de 1968, ao observarmos a história de suas entidades e associações, as violências sofridas nunca são aqui ignoradas. Mas a violência do Estado não é ponto único para que se defina um regime de Exceção. Reis Filho propõe a tese de que a ditadura, como estado de exceção, deixa de existir em 1979, quando o AI-s é revogado, e a partir dali iniciam-se um processo de “transição” para a democracia. Observa a mesma expressão “transição democrática” em Emir Sader (1986 e 1990); Brasilium Salum, 1996; Maria José Resende, 1996 e Elio Gaspari, 1979.

A construção da memória coletiva não acontece somente de maneira espontânea. Ela também é uma forma de manipulação e pode ser construída direcionando para pontos diferentes daquilo que relembram os que viveram um determinado período. Se a ideia descrita por Safatle de que o obscurantismo da repressão de certa forma controla aquilo que se lembra da ditadura, por outro lado, essa sensação de não ter acabado descrita por Arantes (2009) estava também presente de forma visível, física e palpável, por meio dos monumentos históricos, bustos, praças e ruas que levavam os nomes de militares que estiveram no poder. Prédios[28], monumentos, bustos, praças, ruas que levam os nomes e que, de certa forma, homenageiam os militares[29]. Na verdade, critica essa política de preservação da memória da ditadura, E podemos também associar aos textos anteriores, sobre o que resta da mesma e o processo de transição. Não é transição se sua

[28] SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista. (Comunicação para XIII Encontro de Histótia Anpuh - Rio)

[29] No dia 18 de dezembro de 2014, uma semana após a entrega do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, um busto de bronze negro e mármore do General Costa e Silva foi derrubado da praça central de sua cidade natal, Taquari, no Rio Grande do Sul. Construído na década de 1970 como homenagem, o busto foi retirado após o relatório determinar que todos os presidentes militares entre 1964 e 1985 foram responsáveis pelos crimes de lesa-humanidade acontecidos no período. Desta forma, se os militares no poder podiam manter sua presença de forma física no cotidiano das pessoas, a abertura dos arquivos e a possibilidade das pesquisas num período democrático pôde rever e então, r*econstruir* a memória.

presença está dia a dia em nossa vida. Isso não seria memória histórica, e sim memórias da ditadura, e mantê-las comprovaria seu domínio.

Mesmo com os trabalhos da CNV, da Comissão De Mortos e Desaparecidos Políticos e todo o esforço para a conciliação nacional, são poucos os programa de valorização da memória dos perseguidos políticos, como o Memorial da Resistência em São Paulo, de forma que a nomenclatura dada fazendo alusão à nomes e feitos de militares no período onde tantos perseguidos foram torturados ou perderam a vida, se torna uma afronta à memória desses atores. Assim, parte das leituras de 1968 ultrapassam o limite temporal do ano, associando-o à luta armada e à repressão que se seguiu, e a partir daí, cobram uma ação de reconhecimento do Estado, cumprindo a materialização dessa memória em um monumento.

A crítica à política de conciliação é um traço comum nas leituras da Justiça de Transição. Para os autores, a ditadura está numa posição que deveria ser lembrada com reprovação pelos brasileiros, culpabilizando-a pelas perdas políticas e humanas. A criação de espaços, programas que incentivam a preservação da memória da luta contra a ditadura surge normalmente de organizações civis, como o grupo Tortura Nunca Mais, cuja central de Pernambuco instalou, após concurso de arquitetura, um monumento em homenagem às vitimas de tortura e desaparecidos da ditadura.

O que se percebe é que o processo de construção da memória se dá de uma forma que vem sendo reprovada, e hoje, há um caminho que procura a redescoberta, a verdade, e, ao olhar para o passado, reconstruir tais memórias fundamentadas no conhecimento novo que a ditadura não permitiu à sociedade civil, de forma que uma nova concepção social da ditadura seja tomada

> a Universidade é, no Brasil, a maior escola de formação de lideres políticos, centro onde se moldam as consciências e mentalidades com respeito aos problemas que assoberbam o nosso país, e que a maior parte dos homens nela formados carregam, vida afora, as posições, idiossincrasias, estigmas e pontos de vista políticos nela adquiridos”(Poerner, 1979, p.33)

2.3.2 Leituras de 68: Memorialísticos dos centros de pesquisa como produtos da intenção política

As publicações dos centros de pesquisa e preservação da memória tendem a repensar todo o período militar a partir de uma perspectiva específica, tais como a repressão sobre mulheres, crianças e adolescentes ou a partir de lentes como o jornalismo, fotojornalismo, a música, a utilização do espaço urbano. Poucas são específicas sobre 1968 (como a publicação Acervo 68, texto de mais de 600 páginas totalmente composto de depoimentos sobre memórias daquele ano, mas mesmo este texto retoma momentos anteriores ao Golpe em depoimentos inteiros, bem como os anos de repressão mais intensa na década de 1970, até a abertura). O que observa-se são as ligações, as conexões que esses atores fazem em seus depoimentos, ligando suas vidas e suas percepções atuais ao momento no passado que, em sua percepção, as determino. Assim,

> não podemos falar de qualquer aspecto da vida daqueles anos no Brasil, sem tratarmos diretamente da questão da ditadura, da política, da disputa de poder. Se, numa democracia (por mais limitada que seja), costumam ser muitas as mediações e variáveis entre o comportamento cotidiano dos cidadãos e o poder de Estado, naquele contexto tais mediações e variáveis tendiam a zero. Ou seja, em nosso país, discutir qualquer dos assuntos postos em pauta por 1968, é discutir também o regime e, muitas vezes, o próprio sistema (FREIRE, 2008[30])

Neste período de reavaliação do passado e da presença deste na vida cotidiana, toda ação que busca preservar a memória se torna importante, principalmente para os grupos e instituições que são organizados com esta função. Os centros ligados aos arquivos públicos, desde o final dos anos 1990, possuem uma gama de publicações nesse sentido, que se intensificaram na última década. O Arquivo Nacional[31], no Rio de Janeiro, por exemplo, disponibilizou um inventário no qual identifica e cataloga sistematicamente centenas e documentos deixados anonimamente no Arquivo. O interessante é observar não a catalogação, função do Arquivo, mas o interesse na publicação desse tomo de documentos recebidos de forma anônima. Entre tantos documentos e coleções, porque publicar este inventário – distribuído gratuitamente.

---

[30] FREIRE, Alípio. "Anotações sobre a origem de algumas distorções nas leituras de 1968" Revista Teoria & Debate, Fundação Perseu Abramo São Paulo, março-abril de 2008

[31] Revista Anistia Política e Justiça de Transição / Ministério da Justiça. – N. 1(jan. / jun. 2009). -- Brasília : Ministério da Justiça , 2009.

Os documentos fazem parte de relatórios internos dos órgãos de controle político-social do Estado nos anos que antecedem ao Golpe, e alguns posteriores. Mais que as formas de observação e controle dos perseguidos, podem-se observar parte da estrutura de comunicação entre os órgãos de inteligência da repressão. Os documentos mostram como os informantes eram treinados, quais são as informações relevantes num relatório em cada tipo de atividade de espionagem, nas atividades clandestinas e nas atividades clandestinas internas no PCB, por exemplo.

Observa-se, assim, um esforço por parte dos institutos de pesquisa e preservação da memória em divulgar não apenas os relatos, mas as fontes documentais, materiais físicos importantes para a construção da memória deste período, permitindo uma leitura dos acontecimentos através das atividades, pela estrutura, organização e ação internas aos órgãos da repressão. A abertura, a organização e a divulgação desses arquivos não oferecem apenas a possibilidade para novas pesquisas, mas em si mesmo um ponto de inflexão para a própria memória. Uma amostra desta perspectiva está no relato do então Secretário Geral da Câmara dos Deputados, Paulo Affonso Martins de Oliveira, em 1968, sobre o ciclo dos 30 anos de 1968. Paulo Affonso analisa a conjuntura política que leva ao AI-5, mas em sua construção particular da memória dos anos sob o governo militar, não há o termo golpe, mas sim o movimento Militar de 31 de março.

Para ele, dois vieses importantes levaram ao referido movimento: o contexto político, derivado das questões econômicas que levava às pressões sociais de trabalhadores e estudantes e os conflitos internos nas Forças Armadas[32] o contexto militar e o político, que seriam diferentes, mas que as vezes se entremeavam e ainda mais com os levantes populares. As Forças Armadas teriam sido afrontadas no principia da hierarquia e disciplina, já que militares se aproximavam de João Goulart, especialmente no encontro do Automóvel Clube.

No aspecto político, as bancadas do Congresso não eram suficientes para aprovar os projetos do presidente, mas, ainda que houvesse, os conservadores conseguiriam barrar qualquer ação que fosse contrária aos seus princípios. O confronto, portanto, nasce porque de um lado o governo que não tinha apoio suficiente no legislativo propunha medidas populistas de reformas, apoiados por setores do baixo escalão militar. A crise institucional, para ele, vem muito mais do

[32] Ver Martins Filho, João Roberto. O Palácio e a Caserna. EDUFSCAR, São Carlos, 1996.

discurso de Marcio Moreira Alves do que das passeatas e greves civis. Essa perspectiva é importante, porque mostra a dimensão das diferenças na construção memorialística que um mesmo processo pode ter entre diferentes grupos. Essa diferença, veremos no próximo capítulo, também se sustenta a partir de trajetórias de vida diferentes, que fornecem elementos distintos para a ressignificação dos fatos e um olhar diferente para cada reconstrução da memória.

Um traço comum nos textos sobre o desenvolvimento, a análise estrutural ou de memórias sobre 1968 é associá-lo diretamente ao biênio 1966-1967 e aos desdobramentos políticos e sociais que levaram ao Golpe entre 1960 e 1964. Quando há um fator no tempo presente que remeta a algum destes 3 pontos, o enfoque tende a ser mais incisivo. Reis Filho, por exemplo, se voltou para os 50 anos do Golpe neste ano de 2014, utilizando a data histórica como momento de se repensar as leituras sobre a Ditadura, buscando novos caminhos e novas interpretações, considera a memória como elemento a ser discutido na construção do ideário que se cria, sobre o que se lembra-se de e sobre como ficam os papéis históricos na memória coletiva. Utiliza a condição da memória como contraponto para os processos políticos que quer analisar. Para este trabalho, 1964 e as leituras construídas dele são contraponto para as leituras feitas do Movimento Estudantil.

Entre a Constituição de 1988 que nos firmava novamente numa democracia e o final da vigência dos Atos Institucionais, houve ainda dez anos de estabilização. Reis retoma alguns elementos dos 21 anos de ditadura diante da memória como um processo: o que se guardou, o que se esqueceu, foram escolhas. A construção da memória que se tem do período, de seus pontos de inflexão e de seus momentos chave nem sempre correspondem aos fatos, e advém da relação delicada e complexa que se estabeleceu desde 1964 entre o poder na ditadura e a sociedade: “Mas a memória é assim:substitui evidências pela vontade e pelo interesse” (Reis, 2014:6). Por isso, identifica a memória construída sobre esse período como um “discurso hegemônico” que necessita de novos olhares que o desconstruam.

A ideia, por exemplo, de que somente os militares construíram o regime, ou de que o mesmo acaba exatamente em 1985, como um decreto: “O período ditatorial foi confinado no tempo. Anos de chumbo. Um parêntese. Trágico, mas superado. Cabe ao historiador, no entanto, romper as amarras da 'história vigiada', do senso comum de das memórias estabelecidas” (Reis, 2014, p.8) Chega a mencionar que, em alguns momentos, há um triunfo da memória - hegemonicamente construída – sobre a história (Reis, 2014, p.15)

Sua leitura dos anos entre 1964 – 1985 se baseiam na ideia de que elementos de uma cultura-política específica que precedem e que ultrapassam os 21 anos. Atuando de maneira diferente em momentos distintos, Reis identifica o nacional-estatismo como este emento chave em 4 governos: O Estado Novo de Getúlio Vargas, os anos dourados de JK (1955-1960), o governo Médici (1969-1974) e os dois governos de Lula (2003-2010) A tortura como política de estado pode identificar uma ditadura, mas na medida em que planos da constituição não foram ainda quebrados, como identificar esse sistema político?

Cria-se, portanto, no Estado Novo, uma marca autoritária que nunca se descolaria dessa cultura política. As linhas de presença do nacional estatismo se apresentam nestes quatro modelos de gestão, no entanto, a diferença surge no mais recente, os governos de Lula. As memórias aqui ganham espaço para emergir, mas depois de tanto tempo sob controle de um lado das forças políticas, há a dificuldade de se trabalhar um quadro amplo, com todas as versões possíveis:

> O grande emudecido – ou os grandes ausentes – neste cenário são as Forças Armadas, o Exercito em particular, sem prejuízo das intervenções de emergência, consideradas indispensáveis e valiosas, mas sempre específicas. As vezes parece que o papéis não tem Forças Armadas. Outras vezes, elas parecem um Estado dentro do estado, como, por exemplo, no processo de formação de quadros, no qual continuam a prevalecer as referencias dos anos de 1960 e 1970.[...] todas as tentativas de esclarecer fatos e episódios do período ditatorial tem enfrentado resistência por parte de autoridades militares, que se negam a entregar os arquivos ou colaborar. De sorte que, pela primeira vez na historia da cultura política do nacional-estatismo, os militares perderam o papel de protagonista explícito (REIS, 2014, p.15)

Os elementos que formam o nacional estatismo para Daniel Aarão Reis são os mesmos elementos do bem-estar social brasileiro, que ao dar indícios de esgotamento, dão inicio ao descontentamento nas classes médias do país. As medidas econômicas adotadas por Getulio foram duradouras no tecido social e aos governos subseqüentes coube, para o povo, mantê-las ou ampliá-las e isso nem sempre foi possível (ou desejado).

Por isso, uma das principais leituras sobre os motivos para o Golpe de 1964 foi à perda do poder de compra e a carestia, que impulsionaram os movimentos operários. Além disso, havia a ascensão de líderes civis populistas como JK e João Goulart “que imitavam Getúlio na forma de organizar o apoio popular” (Luna; Klein, 2014, p. 2) Para obter o apoio da classe média emergente, frente a este contexto, os governos militares expandiram a oferta da educação primaria e secundaria, ensino técnico, como tentativa de compensar o arrocho salarial, além do

plano de saneamento e habitação pelo Banco Nacional da Habitação (BNH). Para os autores, é no período militar que se consolida um “moderno sistema de bem estar social” (Luna; Klein, 2014, p. 6).

> Em 1968 ocorreu uma ampla reforma universitária, adotando o modelo norte-americano de organização por departamentos e criando a estrutura de formação em três níveis: graduação, mestrado e doutorado. Esse foi o padrão seguido pela Universidade federal de Minas Gerais (UFMG) e pela Universidade de Brasília (UnB), criadas naquele período, e pela USP, bem como pelas demais universidades federais que seriam implantadas em todos os estados (Luna; Klein 2014, p.33)

São as reformas espelhadas no modelo americano as responsáveis pela criação da graduação e pós-graduação no Brasil tais quais como se encontram hoje. Além disso, as agencias nacionais de fomento a Pesquisa, CAPES (criada em 1951) e CNPQ, também se expandiram no período militar. O governo financiava estudantes no exterior, e quando retornavam ao Brasil, lutavam por melhorias nos centros e instrumentos de pesquisas.

Observando o mesmo período, Renato Ortiz (2014) faz uma leitura a partir de outra lente, que não a estrutura política: seu interesse não era a ditadura, mas sua longevidade e as questões que permeavam o projeto de reconstrução democrática, e a partir daí, em quais contextos as relações sociais iniciadas naquele momento adquiriam quando inseridas numa outra configuração política. São essas relações, frente ao contexto de redemocratização, o intuito principal nos processos de reconstrução da memória: “Ao revistar o passado, não consigo conter minha decepção e apontar pelo menos um aspecto que, a meu ver, inibe a atualização dessa memória comprometida: o tema da democracia” (Ortiz, 2014, p. 53).

Tendo a indústria cultural como eixo destas reflexões, compreende que “a ditadura militar foi modernizadora. Isso a distingue dos regimes autoritários no Cone Sul” (Ortiz, 2014, p. 5), fato que leva a perspectivas diferentes no momento de se reconstruir a memória do período. Este fato não se observa nos países vizinhos, Argentina, Uruguai ou Chile, como Ortiz verifica no Brasil, e talvez essa fosse a razão da longevidade da ditadura no Brasil tenha de definido: “Durante os vinte anos de sua vigência, ela teria propiciado condições para amortecer os conflitos sociais e políticos entre diversos grupos de interesse” (Ortiz, 2014 6) Ortiz é do grupo de pesquisadores que identifica um processo de “modernização conservadora” no Brasil – derivada dos conceitos de Barrington Moore Jr sobre as origens sociais da ditadura (Ortiz, 2014, p.7)

> Para os militares, manipular esse fluxo de informação era crucial na coordenação das ações de seu núcleo central. A criação do Serviço Nacional de Informações (SNI) tem essa função: conhecer o que se passa nos mais diversos âmbitos da sociedade, subsidiando as autoridades no processo decisório. Não se tratava de um serviço para controlar unicamente o 'inimigo', a ambição era maior, os próprios ministérios do governo deveriam participar dessa malha funcional e sistêmica. A vida social, na sua amplitude e diversidade, era matéria de atenção e de intervenção dos militares. O SNI tinha uma vocação totalizadora e totalitária, Porém, como não se tratava de um órgão executante (não fazia prisões nem interrogatórios, não instaurava processos), devia ser complementado por um complexo policial (ORTIZ, 2014, p. 17-18)

Para Ortiz (2014), o controle da cultura implicava em controlar qualquer tipo de expressão de insatisfação com a ditadura militar dos grupos considerados subversivos que pudessem contaminar os setores da sociedade civil. Influenciado pela ideia hegemonia cultura de esquerda de Schwarz, entende que presença do Estado no ambiente cultural por meio da regulação, da observação, dá uma medida também do controle das relações sociais, no abortamento das possibilidades de contestação, do Romantismo Revolucionário captado na criatividade do ambiente cultural. Sua crítica é que o processo de modernização tenha, pouco a pouco, vendado os olhos da sociedade civil para a verdadeira face do Estado de exceção, de modo que ao olhar par trás, as memórias construídas tendem a ficar distantes da realidade:

> Maurice Halbwachs dizia que a memória coletiva age como um filtro, o recente não é um presente inerte, ele atua na reconstrução das lembranças. Minha impressão é de que os tempos da ditadura deixaram um mal-estar que se prolonga até hoje. O ato mnemônico faz-se num terreno minado, no qual as recordações são nebulosas. O esquecimento da tortura e dos assassinatos de militantes políticos e inocentes civis é exemplar. Em todo o Cone Sul, a sociedade civil conseguiu rever e conciliar-se com essa época de arbítrio e violência. Entre nós, nenhum tribunal foi criado para avaliar a extensão dos crimes cometidos, o país brilha na sua excepcionalidade.(Ortiz, 2014, p. 57)

Diante das leituras deste tópico, podemos compreender que o incomodo mencionado por Ortiz (2014), e retratado nos outros autores que utilizam a o Golpe e a Ditadura como contraponto para se repensar 1968, sintetize-se na crítica da proposta de conciliação contida no processo de Justiça de Transição tardia que o país vivencia nos últimos dois anos. A justificativa da crítica da conciliação reside na idéia de que ela possibilita a não aceitação plena deste estado como uma ditadura na memória coletiva, pelo controle hegemônico do que se produzia no período, bem como da presença física no espaço urbano: “Diante da artimanha retórica, a memória se recolhe, busca conforto na ficção das lembranças” (Ortiz, 2014, p.57)

2.3.3 Leituras de 68: memorialísticos da Justiça de Transição

Depois das leituras que levam o Golpe como contraponto para as memórias de 1968 e sua recusa da conciliação nacional, o segundo tipo de leitura importante são os relatos produzidos a partir da premissa da Justiça de Transição que aceitam a conciliação por meio da verdade. Nesta vertente, cuja produção também tem como incentivadores os centros de pesquisa e de preservação da memória, a possibilidade de trazer à tona o relato de um ator numa produção de uma entidade diretamente ligada ao Estado, traduz o reconhecimento das lutas e das perdas sofridas pelos atores em questão.

Aqui, percebe-se o Movimento estudantil pela perspectiva da juventude, das características psicológicas e subjetivas dos jovens, especialmente os secundarias, ainda adolescentes, frente às mobilizações políticas nas quais se engajavam, bem como os efeitos negativos dos ditames da repressão sobre suas vidas. O texto[33], produzido pela SEDH, é uma mostra das ações institucionais na prerrogativa da exaltação e preservação da memória e verdade. Trata das histórias de crianças, adolescentes e famílias afetados pela violência da repressão na ditadura. Dois dos casos mais importantes citados são a morte de Edson Luiz (então com 18 anos) aos bebês seqüestrados a fim de pressionar os pais.

O Movimento Estudantil secundarista foi reduto de muitos dos quadros que apareceram em 1968, como Cesinha, que participou da luta armada associada ao ME ainda aos 17 anos, jovem em si, era visto como inimigo interno. O outro é da jovem Nilda Cunha, adolescente de 17 anos, membro do MR-8, que foi presa por ter abrigado, junto com seu companheiro, também adolescente de 18 anos, a companheira de Lamarca, Iara Iavelberg, quando esta tentou se esconder em Salvador, em 1971. A policia os cercou, Iara foi morta e os adolescentes presos. Nilda ficou presa por 3 meses e morreu logo após ser solta, emocionalmente instável, por asfixia e cega.

Parte dos casos é de filhos e parentes de agentes ligados aos grupos de guerrilha, apreendidos na tentativa de aterrorizar seus familiares e fazê-los entregar as informações desejadas. No caso das crianças, eram colocadas ao lado das mães nas salas em que as torturas

---

[33] Direito à Memória e à Verdade: histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura / Secretaria Especial dos Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009.

ocorriam e eram ameaçadas caso a mãe não colaborasse. Foi o que aconteceu com Maria Auxiliadora Arantes, esposa do líder do PCB Aldo Arantes, presa por quatro meses com dois filhos na primeira infância, um menino de três anos e uma menina de dois, que ficavam na mesma sala em que ela quando interrogada. Durante todo o tempo em que ela foi perseguida, a agente procurada pela repressão era punida e as crianças também o foram, já que se encontravam privada da proteção de sua família, de uma alimentação adequada, do convívio com familiares ou outras crianças, da escola e principalmente de cuidados com a saúde (segundo a mãe, as duas crianças tiveram problemas sérios e não foram atendidas em nenhum momento)[34].

> Para uma criança ou mesmo um adolescente, as lembranças são feitas de detalhes: um assovio do pai para anunciar que estava chegando, um grito, um cheiro de papel queimado, uma porta batendo, uma piscada, grades fechando e abrindo, um trecho de música. Coisas sem nome. As lembranças são quase sempre pautadas pela incompreensão: por que não sabiam o nome dos pais, por que eles não tinham profissão, por que foram ficando diferentes – mais tristes, mais ausentes – por que os deixaram com outras pessoas? (SEDH, 2010, p. 34)

Outro caso é o do estudante Marco Antonio Dias Baptista que se filiara à Frente Revolucionária Estudantil quando era ainda secundarista em Goiânia. Foi um dos dirigentes da UBES e liderou protestos em Salvador. Na militância, ele e seu irmão mais velho, Waldomiro Baptista, o Mirinho, entraram na clandestinidade em 1969.

> Mirinho, por sua vez, passou de militante da esquerda a ativista do movimento hippie, pregava Paz e Amor. Mas seu espírito não foi pacificado. Voltou-se, então, para a busca dos restos mortais de Marco Antônio. Vinculado ao grupo Tortura Nunca Mais, fez plantão diante da Casa da Dinda, onde residia o presidente da República de então, Fernando Collor [...]Em setembro de 2005, a Justiça Federal de Goiás deu prazo de 90 dias para que a União entregasse a ossada de Marco Antônio a sua mãe, Maria de Campos Baptista, autora de uma ação judicial vitoriosa e, em audiência reservada, explicasse as circunstâncias que envolveram a prisão e morte do estudante. A União foi condenada, ainda, a pagar uma indenização à família. Durante os trâmites judiciais, Maria contou ter mantido a porta da casa sempre aberta, durante anos e anos, na esperança de que o filho um dia retornasse. Aos 78 anos, Dona Santa, como era conhecida em Goiânia, guardava esperanças de enterrar Marco Antônio no jazigo da família. Não conseguiu. Ao voltar para casa, após audiência com o vice-presidente José Alencar, em fevereiro de 2006, em Brasília, ela faleceu em um acidente rodoviário na BR-060, no trecho conhecido como Sete Curvas. (SEDH, 2010, p. 42)

---

[34] Direito à Memória e à Verdade: histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura / Secretaria Especial dos Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009.

Não se pode deixar de pensar que há um encontro de gerações nessa busca pela verdade. O detentor dos acontecimentos pela memória de quem estava lá e a geração de pesquisadores e estudantes que se voltam para o período, numa mesma ação pela construção de uma memória histórica que não seja moldada pela instituição militar, como o foi a partir da transição. Nesta perspectiva, as memórias de um grupo de jovens que tencionava resistir às intenções golpistas também são trabalhadas pelos centros de preservação da memória. No Rio Grande do Sul, o Grupo dos 11 foi criado em 1963, uma organização fundamentada na base ideológica do PDT, defendia o trabalhismo e o socialismo europeu e as reformas de base, agrária, bancária e educacional. Diante da inquietação política e da instabilidade de João Goulart no Poder, Brizola arregimentou jovens e criaram o Grupo dos 11: onze jovens ligados ao Movimento Nacionalista Brasileiro.

> Nosso trabalho consistia em pesquisar a situação social das periferias de Porto Alegre, detectando os problemas sociais e formando um quadro real das carências das populações pobres, suas necessidades e aspirações. Atuávamos muito na área rural, no chamado Cinturão Verde, implantado por Brizola, quando prefeito da capital gaúcha, no âmbito da então Secretaria Municipal da Produção e do Abastecimento, também criada por ele em 1956.Ao mesmo tempo em que fazíamos esse trabalho, sempre nos finais de semana, conscientizávamos o povo para a situação brasileira e a necessidade de união entre todos para pressionarmos o Congresso para a aprovação das Reformas de Base." (SEDH, 2010, p.103)

As memórias de Wladymir Ungaretti (2010)[35] retratam sua iniciação no ativismo político *antes* do movimento estudantil, como secundarista militante do PCB, nas manifestações de rua, ainda em 1964. Sua primeira memória é de um comício onde o presidente João Goulart anunciava as reformas de base.

> Meu primeiro curso de formação política foi com Apolônio de Carvalho. Estudava na Escola Técnica Nacional, no Rio de Janeiro, e iniciava minha militância no Partidão (Partido Comunista Brasileiro). Estávamos em 1963/64 e o cursinho de formação era realizado em uma das salas do partido, no centro do Rio, Edifício Santos Vales ou Marquês do Herval (não consigo recordar em qual dos dois), tinha como fachada um escritório do deputado Hércules Corrêa dos Santos. As aulas eram sobre as Reformas de

[35] Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985) : história e memória. / organizadores Enrique Serra Padrós, Vânia M. Barbosa, Vanessa Albertinence Lopez, Ananda Simões Fernandes. – 2.ed., rev. e ampl. – Porto Alegre : Corag, 2010. – v. 1 ; 272 p. : il.

> Base do governo João Goulart e algumas noções básicas de marxismo. (UNGARETTI, 2010, p.110)

O interessante em seu relato para este trabalho é sua interpretação de si mesmo, no momento da ação passada, e no momento do trabalho de reconstrução e ressignificação da memória: “Sou o mesmo e sou um outro. Continuo movido pelos mesmos sonhos. E, mais do que nunca, acredito que jornalismo é subversão.” (Ungaretti, 2010, p. 113) E nesta construção, a imagem de si, ainda que alterada pelo sou um outro, mostra a importância pessoal deste passado na consolidação do ator no tempo presente, e destas conexões[36], lança suas projeções para o futuro: “A ditadura militar acabou. A ditadura midiática comanda o espetáculo. A luta continua. Ousar lutar, ousar vencer.” (Ungaretti, 2010, p.113)

A projeção de futuro contida na expressão “a luta continua” é retomado por Francisco Carlos Teixeira da Silva, Professor Titular de História Moderna e Contemporânea do IFCS/UFRJ, no texto *1968 Memórias, esquinas e canções* : “Esse período apresentar se- ia como uma tela inacabada, com o artista em pleno trabalho, que muitos na velha escola da história contemporânea considerariam como não sendo história, “portanto fora de nossa capacidade de explicação.” (Silva, 1998, p.7).

Segundo sua interpretação, a história não pode ser contata exatamente como aconteceu. Não é possível. Mas se fosse, seria inútil, seria como deixar um objeto empoeirado pela casa. É preciso reinterpretar, ressignificar, e essa seria sua função máxima: fazer-nos organizar um painel de acontecimentos, colocando num contexto maior que no momento que ocorrem. Por isso, sua crítica vai de encontro ao mito da objetividade dos cientistas sociais - e entende que, talvez pelo anseio dos acadêmicos em encaixar os acontecimentos de 1968 num modelo de pesquisa fechado tenha restringido o alcance dos estudos . Relembra muito a cultura, pois sua relação com o período foi por meio do teatro, e das musicas, além das atitudes dos cantores e artistas, era por eles e não pelas passeatas, ou pelos atos políticos, que este ator lia a ditadura.

> Havia uma compulsão pela arte e pela cultura, e a memória desses anos é principalmente a memória da resistência cultural. De início, a revelação do teatro enquanto forma de

[36] Ver também Aveline, João. *Memórias de um comunista*. Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985) : história e memória. / organizadores Enrique Serra Padrós, Vânia M. Barbosa, Vanessa Albertinence Lopez, Ananda Simões Fernandes. – 2. ed., rev. e ampl. – Porto Alegre : Corag, 2010. – v. 1 ; 272 p. : il.

> resistência: Arena e a Opinião; a montagem de Galileu, Galilei1 e O rei da vela é como um soco: tudo estava ali... Em seguida, os versos de João Cabral de Melo Neto revelam a existência de uma vida e uma morte Severina... Estávamos definitivamente ganhos para a esquerda [...]Eu faltara ao evento da década: não fui à Passeata dos Cem Mil. Meu tio ainda estava na cadeia; meu pai temia (“eu ainda era muito jovem!” Como se isso fosse um evidente defeito de fabricação); meu primo apanhara da polícia; o Calabouço estava fechado(Silva,1998, p.11-15)

É importante ressalvar a importância do movimento secundarista, o qual não se pode confundir com o movimento universitário, embora andassem lado a lado. Ele foi o responsável para articulação das entidades católicas no sudeste das quais derivaram a AP e as principais lideranças e posicionamentos da UNE dos anos 60; e depois, era o grosso dos atores de capitais como belo Horizonte, Goiânia, Fortaleza, Vitoria e Salvador. (1998:30) para Reis, eles é que conferiram o Movimento um caráter nacional

As críticas sobre as análises de 1968 aparecem em diferentes autores, mas àqueles contemporâneos mais direcionados à questão do Golpe como contraponto para 1968, como Reis Filho, essa crítica parece mais latente. Para começar, os motivos, para o historiador, não derivaram da origem de classe, mas do contexto sócio-político principalmente entre 1966-1967:

> O céu desabava na cabeça dos trabalhadores. O Estado, até então generoso e protetor, transformara-se em algoz. O pai, em carrasco — embaralhamento e crise de referências. Não foi possível resistir com eficiência. Os padrões de organização e luta, de lideranças e de discurso, não haviam preparado os trabalhadores para situações de enfrentamento. Reagiram à instauração da ditadura com a arma tradicional — a greve. O êxito dela foi um fracasso, pois esvaziou as cidades, paralisando as pessoas em casa e facilitando as manobras dos tanques. (REIS, 1998, p.27)

Diante desse panorama, buscou-se construir uma sociologia política do ME e atribuí-la nas pesquisas sobre o comportamento desses atores na vida adulta, porém, um dos erros comuns é não compreender que não se tratou de um bloco monolítico, homogêneo, nem na origem, nem no posicionamento político. Não há como reduzi-los, assim, a uma só categoria ou a uma classe de origem.

> Entre estudantes e revolucionários, entre movimentos e partidos, existia uma simbiose e autonomia. Muitos analistas, e inclusive participantes da época, perderiam a capacidade de distinguir as nuanças entre o movimento social e os partidos revolucionários, num jogo sutil em que nem sempre os candidatos a mentores — os partidos — conseguiam impor seus pontos de vista ‘iluminados às massas’ — o movimento social. (REIS, 1998, p.34)

Ainda que muitos dos atores fossem os mesmos, eles aderem à luta armada diante de impasse político-social. Mas a ação armada nunca foi a ação do ME, por isso, na classificação do historiador, *o ME* se estrutura como um movimento Social. Assim, "o movimento estudantil de 1968 não pode ser confundido com os partidos revolucionários e, particularmente, com as ações armadas então desfechadas, e que receberam, aliás, uma projeção nem um pouco desinteressada" (Reis, 1998, p, 31).

> O movimento estudantil não se limitou ao Rio de Janeiro e a São Paulo, nem foi conduzido apenas por universitários. No próprio Rio, aliás, a mobilização dos estudantes do Calabouço, tradicional restaurante aberto para estudantes pobres, basicamente secundaristas, foi, desde 1966, essencial para a compreensão da dinâmica e da agressividade dos estudantes cariocas. Em função das lutas destes estudantes é que se deu o assassinato de Edson Luís de Lima Souto, um dos principais estopins para a sucessão de manifestações e passeatas que agitaram o país em 1968 [...] os estudantes nem sempre desempenharam, e nem estão destinados a desempenhar, por um decreto insondável da providência divina, ou por uma misteriosa lei da história, um papel questionador ou reformista, e muito menos revolucionário, na história do país, ou de qualquer lugar do mundo. Ao contrário de acordo com as circunstâncias, têm assumido papéis conservadores e mesmo reacionários. (Reis, 1998, p.30)

Esse posicionamento sobre a vulnerabilidade da ação política estudantil torna-se uma das bases para a crítica do processo memorialístico, que descaracterizaria os estudantes de suas características mais humanas, como os erros nas escolhas, as falhas e os sentimentos.

2.4 Leituras de 68: Quem são, hoje, os atores de 1968? Os textos biográficos

> Cada um conta o que sabe, o que viu e viveu e também o que ouviu dizer. É um bom exercício para a hora do anoitecer (CATARINA MELONI, 2010, p.33)

O questionamento "Quem somos nós?" aparece com força nos anos que precederam as comemorações dos 40 anos de 1968 (Cardoso, 2005; Ventura, 2008; Reis Filho, 2008; Ali, 2008), indicando que não permaneceu apenas no plano passado, na construção identitária do jovem estudante. Ele permaneceu ao longo do tempo e dos diferentes cenários políticos, num processo de revalidação constante da identidade do grupo inserido em diferentes contextos sócio-históricos. Na verdade, o grupo sabe, pela história, quem foi e como a construção identitária

permanece. Porém, ao questionar a identidade, o grupo se coloca na posição de reavaliar qual o espaço que lhes pertence na sociedade contemporânea.

No primeiro tópico deste capítulo, observou-se como a literatura sobre o Movimento Estudantil no Brasil identifica os elementos que o construíram: os atores, os eventos, os contextos e associações histórias, sociais, políticas e culturais. Algumas análises e projeções foram atracadas sobre as intenções e as motivações desses atores. Retomemos uma descrição de Poerner (1979), utilizada no primeiro tópico capítulo:

> a Universidade é, no Brasil, a maior escola de formação de lideres políticos, centro onde se moldam as consciências e mentalidades com respeito aos problemas que assoberbam o nosso país, e que a maior parte dos homens nela formados carregam, vida afora, as posições, idiossincrasias, estigmas e pontos de vista políticos nela adquiridos. (Poerner, 1979, p.33)

Para além do contexto único que foi o do Golpe e da ditadura no Brasil, a citação de Poerner afirma que, no contexto dos movimentos estudantis, na universidade se moldariam os líderes políticos que no futuro ainda carregariam em si o posicionamento que enquanto estudante desenvolveu. Essa afirmação aparenta acrescentar um caráter imutável à formação política do estudante universitário, o que é improvável, dadas as alterações no contexto político, em nível macro, e nos desejos, escolhas e na forma de percepção da própria vida e interpretação dos fatos de cada indivíduo, num nível microssociológico. Mas a afirmação mostra um esforço na caracterização dos laços simbólicos que ligam o ex-militante estudantil ao seu grupo.

No processo de reelaboração das memórias, a trajetória de vida individual define a revalidação ou a repulsa pela ação passada, mas, observa-se nos relatos das lideranças de 1968, o laço simbólico não deixa de existir. Se na década de 1980 houve um direcionamento das literaturas do tema para a valorização da ação estudantil como revolucionária, heróica, mítica, após um período de críticas as rememorações na década de 1990 (Cardoso. 2005), observa-se que há um retorno da valorização da memória individual. Após a anistia, a valorização da ação do grupo era o foco. Atualmente, é o trabalho de se repensar a atuação a condição mais valorizada na construção das memórias do movimento estudantil. Surge nos últimos 10 anos, estimulados pelo apelo dos 40 anos de 68, em 2008, e dos 50 anos do Golpe e 2014, trabalhos biográficos de ex-líderes, que mostram agora como sua vida individual se direciona durante e

após a participação no movimento. O elemento novo aqui são os sentimentos agregados e valorizados na emergência dessas memórias.

Retomando o primeiro ciclo de textos memorialísticos sobre 1968, tem como expoentes os livros 1968, O ano que não terminou de Zuenir Ventura, O que é isso, Companheiro? de Fernando Gabeira e Os Carbonários de Alfredo Sirkis. Escritos por ex-militantes que contam suas perspectivas internas, trabalham ponto a ponto a trajetória do grupo segundo a perspectiva de um dos atores. Alguns anos depois, em 2002, a catarinense Derlei Catarina de Luca expões suas memórias da militância estudantil em No corpo e Na Alma. Apesar da distância temporal, os três textos revelam similaridades na forma de exposição das lembranças, colocando 1968 como ponto base para as atividades ligadas à luta armada posterior.

Nestes textos, são eles, os militantes, os donos da história, que se apropriam do momento para narrá-lo segundo a óptica de quem esteve lá. São relatos construídos na forma literária de um romance histórico, em que o encadeamento dos fatos é o plano de fundo para o desenvolvimento das relações interpessoais que delimitaram ou determinaram a trajetória dos grupos internos ao ME, utilizando a construção emocional dos sonhos, desejos, frustrações e perdas de uma geração como enredo para os textos.

Os trabalhos citados são editados carregando em si a mesma proposta que autores compreendem sobre a articulação estudantil: a disposição pela luta contra a ditadura e pela democracia, numa ação em que os atores se revestem não apenas do protagonismo histórico, mas de sua capacidade inerente de reverter uma situação de conflito pela revolução. Os fatos descritos são caros a todos os militantes do período, que se vêem descritos nos textos nas ações dos estudantes em foco, refletidos também nas lideranças para as quais as atenções e voltavam. A característica principal desse pulso de leituras de 68 é a exposição das relações pessoais internas às questões do movimento, ou da posterior luta armada: as memórias surgem na reelaboração dos diálogos entre atores durante o acontecimento dos fatos.

As publicações são vistas como parte integrante da luta, não como um evento posterior, conceito expresso também no título utilizado por Ventura. Os diálogos e as percepções daqueles momentos são transpostos para o texto sem reinterpretações do presente. A proposta era mostrar ao leitor a dinâmica e os sentimentos que permeavam a luta tal qual aconteciam. Assim, entende-se que este primeiro pulso de textos memorialísticos trabalha com a valorização do momento 1968. Descrevendo os principais acontecimentos, da morte de Edson Luiz até Ibiúna, chegando

às disputas internas e á luta armada. Não tem, em geral, um tom de crítica, que não seja direcionada à Ditadura.

A Exceção é “O que é isso Companheiro?” que trata da luta armada, mas cujos membros tinham estado no ME. A ação armada no texto, os seqüestros dos embaixadores alemão e americano, tem como resultado a libertação e o exílio de líderes estudantis que estavam presos. Possui a mesma dinâmica literária. O que aproxima[37] estes textos como amostra das intenções desse ciclo é a apropriação do conceito revolucionário da ação estudantil, do movimento como a “usina do sonho revolucionário” (Ventura, 2008, p.224). Assim, os textos são permeados de citações que atestam a sensação de que a referida geração foi única em suas ações e na coesão de intenções, denotando um laço permanente por identificar em sua geração algo que em sua opinião não tornaria a existir: “A geração de 68 talvez tenha sido a última geração libertária do Brasil” (Ventura, 2008, p.53).

> A juventude que se mexia, não mexe mais. Está [...] sendo cooptada pelo consumismo. Mas o povo, esmagado e embrutecido pela superexploração, ainda não pode se rebelar. Por isso, é necessário que alguém continue, mantenha acesa a chama da resistência. (Sirkis, 1980, p. 164)

A mística do poder jovem que caracteriza a abordagem dos textos está presente nos três livros como elemento catalisador/propulsor da capacidade revolucionária, inerente àquela geração. São, ao mesmo tempo, a tentativa de traçar o quadro exato de seu tempo, num espaço-tempo em, recém-saídos da ditadura, era possível valorizar a ação cujo objetivo era exatamente aquele que se vivia: um ambiente democrático.

Ventura (2008) entrevista muitos líderes estudantis, além de elementos das bases do movimento para o primeiro livro, mas a disposição das falas esse coloca no sentido de dar verossimilhança aos fatos narrados, dá a ideia de um romance, com enredo sobre a revolução. Ao chegar o segundo pulso de leituras memorialísticas de 1968, “O que fizemos de nós” (2008) os relatos estão dispostos de outra forma, como objetivo em si, entrevistas direcionadas para a

---

[37] Os textos tem grande foco nas lideranças paulista e cariocas, como José Dirceu, Cid Benjamim, Luis Travassos, Cesinha, Vladimir Palmeira e Jean Marc.

reflexão do passado a partir do ponto em que se entendem como militantes, revolucionários e sonhadores. A questão do texto contém a prerrogativa de se analisar como o militante carregou para a vida adulta os posicionamentos políticos constituídos na juventude, o que mudou e porque mudou. Nesse contexto, os discursos se concentram na vida pós-anistia, na construção da carreira profissional.

No limiar entre a vida adulta e a velhice após quarenta anos, as emoções associadas às lembranças que se podem apreender pelo texto dão a idéia de que há uma sensação de que a geração foi única, e que houve desperdício de oportunidades quando alguns dos líderes chegaram ao poder institucional. Este pulso empreende análises de trajetórias descoladas do grupo, mas mantendo o laço simbólico do pertencimento todo o tempo. A este momento interpretativo pertencem também os textos dos antigos líderes Catarina Meloni, com *O tempo das Escolhas*, e Cid Benjamim, com *Gracias a la Vida*. Benjamim tem 1968 como ponto de partida, mas trata do depois: seu envolvimento com a luta armada, a prisão e o exílio. A autoanálise de sua trajetória também retoma 1968 como símbolo, sem tentar reproduzir ou explicar os acontecimentos do ano, mas sim expondo os sentimentos emergentes no processo da construção da lembrança.

Assim, há dois pulsos de produção dos textos memorialísticos:

1. O retrato do ano embasado na dinâmica do poder jovem, da disposição revolucionária.
2. O segundo pulso trata das reavaliações do símbolo 68 sobre a trajetória de vida.

Os sentimentos podiam ser traduzidos, nos dois momentos, como a o orgulho revolucionário de ter participado da luta, num primeiro momento, e depois do que fizeram com o fato de terem estado lá.

Do segundo ciclo, os exemplos são 1968, “O Tempo das Escolhas” e “Gracias a La vida, memórias de um militante”. No primeiro texto, Catarina Meloni produz um texto autobiográfico totalmente marcado por suas emoções quando sua memória coloca a moça militante ao lado do quadro da memória do que não existiu, do que a autora projeta sobre como deveria sua trajetória de vida na juventude, pautada nos aprendizados familiares da infância e adolescência. Cid Benjamim, por sua vez em *Gracias a la vida*, constrói um texto onde não se apresentam tantas emoções, mas sua explicação sobre a escolha em escrever neste período (com o livro lançado em 2014) é pautada pela sensação de liberação da perspectiva de sua própria trajetória. Na coletânea de entrevistas de Zuenir Ventura “1968: O que fizemos de nos?” é possível perceber já

no título o redirecionamento do trabalho: a memória do ano é suprimida pela ação individual sobre si mesmo, e pela reflexão sobre o que foi feito. O grupo desaparece do presente e se torna memória, e aparece o indivíduo como portador do laço que jamais se desfez.

Surge, nesses escritos, uma reapropriação da história individual, que fez parte da esfera do grupo, mas que não pertence a ele. São eles, os atores, os donos da memória, e isso os impulsiona a dar sua versão, por que os efeitos na vida de um ator não foram iguais aos de nenhum outro – ainda que os laços e o símbolo permaneçam os mesmos. Esse processo acontece também com os atores das bases do movimento, como veremos mais adiante.

Meloni cursava Letras na USP e fazia parte da UEE-São Paulo, enquanto Luis Travassos era presidente. E assim, assumiu interinamente a presidência da entidade quando ele se elegeu presidente da UNE – e aí começa a disputa pela legitimidade da presidência da entidade estadual com José Dirceu. Foi presa no desfile de 7 de setembro de 1968. Segundo seu relato, expôs a si mesma e à organização estudantil que representava porque queria sair às ruas e sentir se parte do povo. Não apenas contestar o regime, hostilizar os policiais, mas ver com seus olhos a mesma coisa, o mesmo desfile que via a população de São Paulo: “Nosso partido queria fazer a revolução, e eu dava mostras de não compreender nada de estratégia, expondo-me daquele jeito” (Meloni, 2010, p.34). Aparentemente, a participação no grupo apagava momentaneamente as características do sujeito, embora não de forma compulsória, senão por escolha: “1968 foi um faiscar da História, um momento de dez, vinte anos que, de certa maneira, perdura até hoje [...] Os projetos pessoais podiam ser interrompidos porque a causa era justa e necessária” (Meloni, 2010, p.13)

Relembra como era ser uma líder diante de outros estudantes. Os líderes eram esperados nas manifestações, havia até certo alvoroço na possibilidade da presença de alguns. Porém, internamente não era uma situação confortável, segundo Catarina. As diferenças internas para decidir o tipo de manifestação sempre criavam muitos conflitos, e àquele período a UEE quase pereceu tamanhos os rachas: “As divergências entre os grupos, antes do final de 68, tinha como pano de fundo a busca da hegemonia ou, pelo menos, predominância, e a concepção sobre o papel a ser desempenhado pelo movimento de massas urbano” (Meloni, 2010, p.19). Meloni tinha muitas divergências com a forma da ação da AP. Para ela, as táticas de quase guerrilha isolava-os como indivíduos, apagava suas características ou necessidades pessoais, de forma que cada um ficava mais isolado a cada dia. No texto, se diz culpada pela própria prisão no desfile de 7 de

setembro, porque fora avisada para não ir. Mas ela queria sair, sentir a reação da população à ditadura:

> 1968 vai ficando longe, e até nós, que estivemos lá, não vislumbramos mais os fatos e, com dificuldade, enxergamos nele a nossa presença. É um sonho que se desvanece pouco a pouco. De manhã, ao acordar ele aparece todo, mas depois com o passar das horas, as imagens se misturam e acabam mesmo por se perder. (Meloni, 201, p.33)

Foi presa dia 7 de setembro, foi para o Dops e depois para o presídio Tiradentes, e mais tarde, para o Carandiru. O Tiradentes "não era mesmo lugar para uma moça" (Meloni, 2010, p.39) Mas qual presídio, qual detenção, naquele momento, era? Meloni associa sua militância e a repressão sofrida por isso com suas características pessoais ligadas à família: a moça do interior, simples, que por ser assim, não deveria estar num lugar que não era para uma moça, e acima de tudo que devia mostrar respeito à família por meio de um comportamento correto a seus olhos.

Catarina foi ferida em sua militância naquilo que, ao que parece lhe era mais caro, sua identidade: "Filho clandestino não telefonava nem escrevia carta. Fazia contato" (Meloni, 2010, p. 42). A despersonalização de si, como a Catarina, filha, para a clandestina é mostrada na ação de contatar a família: uma filha telefonaria ou escreveria uma carta. Ela, clandestina, fazia contato. Foi exilada e retornou apenas em 1977, sendo presa um mês depois, em janeiro de 1978. A chegada dos exilados em 1979 para Meloni é o fato que mais sintetiza a questão da aura mística atribuída aos militantes. Era como se não houvesse defeitos, ou qualquer característica subjetiva em cada um. Eram soldados por uma causa, e essa dimensão os despia de qualquer outra que lhes fosse pessoal.

> Ligando-nos a nos mesmos e ao nosso contexto social, a memória nos abre portas para compreender o tempo e o espaço em que vivemos. A memória é palavra arquivada. Quando é solta, pode promover a libertação e permitir compreender momentos essenciais das vivencias humanas. 68 está em um desses momentos. Permanece na memória dos que lá estiveram, e se desdobra em múltiplos significados. (Meloni, 2010, p.128)

Na investigação sobre os elementos que constroem a memória do ME e dos atores de 1968, chega-se às produções literárias sobre o tema. Em cada uma, observa-se a lente utilizada pelos autores ao construir a análise microssociológica do movimento, a partir de um contexto histórico político mais amplo, que evolvem os antecedentes de cada movimento, de cada parte do tecido e das esferas sociais que se intercalam no ponto-chave de 1968.

Pôde-se encontrar semelhanças nos estilos dessas produções a partir da lente e da metodologia de trabalho escolhidas, mas ao observar a linha cronológica das mesmas, fica claro também que em alguns momentos existem pulsos que levam a um foco específico, como os eventos e ciclos comemorativos, que tendem a incitar trabalhos de reavaliação e valorização e legitimação do movimento, os anos de abertura dos arquivos DOPS e implementação dos centros de pesquisa pública, os eventos de revalidação do conceito de luta e resistência, como as comemorações dos eventos militares ligados À ditadura, o mais recente, os 50 anos do Golpe.

Há uma tendência nas produções acadêmicas de valorizar os trabalhos a partir do tipo de levantamento e metodologia escolhida, com atenção maior ao saber científico. Alípio Freire (2008) vai à contramão desta tendência, atentando para a valorização das biografias e dos relatos dos agentes desse movimento. Além disso, contraria a ideia de que o embate tenha acontecido por choques geracionais: "A presença massiva de jovens em ambos lados dessa trincheira, por si só, já desqualifica uma leitura recorrente, mais ou menos explícita (dependendo do autor), dos eventos de 1968 enquanto resultado de um choque geracional."[38]

Talvez o embate entre gerações mais explícito seja entre a disposição para a quebra de paradigmas dos jovens estudantes em oposição aos valores arcaicos que mantinham a elite no poder. A inconformidade não só com o regime, mas com o sistema social de reprodução de comportamentos dominadores. Neste capítulo, a emergência e a manutenção da memória através das leituras de 1968, por pesquisadores ou pelos escritos biográficos, bem como a identificação dos laços simbólicos que atrelam os indivíduos ao Movimento através da memória, foi o foco de atenção.

Observou-se que há certa linearidade na produção no que se refere ao tempo e ao enquadramento no contexto histórico do qual o texto provém. Além das três divisões já discutidas, a abordagem histórica, epistemologia e memorialística, há três pulsos históricos que direcionaram as produções: a supervalorização do grupo sobre o indivíduo na década de 80, a contestação da legitimidade dos textos memorialísticos na década de 1990, e a reapropriação do individuo sobre suas memórias nos últimos 15 anos. Complementando a construção da análise de

[38] Observações a respeito das leituras sobre 1968 Para a Revista Teoria & Debate, Freire, Alípio. São Paulo, março-abril de 2008

grupos, no próximo capítulo, será analisado o processo de identificação do grupo pelas leituras oficiais da repressão.

Capítulo 3 - A formação do conceito de grupo nos olhares da repressão: os Arquivos Dops

Na tríade de elementos que formam a identidade simbólica das memórias do Movimento Estudantil de 1968, o presente capítulo trata da formação do conceito de grupo, por meio da homogeneização das leituras de ação e dos tratamentos de punibilidade dadas pelos órgãos repressivos, depreendidos através das anotações contidas nos Arquivos Dops/São Paulo. Pressupôs-se que a forma de levantamento dos dados e investigações acerca das ações do ME, bem como o armazenamento de tais dados, revelariam a perspectiva que o aparato repressor tinha do movimento, a maneira como ele o identificava, e, assim, modelando a ação repressiva.

O texto se desenvolve a partir da identificação das ações do Dops em sua fundação, a identificação dos departamentos e tipos de análise dos perigos à ordem, até chegar ao trabalho de compilação dos dados investigativos sobre o ME. A identificação da estrutura de colheita, armazenamento e troca de informações entre departamentos dá um panorama da identificação empreendida pelo Estado repressivo. O capítulo contará com cinco tópicos, três dos quais apresentam o Arquivo Dops como fonte para a pesquisa, e inserem sua estrutura de levantamento, organização e armazenamento como expressões em si dos movimentos do aparato repressor, enquanto o quarto trata da identificação do fluxo, ritmo, foco e intenção dos levantamentos ao longo dos anos. Esta apresentação culmina com a interpretação geral do mapeamento levantado.

3.1 A dinâmica de abertura dos Arquivos

Este capítulo trata da análise de grupos feita sobre o Movimento Estudantil. Para isso, as fontes documentais do Dops foram utilizadas para mapear e demonstrar, por meio da formação dos dossiês investigativos e dos inquéritos policiais, como a atuação militante de cada ator, uma vez inserido no contexto do movimento estudantil, passa a ser caracterizada como uma ação do movimento. Ainda que existissem personagens em maior evidência e captando maior atenção dos centros de investigação política, há um processo de descaracterização da ação particular quando inserida nas reivindicações estudantis.

Nos arquivos, o foco de análise foi o Movimento Estudantil como um organismo político, e, por todo o período entre 1968 e o final das atividades do DOPS na década de 1980, os

estudantes são investigados a partir da simbologia do grupo que a para a repressão causava o desequilíbrio na Ordem nacional. Diante disso, observou-se que a partir de 1968 as investigações deixaram de ser sobre a manutenção da Ordem Social para pertencer pertencerem às análises de manutenção da Ordem Política. Pode-se observar que após 1968 essa transição no enquadramento do Movimento da Ordem Social para política segue dois momentos de intensa atividade na repressão e na consequente produção de inquéritos, nos anos de 1973 e 1977. Diante disso, o movimento visto como organismo, despersonalizado de seus atores, assume, de acordo com a perspectiva da repressão, a característica implícita de inimigo da ordem, independente de seus lideres e das correntes político-ideológicas que o dirigiam, ainda que a polícia estivesse muito atenta a estes detalhes.

Fonte para pesquisas acadêmicas e utilizada até mesmo em produções biográficas, a construção simbólica do grupo observada nos arquivos do Dops contribui para a ideia coletiva que se faz do movimento, muitas vezes atenuando-se as ações e/ou efeitos destas nas vidas particulares dos atores. Observando-se portanto, os caminhos que levam as análises da polícia política a formarem um conceito de grupo, pode-se identificar alguns dos pulsos de produção que buscam refutar as ideias propagadas pela repressão. Assim, no panorama dos elementos que constituem os fatores que moldam e direcionam a formação da identidade de memória e de grupo na concepção do pertencimento do ator neste trabalho. Este capítulo trata daquela da formação da simbologia do grupo a partir da perspectiva da repressão.

De acordo com Walter Benjamim (2009) a vida do individuo não pode ser compreendida adequadamente sem referencia às instituições dentro das quais sua biografia se desenrola. Esta biografia registra os movimentos que o indivíduo realiza para fora de si mesmo, as relações e papéis desenvolvidos quando encaixados na estrutura social, como nos papéis de estudante, de filho, de amigo ou na condição de perseguido político. Para compreender o significado que um indivíduo atribui aá sua própria trajetória, deve-se compreender a significação e o sentido dos papéis que desempenhou e desempenha.

Assim, para compreendê-los, por sua vez, devem-se compreender as instituições de que são parte ou com as esferas sociais que moldaram sua ação no desenvolvimento de um determinado papel. Neste sentido, compreender o encaixe que a repressão dá para os agentes do ME na identificação do grupo estudantil fornece um parâmetro para a compreensão i) do Movimento Estudantil visto como ameaça a ordem estabelecida pela ditadura enquanto grupo

político e por consequência das ações de controle estabelecidas e ii) da identificação individual do ator frente ao conceito de grupo ali estabelecido.

Não se trata de observar se os órgãos de repressão fazem uma leitura correta ou incorreta da natureza do Movimento Estudantil, mas sim, do processo de construção da imagem de um inimigo político uniforme que engloba diferentes tendências ideológicas, mas que se unifica na disposição do enfrentamento à ditadura militar – de forma que as ações de punibilidade e controle também se homogeneízam. A identificação política do grupo pela repressão é tão importante na formação das memórias do ME quanto às características geracionais ou de classe elencadas no capítulo anterior. A biografia e o caráter destes atores, assim, não podem ser compreendidos apenas em termos das esferas sociais nas quais se insere ou com as quais dialoga. A compreensão adequada exige que apreendamos a inter-relação desses cenários íntimos com sua moldura institucional mais ampla e que considerem-se as transformações dessa moldura e os efeitos consequentes sobre o ambiente.

3.1.1 Dops - As estruturas dos Arquivos

> A visita à documentação do Dops paulista equivale a um passeio nas demonstrações cotidianas do oficio de dominação em nosso país e a um mergulho na mentalidade repressiva, fazendo-nos constatar a 'banalidade do mal. (AQUINO, 2006, p.21)

Arquivos históricos de órgãos de estruturas de poder não são apenas um conjunto de documentos armazenados. Em sua disposição e organização tem-se uma primeira ideia dos temas, indivíduos e organizações importantes para a sociedade num período específico da história. Nas estruturas arquivista do Dops-SP[39], o processo de colheita e armazenamento dos dados formam um espelho de parte das atividades de polícia política. No caso brasileiro, com o desaparecimento de lotes inteiros de documentos associados à repressão e à tortura de civis, mais o sigilo das ações das Forças Armadas, entende-se que os arquivos liberados para a consulta

[39] O Dops (Delegacia de Ordem Política e Social), criado pela Lei n 2.034 em 30/12/1924, passa por uma reformulação em 1975 e passa a ser denominado Departamento Estadual de Ordem Política e Social, e mantém essa denominação até sua extinção em 1983 (Decreto n 20.726 de 4/3/1983).

pública formam o conjunto das atividades repressivas que conscientemente foram organizadas para serem vistas.

Ligado à história da República Brasileira, o órgão identificava e delimitava os limites entre os chamados crimes sociais e crimes políticos. Uma vigilância que acontecia sem o conhecimento das pessoas, às sombras. A criação do Dops aparece como resultado, também, do processo de urbanização e aparecimento do operariado. Nas capitais, a partir de 1910, estouravam movimentos sociais por melhorias de condições de trabalho. Com a criação do Partido Comunista em 1924, tais mobilizações que eram apenas um distúrbio tornaram-se um perigo social, sendo consideradas casos de polícia (Aquino, 2006).

Nesse contexto, surge o órgão governamental direcionado a observar e colher informações daqueles que colocavam em risco a ordem social. A formação e instalação dos Dops também podem ser associadas à formação do Estado Brasileiro, como instrumento de fortalecimento do Federalismo, com unidades em cada estado que controlariam a ordem pública e responderiam à união em última instância, fortalecendo a autonomia de cada unidade federativa, fortalecendo as possibilidades de autogestão das ocorrências locais. (Sá, 2006)

> O surgimento da polícia política se deu no quadro da modernização burocrática dos Estados contemporâneos, e, com o aparecimento desse segmento especializado do aparato policial, sua faceta autoritária revelou-se com mais intensidade. Polícia política é o setor responsável pela segurança do Estado e a manutenção da ordem; sua existência é justificada em nome da defesa dos interesses coletivos, mas, muitas vezes, sua preocupação efetiva é zelar pela segurança dos ocupantes do aparelho de Estado. (SÁ, 2006:52)

Durante mais de meio século, uma das memórias recorrentes quando se falava no nome do órgão de controle social e político que atuou até o início da década de 1980 é a advertência que se vivia: “cuidado, desse jeito você vai ser fichado no Dops” (Aquino, 2006, p.23)[40]. Mas, é somente após o processo de distensão iniciado por Geisel que o Arquivo é desativado, dias depois da posse do Governador de São Paulo, em 1983. Apesar da desativação, os arquivos ainda ficaram restritos por vários anos, até 1991.

[40] Aquino, Maria Aparecida de. As Vísceras expostas do Autoritarismo. 2006

A intenção na manipulação das informações contidas nos arquivos de órgãos de controle militar se mostra no processo de abertura à sociedade civil: Os guardiões do regime militar, imbuídos que estavam do desejo de tentar impedir quaisquer revisões de seus atos autoritários, que chamavam “revanchismo”, preocupavam- se com a possibilidade de os acervos dos órgãos do aparato repressivo virem a cair em mãos “inadequadas”, como as de governadores da oposição. Desse modo, compreende-se a extinção do Dops/SP dias antes da posse de Franco Montoro no governo de São Paulo e a passagem de seu imenso acervo documental para a agência paulista da Polícia Federal, onde permaneceu “bem guardado” até o ano de 1991 (Aquino, 2006, p.26)

Por 3 anos os arquivos podiam ser acessados somente por membros da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos do Regime Militar, unicamente, pois a Constituição de 1988 garantia o direito ao *habeas-data* (o direito de ter a informação pessoal). Somente em 1994, uma comissão de profissionais formada por historiadores, professores, arquivistas e juristas recomendaram a abertura dos arquivos à comunidade do estado de São Paulo. O Arquivo Público do Rio de Janeiro havia organizado os documentos em 1992 (Aquino, 2006).

A estrutura interna do acervo foi organizada segundo a estrutura de colhimento de informações do departamento, contando com 101 Livros de compilações de Inquéritos Policiais (IPs) – as investigações policiais sobre suspeitos de desestabilizar a ordem política ou social. Realizadas, algumas das investigações eram apresentadas à Justiça Militar, e se aceitas, se tornavam um processo judicial. Atualmente, os IPs são encaminhados ao Ministério Público.

Existem ainda quatro Séries Documentais: (contando com 1.500.000 de fichas remissivas divididas entre 163.000 pastas)[41]:

1. Prontuários: a série mais antiga do Dops, com documentos a partir de 1924, tem cerca de 163.000 fichas remissivas e 150.000 pastas prontuários. Os prontuários são anotações de investigações de pessoas, empresas, grupos e associações – as informações base para a elaboração de um dossiê;
2. Dossiês: Os Dossiês começaram a ser produzidos a partir de 1940, como análises mais detalhadas sobre um indivíduo, associação ou evento. Tem 1.100.000 fichas em 9.626

[41] De acordo com a pesquisa de Aquino, Maria Aparecida de. As Vísceras expostas do Autoritarismo. 2006

pastas. Os documentos foram produzidos, na década de 1940, pelo Serviço Secreto, mais tarde pelo Serviço de Informações do Dops e a partir de 1975, Divisão de Informações;

3. Ordem Social: Esta série é composta por materiais de investigação produzidos pela Delegacia de Ordem Social a partir de 1945. Nela podem conter também prontuários e Dossiês, mas somente aqueles diretamente ligados aos perigos e à manutenção da Ordem Social. Tem 115.000 fichas em 2.321 pastas. Destas fichas, 547 foram resultados de materiais produzidos por delegacias do interior do Estado, revelando o trânsito de informações entre os postos de controle social;
4. Ordem Política: Com materiais da Delegacia de Ordem Política, também contem prontuários e dossiês de análises de ações, indivíduos grupos e associações que poderiam colocar em risco a Ordem Política. Os documentos remetem de 1945 a 1983, tem 120.000 fichas em 1.582 pastas.

Nas quatro séries se encontram documentações de investigação sobre o Movimento Estudantil, mas as mais importantes do período de ditadura militar se dividem entre as duas últimas, com maior foco na pasta Ordem Social até 1968 e na pasta Ordem Política a partir de 1969. Neste sentido, 1968 e mais precisamente as prisões corridas no 30º Congresso da Une em Ibiúna é ponto de mudança nos direcionamentos das investigações. Das investigações, normalmente externas sobre a atuação de alguns indivíduos nas articulações estudantis, o olhar passa a ser para um organismo político inimigo da ordem estabelecida, dentro do qual se articulavam elementos mais ou menos perigosos, com mais dados levantados por agentes infiltrados:

> A riqueza do documento nos dá uma pequena amostra [...] do papel desses agentes infiltrados e de seus relatórios pormenorizados, os quais demonstram uma infiltração cuidadosamente construída a ponto de o agente conhecer os meandros dos locais sobre os quais exerce vigilância, resvalando em opiniões pessoais acerca do evento e de seu transcurso. O relatório oferece uma grande quantidade de informações que, dependendo das circunstâncias, são cronometradas minuto a minuto, em minúcias que nem sempre resultam na consistência exigida pelos objetivos do órgão, dada a sua inutilidade. Partindo do pressuposto da interpenetração/interdependência dos elementos do código – que podem estar presentes ou se repetir em diferentes locais – para desvendar o que foi possível construir sobre eles, concluímos que é preciso lidar com a sua fluidez, o que é natural se levarmos em conta o fato de que foram criados na década de 1940 e acompanharam a história do Brasil pelos 40 anos subseqüentes. Sofreram, portanto, mutações decorrentes do tempo, dos objetivos governamentais. (AQUINO, 2006, p.32)

A partir de 1960, os dossiês com terminações numéricas para estudantes aumentam consideravelmente, revelando a grande presença estudantil na arena reivindicativa, e ao mesmo tempo, o redirecionamento do entendimento do Estado sobre a presença dos estudantes nesse meio, gradativamente encarados mais como ameaça[42]. A compreensão deste redirecionamento do Estado se torna possível após a abertura de arquivos oficiais, permitindo assimilação do que aconteceu na prática em todos os momentos do processo de transição, coloca pesquisadores num momento em que o distanciamento histórico permite a reflexão tanto dos processos de dominação quanto dos processos de resistência no estado de exceção. Para além, a compreensão dessa relação pela documentação pode fornecer elementos em que a sociedade civil se apoie na defesa da democracia há pouco estabilizada. De acordo com Aquino

> A visita a essa documentação, um passeio nas demonstrações cotidianas do ofício de dominação, um mergulho na mentalidade repressiva que mostra a "banalidade o mal", pode atuar como elemento desarticulador da condição autoritária e contribuir para a ruptura dessa continuidade intrincada e capilar que permeia nossa sociedade, mesmo em seus momentos de democracia institucional. (AQUINO, 2006, p. 39*)*

A presença e as possibilidades de um levantamento em arquivos oficiais permitem uma aproximação nova a um contexto histórico potencialmente revisitado de diversas formas por isso, uma das críticas sobre a utilização de autores clássicos nos debates acerca dos 21 anos de Regime Militar são as novas referencias arquivisticas, provenientes dos acervos e arquivos documentais abertos na década de 1990, cujo acesso foi ampliada após a Lei de Acesso à Informação.

---

[42] Formas de acesso – Código alfanumérico, 3 elementos e um número para a remissão documental. Famílias; 5 dezenas, 10, 20, 30 40 50, cada uma correspondendo a um objeto de vigilância:

10 – estrangeiros (datados de 1940, acerca de indivíduos que possivelmente tinham ligações com associações que apoiavam o Eixo durante a Segunda Grande Guerra)

20-Política Nacional: partidos e entidades políticas

30 – Subversivos: comunistas, socialistas e anarquistas

40 – Outras delegacias do Dops: Armas, Munições e explosivos, Ordem Econômica, Ordem Política, Estrangeiros (repetições)

50- doutrina de Segurança Nacional – elementos de investigação do pós-1964 . É a maior pasta. Nela pode-se observar como o olhar de "suspeição" do estado muda a partir do Golpe. Se anteriormente, havia ameaças específicas, bem delimitadas, onde cada delegacia especial podia lidar com o "problema", a partir de 1964 qualquer ação pode levar a Segurança Nacional, ou seja, a estabilidade dos golpistas, a risco.

Subfamílias (letras) (focos das investigações) a – empresas, empresários; b – funcionários, gerentes.; c- estudantes; d – militares; e- relações diplomáticas; f – grandes proprietários (burocratas, tecnocratas); g – religiosos; h – funcionários públicos; i – negociantes (não é explicito aqui, mas para Aquino refere-se a pessoas que vivem de rendas); j – associações e clubes; l- editoras (empresas) e editores; z – setores não especificados (Aquino, 2006:36) O terceiro elemento marca a característica principal do indivíduo: comunista, estudante, empresário...etc.

Mas é importante preservar essas análises como espelhos do quadro político que se vivia: a análise do pesquisador é perpassada pelas possibilidades políticas de seu tempo, e mesmo suas escolhas, seus acessos aos dados, abundantes ou restritos, nos fornecem uma leitura interessante e única sobre como seu contexto histórico fomentou a produção do conhecimento. Além do mais, a própria abertura se torna um atestado político de seu tempo:

> Vistos marcadamente como um dos símbolos do arbítrio, os Dops e as demais instituições do aparato repressivo foram desativados burocraticamente entre 1983 e 1988 – ano da promulgação da nova Constituição Federal. Ao se dar fim, pela caneta, a esses instrumentos de controle, esquecia-se que a República brasileira conviveu com a sua existência nos poucos períodos democráticos de sua história. Sua exclusão criou, à época, uma imagem de que o cidadão passava a gozar plenamente das liberdades de expressão e organização política – pilares da democracia. (KUSHNIR, 2006, p.42)

Se o encerramento das atividades do Dops como ferramenta fundamental da polícia política – oficiais que atuavam diretamente contra os possíveis insurgentes contra a ordem política, assegurando, assim, a ordem pública – cria a imagem do restabelecimento democrático é na década de maior produção dos departamentos estaduais que se revelam as táticas de proteção da segurança nacional, entre o AI-5 e a Anistia em 1979:

> A preocupação com a informação sempre foi uma “questão de segurança nacional”. O que demarca as diferenças de atuação nesses períodos é, entre outros aspectos, as formas de obtenção dos dados, ou seja, as origens das informações sobre as condutas individuais e as nuanças no respeito, ou não, aos direitos civis (KURSHNIR, 2006, p.45)

Uma das críticas que podem existir acerca da abertura desses arquivos, embora garantam a liberdade de pesquisa acadêmica, é a existência de setores nos quais somente o próprio interessado ou seus advogados podem acessar. Kushnir (2006) critica essa guarda dos documentos, uma vez que sua exposição ampla seria necessária para consolidação da cultura democrática. Mas, a questão da abertura irrestrita dos arquivos é ambígua. Se por um lado, ela protege o direito à memória e à verdade tão cara a um país que busca entender seu passado de violência e ataques aos direitos civis, por outro constitui parte desse mesmo direito o fato de alguns dos indivíduos fichados nos órgão da repressão ter sua vida particular preservada.

Ainda que tenham, publicamente, lutado contra um regime político que afetava a todos, é parte da premissa democrática a liberdade de preservar sua própria imagem, sua memória e os sentimentos que podem emergir quando se analisa sua trajetória. Muitos líderes estudantis são

hoje, orgulhosos de seus passos, outros querem compreender e recontam suas histórias para sua própria reavaliação e outros procuram a justiça na inserção da história dos acontecimentos daquele ano. Mas, há aqueles que prefiram se resguardar e não expor sua vida e suas memórias, seja ao público, nos arquivos, seja frente a frente, aos pesquisadores. Neste sentido, como manter e respeitar a privacidade dos indivíduos citados?

Um dos casos expressos de desejo de preservação é o de Catarina Meloni, líder da UEE São Paulo em 1968. Catarina lançou um livro de memórias em 2010, mas nos ciclos comemorativos ao longo de 40 anos, preferiu não se manifestar, não conceder entrevistas ou participar de eventos. A memória emerge de diferentes formas para cada ator, mas é impossível dissociá-la dos sentimentos e sensações que a acompanham. Por isso, é preciso respeitar a escolha aberta entre falar e não falar. Cada uma delas deriva de um caminho percorrido que não nos cabe julgar.

Arquivos são fontes históricas, enquanto a fala é a história do tempo presente. O que é importante observar nos textos das duas autoras é que tanto a constituição de cada tipo de documento e sua organização quanto a abertura para a pesquisa são em si mostras do sistema político vigente em cada momento. As diferenças de investigação nas duas décadas que precedem o golpe são claras: em 20 anos, os olhares dos órgãos investigativos que diante de levantes ou tumultos sociais agiam com violência, se tornam um braço importantíssimo do aparato repressivo.

Os Dops são desativados por Lei em 1983 (Aquino, 2006), mas há alguns registros de investigação na mesma linha dos “Dossiês” pela inteligência brasileira até 1985. Em 1988, com a nova Constituição, os parâmetros de proteção ao cidadão foram estipulados, e ao mesmo tempo, lentamente criava-se a mobilização pela abertura dos arquivos à sociedade. A demora entre a ideia e a abertura de fato, principalmente em São Paulo, mostra que havia interesse em manter arquivos ocultos o maior tempo possível. Ora, ainda hoje os arquivos das Forças Armadas estão fechados, com previsão de abertura para cerca de 50 anos. Neste momento, qualquer premissa que tenha existido de conciliação e justiça com a comissão da verdade não poderá mais ser feita. Caberá apenas um reparo histórico.

Nos anos 90, a possibilidade do acesso aos arquivos abriu novas e incontáveis possibilidades para pesquisa, tanto de cunho acadêmico quanto para o interesse dos indivíduos que tiveram suas vidas vasculhadas pela repressão. Durante as pesquisas para este trabalho,

algumas vezes encontrou-se ex-militantes estudantis e de organizações armadas buscando documentos sobre si mesmos e outra vez buscando documentos sobre amigos. Aos diretamente envolvidos é possível entender claramente qual a intenção do fichador, do observador, da política ao descrever cada item nos documentos, porque detém a verdade da história da própria vida. Porém, aos pesquisadores, preciso ter em mente que nem toda informação pode ser constatada como verdadeira.

O interesse do fichador poderia não ser apenas político, mas também subjetivo. Uma vez que as investigações eram encaminhadas à Justiça Militar para depois haver um processo, certas informações podem ser forjadas ou extrapolar os limites da realidade, como lembra o ex-militante estudantil, professor da USP- SP, Carlos Eduardo Mesquita[43]: “Vi (numa das listas do Dops – SP) que estava na lista dos mais perigosos da ditadura...que bobagem! Nunca matei uma mosca! A ditadura era e sempre foi burra...”

3.2 - O Movimento Estudantil pelo Dops São Paulo

A partir da análise dos processos de criação do Dops como órgão de controle da ordem e da abertura dos arquivos como ferramenta política, pode-se estabelecer o foco da análise deste trabalho. O ano de 1968 é ponto de inflexão para o Movimento Estudantil, no qual a dinâmica de relação com o Estado se torna mais violenta, a ponto de sufocar por alguns anos as manifestações de rua. O grupo que sempre abarcou questões sociais e políticas em suas pautas reivindicativas passam a se colocar frontalmente contra a ditadura após a morte de Edson Luis. A partir deste ponto, o olhar da polícia política sobre o movimento se altera e o ano passa a ser de inflexão também na forma de investigação. O ME surge como elemento político, e a identificação simbólica do grupo dentro das investigações do Dops passa a ser feita levando em conta essa característica que não era nova, mas que passou a ser preponderante. Assim, as anotações sobre as mobilizações de 1968 são o ponto de partida para a verificação da construção simbólica do ME como grupo político pela repressão.

[43] Relato colhido em Junho de 2013

As fichas localizadas no DOPS têm informações sobre a localização dos estudantes naquele período, idade, naturalidade, filiação, cursos universitários que frequentavam, bem como dossiês que relatavam suas atividades estudantis e/ou políticas. Seus dados iniciais estão disponíveis, identificados e catalogados a partir dos documentos e pastas divididos em dois grupos de catálogos de pesquisa:

- Catálogo 1 - Ordem Política (OP), com as acusações específicas feitas pela inteligência militar, relatados contra a segurança política do país;
- Catálogo 2 – Ordem Social (OS), contendo as anotações acerca dos comportamentos julgados perigosos para a segurança social. Dividem-se em grupos subsequentes de buscas específicas, como veremos na tabela abaixo:

Tabela 1: Grupos de Pastas

Grupos	Pastas	Identificação
1 OP	**Relatório Operação Ibiúna**	OP* Série Movimento Estudantil PP 50 á 101; 12 – 10 – 1968
1 OS	**Seqüestros**	0S** 0966 501 1976 – 1979
2 OS	**Incendiários**	0S 0967 501 1975 – 1982
3 OS	**Assaltos a bancos**	0S 0968 501 1975 – 1978
4 OS	**UPR**	0S 0982 501 1971 – 1980
5 OS	**Subversão Estudantil**	0S 1015 501 1977 – 1978
6 OS	**Movimentos Revolucionários**	0S 1023 501 1977 – 1982
7 OS	**Elementos Banidos do território Nacional**	• 0S 1035 501 1970-1972 • 0S 1043 501 - Pasta 124
8 OS	**Org. ALN**	• 0S 1054 501 – Pasta 137 POC • 0S 1061 501 – Pasta 145 1978 – 1981
9 OS	**Movimento Afro Latino Americano**	• 0S 1062 501 – Pasta PCB 1974 – 1982 • 0S 1105 501 – Pasta 185 – B – UNE • 0S 1104 501 – Pasta 185 – A – Panfletos • 0S 1106 501 – Pasta 185 – C
10 OS	**Líderes**	• 0S 1183 501 – Pasta 243 – UNE
11 OS	**Jornais**	• 0S 0085 Temáticas

		Estudantes UNE Pasta 1 • 0S 0086 UNE Pasta 3 • 0S 0087 UNE Pasta 4 • 0S 01955 Rec. Presos em Tiradentes 1970 – 1972 Pasta 1 • 0S 0196 Rec. Presos em Tiradentes Pasta 2 • 0S 0199 Retorno dos exilados Pasta 1 • 0S 200 Retorno dos exilados Pasta 2 • 0S 0235 XXX Congresso da UNE

*Catálogo 1 Ordem Política

** Catálogo 2 Ordem Social

Os arquivos do "Catálogo 1 OP" contém avaliações sobre a periculosidade de cada indivíduo, relatórios policiais e arquivos de processos judiciais. Já os arquivos do "Catálogo 2 OS" reúne recortes de jornais, panfletos, e documentos que eram produzidos pelos atores que estavam sendo vigiados, e armazenados pelo Dops. A grande quantidade de documentos está divida entre dois catálogos nos arquivos do Dops, a partir da numeração de cada pasta em que se dispõem os documentos. É preciso deixar claro que a divisão entre os catálogos, os grupos e sua nomenclatura é a que está disponível no Arquivo Público do Estado, porém, numa ordem particular, de forma dispersa entre outros movimentos sociais e políticos. A tabela acima mostra como os grupos foram divididos para o acesso durante a pesquisa, esquematizados segundo a abordagem da identificação simbólica do grupo.

O quadro acima identifica[44] todas as pastas que mencionam ou descrevem atividades ou comportamentos de atores estudantis entre 1964 e 1980. Uma amostra foi levantada entre os componentes fichados no XXX Congresso da UNE, a fim de identificar se há uniformidade nas anotações e investigações levantadas individualmente. A amostra pautou-se no tipo de anotação das fichas, e não na identificação dos atores, assim, há uma diversidade na origem, idades e cursos destes estudantes.

[44] Construído a partir das "Fichas de presença" coletadas entre maio e junho de 2012, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo Dops.

O que a repressão buscava? Quais áreas da vida, quais informações controlavam? Esses textos e fichas dão um panorama sobre o ponto de vista do Estado Brasileiro durante o Regime Militar, de forma prática, como um “parecer” histórico em nome da sociedade sobre os assuntos e pessoas que tinham relevância no período identificando quais os dados que são mais buscados nas trajetórias, quais os “delitos” que se repetem com mais frequência entre indivíduos, quais nomes são mais recorrentes em diferentes pastas. Traça-se então uma linha a partir da perspectiva dos órgãos de repressão, que podem ser bem diversas da memória dos atores desse processo. Desta forma, buscou-se compreender os dispositivos de controle das vidas individuas nas tentativas de cerceamento do grupo. Ver-se-á também que, na identificação do grupo como um desafio à ordem instituída, de forma independente de seus atores, as análises se diferenciaram de acordo com a transição do perigo à ordem política ou à ordem social (o que anteriormente se dividia entre dois departamentos no Dops).

3.2.1 Análise da estrutura de produção dos dossiês

Entre os índices, puderam-se encontrar cinco grupos de identificação com algumas diferenciações internas a cada um deles, associados a partir do tipo de abordagem e de observação feita pela investigação. Por exemplo, nos dossiês sobre agrupados por regiões, observa-se que mais que as atividades estudantis são as relações entre os grupos e entidades de localidades diferentes o ponto de foco. Assim, é a característica da relação entre localidades diferentes o foco para aquela investigação. Dos dossiês que tratam apenas do ME sem associações com outro tema, encontramos 624 processos de investigação entre 1969 e 1982. A grande maioria, 618, produzidas pelo Arquivo Geral.

Possivelmente, porque as investigações individuais que privilegiavam os passos de um indivíduo descolados de sua mobilização estudantil tenham sido produzidas pela Delegacia de Ordem Política. Em 1968, as grandes mobilizações estudantis, prisões, processos judiciais, o fichamento e controle dos presos em Ibiúna foram observados pelo departamento de Ordem Social. Assim, observa-se a mudança nos parâmetros da repressão, seu olhar sobre os estudantes. Em 1968, um risco à ordem social, e posteriormente, sem categorizá-los como um movimento político, apenas as ações individuais. O ritmo de produção dos dossiês também revela a dinâmica da repressão sobre o Movimento como grupo. Não há registro no Arquivo Geral em 1969, 5 em

1970, apenas um em 1971 e 1972, 2 processos em 1973. Os números crescem acentuadamente a partir de 1974:

Ano de investigações	Dossiês Arquivo Geral
1969	--
1970	5
1971	1
1972	1
1973	2
1974	14
1975	28
1976	89
1977	176
1978	130
1979	15
1980	4
1981	14
1982	2
1983	--

Quadro1: Fluxo de Produção de Fichas Dops 1969-1983

Por que essa mudança? O repúdio à morte do estudante Alexandre Vanucchi Leme é um dos pontos que impulsionou a rearticulação do ME nas ruas, em protestos. Mas, diante das fichas, veremos que mesmo com a clandestinidade e a prisão de parte das lideranças estudantis em 1968, o movimento manteve-se articulado, embora em menor escala e não paralisado totalmente após o AI-5.

Os Dossiês revelam um tipo de investigação interna ao movimento, a partir de elementos infiltrados, compostos em sua maioria por materiais produzidos pelo próprio ME, como teses, panfletos, faixas e cartazes, revelando o controle das atividades do grupo, sem necessariamente terminar em inquéritos ou investigações policiais. Portanto, entende-se que havia a punição para a perturbação da ordem estabelecida ou pelo comportamento subversivo praticado me grupo, porém, na medida em que a entidades estudantis para o governo militar não existiam oficialmente desde o golpe (notadamente nos inquéritos a identificação da "Ex-UNE", "Ex- UEE"), as sanções eram aplicadas ao indivíduo e não ao grupo. A simbologia do grupo, no entanto, era forte o suficiente para que inquéritos de identificação de estudantes e de seu comportamento fossem instaurados pela simples notificação de associação com qualquer mobilização estudantil. O grupo, para repressão, não existia. Seu símbolo existia. E o controle político, então, passava a ser individual.

Há também dossiês de observação produzidos pelo Dops sobre as atividades estudantis e investigações especificas produzidas pelas Forças Armadas. As cartas de próprio punho e declarações de retratação sobre comportamentos subversivos é um dos fatores que mostram o processo de coerção sobre os estudantes e está presente em inúmeras pastas do departamento de Ordem Social. A proposta de esclarecimentos cria a coerção e a punição já no ato de materializar uma retratação formal que ficaria nos arquivos.

Há um imenso foco nas atividades da USP (Universidade de São Paulo), provavelmente, pela proximidade com os centros de repressão e também pela centralidade da organização das mobilizações estudantis, mas há dossiês sobre a PUC, Unicamp, e mobilizações em cidades do interior, como Ourinhos, Presidente Prudente, Bragança Paulista, Votuporanga, São Carlos, Araraquara, Ilha Solteira, Bauru, Marília e também outros estados, como Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Os temas com maior atenção nesses documentos são a associação com a luta sindicalista a partir de 1976(5), as mobilizações pela reconstrução da UNE (com 12 ocorrências), os Congressos Estudantis (8 ocorrências) e referências de grupos estudantis à memória de 1968 (10 ocorrências).

Enquanto os Dossiês são levantamentos mais gerais, os autos de Sindicância descrevem internamente o processo de averiguação de um determinado movimento levantado pelos dossiês. Neste sentido, os indivíduos são investigados separadamente em decorrência de seu vinculo com o grupo. Os autos de sindicância não são, geralmente, sobre eventos, acontecimentos, mas

produções mais específicas e têm dados mais concretos sobre a atuação, posicionamento, endereço, familiares, matriculas na universidade, notas, etc. Para o estudo empírico elencou-se o grupo que teve maior número de anotações e/ou indiciamentos posteriores à Ibiúna, mas em que as acusações feitas pelo Dops retomassem essa participação. Assim, chegou-se a 18 estudantes brasileiros, mais um estudante argentino imediatamente indiciado pela presença em Ibiúna. As trajetórias da ação política desses atores identificada pelos indiciamentos serão dispostas a seguir.

Uma das formas possíveis de se analisar um grupo tão grande sem se ater nas análises estatísticas é utilizar a análise prosopográfica como ferramenta. Uma análise comumente utilizada por historiadores nos estudos sobre grupos feudais e ultimamente como ferramenta de apoio para cientistas políticos nos trabalhos sobre elites políticas. Essa metodologia agrupa os dados compilados em arquivos históricos, de forma a montar quadros visuais, simples e intuitivos, nos quais se visualiza os elementos mais comuns num grupo, possibilitando a distinção de variáveis, suas repetições ou quando uma informação destoa do grupo.

Os quadros foram construídos da seguinte forma

Quadro 2 - Exemplo de disposição da Análise Prosopográfica utilizada

Grupo

Ficha 1	**Ficha 2**	**Ficha 3**
Nome: Carlos Lichiestein **Data de nascimento:** 13/10/1946 **Naturalidade:** São Paulo **Cargo em entidade representativa:** Não **Levado ao Presídio ou liberado**? Presídio **Indiciado Posteriormente?** Sim, pelo Tribunal Militar (1970)	**Nome:** Carlos Leopoldo Teixeira Paulino **Data de Nascimento**: 21/06/1950 **Naturalidade:** Ribeirão Preto **Cargo em entidade representativa**: Não **Levado ao Presídio ou liberado?** Liberado **Indiciado Posteriormente?** Sim, pelo Tribunal Militar (1970)	**Nome:** Devancyr Aparecido Romão **Data de Nascimento:** 24/04/1947 **Naturalidade:** São Paulo/SP **Cargo em entidade representativa:** Não **Levado ao Presídio ou liberado?** Liberado **Indiciado Posteriormente?** Não

Os quadros acima possuem informações reais, porém ainda com as informações apenas dos documentos do Grupo 1 OP. Ainda que com informações parciais, é possível observar como a

análise prosopográfica funciona neste caso: quadros com informações simples no quais é possível quase imediatamente perceber quais variáveis se repetem, e quais são diferentes. No caso destes três estudantes: são todos homens, nascidos no Estado de São Paulo, entre 1945 e 1950 e não ocupavam cargos em entidades representativas estudantis. Apesar disso, os indivíduos das Fichas 1 e 2 foram indiciados pelo Tribunal Militar, enquanto o da Ficha 3, não. Esses elementos fornecem a base para identificar padrões neste grupo e ainda oferece dados comparativos que podem auxiliar no roteiro de uma entrevista, verificando quais assuntos possivelmente vão emergir nos relatos.

Em relação aos quadros sobre a vida de cada indivíduo dos grupos estudados dispostos lado a lado, pode-se observar quais informações se repetem, aparecem com maior ou menor frequência, compondo traços que podem ser identificados como comuns ao grupo. Essa ferramenta é muito pertinente, já que boa parte das fichas catalogadas no DOPS seguem um formato semelhante, como se observa a seguir, num modelo semelhante ao original:

Quadro 3 : Ficha DOPS Grupo 1: Pasta – Relatório Operação Ibiúna (12 – 10 – 1968)

Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo **Departamento Estadual de Ordem Política e Social**
I – Qualificação
Nome: Codinome: Nacionalidade: Onde nasceu: Estado: Estado Civil: Cônjuge: Residência: Profissão: Lugar onde exerce atividade:
II – Documentos de Identidade
Documento de Identidade: Título Eleitor: Certificado Militar:

III – Organização
UNE
IV – Histórico
Data. *

Fonte: Catálogo do Grupo Ordem Social; Página 44; 0S 0334 á 0S 0352
*Nos locais, ponto a ponto, são anotadas as ocorrências caracterizadas como subversivas ou que oferecessem risco à nação, bem como a entrada ou saída de empregos, casamento, viagens, problemas de saúde, etc, como será transcrito ao final do capítulo.

Quadro 4 - Modelo de Ficha Prosopográfica baseada nas fichas do DOPS - Devancyr Aparecido Romão

Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo **Departamento Estadual de Ordem Política e Social**
I – Qualificação
Nome: Devancyr Aparecido Romão Codinome: ---- Nacionalidade: Brasileiro Onde nasceu: Capital Estado: São Paulo Estado Civil: Solteiro Cônjuge: --- Idade: 25 anos Nascido aos 24/04/1947 Residência: Largo da Lapa, nº 65, (Lapa) São Paulo, Capital Profissão: Estudante Lugar onde exerce atividade: ---
II – Documentos de Identidade
Documento de Identidade: 4.037.689 Título Eleitor:--- Certificado Militar:---
III – Organização
UNE

IV – Histórico
Indiciado no Inquérito Policial n. 15/68, instaurado por este DEOP, por infração da Lei de Segurança Nacional, como participante do 30º Congresso da extinta UNE. Autos remetidos à Justiça Militar aos 18/10/1968. 23/02/1973 – Conforme Ofício n. 358, da 2ª. Auditoria, o epigrafado teve declarada extinta sua punibilidade, pela prescrição de ação penal, já transitada em julgado (*sic*).

Quadro 5 - Modelo de Ficha Prosopográfica baseada nas fichas do DOPS - Carlos Leopoldo Teixeira Paulino

Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo Departamento Estadual de Ordem Política e Social
I – Qualificação
Nome: Carlos Leopoldo Teixeira Paulino Codinome: --- Nacionalidade: Brasileiro Onde nasceu: Ribeirão Preto Estado: São Paulo Estado Civil: Solteiro Cônjuge: --- Idade: 22 Nascido aos 21/06/1950 Filiação: Moacir Alves Paulino e Maria Aparecida Paulino Residência: Rua Henrique Dumond, 939 (Jardim Paulista) Ribeirão Preto Profissão: Estudante Lugar onde exerce atividade: ---
II – Documentos de Identidade
Documento de Identidade: 4.037.698 Título Eleitor:--- Certificado Militar:---
III – Organização
UNE

IV – Histórico
Estudante da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto. Indiciado no Inquérito Policial n. 15/68, instaurado por este DEOP, por infração da Lei de Segurança Nacional, como participante do 30º Congresso da extinta UNE. Autos remetidos à Justiça Militar aos 18/10/1968. 2/02/1970 Indiciado em Inquérito Policial instaurado pelo Dops, por infração da lei de Segurança Nacional, delito praticado em Ribeirão Preto. Autos enviados nesta data à Justiça Militar. 23/02/1973 – Conforme Ofício n. 358, da 2ª. Auditoria, o epigrafado teve declarada extinta sua punibilidade, pela prescrição de ação penal, já transitada em julgado, no caso de Ibiúna. Informação da Ordem Social: Em 8/02/1970 a segunda auditoria, decretou a prisão preventiva do fichado.

Estes são os modelos originais encontrados no Arquivo Fundo Dops e utilizados na construção da análise comparativa para a seleção das fichas a serem estudadas. Identificados os elementos principais, seu conteúdo foi transcrito sem a inserção de quadros ou tabelas, como se verá a seguir.

3.3. Inquéritos e Fichas: a identificação do grupo

Entre os presos em Ibiúna, 11 estudantes foram imediatamente enquadrados na Lei Segurança Nacional com processo na Justiça Militar de número 14/68[45], e por isso, presos e flagrante delito[46]. Tratava-se da identificação daqueles que à repressão pareciam ser os mais ativos, que articulavam mais ações contra a ditadura militar, com exceção de Juan Sander, argentino, acusado de promover o comunismo no Brasil. Todos os demais 719 delegados foram enquadrados num segundo processo, sob a acusação de atividade política clandestina, processo nº 15/68 – este é o processo em torno do qual giram todas as investigações e levantamentos da

[45] "Indiciados no IP n15/68 (Ibiúna), por infração na Lei de Segurança Nacional, por ter participado do 30º Congresso da Extinta UNE. Autuado á justiça militar aos 18/10/1968. Conforme oficio nº 358, os epigrafado tiveram declarada extinta sua punibilidade na data de 023.02.1973"

[46] Segundo dados do Relatório Operação Ibiúna. Indiciados em 1º flagrante, Luiz Travassos Gonzaga da Rosa, Augusto Guilher Ribeito Ribas, Vladimir Gracindo Soares Almeida, José Dirceu de Oliveira e Silva; em 2º flagrante, Walter Aparecido Cover, Omar Laino, Helenira Rezende de Souza Nazareth, Franklin de Souza Martins, José Benedito Pires Trindade, Marcos Aurélio Ribeiro; em 3º. Flagrante, o argentino Juan Antonio Sander. Páginas 130 e 131 do relatório.

Operação Ibiúna, e ao qual se retomava sempre que outro processo era anexado na ficha individual.

A punibilidade de todos os envolvidos neste processo foi prescrita em 23.02.1973 – Conforme oficio nº 358. De todos os processos judiciais sofridos pelos estudantes, era o de Ibiúna o que o identificava e colocava num grupo específico, o ponto de partida para o delineamento das acusações e dos inquéritos subseqüentes. As ações posteriores enquadradas na LSN tinham como agravante nos processos judiciais sua presença no IP 15/68, como demonstrado na anotação da Ficha de Carlos Vainer:

“08/06/1971 Segundo documento desta data, figura relacionado no depoimento do subversivo “Alexandre Lyra de Oliveira”, militante do GPM do MR-8/GB, como um dos elementos do Movimento Estudantil de 1968/69”.

Entre 1969 e a data da anotação, o referido agente já havia tido duas ordens de prisão expedidas pela Justiça Militar, banido do território Nacional pela associação ao seqüestro de Enrico Bucher, além de repetidas incursões nos prédios de Dops para esclarecimentos, em processos nem sempre detalhados no histórico. Porém, a menção ao XXX Congresso na fala de outro agente era motivo suficiente de anotação separada em seu perfil. Essa participação era sabida e confirmada, mas toda menção era repetidamente adicionada.

O estudo prosopográfico mostra a construção burocrática da repressão sobre Movimento Estudantil, as formas de organização dos dispositivos de investigação de ações subversivas até a instalação dos Inquéritos Policiais. A partir daí, os dados eram enviados a Justiça Militar e somente seus pareceres voltavam a integrar o histórico de cada estudante. A repressão materializada nos DEOS e Dops vigiava, levantava dados e a partir deles identificava grupos de ação no Movimento Estudantil, mas a ação punitiva, nos documentos, era sempre da Justiça Militar.

Figuram os procedimentos legais e ocasiões de torturas não parecem nem nos depoimentos prestados durante prisões e apreensões, sendo anotados apenas fragmentos deles, de acordo com o direcionamento de investigação que se projetava para o indivíduo em questão. De todos os documentos analisados, apenas dois mencionam a passagem dos chamados marginados” pela Oban. Entende-se que esta parte dos Arquivos foram construídas para caberem nos dispositivos legais.

Entre 719 fichados de todas as delegações, houve várias investigações paralelas que os encaixavam em grupos diferentes: as lideranças, os mais perigosos (separados entre homens e mulheres) tentando estabelecer as relações entre os indivíduos que pudessem nortear o Movimento Estudantil. A partir da comparação prosopográfica como indicada no quadro anterior, pode-se separar dois grupos com modelos de abordagens distintas: um grupo de 17 delegados cujos indiciamentos no processo 68/15 foram levados a cabo pela Justiça Militar resultando em processos criminais e/ou prisões, o grupo mais amplo que não teve outros desenrolares judiciais associados àquele processo.

Nas fichas catalográficas, estes 17 indivíduos se destacam por conter um grande número de anotações no histórico associadas às articulações paralelas às atividades estudantis, como a luta armada. As fichas catalográficas estão aqui reproduzidas segundo os informes das delegacias locais captadas pelo Dops. Na transcrição para a tese, alterações ortográficas mínimas foram introduzidas a fim de adequá-las às normas gramaticais correntes, entretanto, sem haver qualquer prejuízo para seu conteúdo, passível de verificação a partir do índice remissivo no Arquivo Público do Estado de São Paulo/Arquivo Dops.

Essas fichas são baseadas naquelas produzidas nas prisões de 31 de Outubro de 1968, em Ibiúna. Naquele momento, três blocos de identificação foram confeccionados: um bloco geral, com a identificação por nome, idade, endereço, filiação e curso, com todos os 719 estudantes presos; um bloco de identificação a partir do gênero, com os mesmos dados, uma pasta para identificação feminina e uma pasta para identificação masculina, e um terceiro bloco, com a identificação dos estudantes considerados mais perigosos, também separados por gênero, contando com 89 identificações masculinas e 27 identificações femininas (Augustinho, 2010).

As fichas aqui reproduzidas são construções de análise internas aos Dops, que mesclam as atividades “subversivas” dos agentes com os resultados dos processos que corriam na Justiça Militar, tendo como ponto de partida o processo 15/68, referente à prisão em Ibiúna. Desta forma, cada ficha de análise interna possui uma numeração, nem sempre legível, que remonta à primeira identificação feita após Ibiúna, aparentemente organizada alfabeticamente, mas com erros de execução do próprio Dops. Segundo o processo escolhido nesta pesquisa, a seleção da análise das fichas de agentes com o maior número de anotações vinculadas à manifestações estudantis não diretamente ligadas à grupos de esquerda, segue a seguinte apresentação: ordem alfabética, numeradas segundo a ordem em que aparecem na pesquisa. É preciso observar que no arquivo,

as fichas doravante identificadas como “análise interna” ao Dops estão organizadas alfabeticamente, num volume único para o conjunto geral dos 719 estudantes.

É importante observar que todas as anotações, ainda aquelas classificadas como terrorismo, são associadas ao Movimento Estudantil e as investigações giram em torno dele. Para o estudo prosopográfico e a verificação das linhas propostas acima, destacou-se o grupo de estudantes que tiveram Inquéritos Policiais instaurados e levados até a Justiça Militar. São eles:

- Carlos Vainer
- Carlos Leopoldo Teixeira Paulino, nº 123
- Cid de Queirós Benjamim “Vitor” “Levy” “Billi” “Uilli”
- Irene Cortina
- José Vieira Loguércio (Rio Grande do Sul, 31 anotações entre 1968 e 1972)
- José Dirceu de Oliveira e Silva.
- Franklin de Souza Martins (Valdir, Miguel)
- Gilberta Aarão Reis
- Iara Gouveia
- Jose Roberto Arantes de Almeida
- Juan Antonio Sander
- Jun Nakabayashi
- Maria Augusta Thomaz
- Lyvia Rossi Rego
- Neide Cousin
- Ernesto de Mello Levy
- Vladimir Gracindo Soares Palmeira

Estas fichas foram produzidas entre 1971 e 1972 (apesar de não terem data de confecção, nota-se pela idade marcada dos fichados, em comparação a sua data de nascimento). As fichas foram construídas em 1971 de forma mais detalhada do que as fichas feitas no momento da prisão, que continham os números de documentos pessoais, filiação, naturalidade e universidade. . Mas ainda assim, o evento Ibiúna o é fator central, e os eventos anteriores a 1968 (os mais antigos datam de 1964) giram em torno da construção de um elemento subversivo ligado ao Movimento Estudantil, principalmente, e a grupos armados de forma secundária. Alguns

indivíduos, como Gilberta Aarão Reis, Carlos Vainer, tinham anotações de investigação anteriores ao evento de Ibiúna, mas todos os ligados ao ME foram compilados com um direcionamento intencional.

As fichas levantadas, transcritas de maneira simplificada em relação ao quadro original, são as seguintes:

i) Ficha Catalográfica nº 1: Carlos Vainer
Codinome: “Valentim” “Felix” “Juraci” “Peri”
Rio de Janeiro, 24 anos 16-07-1948
Estudante mora no Rio de Janeiro
Estudante da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Indiciado no IP n15/68 (Ibiúna), por infração na Lei de Segurança Nacional, por ter participado do 30º Congresso da Extinta UNE. Autuado á justiça militar aos 18/10/1968
23.02.1973 – Conforme oficio nº 358, o epigrafado teve declara extinta sua punibilidade.
21/10/1968 Nesta data foi expedido mandato de prisão preventiva contra o fichado, determinada pelo Dr. Juiz Auditor da 2ª. RN
14/01/1971 – Informação do Diário da Noite: por decreto presidencial, foi banido do território nacional, tendo em vista que seu nome consta da relação apresentada pelos seqüestradores do Embaixador Suíço – Enrico Bucher, para ser trocado pela liberdade do diplomata estrangeiro
23/02/1973 – Conforme ofício n358 da 2ª. Auditoria o epigrafado teve declarada extinta sua punibilidade, pela prescrição da ação penal, já transitada em julgado, no caso de Ibiúna
13/02/1973 – Informa a PM do Estado de São Paulo, conforme declarações da ex-terrorista Solange Lourenço Gomes, em julho de 1971, o julgado, juntamente com Carlos Augusto Zílio, participava de ações de aliciamento de subversivos através do sexo. Era coordenador de grupos no meio estudantil, participou de vários assaltos [...]
Menção ilegível a DI-GB (MR-8)
13/10/1968 – foi preso em Ibiúna
23/10/1968 – Figura em uma relação de elementos [... ilegível] com prisão preventiva decretada pela justiça de São Paulo

10/11/1968 – O “marginado” que se encontrava preso em São Paulo a disposição do Conselho [...] da 2ª. Auditoria Militar [...] por haver participado do XXX Congresso da Ex-UNE , teve habeas-corpus impetrado em seu favor, regido pelo Superior Tribunal Militar

17/12/1968 Segundo documento aqui existente, [...] nº 193/68, do Delegado Adjunto da Ordem Política, onde comunica que o marginado continuará preso em São Paulo

1969 – Foi eleito por chapa encabeçada por Carlos Alberto Diniz, o diretor da Une

17/03/1969 – Transcrição da unidade de prisão da Primeira Auditoria da Aeronáutica, pelo Major Edson Brandão Guimarães, da secretaria de Saúde do Hospital Central da Aeronáutica, manda, na forma da lei, e com fundamentos no Art. 156 do Código da Justiça Militar, seja preso e recolhido, incomunicável, o marginado, contra o qual se estão procedendo às investigações policiais para apurar-se o roubo de uma metralhadora, ocorrido neste hospital, cuja co-autoria lhe é atribuída

20/04/1970 Foi Preso e encaminhado ao primeiro Codi, onde declarou que no primeiro semestre de 1968, foi recrutado por Franklin de Souza Martins a participar da organização comuno-terrorista identificada pela sigla DI-GB (Dissidência Comunista da Guanabara), quando passou a usar os codinomes Valentin, Feliz, Juraci, Peri, e ser o responsável pela FCM (Frente de Camadas Médias) da Organização, tendo participado de três expropriações de carros, um “ponto” com elementos da “VPR”, na Rua Henrique Dias (Estação da Rocha) e qu7e estava armado com um revolver “38”, que não foi usado, recebendo entretanto um ferimento à bala no pé direito. Residia num quarto (aparelho) da Travessa da Soledade, nº10, em companhia de outro elemento {ilegível}

07/05/1970 – Foi recolhido ao X.E, à disposição do Dops.

06/06/1970 – Foi transferido para o “CODI”

21/07/1970 – Foi expedido pela 2º Auditoria Militar da Marinha, mandado de prisão preventiva contra o epigrafado

22/07/1970 – Tomou parte do assalto ocorrido no dia 24/03/1970, contra a Kombi coletora de valores do Banco Irmãos Guimarães, fato este ocorrido na Rua Almirante Gavião

17/03/1970 – Elemento de cúpula da Dissidência [ilegível] políticas e armadas da organização. O indiciado é elemento perfeitamente identificado com o movimento terrorista subversivo no Brasil

28/09/1970 – Segundo documento da 2ª. Auditoria da Marinha, nº 1870, figura indiciado como incurso nas sanções do artigo nº 42 do Dec-Lei nº 898/69

13/01/1971 Foi Banido do território Nacional em troca da liberdade do Embaixador da Suíça,

pelo Dec. Nº 68050

22/03/1971 – Apesar de banido do Território Nacional, o DR. Juiz Auditor da 1ª. Auditoria do Exército da 1º CJM, manda que seja recolhido preso, à disposição deste Juízo

30/04/1971 – Segundo documento desta data, do 1º Exército – 2ª. Seção, fez parte de uma mini-conferencia na qual foram citadas as seguintes deliberações: criação de um G.F. (Grupo de Foco), dar maior ênfase ao trabalho operário e menos ao ME (*Carrear is recyrsis di M.E. oara i FTC e para G.F.*) Nestas linhas de ação passa a ser conhecidas como "Resolução"

08/06/1971 – Segundo documento desta data, figura relacionado no depoimento do subversivo "Alexandre Lyra de Oliveira", militante do GPM do MR-8/GB, como um dos elementos do Movimento Estudantil de 1968/69

26/07/1971 – Através de memorando nº 451/71, datado de março, da Delegacia de Roubos e Furtos, consta que o epigrafado estaria preso naquela dependência

08/10/1971 – Figura nas declarações prestadas pelo subversivo Marcos Dantas Loureiro, como um dos integrantes da Dissidência Estudantil do PCBR, tendo participado das atividades de rua. Podendo citar a "Passeata do enterro do Estudante EDSON LUIS"

10/12/1971. Figura relacionada, nas declarações prestadas pelo subversivo Cesar de Queiros Benjamim, como um dos participantes do assalto ao IFP (instituto Feliz Pacheco), de Madureira

23/02/1972 – Segundo Registro nº 1841/72, deste Dops, compareceu a esta dependência o Sr. João Alves da Silva Filho, gerente do Banco Brasileiro de Descontos S/A, para comunicar que após examinar os álbuns fotográficos desta Delegacia, reconheceu o epigrafado como um dos elementos que assaltaram aquele estabelecimento bancário

ii) Ficha Catalográfica nº 2: Carlos Leopoldo Teixeira Paulino

Qualificação nº 123

Ribeirão Preto, residência em Ribeirão Preto.

22 anos 21/06/1950

#Estudant5e da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto

Indiciado

2/02/1970 – Indiciado no Inquérito Policial instaurado pela DEOS, por infração da Lei de Segurança Nacional, delito praticado em Ribeirão Preto. Autos enviados nesta data à justiça militar

23/02/1973 – Conforme Oficio nº 358 da 2ª. Auditoria, o epigrafado teve declarada extinta sua punibilidade, pela prescrição da ação penal, já transitada em julgado, no caso de Ibiúna

Informação da Ordem Social: em 8/02/1970 a 2ª. Auditoria decretou a prisão preventiva do fichado

iii) Ficha Catalográfica nº 3: Cid de Queirós Benjamim "Vitor" "Levy" "Billi" "Uilli"

Nascido no Recife, 24 anos Residência Rio de Janeiro

Organização – Une

Estudante da Faculdade de engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Indiciado

Indiciado no IP n15/68 (Ibiúna), por infração na Lei de Segurança Nacional, por ter participado do 30º Congresso da Extinta UNE. Autuado á justiça militar aos 18/10/1968

23/02/1973 – Conforme oficio nº 358, o epigrafado teve declara extinta sua punibilidade.

6/03/1970 - Indiciado em Inquérito Policial instaurado a respeito do seqüestro do embaixador dos EE.UU – Sr. Elbrick, ocorrido em setembro de 1969. Foi denunciado pela Promotoria da 1ª. Auditoria, em 5/3/1970 e enquadrado no art. 16 do Dec-Lei 314 e 25 do Dec-Lei 510, da Nova Lei de Segurança Nacional

15/06/1970 – Informação do Diário da Noite: Acusado de participar do seqüestro do embaixador Charles Elbrick, enquanto estudante, integrava a dissidência da Guanabara. Já foi qualificado e interrogado no Processo que está em fase sumária [...] com a inscrição das testemunhas arroladas pela defesa. Está, também, respondendo ao Processo na 2ª. Auditoria da Marinha referente ao estouro de um "aparelho" , à rua Montevidéu, apto 2025, na Guanabara. Liberado em troca da vida do embaixador Von Holleben e exilado na Argélia

23/02/1973 – Conforme Ofício nº 358 da 2ª. Auditoria [...] o epigrafado teve declara extinta sua punibilidade, pela prescrição da ação penal [...]

15/02/1973 – Informa a PM do Estado de São Paulo, Em outubro de 1969, participou das seguintes ações: assalto ao bar do Castelinho; ao sentinela do hospital central da Aeronáutica; a Agencia de Bonsucesso do Banco de Crédito [ilegível]

<u>Informação do DOPS da Guanabara:</u>

1968 – Participou de vários movimentos estudantis na Faculdade. Era da segurança pessoal de Vladimir Palmeira, nas passeatas dos (50.000) e (100.000)

1969 – Ingressou na Dissidência Estudantil da Guanabara “[...] Frente do Trabalho Armado (FTA). Tomou parte no ilegal XXX Congresso da Ex-UNE, tendo sido indiciado em inquérito no DOPS de São Paulo, como incurso no art. 36 da Lei de Segurança Nacional. Era um dos mais perigosos elementos da referida “Dissidência” devido sua grande periculosidade. Figura indiciado nos seguintes inquéritos da [...]: Inquérito 50/69 2ª. Auditoria da Aeronáutica da 1º RN, para apurar o assalto praticado contra a Agencia do Banco Crédito Territorial S/A, tendo sido denunciado como incurso no art. 25 do Dec-Lei n) 510/69, Inquérito nº 97/69, aforado à 1º Auditoria do Exercito da 1ª. CJM, para apurar o assalto ao carro coletor de valores do Banco Mercantil de Niterói S/A. Inquérito nº 111/69, aforado a 1ª. Auditoria da Marinha da 1ª. CJM, para apurar assalto praticado contra o carro coletor de valores do Banco Português do Brasil S/A, Inquérito nº 125/69, aforado à 2ª. Auditoria do Exercito para apurar o assalto levado a efeito contra a residência do deputado Federal Dr. Magalhães de Almeida, tendo sido denunciado como incurso no art. 25 do Dec-Lei nº 510/69, sendo expedido mandado de Prisão contra o mesmo

17/11/1969 – Participou de assalto ao I.F.P de Madureira, onde foi retirada grande quantidade de formulários para carteira de identidade

1970 – Foi indiciado nos seguintes inquéritos: nº 15/70, para apurar o atentado levado a feito pelo epigrafado a outros elementos, contra policiais desta delegacia., quando caiu ferido um policial.; Inquérito nº 51/70, para apurar o assalto praticado pelo epigrafado, que já então integrava o “Grupo de fogo da Dissidência Comunista” [foco*], que havia instituído a “Frente de Trabalho Armado/FTA”, contra a Agencia Ramos, da União de Bancos Brasileiros S/A; inquérito nº 72/70, para apurar o assalto levado a efeito contra a Kombi transportadora de valores do Banco Irmãos Guimarães S/A

04/01/1970 – Figura em relação de elementos subversivos, indiciados em IPM, instaurados na Marinha e que se encontram foragidos

19/03/1970 – Segundo relatório do inquérito referente ao “aparelho” subversivo da Rua Montevidéu, o epigrafado figurava entre os líderes que conseguiram evadir-se

08/05/1970 – Foi preso e recolhido ao X.E, para averiguações, indiciado no inquérito n4/70, para apurar o assalto levado a efeito contra o Bar Castelinho[...] + 22 citações no Dops (inquéritos e depoimentos de outras pessoas)

21/11/1972 – Figura em uma relação de elementos banidos que frequentaram grupos de guerrilha em Cuba

iv) Ficha Catalográfica nº 4: Irene Cortina

Cafelândia, 25 anos, Residência em São Paulo, Nasc. 16-05-1947

Dois RGs

Estudante escola Enfermagem da USP

15/09/1966 – Informação da Delegacia de Polícia de Bauru: Esteve em data de 6/9/66 na cidade de Lins, visitando as Faculdades locais e convidando os acadêmicos a comparecerem, prestigiando o Congresso da UEE que seria realizado na FEI, em São Bernardo do Campo, levando material de propaganda da UEE e os nomes deveriam ser sufragados nas eleições daquela entidade. Dia 10/09 voltou a Lins, desta vez para convencer os acadêmicos a realizar uma passeata de protesto contra a intervenção policial do Congresso da UEE...

Indiciada no IP n15/68 (Ibiúna), por infração na Lei de Segurança Nacional, por ter participado do 30º Congresso da Extinta UNE. Autuado á justiça militar aos 18/10/1968

23/02/1973 – Conforme oficio nº 358, o epigrafado teve declara extinta sua punibilidade.

<u>Informação PM São Paulo:</u>

16/SETEMBRO/70 – Pertence à "Ação Popular". Nesta data Reinaldo Morano Filho, em declarações ao Doi, e vendo a foto epigrafada, disse tê-la conhecido na Faculdade de Medicina da USP, onde a mesma faria enfermagem

v) Ficha Catalográfica nº 5: José Vieira Loguércio

(Rio Grande do Sul, 31 anotações entre 1968 e 1972)

Sem dados pessoais apenas o CIC (CPF) anotado no Histórico. (25/10/1968)

Mesma data – Contam diligencias efetuadas para proceder à prisão do nominado e Luiz Carlos Prado, que estão com sua prisão preventiva decretada, supõe-se que estejam residindo juntos em Gravataí.

Indiciado no IP n15/68 (Ibiúna), por infração na Lei de Segurança Nacional, por ter participado do 30º Congresso da Extinta UNE. Autuado á justiça militar aos 18/10/1968

23/02/1973 – Conforme oficio nº 358, o epigrafado teve declara extinta sua punibilidade.

5/11/68 – O Advogado Verner Becker, impetrou no Rio, de onde acaba de retornar, um habeas-corpus preventivo em favor do nominado e de Luis Carlos Prado e José Vieira Loguércio, que

estão sendo procurados pelo DOPS [...] a tese invocada é a de que o DPS é incompetente para tratar de questões ligadas à Segurança Nacional

25/11/68 – [...] ouvido no Dops-Sp quando preso em Ibiúna, [...] declarou que estava em São Paulo para participar do referido congresso, sendo favorável ao mesmo e que estranhou ter sido realizado em lugar afastado do centro daquela cidade [...]

25/12/68 – [...] tiveram concessão do habeas corpus

24/01/69 – O nominado foi substituído por Gisela Moraes na presidência do DA Faculdade de Filosofia da UFRGS [...]

1/02/1969 – O nominado presidente do CA da Faculdade de Filosofia da UFRGS, foi detido nas imediações da área universitária, por agentes do DOPS-RG, por ter participado do Congresso da extinta UNE em Ibiúna/SP e tem prisão preventiva decretada pela 2ª. Auditoria de Guerra.

(ou seja – nem mesmo com a utilização de dispositivos jurídicos adequados, os estudantes militantes estavam livres da perseguição da repressão)

12/02/1969 – O nominado encontra-se preso neste Estado, à disposição da 2ª. Auditoria da 2ª. PM/SP. Em ofício foi solicitada sua remoção par aquela auditoria, [...] critérios a ser estabelecidos pelo SR. Secretário De Segurança Pública do RS...

19/02/1969 – Expediente relativo à prisão do nominado onde é solicitada a liberdade, alegando que havia sido beneficiado por habeas corpus, em data anterior à publicação do AI_5, e que por isso o nominado não poderia ser preso, já que renomados juristas pregam que é da essência do direito a irretroatividade da lei, isto porque o peticionário considera como “coisa” julgada o assunto referente à liberdade do estudante em causa, e por isso não poderia ser preso sob o protesto de fatos, levados em conta da concessão do habeas corpus já referido.

20/02/1969 – Atendendo à solicitação do Sr. Juiz de direito da 5ª. Vara Criminal, o DOPS/RS, informou que o nominado estava detido com fundamento na decisão do Juiz da 2ª. Auditoria da 2ª. RM, em não libertar o citado estudante, sem que o CPJ estude o caso. Por solicitação do Dops/SP, o nominado foi conduzido àquela capital.

19/03/1969 Consta que o nominado está preso no presídio Tiradentes, em São Paulo, a disposição da JM.

Anotações de como o estudante foi citado em outros depoimentos, de outros estudantes: “as ideias do nominado eram de revolução” (4 folhas)

vi) Ficha Catalográfica nº 6: José Dirceu de Oliveira e Silva.

12 Indiciamentos diferentes em 16 anotações no histórico

Nascido em Passa Quatro, Minas Gerais. Residência São Paulo

Estudante da Faculdade de Direito PUC.

Indiciado no IP n15/68 (Ibiúna), por infração na Lei de Segurança Nacional, por ter participado do 30º Congresso da Extinta UNE. Autuado á justiça militar aos 18/10/1968

23/02/1973 – Conforme oficio nº 358, o epigrafado teve declara extinta sua punibilidade.

07/09/1966 – Detido nesta data, quando participava de Congresso Ilegal da UEE, realizado em São Bernardo do Campo , Na Faculdade de Engenharia Industrial, FEI, da PUC., ocasião em que foi apreendido farto material subversivo de propaganda do Partido Comunista Brasileiro, linha chinesa. Foi Indiciado no Inquérito Policial n.14/66, iniciado por flagrante.

14/04/1967 – Conforme reservado do SS, datado de 30/03/67, participou do ato público no dia 29/03/67 – no Largo do São Franscisco – território livre pelo CA XI de Agosto da USP, como sinal de protesto pela lei de segurança nacional, recentemente promulgada pelo Governo Federal. Ocupou a tribuna, atacando o governo e o imperialismo norte americano, ressaltando sua atuação no Vietnã. , afirmando ainda que o imperialismo sustenta as ditaduras latino-americanas e procura sufocar a única não livre no mundo – Cuba.

Indiciado

(Grupo Ilha, Grupo dos 28 e Molipo)

vii)Ficha Catalográfica nº 7: Franklin de Souza Martins (Valdir, Miguel)

De Vitoria, ES,24 anos , nasc. 10-08-1948

Residência em São Paulo

Indiciado no IP n15/68 (Ibiúna), por infração na Lei de Segurança Nacional, por ter participado do 30º Congresso da Extinta UNE. Autuado á justiça militar aos 18/10/1968

23/02/1973 – Conforme oficio nº 358, o epigrafado teve declara extinta sua punibilidade.

16.10.1968 Preso e autuado em flagrante delito por crime contra a Lei de Segurança nacional. Inquérito n. 14/68, presidido pelo Dr. Ítalo Ferrigno, concluído e remetido nesta data á Justiça Militar.../ autuados também, Walter Aparecido Cover, Omar Laino, Helenira Rezende de Souza Nazareth, José Benedito Pires Trindade e Marco Aurélio Ribeiro, referente ao 30º. Congresso da extinta UNE em Ibiúna

3.3.1969 – Nesta data, a 2ª. Auditoria Militar, encaminhou a este Dops, mandado de prisão contra o fichado, decretada pelo Conselho Permanente de Justiça daquela auditoria, em 26.2.1969

6.3.1969

Indiciado em Inquérito Policial instaurado a respeito do sequestro do Embaixador dos EE.UU, Mr. Elbrick ocorrido em setembro de 1969. Foi denunciado pela promotoria da 1ª. Região Militar no Rio de Janeiro – GB, em data de ontem, 5.3.70 e enquadrado no art. 16 do Dec-Lei 314 e Dec Lei 510, art.25, da nova lei de Segurança Nacionalista

6.10.1970 Mandado de prisão desta data,, da 2ª. Auditoria, e epigrafado teve julgamento em 6.10.71, tendo sido condenado à pena de 18 meses de detenção. Encontra-se foragido.

Dados e documentos pessoais

Informação do Dops Guanabara

[…]

28.2.1969 – Usou da palavra na passeata dia 4/7/1968, em frente ao Supremo Tribunal Militar. Em 26.6.1968, reunira-se os estudantes responsáveis pela passeata acima referida, entre os quais o epigrafado, teve por finalidade essa reunião, fazer um balanço do movimento estudantil. Diante disso as lideranças realizaram um movimento pelas principais ruas centrais, onde através de comícios-relâmpago e distribuição de volantes, conclamaram o povo a se juntar à manifestação programada para o dia 4, em favor da liberdade dos presos e pela reabertura do Calabouço. Segundo documentos datados de 24.09.1968 o epigrafado, Vice-Presidente da ex-UNE é o encarregado da distribuição e venda de Bônus pró 30º. Congresso da UNE, a ser realizado em outubro u novembro próximo. Os citados "bônus" seriam vendidos a Cr$0.50, cujo total reverteria como fundo de auxilio para o mencionado congresso. […] Figura como um dos líderes estudantis de grande influencia, juntamente com Vladimir Palmeira, Elinor Mendes Brito, Marco Antonio Medeiros, Dirceu Regis Ribeiro etc., pois participou de todas as passeatas, comícios, agitações, depredações, badernas e todas as formas de subversão no meio estudantil.

Mandado de prisão em 15.05.1969

04.03.1970 – Indiciado por IPM Da Marinha

9.3.1970, Segundo informação do Cenimar , participou do assalto a residência do deputado federal Edgard Guimarães de Almeida, Responsável também pelo roubo de armas do hospital da Aeronáutica. Participou também do seqüestro do Embaixador Norte americano […] foi um dos membros da comissão dos Cem Mil

08-04-1970 – inquérito por participação da Ação Libertadora Nacional

17.04.1970 membro da DI_GB

Inquéritos por assaltos a bancos

08/03/1971. […] Condenado pela 1ª. Auditoria do Exercito da 1ª. CJM, a pena de 8 anos de reclusão, tendo direitos políticos cassados por 8 anos.

Citado por organizar esquerda armada do MR-8 em Paris.

19/08/1972 Foi absolvido pelo conselho permanente de justiça da 2ª. Auditoria da marinha

21.11.1972 Figura em relação do 1o. Exército de elementos que freqüentaram curso de guerrilha em Cuba

* 36 anotações.

viii) Ficha Catalográfica nº 8: Gilberta Aarão Reis

Rio de Janeiro – RJ

Estudante Letras

Indiciada no inquérito 15/68

23.10.1968 – Expedido mandado de prisão pela 2ª, auditoria

1973. Extinta punibilidade..

29 anos, 17-09/1943

Informações da PM de São Paulo

Indiciado no IP n15/68 (Ibiúna), por infração na Lei de Segurança Nacional, por ter participado do 30º Congresso da Extinta UNE. Autuado á justiça militar aos 18/10/1968

23/02/1973 – Conforme oficio nº 358, o epigrafado teve declara extinta sua punibilidade.

Novembro/69 É intimamente ligada ao grupo chefiado por Joaquim Camara Ferreira, autor do sequestro do embaixador americano, do qual, também participou João Lopes salgado. É irmã de Daniel Aarão reis Filho. Era encarregada de alugar aparelhos para a organização.

Informação do Dops Guanabara

06/061967 Nesta data a epigrafada tomou posse como 1ª. Secretaria na Faculdade Nacional de Filosofia, no Diretório acadêmico

10/10/1967 Figura na relação de estudantes da UERJ que participou de piquetes contra o pagamento de anuidades

Foi encaminhada para o Dops GB após Ibiúna e por isso figurou no Grupo daqueles que teve decretada a ordem de prisão. Esteve em manifestação no centro em dezembro de 1968.
Maior foco nas ações estudantis entre 1968 e 1969
Figura em citações e depoimentos
16 anotações até 1971 (exceto o de 1973 sobre a exclusão da punibilidade.) seqüestros, assaltos e manifestações

ix) Ficha Catalográfica nº 9: Iara Gouveia

25 anos
Estudante da Universidade católica de Campinas
Indiciada no inquérito 15/68
Indiciado no IP n15/68 (Ibiúna), por infração na Lei de Segurança Nacional, por ter participado do 30º Congresso da Extinta UNE. Autuado á justiça militar aos 18/10/1968
23/02/1973 – Conforme oficio nº 358, o epigrafado teve declara extinta sua punibilidade.
I – Informação da Ordem Política (acima)
II- Informação da Ordem Social: 31.3.1970 foi indiciada no inquérito policial por infração da lei de Segurança Nacionalista6.10.1970
III Informação da PM de São Paulo
Maio/71 Pertencente à ALN – Ala Marighela – Indiciada em inquérito policial
Maio/71 Integrante do Setor de Massas da Aln

x) Ficha Catalográfica nº 10: Jose Roberto Arantes de Almeida

29 anos (7.2.1943)
Pirajuí – SP Residência no CRUSP
Indiciado no IP n15/68 (Ibiúna), por infração na Lei de Segurança Nacional, por ter participado do 30º Congresso da Extinta UNE. Autuado á justiça militar aos 18/10/1968
23/02/1973 – Conforme oficio nº 358, o epigrafado teve declara extinta sua punibilidade.
I. Informação da Ordem Política:
25.9.1964 – Estudantes do Instituto Técnico da aeronáutica em São José dos Campos e nessa data, indiciado em IPM, pela 4ª. Zona Aérea. Expulso por determinação ministerial em virtude de atividades subversivas (A repressão começa muito antes de 1968)

3.3.1965 – Ingressou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – Seção de Física, passando a exercer liderança no movimento subversivo universitários2.1.1966 Foi eleito presidente do Grêmio da Filosofia, para a gestão de 1966-67

10.7.1967 Eleito Vice-Presidente da UNE

15.7.1967 – Compareceu ao Congresso da UEE que se realizou no KM 23 da Rodovia Raposo Tavares< Seminário Camiliano Pio X

4..3.1968 – Indiciado por IPM instaurado pelo D.P.F

Indiciado no IPM 15/68

21.10.1968 – O conselho da Justiça Militar decretou sua prisão preventiva, havendo o […] Juiz da 2ª. Auditoria expedido mandado de prisão na mesma data

29.1.1969 Indiciado por IPM na DEOP em 26.10.1967, registrado sob n. 12/67. Os autos vieram a esta DEOP para prosseguimento, registrado sob n. 8/68

2.6.1969 – Ofício n. 2 IPM, desta data, do II Exercito pede providencias para que o fichado seja preso e posto à disposição do Major Haroldo Pereira de Oliveira, encarregado do IPM Geo-Hist.-Filo - USP

20.2.1970 – Figurou como indiciado em IPM, e instaurado pela DEOS e remetido à justiça militar nome consta da relação de acusados , cuja prisão preventiva foi decretada pela 2ª. Auditoria em 13.2.1970

4.11.1971 – Faleceu nesta data, em tiroteio com os órgãos de segurança 23.2.1973 – Conforme Ofício n. 358 da 2ª. Auditoria, o epigrafado teve declarada extinta sua punibilidade.. (por Ibiúna)

Processos andando mesmo após sua morte...

II Informação da PM de São Paulo

Maio/71 Integrante do setor de massas da ALN, elemento chegado aos clérigos subversivos. Foi hóspede do casal Nair Benedita e Jacques Emile Breyton. Acha-se em lugar incerto e não sabido

Fevereiro/72 Juntamente com José de Oliveira e Silva e outros fazem parte do “Grupo da Ilha”, “Grupo dos 28” ou Molipo (Dissidência ALN)

8/agosto/71

Nesta data Vladimir Neto Ungaretti o reconheceu através da foto, no álbum DOI, esclarecendo que o conheceu quando veio fazer contatos em 1967, da dissidência leninista do Rio Grande do Sul, com a dissidência de São Paulo. Na época o epigrafado era presidente do Centro Acadêmico da Faculdade de Filosofia.

xi) Ficha Catalográfica nº 11: Juan Antonio Sander

Argentino, 34 anos (5.8.1938)

Residência em Buenos Aires

Médico

Identificado como parte da organização UNE

Indiciado no IP n15/68 (Ibiúna), por infração na Lei de Segurança Nacional, por ter participado do 30º Congresso da Extinta UNE. Autuado á justiça militar aos 18/10/1968

23/02/1973 – Conforme oficio nº 358, o epigrafado teve declara extinta sua punibilidade.

I- Informação Ordem Política

Médico

12.10.1968

Preso e autuado em flagrante pela lei de Segurança Nacional, por ter participado do 30º. Congresso da extinta UNE.

16.10.1968 O advogado Álvaro Lins e Silva o defenderá na Justiça Militar

20.10.1968 Segundo Informações reservadas, o epigrafado é comunista, já esteve na Checoslováquia e participa de todos os movimentos estudantis na América do Sul

14.11.1968- O STM negou ao fichado habeas corpus

16.7.1969 – Condenado À pena de 2 anos de detenção , como incurso nas sanções do art. 38, IV do Dec Lei 314/67, em sessão de 16.7.69, do Egrégio Conselho Permanente de Justiça da 2ª. Auditoria Militar

Portador da Cédula de Identidade expedida em Buenos Aires aos 266.12.1963 sob n. 5.439.853

II. Informação Da Ordem Social: o fichado faz parte da relação de réus foragidos que foram condenados pela 2ª. Auditoria por haver infringir a Lei de Segurança Nacional

xii) Ficha Catalográfica nº 12: Jun Nakabayashi

26 anos (13.11.46)

Silas- SP

Residente em São Paulo

I-Informação da Ordem Política

Estudante da Faculdade de Direito do Mackenzie

2.4.1968 Indiciado por IPM, instaurado pelo DEOS, em 26.10.67, registrado sob n. 12/67. Em 4.3.68, os autos vieram para esta especializada, registrada sob n1/68, que tiveram andamento normal.

Indiciado no IP n15/68 (Ibiúna), por infração na Lei de Segurança Nacional, por ter participado do 30º Congresso da Extinta UNE. Autuado á justiça militar aos 18/10/1968

23/02/1973 – Conforme oficio nº 358, o epigrafado teve declara extinta sua punibilidade.

1.9.1969 – Mandado de Prisão expedido nesta data pelo Juiz Auditor da 2ª. Auditoria Militar , manda recolher o fichado ao Presídio Tiradentes, em virtude de haver o Conselho Permanente de Justiça decretado à prisão preventiva do mesmo, com base no art. 149 do CJM

II Informação da Ordem Social: em 29.6.68 foi indiciado em Inquérito policial instaurado pela DEOS, por estar em companhia de outros estudantes, promovendo reuniões subversivas em apto na rua Sto. Amaro 341

1.4.1969 foi indiciado em IPM e está incurso na Lei de Segurança Nacional

III Informação da PM de São Paulo

Julho/68 – Juntamente com Márcio Leite de Toledo […] do enquadrado na LSN. Estão sendo processados por distribuição de material subversivo, participação e estruturação de um esquema de guerrilha...

Maio/68 Foi preso em companhia de Marcio Leite Toledo e Agostinho Fiore de Lívio

Novembro/69 Viajou para o Japão e não mais voltará para o Brasil. Sua família reside à Rua Heitor Peixoto n. 143-A – Aclimação SP Capital, constando que irá também para o Japão em definitivo

16/SETEMBRO/70

Reinaldo Morano Filho em Declarações prestadas no DOI, declarou que o nominado fugiu para o Chile juntamente com Américo Antonio Flores Nicollat

xiii) Ficha Catalográfica nº 13: Maria Augusta Thomaz

25 anos (14.11.1947)

De Leme, Residente em São Paulo

I- Informação da Ordem Política:

Estudante da Faculdade “Sedes Sapientiae”

Conhecida pela alcunha de “Sofia”

Indiciado no IP n15/68 (Ibiúna), por infração na Lei de Segurança Nacional, por ter participado do 30º Congresso da Extinta UNE. Autuado á justiça militar aos 18/10/1968

23/02/1973 – Conforme oficio nº 358, o epigrafado teve declara extinta sua punibilidade.

22.12.1969 – Indiciada em IPM instaurado pelo DEOS, por crime de terrorismo. Autos remetidos nesta data à Justiça Militar

5.11.1971 – Em tiroteio travado por terroristas contra órgão de Segurança, foi reconhecida como autora de disparos de metralhadora contra o Dr. Vilal

18.5.1972 Indiciada no IP n 6/72 instaurado pela DEOS, por prática de atentado subversivo em comemoração à semana Marighela, fazendo explodir bomba incendiária nos escritórios da Esso Brasileira de petróleo S/A, à Rua Pedro Américo, 68 – 3o. Andar , nesta Capital. Ligada ao grupo dissidente da ALN – denominado MOLIPO. Autos remetidos À justiça Militar nesta data.

9.8.1972 – Indiciada no IPM n 7/72, instaurado pela DEOS, para apurar ação terrorista desencadeada por comando da Organização subversiva “Movimento de Libertação popular” - MOLIPO - (Ala dissidente da ALN) levada a efeito no dia 1.11.71, na Praça João Kaiser, Bairro de Vila Brasilandia, quando foi incendiado o ônibus de placa HY – 3356 de propriedade da Empresa de Transportes – Tusa, e assassinando o Cabo da PM – Nelson Martins Fonde. O “Molipo” é Organização Subversiva, que objetivava através da luta armada […]

xiv) **Ficha Catalográfica nº 14:** Lyvia Rossi Rego

25 anos (29.3.1947)

De São Paulo, Residente no CRUSP

I – Informação da Ordem Política

estudante da Faculdade de Filosofia da USP

Indiciada por IPM 15/68 ***

8.9.1971 – Indiciada por IP n 19/71, instaurado pela DEOS, por atividades subversivas

23.2.1973 – Conforme oficio 358...

II – Informação da PM de São Paulo

12/ MAIO/71 Nesta data em declaração ao DOI, disse que foi militante no setor Estudantil do P.C.B quando ainda era estudante de Geografia da USP, que foi aliciada por José Marinho

Gusmão Pinto, vulgo “Cuca”, ou “Gusmão”, em que no ano de 1967 cedeu sua residência para reuniões do Partido aos seguintes elementos: Finéias Dav Viana, José Mariano Gusmão Pinto, Adilson Pereira Teles, vulgo “Jorge” e José de Castro, vulgo “Zeca”. Foi convidada por Habib participar de uma aulas sobre marxismo-leninismo, proferidas por Armando Gimenes. No início, tais conhecimentos eram ministrados nos bancos do pátio da faculdade, participando além da epigrafada os seguintes indivíduos: “habib” - Nair Yumiko Kobachi, vulgo “Japa” e Armando Gimenes. Após estas reuniões, por medida de segurança, tendo como integrantes os elementos base do partido: Adilson Pereira Teles, José Marinho de Gusmão Pinto, […]

9/MARÇO/72 – Nesta data, Edjalma Dias, em declarações ao DOI, disse que somente conheceu um aparelho no bairro da Lapa, próximo ao ponto final do ônibus Penha-Lapa, que era utilizado pela epigrafada e onde eram realizadas as reuniões do Comitê estudantil do PCB. Não sabe se o aparelho ainda está em uso, acreditando na impossibilidade, de vez que foi informado de que quase […] os componentes do grupo, já esteve preso.

xv) Ficha Catalográfica nº 15: Neide Cousin

28 anos (1.1.1944)

Nascida e residente em São Paulo

Estudante e Escrituraria da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (Lugar onde exerce atividade)

<u>I – Informação da Ordem política</u>

Escriturária e estudante da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo

Indiciada por IPM 15/68

Indiciado no IP n15/68 (Ibiúna), por infração na Lei de Segurança Nacional, por ter participado do 30º Congresso da Extinta UNE. Autuado á justiça militar aos 18/10/1968

23/02/1973 – Conforme oficio nº 358, o epigrafado teve declara extinta sua punibilidade.

12.11.1969 Juntamente com outros elementos , foi indiciada por Inquérito Policial , como incursa na LSN, por terrorismo e subversão

Foi presa pela Operação Bandeirantes, por subversão e terrorismo, sendo as duas informações acima , procedentes da Ordem social

Informa ainda a Ordem Social , que a fichada em 1968 teve sua matricula trancada na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP.

II- Informações da PM de São Paulo

Agosto/70 Foi denunciada pelo representante do Ministério Público na auditoria da 2ª. RM juntamente com Darci Gil de Oliveira e outros, todos estudantes que participaram de um grupo, possivelmente filiado á Var – Palmares

1/fevereiro/70 Nesta data em declarações ao DOI, disse que : "já esteve presa no Doi de 25 a 29.10.69, devido às ligações pessoais que tinha com Darci Gil de Oliveira, e com José Cláudio Barriguelli, os quais tinham ligações com a ALN. Está sendo processada única e exclusivamente por sua participação no XXX Congresso da UNE em Ibiúna; Em Dezembro de 1970, pouco depois de ter sido libertada, foi procurada por Paulo Cezar Moretti Gabriel, que na época era seu colega na faculdade, a fim de lhe apresentar a Otávio Guimarães Cecchini," Gilberto Mathias e Maria Cleusa de Castro Leite, para que relatasse-lhes, como agia a repressão e suas experiências pessoais sobre a OBAN. Tendo feito tal relato no interior do auto de propriedade de Gilberto Mathias

xvi) Ficha Catalográfica nº 16: Ernesto de Mello Levy

26 anos (21.8.1946)

Nascido em Livramento- RS

Residente em Porto Alegre

Informações da Ordem Política

Estudante da Faculdade de Direito de Rio de Sinos, em São Leopoldo – Rio grande do Sul

Indiciado pelo Ipm 15/68

Indiciado no IP n15/68 (Ibiúna), por infração na Lei de Segurança Nacional, por ter participado do 30º Congresso da Extinta UNE. Autuado á justiça militar aos 18/10/1968

23/02/1973 – Conforme oficio nº 358, o epigrafado teve declara extinta sua punibilidade.

Informação da PM de São Paulo

Novembro/71- Pertence à AP Marxista Leninista do Brasileiro

Informação da Ordem Social

As mesmas informações da Ordem Política acima

Informações do DOPS do Rio Grande do Sul

4.66 – O nominado seria um dos lideres das passeatas estudantis universitárias ocorridas nesta Capital nos meses de março e abril de 1966

19.8.68 – O nominado estudante da Faculdade de Direito do Vale do Rio dos Sinos e seus colegas Aurélio da Rocha Morais (…)

[…]

28.6.72 Existe no Uruguai um esquema de fronteira para a entrada e saída de elementos subversivos com segurança, no Brasil, da organização subversiva APMLB. Está funcionando uma célula da AP em Montevidéu, formada pelo nominado e outros...

29.6.72 O nominado figura em Inquérito Policial elaborado pelo DOPS/RS como indiciado por militar na APMLB, desde 1968. Participou intensamente do Movimento Estudantil de esquerda, da célula da AP que funcionava junto ao Colégio Julio de Castilhos e de diversos fichamentos e panfletagens em Porto Alegre. […]

9 anotações no histórico

xvii) Ficha Catalográfica nº 17: Vladimir Gracindo Soares Almeida

28 anos (11.12.1964)

Maceió-Alagoas

Residente em São Paulo

I – Informação da Ordem Política

Estudante Presidente da UME – União Metropolitana dos Estudantes – UFRJ

24.06.1968 É um dos líderes de todos os movimentos de agitação que atualmente ocorrem no Rio. Deverá ser ouvido na precatória expedida por esta DEOP como provável participante do 30º, isto é, XXIX Congresso da Extinta UNE , Ocorrido em Campinas e Vinhedo, neste Estado, entre os dias 21 e 30 de Julho de 1967.

6.8.1968 Aos 30.11.67, foi expedida a Carta Precatória e até a presente data , esta DEOP não recebeu a mesma devidamente cumprida.

Indiciado no IP n15/68 (Ibiúna), por infração na Lei de Segurança Nacional, por ter participado do 30º Congresso da Extinta UNE. Autuado á justiça militar aos 18/10/1968

23/02/1973 – Conforme oficio nº 358, o epigrafado teve declara extinta sua punibilidade.

16.10.1968 Preso e autuado em flagrante delito por crime a Segurança Nacional. Inquérito n 13/68, presidido pelo Dr. Ítalo Ferrigno, concluído e remetido à Justiça Militar. Foram também autuados, Luiz Gonzaga Travassos da Rosa, Antonio Guilherme Ribeiro Ribas e José Dirceu de Oliveira e Silva 12.10.1968 – Preso e autuado em flagrante nesta data, por ocasião de sua participação no 30º. Congresso da extinta UNE, autos remetidos à Justiça Militar n13-68

14.5.1968 – Informação de O Estado d São Paulo: O Promotor Silvio Barbosa Sampaio, da Procuradoria Geral da Justiça Militar, manifestou-se favorável a que seja mantido pelo SNI a prisão preventiva do fichado, decretada pelo Conselho Permanente de Justiça da 2ª. Auditoria da Marinha;

23.2.1973 Informação da 2ª. Auditoria: Julgamento em 16.09.1969 – Processo n.64/68 – declarou sobrestado e [... ilegível]

II Informação da Ordem Social: exilado pelo Governo Brasileiro em 7.9.69 com destino ao México

31.3.70 – Indiciado em Inquérito Policial por infração à Lei de Segurança Nacional

Informe 731/73 No Centro de Operações do Exército, Fichado consta como suspeito de ter frequentado o “curso de guerrilha”

III- Informação do Dops da Guanabara

O epigrafado casou-se com Ana Maria Franco Ribas, que passou a usar o nome de Ana Maria Palmeira

07/10/1965 figura como membro da diretoria [...] na Convenção do Movimento Reforma da FND, para o mandato 65/66, candidato ao cargo de 3º. Vice Presidente

10/06/65 Foi empossado no cargo de vice –Presidente do Diretório Político-Estudantil denominado Movimento de Reforma, integrando a chapa Vanguarda Estudantil.

16/08/1966 – Eleito e empossado no Cargo de Presidente do Centro Acadêmico Candido de Oliveira (CACO) integrando a chapa Movimento de Reforma.

22/08/66 Participou das eleições para a nova diretoria do Diretório Acadêmico da PN FIL.

31/05/1966 Reuniu-se em Assembleia [...] com o corpo discente da faculdade Regional de Direito, onde fez discursos, conclamando os estudantes a tomarem parte em uma passeata de protesto contra a repressão e a ditadura.

[...]

11/10/1966 Teve participação ativa em uma Assembleia realizada na Faculdade Nacional de Direito, onde decretou uma greve geral de 48 horas, em protesto pela expulsão de um estudante [...] como advertência ao Governo, pela sua política de repressão policial no Movimento Estudantil

[..17/10/1966 Participou como representante da Faculdade de um Seminário Estudantil, em 27 e 28/02 a 3/03, onde teve participação ativa

17/10/1966 Realizou em sua residência uma reunião clandestina de estudantes da Ação popular.

16/01/197 Prestou depoimento neste DOPS, sobre atividades estudantis no Estado da Guanabara. (folha 682)

24/05/1967 Teve participação ativa numa passeata em protesto contra o Acordo MEC-USAID e derrubada do Calabouço, indo após a passeata ser dissolvida pela polícia, encontrou-se nas escadarias da Assembleia Legislativa do Estado, onde discursou ofendendo o governo e as autoridades. 14/06/1967 [...]

Participou do 29º. Congresso da Ex-Une, instalado em Mogi das Cruzes, apoiado por alguns parlamentares do MDB

[...]

15/08/1967 Nesta data foi detido [...]

09/09/1967 Foi colocado em liberdade

13/09/1967 Foi detido em 30/09/1967 quando da Assembleia da Faculdade Federal de Direito, com dizeres de protesto à realização do Fundo Monetário Internacional

15/09/1967 Liderou manifestação de repudio [...] interferência estrangeira nos assuntos internos da economia brasileira

27/09/1967 Empossado Presidente da UME

[...]

03/04/1968 Como presidente da UME, distribuiu nota convocando todos os estudantes á participação ativa em prol da luta pela libertação nacional

O que chama a atenção no histórico de atividades de Vladimir Palmeira é que, em 8 páginas, a maior dos relatórios sobre o ME, cada ação é analisada, desde a distribuição de folhetos, até tomar a palavra numa assembléia qualquer, mesmo que ele não a presidisse ou fosse somente ouvinte. Encontros em sua residência eram anotados, e até mesmo uma reunião entre poucos estudantes da escadaria da Alerj. Seus passos eram observados tão atentamente, como nenhum

outro neste arquivo, e em ações corriqueiras, ao contrário das globais e de peso com que os outros líderes eram fichados.

20/04/1970 – Segundo o Jornal [..] órgão oficial do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba, o marginado e outros subversivos foram recebidos por Fidel Castro

08/07/1970 – Foi visto na Rua Senador Vergueiro [...] no dia 24/06/1970, com a mesma fisionomia, porém mais gordo

03/04/1972 Figura na relação dos elementos [...] guerrilha em Cuba (provavelmente fala do treinamento)

11/09/1972: Segundo documentos aqui arquivados, [...] Ação no Exterior (provavelmente uma pasta) consta o seguinte: [...] grupos de banidos e exilados se movimentado intensamente, para estabelecer contatos com líderes e grupos subversivos estrangeiros. NA reunião denominada La Juventud[...] Americana Acusa Al Imperialismo, Solidariedad com Vietnan, realizada em Santiago do Chile, em princípios de Setembro, estarão estes banidos, representando o Brasil, entre eles se encontra o epigrafado.

22/11/1972 Figura numa relação de elementos que participam do treinamento para guerrilha em Cuba.

Na apresentação destas 17 fichas, nota-se que a estrutura de perseguição aos estudantes não se inicia em 1968, ela está presente desde o início da década, mesmo quando o país ainda estava sob uma democracia. Entretanto, a forma de tratamento dado começa a se alterar em 1966 quando o ME expressa de forma mais vivaz o seu posicionamento político para além das demandas universitárias. A partir de então, alguns dos indivíduos do ME, normalmente as lideranças ou aqueles que tinham ligações com o PCB, passam a ser observados mais atentamente.

Porém, a ameaça possível era individual, segundo o potencial visto nas ações da cada um. É a partir de 1968 e principalmente depois dos relatórios “Ibiúna” e “Operação Ibiúna” que a simbologia do grupo ME como inimigo iminente se altera. De acordo com as fichas e os relatos dos atores, havia ainda a separação entre a periculosidade dos indivíduos e entre o empenho na captura de líderes e de elementos das bases estudantis. Mas as anotações mostram que as ações individuais eram encaixadas nas análises produzidas de modo a traçar uma linha de ação que se pudesse identificar para o ME. Até mesmo as ações nitidamente relacionadas aos grupos de luta

armada são, em algum momento nas anotações do histórico, associadas às táticas do Movimento Estudantil.

O conceito adentra as investigações da década de 1970 e mesmo com as articulações estudantis voltadas para outros objetivos, como a reconstrução das entidades e as investigações são redirecionadas ao ME de 1968 como fundamento das ações subsequentes. Por exemplo, ano a ano na década de 1970 há nos arquivos o controle de ingresso e trancamento de matrículas nas universidades, pedidas pelos delegados locais e fornecidas pelos reitores/diretores das universidades, mas se um novo grupo se sobressaia nas articulações, a anotação seguia para as pastas relativas ao ME de 1968.

Depreende-se também que a forma investigativa passa da espreita e movimentação externa até 1966, na qual os dossiês estruturam-se sobre o que se “viu” ou se “ouviu”, e passasse para a investigação interna, com a presença de informantes/ou agentes infiltrados, dadas as informações internas repassadas aos oficiais momentos após as reuniões, via rádio, ou horas depois, em relatório na delegacia. Presumem-se, entretanto, tais ocorrências pelo estilo do relato dos fatos observados e pela rapidez, mas não nos arquivos qualquer indicação para isso, nem mesmo nos relatórios sobre a queda de Ibiúna.

É preciso pensar que, arquivos da repressão aos quais se tem livre acesso foram escolhidos para serem abertos, em contraposição aos outros ainda lacrados, os que foram destruídos ou desaparecidos, e, portanto, ter cuidado ao interpretar as informações ali dispostas. Muitas informações são desencontradas, conflitam-se entre a versão paulista e os ofícios de outras delegacias, sendo preciso comparar cada histórico em todas as pastas que fazem referência a um mesmo indivíduo/grupos.

Alguns dos que foram para a luta armada tinham suas atividades na guerrilha anotadas em suas fichas da relação com a UNE, especialmente as de Ibiúna. Aliás, as fichas de Ibiúna recebem os dados de ações e IPMs anteriores, bem como os posteriores. Torna-se o polo identificador do grupo, mesmo quando os indivíduos não fazem mais parte dele, não pelo tempo, mas por terem abarcado num outro tipo de manifestação e/ou resistência (a luta armada). As fichas de indiciamento de 1968 estiveram ativas e abertas até 1982.

No tocante aos militantes de base, que não tinham ligações com partidos ou grupos armados e não ocupavam cargos de liderança nas entidades estudantis, observa-se pelas ficha o controle nas atividades profissionais, na alteração de endereço residencial e no círculo social do

qual participava. Para aqueles cuja única anotação derivava-se do IP 15/68, as formas de controle deixam de ser a prisão e a repressão para o controle dos passos da vida pessoal/profissional.

i) Ficha Catalográfica Simples nº 1: Augusto César Petta

Qualificação nº83
Jaboticabal, 21-11-1946
Residência – Campinas
Estudante da Faculdade de Filosofia, da Universidade Católica de Campinas.
Indiciado no IP n15/68 (Ibiúna), por infração na Lei de Segurança Nacional, por ter participado do 30º Congresso da Extinta UNE. Autuado á justiça militar aos 18/10/1968
23/02/1973 – Conforme oficio nº 358, o epigrafado teve declara extinta sua punibilidade.

ii) Ficha Catalográfica Simples nº 2: Azael Rangel Camargo

Qualificação nº88
Campinas, 28 anos (1-6-1946)
Residente em São Carlos
2 números de RG na ficha
Estudante da EESC
Indiciado no IP n15/68 (Ibiúna), por infração na Lei de Segurança Nacional, por ter participado do 30º Congresso da Extinta UNE. Autuado á justiça militar aos 18/10/1968
23/02/1973 – Conforme oficio nº 358, o epigrafado teve declara extinta sua punibilidade.
Informação da seccional de São Carlos: [...] Por intermédio de uma carta anônima, foi acusado de ter desviado avião para Cuba e ter ligações com Cláudio Segundo, Sergio Schneider, Sinézio de Barros.
Em 1973, professor contratado da USP, leciona no departamento de Estrutura, EESC.

iii) Ficha Catalográfica Simples nº 3: Caiuby Vieira Eugênio

Qualificação nº100
São Paulo-SP
Residência Araraquara
2 números de RG

Estudante da Faculdade de Odontologia de Araraquara.
Indiciado no IP n15/68 (Ibiúna), por infração na Lei de Segurança Nacional, por ter participado do 30º Congresso da Extinta UNE. Autuado á justiça militar aos 18/10/1968.
23/02/1973 – Conforme oficio nº 358, o epigrafado teve declara extinta sua punibilidade, pela prescrição da ação penal, já transitada em julgado (autos remetidos à justiça militar 18/10/1968).
Informação Seccional de Araraquara: não registra antecedentes naquela Seccional. Colou grau em Odontologia na faculdade local em 16 de janeiro de 1970, estando radicado atualmente na cidade de Santos.

iv) Ficha Catalográfica Simples nº 4: Leopoldo Silva Castro

31 anos (21.6.1940)
Piau (Minas Gerais)
Residente em Araraquara
I – Informação da Ordem Política
Estudante da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara.
Indiciado no IPM 15/68
23.2.1973 – Conforme oficio n. 358, extinção punibilidade.
II – Informação da seccional de Araraquara:
Não registrou antecedentes naquela Seccional. Atualmente cursa o quarto ano do curso de química na Faculdade de Filosofia local, local em que se apurou que não se envolveu em assuntos políticos e nunca fez arte de Diretório acadêmico.

v) Ficha Catalográfica Simples nº 5: Devancyr Aparecido Romão n 169

25 anos (24.4.1947)
São Paulo, resistência em SP
Indiciado pelo IP 15/68
23/02/1973 Exclusão da punibilidade

vi) Ficha Catalográfica Simples nº 7: José Murari Bovo

Jaboticabal – Araraquara
27 anos (3,3,1945)

Estudante da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Araraquara

Indiciado no IP 15/68

20/04/1970 Através do ofício n 155/70, de 15.4.70, o DB Coordenador da Secretaria de Educação solicitou informações sobre o fichado, de vez que é candidato ao cargo de instrutor junto ao departamento de Pedagogia e prestes a ser contratado pela faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara. Pelo ofício n 130/70 desta especializada, em 20/04/1970 foram prestadas as informações sobre os antecedentes políticos sociais do fichado, com o parecer de que o mesmo não poderá ser contratado pela referida faculdade.

23/02/1973 Conforme ofício n358 da 2ª. Auditoria, o epigrafado teve declarada extinta sua punibilidade, pela prescrição da ação penal, já transitada em julgado.

Informação da Seccional de Araraquara:

Nada consta sobre o nominado, naquela seccional, foi Presidente do Centro Acadêmico da Faculdade de Filosofia local, onde se apurou haver sido ótimo aluno, convidado a integrar o corpo docente, o que não se realizou em virtude de haver participado do Congresso da Extinta UNE. Transferiu residência daquela cidade.

O tipo de nomenclatura dada ao estudante também é referência ao tipo de processo que se seguiu. Nominado e epigrafado normalmente dizem respeito ao indivíduo ainda não processado, enquanto fichado revela um indivíduo sob investigação e marginado um indivíduo já condenado por algum processo ou que teve mandado de prisão expedido. A nomenclatura dada ao indivíduo cujas ações inscreviam-se no histórico DEOP indicava o tipo de investigação sob a qual estava. O mesmo acontecia com a identificação da ação individual na determinação do terrorista ou do subversivo, que parecem aleatórias, atribuídas a qualquer um que tivesse ligações com grupos de esquerda. Há inclusive o conceito ex-terrorista: uma pessoa podia deixar de ser terrorista de acordo com a avaliação do Dops.

O exercício e possibilidade de manutenção da profissão parecem como uma óptica da repressão. Observa-se no segundo grupo um processo de sanção de sua participação no XXX Congresso refletido na negação de suas atribuições ou na impossibilidade de exercê-las, como consta na ficha de José Murari Bovo. Não era, entretanto, regra. A ficha de Azael Camargo demonstra que ele pode tomar posse de seu emprego numa universidade. Mas isso revela que o

fichamento se torna uma marca pessoal indelével, passível do julgamento de outrem. Não necessariamente figura nas lembranças de cada ator.

Há, ao mesmo tempo, autonomia e simbiose na produção de informações da Ordem Política e da Ordem Social: poderiam empreender as investigações e os inquéritos segundo suas próprias linhas de investigação, mas as suspeitas e resultados transitavam nos dois departamentos. As fichas se anexavam autos de apreensão que descreviam livros, revistas, folhetos detalhados, no mesmo esquema de identificação dos fichados do ME, identificadas também como “autos de colheita de material gráfico”.

Entre os grupos de esquerda associados aos estudantes fichados, os mais recorrentes são a Dissidência Guanabara, ALN, VPR, Var-Palmares. Observou-se que a direção investigativa investigava as aproximações de estudantes com as organizações armadas como uma inclinação tática do grupo ME e não a partir de uma visão particularizada onde um indivíduo pertencente a uma “O” também militasse no ME. Os caminhos para a execução legal da punibilidade de alguma ação que afrontasse a LSN era a instalação de IPM pela DEOS que se remetia à Justiça Militar. Nestes termos, não havia uma denúncia, mas a Justiça definia se o procedimento seria instaurar um processo, expedir mandado de prisão preventiva ou prosseguir com as averiguações.

As anotações individuais dos arquivos vão até 1972. A partir de 1973, tem um redirecionamento: são associadas ao grupo e, no grupo, anotadas informações individuais. A herança simbólica de 1968 transforma a participação de um individuo um movimento tal, passível de investigação pela Lei de segurança Nacional, em outra perspectiva: quem figura como componente do Movimento. Há, então, um reconhecimento de autonomia dos MEs e dos grupos armados: os elementos podiam sair ou serem presos, desaparecer, as o movimento permanecia auto-identificados pelo Dops.

O dado mais importante da disposição dos arquivos, enquanto fonte viva e em constante transformação pela repressão, é a mudança de olhar que se dá ao ME em dois momentos: quando os fichamentos e os IPMs em 1968 abrem o espaço para um novo modelo investigativo dos agentes do movimento, e depois, a partir de 1973, o entendimento do ME como grupo e sua investigação como tal. Essas duas determinações espelham a forma social com que simbolicamente o ME era interpretado, depreendendo das ações individuais os traços simbólicos que formam o grupo. No capítulo a seguir, ver-se-á os elementos que, após a transição, mantém os indivíduos ligados a este grupo.

3.4 O grupo nos Arquivos – formas de articulação do ME segundo o aparato do Departamento de Ordem Política e Social

Para se chegar aos elementos que levam a definição simbólica do ME enquanto grupo nos arquivos foram utilizados os materiais do Arquivo Público do Estado de São Paulo, do Arquivo Geral e do Arquivo Fundo Dops. Os documentos disponíveis para consultas podem ter os índices remissivos acessados a partir da plataforma do grupo Memórias Reveladas[47]. Para a pesquisa de mapeamento das leituras sobre o Movimento Estudantil da inteligência militar, com a chave "Estado de São Paulo/ Fonte: Delegacia de Ordem Política e Social/ Movimento Estudantil" [48], foram encontrados 1014 dossiês, textos remetentes ao índice remissivo e as fichas. Os dossiês foram separados a partir da identificação das leituras de grupos e posteriormente verificados nas salas do Arquivo.

Há um salto no número e no tipo de documentos arquivados, com um grande foco do aparato de Ordem Social nas passeatas e mobilizações de 1968 e inquéritos do Departamento de Ordem Política para os indivíduos observados como perigosos e/ou subversivos. Desarticulado após Ibiúna e com o AI-5, o termo ME diminui muito nos índices remissivos de investigações ou inquéritos nos primeiros anos da década de 1970, aparecendo novamente a partir de 1974.

Os dossiês elaborados pelo Arquivo Geral reúnem informações sobre os indivíduos ou grupos vigiados, mas não necessariamente tecem uma análise sobre os mesmos. Grandes eventos, como o XXX Congresso de Ibiúna produziram uma série de análises posteriores, avaliando o processo de infiltração na construção do Congresso até as prisões e os depoimentos. Com o refluxo do ME após o AI-5, as observações são orientadas para grupos menores.

O que objetiva esta seção é a construção dos Dossiês, que revelam o foco e a abordagem da inteligência da repressão para a manutenção da ordem então instituída. Delineia-se um percurso através dos títulos e do tipo de documento armazenado em cada Dossiê. Dos índices

---

[47] Acessado diariamente entre 02/03/2013 e 10/03/2013, nas plataformas: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memrev/memrev_pesquisa.php e http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memrev/memrev_consulta.php. Verificação dos dossiês no mês de dezembro de 2013, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

[48] Quaisquer outras chaves de pesquisa podem ser inseridas nas buscas das plataformas digitais Memórias Reveladas. No entanto, outras combinações traziam elementos além daqueles focados nesta pesquisa. A combinação de busca com a chave "Movimento Estudantil" Associada ao catálogo de Ordem Social e ao Estado de São Paulo trouxe o maior número de resultados de índices remissivos que não se associava a outros assuntos.

remissivos localizados a partir das chaves utilizadas na pesquisa, estruturou-se a análise de grupos a partir da identificação (o título), da fonte do levantamento, (o arquivo geral, a seção de ordem política ou a seção de ordem social), e o tipo de material que compunha o levantamento (noticias de jornais, jornais dos meios estudantis, panfletos, comunicados e material mimeografado produzido pelas entidades estudantis, relatórios oficiais – estes produzidos por órgãos das Forças Armadas para o Dops – e inquéritos). Após o mapeamento dos índices remissivos e a identificação de cada material, aqueles demonstravam a identificação de grupo no ME foram abertos e fotografados no Arquivo Público do Estado de São Paulo, e parte do aqui reproduzida.

Os arquivos são produzidos pelos Dops em 3 segmentos: arquivo Geral (para qualquer individuo/situação que de alguma forma possa quebrar leis regras sociais, Ordem Política e Ordem Social). É possivel verificar que a própria origem dos inquéritos, num desses três departamentos, sugere uma visão e um tipo de orientação para conter as mobilizações

Identificaram-se cinco grupos analíticos, subdivididos a partir do tipo de ação empreendida observada pelo Dops. Importante observar que estes arquivos foram construídos a partir de uma estrutura linear, ou seja, a partir das investigações do aparato repressor acerca das atividades estudantis na medida em que chegavam a seu conhecimento. Manteve-se a linearidade temporal, ao mesmo tempo em que se agruparam os temas em seções a partir das similaridades do tratamento e da identificação feita pelo Dops – Departamento de Ordem Social. Assim, tem-se 5 sessões que avaliam 10 grupos de ação estudantil:

Quadro 6 – Sessões de divisão de grupos da ação estudantil

A organização do Movimento estudantil	Dinâmica do Movimento Estudantil e questões Universitárias
	O Movimento Estudantil Secundarista
Estruturais	Atividades localizadas de Diretórios Acadêmicos, Centros Acadêmicos, DCEs
	Atividades de entidades estudantis (neste caso quase sempre versavam sobre a UNE)

Por Regiões	O Movimento Estudantil em grupos regionais específicos: Regiões, Estados, Cidades, Universidades locas e cursos específicos
Atividades Políticas	Orientação Ideológica : as esquerdas e o ME
	Associação com a luta armada – AP, VPR, Var Palmares
	Lutas Populares: Campesinato, Sindicalismo
	Partidos
A retomada	O Histórico Do ME
	A Reconstrução
	O ME Revolucionário (fim de 70s inicio 80

A relação Dossiês/Fichas /Relatório levantadas neste quadro e apresentadas no tópico a seguir revelam construções mais aproximadas ou mais gerais, associando um mesmo dado (um evento, uma prisão, uma passeata) ao indivíduo, nas fichas, à grupos de indivíduos nos relatórios, e ao panorama geral do ME nos Dossiês.

Observa-se uma tendência de associação à riscos para a Ordem Política ou para a Ordem Social segundo o nível mais aproximado ou mais geral da análise: os textos sobre ações subversivas de indivíduos tendem num primeiro momento a associar sua ação às possibilidades de risco à ordem social. Quando esta mesma ação é ligada a um grupo ou entidade estudantil, ela fica *despersonalizada*, e passa a pertencer ao grupo e não mais ao agente, de modo a oferecer risco à Ordem Política. Observa-se tal desenrolar na fonte de produção de um documento baseado na mesma ação, na identificação como Arquivo Ordem Social para fichas individuais e de ações de pequenos grupos (3 a 5 pessoas), provenientes também de delegacias locais, e identificação como Arquivo Ordem Política, nos Dossiês e Relatórios sobre a ação desses mesmos indivíduos associados ao ME, à entidades representativas clandestinas ou grupos de esquerda.

Aplicados a uma percepção temporal, pode-se também compreender esses modelos de análise investigativa em dois momentos: como *análises do fato presente*, nas fichas de prisões e relatórios de manifestações-relâmpago; e *reinterpretações da ação*, quando alguns dias, semanas

ou meses após um fato isolado, o mesmo é associado a um grupo maior e reinterpretado à luz dessa nova associação.

O objetivo aqui não é de analisar o conteúdo de cada documento, mas a intenção do aparato investigativo na construção de cada um dos três modelos. Por meio desta concepção, traçar o processo da identificação simbólica de grupo feita pelo mesmo sobre o ME. Desta forma, com o intuito de observar a construção do conceito de grupo, apresenta-se os documentos identificados como investigações do grupo ME entre 1968 e 1983. Neste caso, o importante são as associações feitas pelo Dops na organização de suas análises, pelo título do documento, a atenção aplicada a determinada linha investigativa, pelo número de relatórios produzidos sob o mesmo título (identificados na forma numérica do acesso ao documento), e a data de produção, que revelam os movimentos de maior ou menor concentração investigativa sobre o ME ao longo do período entre 1968 e a redemocratização.

3.4.1 A organização do Movimento estudantil

Apreensão de panfletos, manifestos, textos e produções internas ao ME. Utiliza linguagem de identificação própria aos estudantes, como que reproduzindo seus escritos, nas seguintes subdivisões:

3.4.1.1 Dinâmica do Movimento Estudantil e questões Universitárias

Neste campo, há duas perspectivas: as produções das entidades estudantis apreendidas pela repressão e incorporadas a dossiês de averiguação, e também dossiês produzidos por investigadores[49] sobre as atividades do Movimento Estudantil. Os dossiês desse grupo têm como foco as atividades dos estudantes entre 1974 e 1977, na tentativa de compreender a dimensão

[49] "ACERCA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL". Conteúdo da Ficha: Em Junho - 77 - DOPS - Inf. 608-B- ref. Caderno-Artigo Publicado no Jornal Classe Operária; I Junho de 1977; Nº do Documento: 20-C-044-23562; 20-C-044-23562

histórica da UNE[50] no cenário político do país, na luta contra a ditadura, para então projetar novos passos das articulações estudantis. Com novos atores, inicia-se o processo de se olhar para 1968 como referência para a construção do novo movimento, fomentado desde a comunidade universitária de base (50-C-000-3724, 50-C-000-3724).

A reconstrução de DCEs e Das eram a pauta central nessa dinâmica como observa se nos dossiês "A Dinâmica do Movimento Estudantil na Universidade, conteúdo da ficha: 3/77, documento/reconstrução do DCE Livre na PUC. Data: 03/1977 (Nº do Documento: 21-Z-014-2125;21-Z-014-2123;21-Z-014-2125;21-Z-014-2123)"

3.4.1.2 O Movimento Estudantil Secundarista

A articulação dos estudantes mais jovens não passou despercebida pelos agentes da ditadura, mas foi observada a partir de um ângulo diferente dos universitários. Nos índices remissivos[51], todos os dossiês e inquéritos sobre o Movimento Estudantil secundarista entre 1969 e 1981 tem origem no Arquivo Geral, e é analisado separadamente das outras frentes do ME. O grupo dos estudantes secundaristas é analisado separadamente dos universitários, como indivíduos que podiam perturbar a ordem então estabelecida, a partir de comportamentos políticos subversivos, sem, no entanto ter um caráter de movimento ou grupo político a ele atribuído, como no caso dos estudantes ligados a UNE. No caso de estudantes secundaristas

[50] "AS LUTAS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL". Em 5/77-CEFISMA-Movimento Estudantil; I; Nº do Documento: 50-C-000-5065; 50-C-000-5065. "CONTRIBUIÇÃO À DISCUSSÃO SOBRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL" panfleto, 1977.Nº do Documento: 50-C-000-4097;50-C-000-4097. HISTÓRICO DE UM MOVIMENTO ESTUDANTIL DE BASE (s/d) Nº do Documento: 50-Z-009-10406; 50-Z-009-10406

[51] "MOVIMENTO ESTUDANTIL CURSINHOS" – Grupos Órgão Produtor: Arquivo Geral, 1977, acesso: 50-C-000-3291;50-C-000-3291. "MOVIMENTO ESTUDANTIL NO MEIO SECUNDARISTA" - Grupos - Acesso: 20-C-043-2588; 20-C-043-2587; 20-C-043-2588; 20-C-043-2587. "MOVIMENTO ESTUDANTIL SECUNDARISTA" – Grupos Declarações prestadas à polícia; Acesso: -Z-009-31068; 50-Z-009-31068. "MOVIMENTO ESTUDANTIL SECUNDARISTA" Grupos Órgão Produtor: Arquivo Geral Panfleto mimeografado sobre Congresso da UBES, datando de outubro de 1981, Acesso: 21-Z-014-12548; 21-Z-014-12548. "MOVIMENTO ESTUDANTIL SECUNDARISTA" – Indivíduos. Depoimento prestado por Jorge F. G. de Figueiredo acerca da militância no ME. Acesso: 50-Z-009-29355; 50-Z-009-29355. "MOVIMENTO ESTUDANTIL SECUNDARISTA". Órgão Produtor: Arquivo Geral 50-Z-009-35664 50-Z-009-35664; 50-Z-009-35662; 50-Z-009-35662;50-Z-009-33906; 50-Z-009-33906. MOVIMENTO ESTUDANTIL SECUNDARISTA. Indivíduos citados em relatórios: 30-Z-160-12071; 30-Z-160-12070; 30-Z-160-12071;30-Z-160-12070. MOVIMENTO ESTUDANTIL SECUNDARISTA – Indivíduos. Resumo de declarações prestadas por Celso Lungaretti, em 30/7/70, Acesso: 50-Z-009-13703; 50-Z-009-1024930-Z-160-5941; 50-Z-009-13703

ligados à luta armada, passam então a ser desvinculados deste grupo para serem observados como um indivíduo que oferece risco à segurança nacional.

O imperativo nas análises deste grupo foi à origem das articulações e não necessariamente os resultados. Assim, os colégios e cursinhos ficavam em observação, de forma deslocada da instituição máxima deste grupo, a UBES – União Brasileira de Estudantes Secundaristas. Boa parte dos dossiês é composta por declarações prestadas por estudantes e notícias de jornal, acerca de encontros realizados nas escolas ou pequenas articulações de protestos. O importante a se destacar neste grupo é a ameaça do Dossiê. Ao prestar esclarecimentos nas delegacias, alguns estudantes escreviam de próprio punho sua versão dos fatos, de modo a ficar gravada para a polícia sua ação potencialmente subversiva, bem como o poder do aparato repressivo ao fazer com o individuo se dispusesse a explicar seus atos de forma permanente.

3.4.2 Estruturais

Observado como estrutura, o ME passa a ser observado como grupos, a partir da funcionalidade do mesmo dentro do movimento, ou segundo a ótica de atuação na classificação do aparato repressor:

3.4.2.1 Atividades localizadas de Diretórios Acadêmicos, Centros Acadêmicos, DCEs

As atividades das entidades representativas universitárias foi foco durante todo o período pós -68, por todo o tempo em que o Dops ficou ativo. Neste caso, a observação parece ser interna, na qual se privilegiou a informação e o trabalho de inteligência, e menos a ação repressiva, do fichamento, dos depoimentos. A tática aqui era compreender as ligações entre as correntes políticas internas ao ME, construir uma rede em que se identificassem os grupos políticos e suas formas de atuação, bem como antecipar-se aos acontecimentos conhecendo o movimento internamente. Os dossiês versam sobre os problemas de unidade e articulação entre essas correntes, e as lutas internas ao movimento. O olhar aqui parte de dentro, mas trata-se de uma ação distanciada, para o conhecimento.

3.4.2.2. Atividades de entidades estudantis

Neste caso quase sempre versavam sobre a relação entre as entidades locais e suas ações na estrutura interna do ME, e na articulação com outras organizações, especialmente a UNE:

Título do Documento: CRISE NO MOVIMENTO ESTUDANTIL DA USP
Órgão Produtor: Arquivo Geral
Conteúdo da Ficha: Rel. S. I. - DOPS = 1975 =
Data: 1975
Localidade: Estado de São Paulo
Nº do Documento: 50-K-104-1864
50-K-104-1864

Título do Documento: ELEIÇÕES DA UEE/ SP NA PUC E MOVIMENTO ESTUDANTIL
Órgão Produtor: Arquivo Geral
Conteúdo da Ficha: RE. nº 336 / 79 - D.I., =
Data: 1979
Localidade: Estado de São Paulo
Nº do Documento: 20-C-044-5072
20-C-044-5072
Nº do Documento: 50-C-022-7513

Título do Documento: REUNIÕES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DCE USP CEE CONSELHO ESTADUAL DE ENTIDADES
Órgão Produtor: Arquivo Geral
Conteúdo da Ficha: RE nº 277/78 - D. I. , em julho de 1978 =
Data: 1978
Localidade: Estado de São Paulo
Nº do Documento: 50-C-022-1116950-C-022-11169

Título do Documento: MOVIMENTO ESTUDANTIL NA USP SP
Órgão Produtor: Arquivo Geral
Conteúdo da Ficha: Em 15/1/80 - DOPS - DI - doc. anexo ao Rel. Diário nº 1203 - ref. iniciará debates s/ o preço das refeições e aproveitar p/ entrar em greve no início das aulas S
Data: 15/01/1980
Localidade: Estado de São Paulo
Nº do Documento: 21-Z-014-8456; 21-Z-014-8456

Título do Documento: FATOS OCORRIDOS NA USP LIGADOS A SUBVERSÃO COM PARTICIPANTES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL
Órgão Produtor: Arquivo Geral
Conteúdo da Ficha:

3.4.3 Por Regiões

Composto por notificações e eventos que chegavam aos relatórios do Dops – São Paulo, por conterem ligação com o ME nacional, com as entidades paulistas. Notificações de prisões, apreensões de material subversivo e encontros de Das e DCEs de outros estados. O ponto importante a se observar neste grupo é que as informações chegavam a São Paulo a partir dos órgãos conhecidos pela repressão e Tortura, como Doi Codi (no caso do ME na Bahia)[52], Cenimar (Rio de Janeiro, Guanabara, Niterói)[53], e os grupos e indivíduos investigados ligados às ações de investigação contra o "terrorismo". A busca da proteção da ordem contra o elemento subversivo se mostra associado à descrição dos Dossiês feita pelo Dops, como se observa num dos índices de inquérito do grupo identificado por Região:

> Título do Documento: MOVIMENTO ESTUDANTIL MOGI DAS CRUZES"
> Arquivo Geral, Relatório Plantão – DOPS ref. apreensão de faixas, panfletos, jornais e impressos, ***com dizeres ofensivos à ordem vigente***, os quais foram apreendidos na parte externa do D.A. Julio Mesquita Filho =out.1977= Mogi das Cruzes;
> Data: 10/1977
> Localidade: Mogi das Cruzes - SP
> Nº do Documento: 50-C-000-5783
> 50-C-000-5783 (grifos autora)

Neste grupo, o foco não é a mobilização estudantil, mas sim o próprio aparato repressor. O Dops - São Paulo observa as formas de investigação das delegacias de outros estados, do interior de São Paulo[54], estabelecendo uma rede de informações como que se inserindo num painel de ações da repressão.

---

[52] "MOVIMENTO ESTUDANTIL DA BAHIA". Citações em declarações e depoimentos DOI-CODI – Bahia Acesso: 50-Z-009-28700; 50-Z-009-28700

[53] "MOVIMENTO ESTUDANTIL DA GUANABARA E NITERÓI". Sobre "Terrorismo" em Julho de 1970, Estado do Rio de Janeiro, Acesso: 30-Z-160-682830-Z-160-6828

[54] Título do Documento: MOVIMENTO ESTUDANTIL MOGI DAS CRUZES". Arquivo Geral, Relatório Plantão – DOPS, ação de apreensão de faixas, panfletos, jornais e impressos em Mogi das Cruzes, Outubro de 1977, Acesso: 50-C-000-5783; 50-C-000-5783
Título do Documento: MOVIMENTO ESTUDANTIL NA BAIXADA SANTISTA. Órgão Produtor: Arquivo Geral. Conteúdo da Ficha: Inf. 197 de 09.05.77. Data: 09/05/1977. Localidade: Santos – SP. Nº do Documento: 21-Z-014-264821-Z-014-2648

3.4.3.1 O Movimento Estudantil em grupos regionais específicos: Regiões, Estados, Cidades, Universidades locas e cursos específicos

Os focos[55] foram USP, PUC e Mackenzie, com grande peso nas observações dos *Campi* da UNESP no interior de São Paulo, e USP – São Carlos.

Título do Documento: MANIFESTO EM DEFESA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL E PELA LIBERTAÇÃO DOS PRESOS DO RIO DE JANEIRO
Órgão Produtor: Arquivo Geral
Conteúdo da Ficha: 10.77 - autoria do Comitê 1º de maio pela Anistia-SP., Componentes : DCE=LIVRE-USP, DCE=LIVRE=PUC/SP., /-DCE UFRGS., DU UnB., DCE=USP-CARLOS., CAVC - ECONOMIA-USP., GFAU-ARQUITETURA=USP., CALC-COMUNICAÇÕES=USP., CEUPES-CIENCIAS SOCIAIS=USP.,/ CEFISMA- FISICA E MATEMATICA-USP., CAF- FILOSOFIA=USP., CEGE-GEOGRAFIA-USP., CEHAT- HISTORIA-USP., GREMIO POLITECNICO=USP., DAFILE-FIL.e LETRAS/USP., D.A. LEÃO XIII= ECON.PUC=SP., DAFAM- ARQUIT. MACK., c
Data: 10/1977
Nº do Documento: 50-C-000-5141; 50-C-000-5141

Título do Documento: TELEGRAMAS DE DIVERSAS CIDADES DO INTERIOR DO ESTADO, REFERENTES AO MOVIMENTO ESTUDANTIL
Órgão Produtor: Arquivo Geral
Conteúdo da Ficha: 1977=
Data: 1977
Localidade:
Nº do Documento: 50-C-000-1604
50-C-000-1604

Título do Documento: MANIFESTO EM DEFESA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA E DO MOVIMENTO ESTUDANTIL
Órgão Produtor: Arquivo Geral
Conteúdo da Ficha: Em 8/77-PUC - Liberdade e Luta; I
Data: 08/1977
Localidade:
Nº do Documento: 50-C-000-5074
50-C-000-5074

[55] Título do Documento: "MOVIMENTO ESTUDANTIL NA PUC E USP". Arquivo Geral, 1978; Estado de São Paulo; 50-C-022-11956; 50-C-022-11956"MOVIMENTO ESTUDANTIL NA PUC PEÇA SOBRE A UNE PROMOVIDA PELO CA LEÃO XIII". Entre 18/05/79 e 23/05/79 Acesso: 21-Z-014-6983; 21-Z-014-6983

Título do Documento: MOVIMENTO ESTUDANTIL NA FACULDADE DE DIREITO DA USP
Órgão Produtor: Arquivo Geral
Conteúdo da Ficha: Em 24/5/79-DOPS-SE-RE-215-79-ref. obs. no Largo S. Francisco; I
Data: 24/05/1979
Localidade: São Paulo - SP
Nº do Documento: 21-Z-014-7022
21-Z-014-7022

3.4.4 Atividades Políticas

Neste grupo, as investigações giravam em torno de organizações e manifestações, associações com grupos de esquerda que indicassem um posicionamento direto contra o Regime e não apenas contra a ordem.

3.4.4.1 Orientação Ideológica: as esquerdas e o ME

Neste caso, a divisão entre os grupos mais perigosos ou a divisão por regiões é subordinada à observação das relações com as organizações de esquerda. Neste grupo, observa uma busca por associações do ME com os grupos armados, no entanto, sem observar os grupos armados dentro do Movimento Estudantil. Ao que se observa, após 1969, o ME é tratado sempre como um movimento de estudantes até certo ponto homogêneo, e qualquer alteração era externa aos grupos estudantis. Desta forma, os dossiês da repressão procuram por influências externas da esquerda sobre o ME.

Título do Documento: ALA VERMELHA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL.
Órgão Produtor: Arquivo Geral
Conteúdo da Ficha: S/ terrorismo;
Data:
Localidade:
Nº do Documento: 50-Z-009-32789
50-Z-009-32789

3.4.4.2 Associação com a luta armada – AP, VPR, Var Palmares

Um dos maiores exemplos da divisão de grupos do ME por associação com os grupos de esquerda está nos dossiês elaborados sob o tema “Esboço de Tática para o Movimento

Estudantil". Neles, são analisadas as táticas elaboradas por agentes do Var-Palmares para a atuação do ME como movimento combativo. Associado às investigações sobre terrorismo, os dossiês investigam as influências da Var-Palmares sobre setores do ME, mas não encaixa os estudantes como "esquerda". Esta abordagem se altera a partir de 1979. Neste momento, dossiês sugerem a preocupação com ações armadas criadas exclusivamente por setores do ME, e as investigações passam a ser construídas mesmo em localidades sem notícia de tais planejamentos pelos estudantes.

Título do Documento: ESBOÇO DE TÁTICA PARA O MOVIMENTO ESTUDANTIL
Órgão Produtor: Arquivo Geral
Conteúdo da Ficha: Sobre terrorismo ;
50-Z-009-18173; 50-Z-009-18173

Título do Documento: ESBOÇO DE TÁTICA PARA O MOVIMENTO ESTUDANTIL
Órgão Produtor: Arquivo Geral
Conteúdo da Ficha: ref. Caderno de Debates da Var-Palmares = 8/10/70.=
Data: 08/10/1970
Nº do Documento: 30-Z-160-7379; 30-Z-160-7379

A possibilidade de ação armada do Movimento Estudantil era controlada pelas Forças Armadas, e o produto das investigações repassado ao Dops, como observa-se nas descrições dos Dossiês a Seguir:

Título do Documento: PROPAGANDA COMUNISTA E O MOVIMENTO ESTUDANTIL
Órgão Produtor: Arquivo Geral
Conteúdo da Ficha: Em 6/6/80 - DOPS -CIOP- Inf. x027 - ref. xerografia de documentos expedidos em São Paulo e endereçados ao C.A. do Centro de Educação - DACED/UFSC; I
Data: 06/06/1980
Localidade: Estado de São Paulo - Estado de Santa Catarina
Nº do Documento: 50-D-019-1601; 50-D-019-1601

Título do Documento: MOVIMENTO ESTUDANTIL AÇÕES ARMADAS
Órgão Produtor: Arquivo Geral
Conteúdo da Ficha: Em 24/7/80 - DOPS – **Ministério da Aeronáutica** - Relatório I
Data: 24/07/1980
Localidade:
Nº do Documento: 50-D-026-6438
50-D-026-6438

Título do Documento: MOVIMENTO ESTUDANTIL AÇÕES ARMADAS
Órgão Produtor: Arquivo Geral
Conteúdo da Ficha: 22/08/80. Informe 040/80. CIOP. sobre planejamento de Ação Armada por parte de estudantes de ***alguma*** Faculdade do Interior.
Data: 22/08/1980

Localidade:
Nº do Documento: 50-D-019-1651
50-D-019-1651

3.4.4.3 Lutas Populares: Campesinato, Sindicalismo

Ao longo da história das mobilizações estudantis sob a égide da UNE como entidade máxima, foram poucas as associações do movimento com movimentos populares de massa. Havia ações de apoio, os projetos de aproximação da Une em 1968 com o CPC, a Une- Volante, e associações locais de Diretórios Acadêmicos em apoio às greves ou a mobilizações do Campesinato, a maioria em caráter de solidariedade[56], mas não houve um projeto nacional de vinculação a algum outro movimento social que proporcionasse uma ação tática conjunta ou um projeto político[57] unitário. Os dossiês aqui utilizados versam sempre sobre uma tese elaborada pelos líderes estudantis para encontros, que visavam essa aproximação, que não ocorreu concretamente. Ainda assim, as aproximações eram vigiadas de perto, aumentando muito também a partir de 1978, com manifestos de solidariedade á trabalhadores em greve, especialmente aos metalúrgicos que se mobilizavam desde a segunda metade da década de 1970 na região do ABC Paulista[58].

---

[56] Título do Documento: “AS PARTICULARIDADES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NA LUTA DE CLASSES”. DOPS/DI/REL;DIÁRIO Nº563, distribuído no CEFISMA no dia 24.p.p. 24/05/1977 - 26/05/1977. Acesso: 21-Z-014-2830; 21-Z-014-2830

[57] Título do Documento: O MOVIMENTO ESTUDANTIL AS LUTAS SOCIAIS E A FORMAÇÃO DO PARTIDO DE MASSAS” Em MIN.ER.INF.220280-A-2-IV COMAR – Referência nº 034.Panfleto distribuído durante realização do CONEG-UNE-Autoria grupos Oficina. Fevereiro de 1980. Acesso: 50-D-026-6226; 50-D-026-6226

[58] Sobre as greves na região do ABC Paulista, observar os movimentos em abril de 1980, já que houve muitas ocorrências de apoio às greves nesse período. Observar documentos: MOVIMENTO ESTUDANTIL NA USP E SOLIDARIEDADE AOS METALÚRGICOS, acesso: 50-C-022-12938; 50-C-022-12938; : 21-Z-014-8900;21-Z-014-8900. 4 Ocorrências, produção Ordem Política

3.4.4.4 Partidos

Este grupo é o que menos aparece nas construções de análise do ME pelo Dops. Com duas pastas de dossiês, não revelam uma aproximação do ME aos partidos políticos que surgiam após a abertura, mas sim alas estudantis dentro do partido, neste caso, do PMDB.

Título do Documento: COMISSÃO NACIONAL PRÓ-FORMAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DO PMDB
Órgão Produtor: Arquivo Geral
Conteúdo da Ficha: 23.5.80 - ref. Encontro dos Estudantes do PMDB
Data: 23/05/1980
Nº do Documento: 50-Z-130-5431
50-Z-130-5431
Título do Documento: COMISSÃO NACIONAL PRÓ-FORMAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DO PMDB
Órgão Produtor: Arquivo Geral
Conteúdo da Ficha: 5/80 - respons. pelo panfleto - ENOCNTRO ESTADUAL DOS ESTUD. DO PMDB.
Data: 05/1980
Localidade:
Nº do Documento: 20-C-044-10708
20-C-044-10708

3.4.5 A retomada

Produtos das investigações realizadas principalmente a partir de 1974 analisam os encontros e articulações de grupos locais com o objetivo de restabelecer as entidades estudantis. A intenção é observada primeiramente em assembleias nas universidades e depois passam a haver encontros entre universidades próximas. É a partir de 1977, entretanto, que a articulação volta tomar proporções maiores e se tona claramente um projeto em nível nacional, a partir das manifestações entre abril-junho daquele ano. O dado mais importante neste bloco, é que as investigações voltam a parecer externas, afastadas do ME e com menos repressão declarada nos arquivos.

3.4.5.1 O Histórico Do ME

Material interno (panfletos, manifestos), bem como averiguações das delegacias. Mas, mostra essencialmente uma visão do próprio movimento ao se rearticular que busca referencia no passado e sempre com 1968 como foco, para a retomada das atividades.

3.4.5.2 A Reconstrução

Na década de 1980, os dossiês se voltam para as propostas e mobilizações dos Estudantes para a reconstrução da Une. Os documentos encontrados foram uma coletânea de panfletos e *mimeos* produzidos pelos estudantes, denotando a observação, mas, ao menos na produção dos arquivos, não intervenção da inteligência militar neste processo. Neste ponto, é preciso observar o fator político que leva a esta observação sem intervenção. O processo de abertura se cristalizava e o foco do controle militar não se mostrava tão claramente quanto nas duas décadas anteriores.

Os indivíduos e suas ações, nesse momento, tem uma atenção maior do que os grupos aos quais pertenciam. Em relação à dinâmica do ME[59], inicia-se o processo de valorização histórica do estudante de 1968, e as teses de reformulação das entidades e de sua combatividade os tomam como exemplo a ser seguido. A ligação de pertencimento ao qual o ex-militante se refere na vida adulta, também perpassa as novas gerações, que se apropriam do símbolo "1968" no processo de reconstrução.

---

[59] Título do Documento: COMO GARANTIR A INDEPENDÊNCIA DO MOVIMENTO ESTUDANTILÓrgão Produtor: Arquivo GeralConteúdo da Ficha: Em 05.11.79- FEA/USP - DIv. de Inf. DOPS/SP. AG.Data: 05/11/1979Localidade: São Paulo - SPNº do Documento: 20-C-044-6659-A20-C-044-6659-A
Título do Documento: CONJUNTURA POLÍTICA E MOVIMENTO ESTUDANTILÓrgão Produtor: Arquivo GeralConteúdo da Ficha: Em 10/81 - DOPS - Folheto - ref. ao 32º Congresso da UNE; IData: 10/1981Localidade:Nº do Documento: 50-C-022-13276
Título do Documento: CONJUNTURA POLÍTICA E MOVIMENTO ESTUDANTILÓrgão Produtor: Arquivo GeralConteúdo da Ficha: Em 20/10/80. Assunto a serem discutidos em debate a se realizar acerca das eleições p/ diretoria da UNE. Data: 20/10/1980Localidade:Nº do Documento: 20-C-044-13920-XXII20-C-044-13920-XXII
Título do Documento: O MOVIMENTO ESTUDANTIL COMO FORÇA SOCIALÓrgão Produtor: Arquivo GeralConteúdo da Ficha: Em 5/77-DOPS-DI-Rel.Diário-anexo=Data: 05/1977LocalidadeNº do Documento: 21-Z-014-258421-Z-014-2584

3.4.5.3 O ME Revolucionário

No final da década de 1970 e início da década de 1980, a tipificação dos grupos revela a leitura que oi aparato repressor fazia do Movimento, mas ao mesmo tempo, nos materiais apreendidos produzidos pelos estudantes, pode-se observar as leituras que os militantes faziam dos grupos anteriores ao seu: a retomada, o projeto de radicalização, por exemplo, tinha vistas à retomada de atividades pautadas nas ligações entre estudantes e grupos armados. Pode-se perceber também como estas tipificações se alteram ao longo dos anos entre 1968 e a década de 1980[60], data mais recente dos documentos, como o dossiê a seguir: "TESES REVOLUCIONÁRIAS MOVIMENTO ESTUDANTIL, 50-Z-009-35765; 50-Z-009-35765"

Associada ao impulso em reconstruir a UNE, emerge também um posicionamento interno que entende o Grupo ME como portador da responsabilidade histórica de retomar uma mobilização pungente como a de 1968, e grupo deste ano é constantemente retomado nas Cartas de convocações dos estudantes para a luta que se programava.

3.5 Considerações sobre o Mapeamento do Grupo

A partir deste mapeamento, observa-se a visão organicista que se tinha do ME por parte da repressão. Ainda que organizadas as estratégias de investigação e levantamentos para inquéritos a partir de grupos menores como os descritos, eles respondiam sempre ao grupo simbólico Movimento Estudantil, e não há no banco de dados de Ordem política inquéritos produzidos a partir das ações individuais de um militante. Entretanto, até as prisões de Ibiúna os processos investigativos se davam em dois níveis: a ação do sujeito dentro do Movimento e a do Movimento como contra a ordem estabelecida.

A visão simbólica do grupo se constrói como notou-se no fluxo de produção dos dossiês, a partir de 1973. Além das observações de eventos específicos nas universidades, eram englobados

---

[60] UNIR E ELEVAR A COMBATIVIDADE DO MOVIMENTO ESTUDANTIL; Maio - 79 - DOPS - Inf. 608 - B - ref. Livreto; I e II 20-C-044-23559; 20-C-044-23559
VANGUARDA REVOLUCIONÁRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL manifésto= 17/2/70.; 30-Z-160-3558; 30-Z-160-3558; VIVA O MOVIMENTO ESTUDANTIL REVOLUCIONÁRIO; Conteúdo da Ficha: Em 5/5/81 - DOPS - Panfleto - "Abaixo o Movimento Estudantil Sindical" - Grupo Transição; I; Data: 05/05/1981; 50-C-022-13290; 50-C-022-13290

pela investigação policial eventos ligados ao ME, mas com propostas diferentes e em alguns momentos divergentes dos direcionamentos das cúpulas ou que não chegavam a fazer parte do movimento nacional, como a questão dos Institutos Isolados, as faculdades do interior de São Paulo que intencionavam ser um polo democrático em meio ao estado de Exceção.

Um dos documentos que sintetizam a visão de grupo constituída neste período é o Dossiê ME 74-77, no qual os agentes investigadores analisam passo a passo da constituição do Movimento, elencando as diferenças entre correntes ideológicas, sem destacá-las, entretanto, do conjunto simbólico do ME como grupo. Pertencimento, identificação que gerava ação e responsabilidades dentro do movimento e perante a sociedade, como mostra o excerto de uma das Cartas Abertas da UNE, presente na pasta "Relatório do Movimento Estudantil": "A União Nacional dos Estudantes, fundada há 29 anos, tem um passado de lutas que, para nós, universitários, representa toda a responsabilidade histórica de nossa participação no meio universitário e na vida social"[61].

Nela, os estudantes reconhecem como grupo representado pela UNE, seu espaço na arena reivindicativa, e tomam para si a responsabilidade da luta, justificando a concepção de movimento político e participação política dos estudantes. Aqui, toda a discussão sobre a participação política dos estudantes ainda é válida.

> E, se esses senhores todos desejarem transformar suas palavras de que querem a participação dos estudantes da vida política do país em fatos, é preciso que reconheçam que os estudantes já participam e que esta participação é independente. Uma participação que não foi doada pelo governo e jamais o seria, contra os paus mandados de capitais estrangeiros e dos poderosos nacionais. Porque, se existirem divergências entre os donos do poder no Brasil, essas diferenças são pequenas , comparadas com o que lutam entre eles e o conjunto do povo brasileiro e os que (...) afirmam representar o povo brasileiro.
> (Panfleto UNE, Movimento Estudantil, Dops/SP,1977, p.2)[62]

Nota sobre o enfrentamento entre gerações. Aqui fica claro o sentimento de romper com questões culturais de dominação dos mais velhos: o movimento estudantil é político, mas a juventude tem um poder que não se assemelha, nem se junta, a nenhum outro, segundo o manifesto.

---

[61] Ver Anexo B
[62] Ver Anexo C

> Saiba o povo brasileiro que o movimento universitário não se deixará jungir a nenhum interesse escuso, nenhum interesse de grupos, nenhum interesse de outra nação que não o Brasil. E nós lutamos e continuaremos a lutar pelo que consideramos justo e contra o que julgamos errado. Pois bem, temos juventude bastante ara isso. Para ter a consciência livre, e da consciência passaremos a palavra, e se preciso for, da palavra passaremos à ação. (Panfleto UNE, Movimento Estudantil, Dops/SP,1977, p.2)

As lentes utilizadas nas leituras de 1968 tendem a compreendê-lo a partir dessa lente, como predominante em seu direcionamento. O que observo através de sua fala contida nos manifestos é que há uma multiplicidade de fatores, de lentes que possas ser utilizadas, O ME nesse momento de tensão é produto e espelho de uma sociedade portadora de tensões econômicas e sociais, perpassada pela violência de Estado e pela condição de dependência no cenário mundial.

Se a questão cultural é às vezes deixada de lado nas análises das construções e posicionamentos políticos ideológicos do ME, seus manifestos nos mostram que a luta também girava em torno da manutenção e da exposição de uma identidade própria, que apoiava outras lutas de classe, mas não se misturava a elas e nem carregava bandeiras de qualquer partido. Todo posicionamento político partir do movimento para ele mesmo, numa busca clara da construção identitária. Como mostra o parágrafo seguinte do texto.

> A frente universitária, integrada pelos estudantes de São Paulo, e não por grupos internacional (sic) de Havana, Pequim, França, ou por políticos oportunista (sic) cujos únicos interesses são impor as suas ambições pessoais, dirige-se ao povo de são Paulo nesse momento de extrema gravidade, para expor as razões da luta e do objetivo que constituem o movimento da resistência a ditadura, que hoje empolga toda a mocidade brasileira. (Relatório DOPS Sobre articulação para o 28º. Congresso da UNE, 1966)[63]

O apelo demonstra que não há associação com o operariado ou sindicatos ou trabalhadores, as linhas são muito superficiais. Na verdade, havia no ME uma intenção de politizar os trabalhadores. Essa seria uma das funções do ME como movimento político.

> A metralhadora não substitui o voto: e a história não e para a bala.Antes de nós morrermos o povo vencerá!

[63] Ver anexo B, Relatório DOPS Sobre articulação para o 28º. Congresso da UNE, 1966

> Trabalhador venha conosco lutar pela coisa mais perseguida neste país: A LIBERDADE!
> Trabalhador venha conosco lutar pela coisa mais odiada neste país: A OPRESSÃO DA DITADURA! (Relatório DOPS Sobre articulação para o 28º. Congresso da UNE, 1966)

Tal frase era "o que continha o panfleto Manifesto dos Estudantes de São Paulo apreendido no dia 28/9/1966, às duas horas da manhã, na Rua Capote Valente, por investigadores deste Plantão por determinação da Autoridade de Plantão, o qual foi fielmente copiado por mim" (Relatório DOPS Sobre articulação para o 28º. Congresso da UNE, 1966, Fundo DOPS, Arquivo Público do Estado de São Paulo)

Considera-se que as fichas são "compilações" de dados, recebidos por quatro fontes: investigações internas do Dops/São Paulo; informações repassadas de Dops de outros Estados; informações de delegacias locais (normalmente relativas a cidades do interior ou a partir de prisões feitas por policiais militares), informações da Justiça Militar. Ou seja, não representam os documentos produzidos no momento real das ocorrências, mas sim, a construção de um olhar constante, atento sobre as mobilizações estudantis, a partir do indivíduo, do agente. É exatamente a construção de um banco de dados em constante mutação e acréscimo de dados, análise e verificação, o ponto chave para este capítulo.

Observa-se que não há apenas a compilação de dados investigativos, ou de informações judiciais, mas a construção de *interpretação* sobre o movimento dos agentes estudantis, que pode retomar um evento, um processo ou uma prisão ocorrida anos antes ao transcrever uma nova ocorrência. Neste panorama, esta seleção de fichas mostra um movimento continuo mesmo da face interna do aparato repressor, que está atento às mobilizações estudantis, mas também aos movimentos internos aos grupos de resistência, aos choques ideológicos entre chapas que disputam DCEs e Das, até ao comportamento pessoal individual, como casar-se, ou haver mudança de residência de familiares. Os arquivos do Dops não estavam imóveis, mas revelam uma movimentação contínua de busca no passado de elementos que corroborassem a identificação "subversiva" ou ameaçadora da ordem nas análises correntes.

O olhar constante e ativo que se apreende *deste* conjunto de documento mostra outro dado importante: o fato de serem manipuladas mais ativamente a partir de 1973. Apesar de não haver mobilizações coesas entre entidades estudantis no país todo como havia em 1968, havia

claramente uma preocupação interna renovada com o Movimento Estudantil. No entanto, diferente do ataque direto e violento sobre os estudantes (não ignorando as prisões, torturas e desaparecimentos que haviam na década de 1970, mas que não são tratados aqui por não figurarem nos documentos em questão) como na década de 1960, o aparato investigativo dá um passo atrás, retoma suas próprias análises e reconstrói a imagem de seu inimigo da ordem, caracterizando-o como um grupo uniforme, como o grupo Movimento Estudantil.

Neste capítulo, a intenção foi apresentar os modelos de levantamento e as construções arquivisticas do Dops como formas de leitura internas ao aparato de repressão acerca das mobilizações estudantis. Nelas, o conceito de grupo emerge na medida em que a ação se despersonaliza no nível do indivíduo e se mostra como uma ameça uniforme e constante, mesmo que, de outro ponto de vista, houvessem leituras conflitantes quanto á atuação do ME. Salienta-se que o conceito descrito emerge a partir da perspectiva da repressão, e não dos militantes. Entretanto, parte-se da perspectiva de que tal construção simbólica redireciona a ação punitiva e/ou coercitiva elaborada pela repressão a um inimigo da ordem que se torna homogeneizado, o Movimento Estudantil, movimento identificado por meio da análise do foco dado na construção dos Dossiês investigativos.

Assim, ao invés de identificar atores e grupos que emergiram com ação, pautas e posicionamentos ideológicos disntintos ao longo do tempo que se seguiu a 1968, a produção investigativa do grupo mesclava a observação de ações do tempo presente com anotações anteriores. Desta forma, o arquivo não estava morto, mas era usado constantemente em novas elaborações, porém pautando-se sempre na visão inicial do ME que se formara em 1968, mais precisamente a partir do processo 15/68, num movimento que por sua vez é percebido e captado pelos agentes investigados, e utilizado também em sua construção simbólica dos laços que os mantém conectados ao grupo, no plano das lembranças e no plano dos usos intencionais dos quadros rememorativos que se estabelecem posteriormente, do estabelecimento democrático aos dias atuais.

A construção microssociológica dos laços simbólicos do indivíduo com o grupo passa também pela construção estrutural do grupo ME como inimigo uniforme da ordem estabelecida a ser protegida pelo Dops. Observa-se a construção de simbolismos nestas duas percepções: na identificação do grupo que ameacava o poder instituído exposta neste capítulo, mas também na leitura individual, pessoal, que o agente estudantil fazia ao se colocar, por meio da lembrança,

como elemento pertencente ao mesmo grupo. Desta forma, o próximo capítulo tratará da exposição de outra construção simbólica, porém desta vez focada no pertencimento e no processo de autoidentificação individual ao mesmo grupo político que a leitura da repressão estabeleceu.

Capítulo 4. Os atores: laços simbólicos entre Grupo e o Ator

Este capítulo apresenta a ligação dos atores do ME com o grupo por meio de seus relatos. Elencar os pontos principais do ano, após o ciclo dos 40 anos de 1968 parece não ser mais o foco desses atores como o fora até o ciclo dos 30 anos. A partir de agora, são os usos políticos desta memória, que ao mesmo tempo lhes pertence e pertence à memória coletiva, o que mais lhes interessa.

4.1 Os atores na interpretação de si: identificação e laços na construção da memória

> Então, é da própria lembrança em si mesma, é em tomo dela, que vemos brilhar de alguma forma sua significação histórica. (HALBWACHS, 1990, p. 63)

Este capítulo apresenta a interpretação de si de alguns dos atores do Movimento Estudantil. Enquanto nos dois capítulos anteriores observaram-se os aspectos macro construídos acerca do ME, discutindo a formação do conceito de memória do Movimento Estudantil presente nas leituras acadêmicas e a visão do grupo constituída pela análise da polícia política. Neste será visto como a percepção microssocial dos elementos que ligam a construção da memória e dos elementos simbólicos dos grupos se aproximam ou se afastam da autoidentificação do ator neste processo.

As emoções emergentes neste processo de reconstrução de seu grupo social específico e as possibilidades de relação com os universos anteriores (o grupo e a memória social construída) surgem como elementos analíticos para a construção particular da identidade como militante estudantil. Parte-se do princípio de que a identidade do indivíduo passa pelas relações entre o mundo interior a ele e o mundo exterior, a sociedade, no processo de rememoração. Desta forma, a cada forma de rememorar, essa construção da identidade individual pode ter nuances diferentes, porque passa pela interpretação individual de si como ator inserido num contexto passado (Kauffman, 1996).

Observadas a formação do conceito de memória a partir das leituras de 1968 no primeiro capítulo e da simbologia do grupo como ameaça à ordem constituída a partir dos arquivos da repressão no terceiro, chega-se ao ponto do trabalho no qual a subjetividade prevalece no jogo de estruturação da identidade desses atores.

O conceito que emerge sobre o Movimento Estudantil e as duas perspectivas anteriores

tendem a colocar num segundo plano a interpretação particular dos atores sobre sua militância ou ainda encaixá-la a partir de uma lente: seu posicionamento político, as entidades as quais pertenceu. O objetivo neste ponto do trabalho foi o de permitir que o ator se insira no processo de construção da memória a partir de suas próprias interpretações dos fatos. Mesmo porque as lentes escolhidas como ponto gravitacional em suas falas normalmente não aparecem quando a pesquisa é direcionada por uma lente determinada pelo pesquisador.

Podem-se traçar linhas de análise que identifiquem a origem de classe, o padrão do conceito de transitoriedade que pode ser aplicado a cada grupo do ME, as possibilidades de reflexão sobre um confronto geracional, ao repensar o período e reconstruir uma análise, é preciso deixar claro como as ligações dessas três esferas aparecem na interpretação pessoal dos atores. O jogo estrutura- estruturado aparece com maior clareza quando se deixa emergir as memórias a partir dos sentimentos e das escolhas individuais.

Num processo de reconstrução de trajetórias de vida a partir da fala do agente, há três fases, pautadas na metodologia de Daniel Berteaux (1988) a fase exploratória, na qual procura-se as informações iniciais do campo em que a ação do agente se inseriu e observar os elementos que se sobressaem para construir um mosaico de análise na fase seguinte (a construção da memória, no primeiro capítulo), a fase analítica, de exploração de cada um desses elementos do campo e suas ligações com a vida do agente (neste caso, a formação do conceito de "grupo" do ME pela repressão) e então a terceira fase, a de síntese teórica, aquela na qual podemos traçar algumas linhas de interpretação das ligações entre as memórias de ação do agente e os elementos do campo que formaram sua identidade, e neste caso, a ligação do militante estudantil com sua identidade de grupo.

A identidade, neste contexto, surge como "elemento contextual"[64] (Lalanda, 1998) do processo de troca entre agente e campo. Assim, podemos observar tanto a interpretação do tempo individual quanto à macro construções sócio-políticas nas quais seu grupo interagia (neste caso, a arena política na qual os estudantes ingressavam por meio da contestação, e nesse sentido, sofrendo a ação dos estudantes, bem como a configuração política da ditadura, que escapava ao controle do grupo e cujas ações provocavam reações que se refletiam na arena de atuação).

---

[64] Lalanda**,** Piedade. Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa Sociológica (1998)

No sentido do processo de construção da identidade por meio da memória (e do processo de rememoração) as análises de Kaufman (1996) e de Daniel Berteaux (1988) são igualmente significativas para este trabalho, uma vez que permitem a constante verificação da relação entre a reflexão teórica do processo metodológico e da realidade do agente. Kaufman privilegia e da ênfase à etapa de investigação para a análise de trajetórias, uma vez que "homens não são simples agentes, portadores de estruturas, mas são produtores activos do social, logo depositários de um saber importante que é preciso apreender do interior, por via do próprio sistema de valores dos indivíduos; trata-se, por isso, de uma fase de *intropatia"* (Lalanda apud J. C. Kaufmann, 1996, p.23). Desta forma, a partir desta intropatia, a abordagem sociológica da formação da identidade também compreende o entorno social, as estruturas que possibilitaram aquela conformação identitária (Kaufmann, 1996).

Assim, o arcabouço sociológico para a metodologia de colheita dos depoimentos neste texto fundamentou-se essencialmente na concepção da construção da identidade do indivíduo em Jean Claude Kaufmann (1996). Suas teorias dão conta de que a entrevista compreensiva, que privilegia o contato direto do depoente com o pesquisador, são enriquecidas quando o autor coloca notas sobre a realidade no campo, suas impressões ao chegar ao local, ao entrevistar. Posso usar isso com algumas reações de amizade e proximidade ou ao interpretar felicidade, intenção e reconhecimento por parte dos narradores. Isto, pois, "A narrativa de vida [...], contribui para a emergência de um "relevo" numa realidade, por vezes "aplanada" pelos números, difícil de obter pelas técnicas de quantificação" (Lalanda, 1998, p.871).

Em tese, nas rememorações, o discurso é orientado tendo o tempo como fio condutor, diferente do levantamento inicial feito pelo pesquisador, em que os eventos e simbologias podem se sobrepor à linearidade dos acontecimentos. Mas na construção das identidades, as simbologias dos eventos emergem fora do padrão linear. Elas vêm à tona de acordo com o peso e o significado que tiveram para o ator e, certas vezes, alguns acontecimentos posteriores emergem a fim de explicar eventos muito anteriores. Por exemplo, a dinâmica utilizada por Catarina Meloni (2010) e Cid Benjamin (2013) no segundo capítulo. Os depoimentos não são orais, mas ainda assim são memorialísticos e se se tratando não apenas de sua história de vida inserida em sua trajetória como militante estudantil, mas da interpretação particular desse momento em um quadro maior. Trata-se de uma reavaliação, cujas bases se constroem na tomada de decisão de levar a publico, pela narrativa literária, sua experiência pessoal.

Meloni (2010), por exemplo, vai alterando eventos relacionados à militância estudantil com memórias de sua infância, tendo como espelhos atitudes ou conselhos de sua família, especialmente sua mãe, que aprofundam o sentimento de dor pelas consequências das escolhas políticas feitas em sua juventude. As memórias de sua infância e juventude no interior emergem sempre que rememora um fato de sua militância que termina a levando à prisão, e tais memórias são sempre ligadas, neste texto específico, à forma como ela fora criada, uma mulher simples, humana, com sentimentos, aspirações, mas também fraquezas e vulnerabilidades.

Desta forma, ao recontar sua história, Meloni (2010) olha para a formação de sua identidade, no contexto de quem é no presente e olha para um passado que lhe dói, mas também na criança que fazia projeções de qual identidade deveria portar num futuro que não aconteceu. Cid Benjamim (2013) por sua vez, faz sua construção identitária através dos acontecimentos posteriores à sua militância: a parte de sua identidade associada ao Movimento Estudantil se fundamenta nas possibilidades de ações políticas que empreendeu depois, como participante da luta armada. Embora ambos tenham uma trajetória com elementos semelhantes: a militância estudantil, o engajamento político e a prisão em represália a este engajamento, eles reinterpretam o percurso de maneiro oposta: a primeira olha para a personalidade que construiu antes do ME enquanto o segundo para o que se tornou após.

Para ambos há o mesmo ponto de inflexão e mudança, mas enquanto para a presidente interina da UEE em 1968 este ponto nega quem foi num momento anterior, para Benjamim (2013) o mesmo ponto afirma a identidade construída após o mesmo. Além da possibilidade da negação/afirmação na construção dessas identidades, o processo de construção se dá em direções opostas tendo-se a militância como ponto fixo: a primeira retoma o passado da ação, e o segundo, os resultados dela. O direcionamento dessa construção pode estar associado às emoções que emergem no processo de evocação das lembranças. Neste contexto, é preciso depreender também as diferenças epistemológicas na forma do relato de cada agente. Assim,

> Como em qualquer técnica de trabalho, o instrumento de recolha de dados (quer se trate do questionário, quer de uma entrevista gravada) representa, ao mesmo tempo, um prolongamento da capacidade de entendimento do investigador na procura de sentido, constitui-se como uma barreira entre os dois universos em jogo — a realidade factual e a análise científica —, aliás agravada pelo próprio acto de inquirir — no caso do questionário, exigindo a compreensão de questões escritas, algumas de resposta condicionada, no caso da entrevista, marcada pela barreira de um gravador ou de um contexto nem sempre favorável à conversa, como acontece em entrevistas feitas e«gabinetes», mediadas pela presença de uma secretária, que intimida o entrevistado.” (LALANDA, 1998, p.73)

Observar uma história de vida é como observar um quadro total da vida de um indivíduo. Obviamente, ele elenca os pontos mais relevantes segundo sua interpretação na formação dos caminhos que levam à construção de sua identidade, e neste caso, de sua relação com o grupo. Trata-se de uma percepção global. A narrativa é o processo de se contar essa história, e o testemunho é o ato isolado de se relatar um evento, uma história, que pode estar descolada de toda a combinação de eventos que fazem uma história de vida.

Desta forma, são as narrativas, ou seja, a elaboração pessoal ao contar do testemunho que caracterizam os relatos a serem apresentados neste capítulo. Entende-se que a narrativa dos atores das massas do ME tentam a ser diferentes das elaboradas pelas lideranças, porque o espaço para a inserção e legitimação pelo "outro" dessas falas se torna menor para o ex-militante que não obteve notoriedade após 1968. Esta diferença está no anseio, no desejo pela exposição da própria experiência de vida. No próximo tópico, verá-se que a voluntariedade e o desejo de participação da história por meio da exposição das narrativas de sua história de vida nortearam a escolha dos depoimentos aqui apresentados.

4.2 Mosaicos da Memória Coletiva

Para a pesquisa de campo, existem algumas questões que nortearam as entrevistas com o grupo de indivíduos escolhidos (mas não são, necessariamente, as questões aplicadas a eles). O processo de legitimação da memória e da oralidade nas Ciências Sociais não é recente. No entanto, há ainda dificuldades em utilizar tais fontes em alguns projetos. Lembranças são ricas em detalhes, mas difíceis de normatizar. E perceber as emoções presentes nos relatos é algo ainda mais abstrato, mesmo que seja continuamente presente. Mas, considerando-se que a memória é um retrato de um momento social, ela é tão importante quanto os documentos escritos.

Neste sentido, o processo de evocação das memórias e o trabalho em exteriorizá-la pode ser um retrato não do momento que lembra, mas do quadro contemporâneo em que o trabalho mnemônico se realiza. Essa é a importância da memória e da oralidade em descrita em Maurice Halbwachs (1990). Ainda que a análise documental seja a principal fonte é também importante combiná-la com alguma expressão da memória dos atores, confirmando, refutando ou complementando os dados colhidos dos arquivos.

Como visto no primeiro capítulo, Halbwachs (1990) parte de uma análise das classes sociais para o estudo dos "quadros sociais de memória" associados ao grupo que observa. É precisamente isso que este estudo pretendeu realizar: partir de uma análise em que Foracchi (1972,1977) e Martins Filho (1986,1998), privilegiam o estudo da veiculação de classe do ME de 1968, que fora pertinente e muito bem estruturada, a uma análise acerca da construção da memória social daquele grupo de estudantes.

O ponto mais importante de sua teoria para este trabalho consiste na idéia de que não há como analisar os processos de evocação e localização das lembranças de um grupo ou indivíduo sem antes ter como ponto de partida os quadros sociais que são pontos de referência em sua construção, tomando como partida o conceito durkheiminiana de que "sistemas de classificações sociais e mentais tomam sempre por fundamento meios sociais efervescentes" (Halbwachs, 1990, p.10)

O período na Escola Francesa de sociologia é todo marcado pelas interpretações e pelas denominações que se faziam acerca da consciência, das lembranças e das memórias individuais e coletivas. Mas é Halbwachs (1990) quem define e evoca o depoimento como ponto chave, identificando-o como algo sem sentido quando desvencilhado do grupo ao qual o indivíduo faz – ou fez – parte. As relações entre memória e sociedade – e não o efeito dos acontecimentos sociais sobre a memória – se torna foco de seu pensamento:

> [...] a memória individual existe, mas ela está enraizada dentro dos quadros diversos que a simultaneidade ou a contingência reaproxima momentaneamente. A rememoração pessoal situa-se na encruzilhada das malhas de solidariedade múltiplas dentro das quais estamos engajados. Nada escapa à trama sincrônica da existência social atual, e é da combinação destes diversos elementos que pode emergir esta forma que chamamos de lembrança, porque a traduzimos em uma linguagem. Assim, a consciência jamais será fechada sobre si mesma, ou solitária. (Halbwachs, 1990, p. 14)

O trabalho de Maurice Halbwachs (1990) ajuda os pesquisadores a situar a memória no processo de eventos individuais que produzem a relação de cada ator com outros indivíduos, com outros grupos, com a sociedade. Ao entrecruzar lembranças de diferentes indivíduos, o resultado seria uma mostra mais próxima do real tempo e espaço que está em pauta: movimentos contestatórios, partidos políticos, comunidades religiosas, possuem dimensões temporais, históricas, que se explicam e se acentuam quando diferentes atores, observadores ou participantes constituem um quadro a partir da memória e das lembranças particulares (Halbwachs, 1990).

Assim, seria inútil tentar reconstruir uma imagem tal como se viveu, exatamente. Os acontecimentos históricos e sociais se entremeiam, e não se pode dissociá-los, mas é impossível, de acordo com sociólogo supracitado que uma única pessoa possa compreender todos os dados que formam um quadro. Por isso, a proposta aqui é de que essa perspectiva possa ser aplicada na identificação da construção simbólica dos laços que unem o grupo no quadro contemporâneo. Por outro lado, é possível encontrar pessoas que conheceram o mesmo grupo, que viveram a mesma experiência, esclarecendo um ao outro, partes obscuras, compondo um quadro muito mais detalhado e mais próximo do real:

> [..] é inútil, se eu quiser ordenar e precisar todas aquelas minhas lembranças que poderiam me restituir à imagem e a pessoa de meu pai tal como o conheci, que eu passe em revista os acontecimentos da história contemporânea durante o período em que ele viveu. Entretanto, se eu encontrar alguém que o tenha conhecido e que fale sobre ele os detalhes e circunstâncias que eu ignorasse, se minha mãe ampliasse e completasse o quadro de sua vida [..] desta vez [...] eu teria a impressão de voltar dentro do passado e aumentar toda uma categoria de minhas lembranças?[...] a lembrança de meu pai em conjunto se transforma e me parece mais adequada à realidade. (HALBWACHS, 1990, p.73)

De forma que os grupos dos quais ser faz parte não são os mesmos ao longo do tempo. Há agentes transformadores em meio às trajetórias individuais que distinguem a vida de cada um. Porém, tais agentes transformadores que dão espaço para a negação ou afirmação da identidade do grupo Movimento Estudantil não são suficientes para afastar os indivíduos da identificação simbólica com o mesmo. Mas, é a partir do ponto de vista daqueles que partilharam um momento importante na existência, que se considera o próprio passado, de forma que “é impossível que duas pessoas que viram o mesmo fato, quando o narram algum tempo depois, o reproduzam com traços idênticos” (Halbwachs 1990, p.74-75). No entanto, não é a história quem propicia a construção do quadro da memória, pelo contrário, a memória histórica é construída a partir das vivências particulares:

> Se, por memória histórica, entendemos a seqüência dos acontecimentos dos quais a história nacional conserva a lembrança, não é ela, não são seus quadros que representam o essencial daquilo que chamamos memória coletiva. [...] Mas, entre o indivíduo e a nação, há muitos outros grupos, mais restritos do que esse que, também eles, têm sua memória, e cujas transformações atuam muito mais diretamente sobre a vida e o pensamento de seus membros. Que um advogado guarde a lembrança das causas que defendeu, um médico, dos doentes que cuidou; que um ou outro se lembre dos homens de sua profissão com os quais manteve relação, não avançam eles muito a frente quando fixam sua atenção sobre todas essas figuras, sobre os detalhes de sua vida pessoal, e não

> evocam eles também pensamentos e preocupações que estão ligados ao seu eu de antigamente, aos destinos de sua família, às suas relações de amizade, isto é, a tudo aquilo que constitui sua história?(HALBWACHS, 1990, p.79)

Memória coletiva e memória histórica seriam expressões de conteúdo diversas, até mesmo opostas, já que a história é provavelmente aquilo que se aprende que se ouve, e não aquilo que se vivencia. Adequando ao nosso objeto de estudo, a memória sobre o Movimento Estudantil, por exemplo, não pode ser apreendida somente por meio dos arquivos, dos livros, das fotos e das músicas daquele período. Trata-se de um levante político de relevância naquele contexto político, mas também agente transformador das vidas dos atores que se faziam presentes ali.

É a história contatada de um momento passado, que emerge no trabalho de reinterpretação das memórias. Mas porque essa reinterpretação? Quais os objetivos de trazer à tona? Um dos motivos que se pode mencionar é aquele para o qual todo o trabalho das comissões de justiça de transição tardia se voltou: a reparação, a reconciliação e a verdade, principalmente num país onde não houve punição para os agentes do poder militar que cometeram crimes contra os civis em levante. Mas, além deste processo, a transposição de um quadro passado para ser trabalho no momento contemporâneo reforça os laços ainda existentes com o grupo, e a presença do mesmo não mais na história, no passado, mas no agora.

> A história que quiser tratar dos detalhes dos fatos, torna-se erudita [...] A memória coletiva se distingue da história pelo menos sob dois aspectos. É uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo. (HALBWACHS, 1990 p.84)

Esta é a importância de se retomar momentos passados que foram tão importantes, ainda que a relação entre passado e presente sempre venha com certas dificuldades:

> Certamente, um dos objetivos da história pode ser, exatamente, lançar uma ponte entre o passado e o presente, e restabelecer essa continuidade interrompida. Porém, como recriar correntes de pensamento coletivo que tomam impulso no passado, quando só podemos tratar do presente?(HALBWACHS, 1990, p. 80)

Respondendo ao questionamento do autor, na verdade, não há como. O objetivo de uma análise histórica, ainda que queira reconstruir um quadro social determinado, uma interação

específica, um grupo específico, procura compreender aquele momento, e talvez através dessa compreensão, os momentos seguintes que culminaram nos quadros presentes. A estrutura social, os quadros políticos, ainda que após processos abruptos ou de rupturas, como guerras e revoluções, não aparecem espontaneamente, sem origem sem dados. Ainda que, num determinado momento, fique-se sem testamento, sem bases para projeções do futuro[65] como prenunciou Arendt (2008), jamais está sem a possibilidade de olhar para trás, observar o passado e compreender quais estruturas ele deixou para o presente.

Há muitas e diferentes memórias coletivas. E essa é a maior diferença entre estas e a História oficial, que é apenas uma. Ainda que diferente entre nações, e mesmo entre individuas, a História forma quadros que podem ser comparáveis. Mas a multiplicidade das memórias coletivas é tal que se modifica a cada vez que colocamos num primeiro plano um dos grupos que determinados indivíduos pertenceram num quadro. A escola, o emprego, a família, o partido, oferecem quadros e visões únicas de uma mesma trajetória. A professora, amigos de infância, amigos adultos, companheiros de trabalho, fornecem cada um uma memória específica do mesmo quadro, porque é moldado pela própria trajetória, pelas esferas sociais nas quais estiveram inseridas e ajudaram a formar uma determinada forma de compreender um fato.

> Consideremos agora o conteúdo destas memórias coletivas múltiplas. Não diremos que de forma diferente da história, ou, se o quisermos, da memória histórica, a memória coletiva retém somente analogias. Para que se possa falar de memória, é necessário que parte do período sobre o qual ela se estende sejam diferenciadas segundo um critério. Cada um desses grupos tem uma histórica. Neles distinguimos imagens e acontecimentos [...] O grupo, no momento em que considera seu passado, sente acertadamente que permaneceu o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo [...] Não há um tempo universal e único, mas a sociedade se decompõe em uma multiplicidade de grupo, nos quis cada um tem sua duração própria. O que distingue esses tempos coletivos, não é o fato de que uns se escoem mais depressa do que outros. Não podemos mesmo dizer que estes tempos se escoam, já que cada consciência coletiva pode lembrar-se, e que a substancia do tempo parece ser realmente uma condição da memória. Os acontecimentos se sucedem no tempo, mas o tempo em si mesmo é um quadro imóvel. Somente os tempos são mais ou menos amplos, eles permitem à memória retroceder mais ou menos longe, dentro daquilo que convém chamar de passado.” (HALBWACHS, 1990, p.88)

[65] ARENDT, Hannah. Homens em tempos sombrios. Companhia de Bolso, São Paulo, 2008

A exposição do pensamento de Halbwachs (1990) procurou justificar a importância de se recorrer à memória de alguns dos atores, ao menos, na definição da influência que os inquéritos policiais decorrentes da presença em Ibiúna possam ter acarretado em suas vidas, e especificamente em suas trajetórias profissionais. Compreendendo que a delegação paulista pode ser identificada com seus 199 integrantes, é, no entanto difícil traçar uma análise de trajetória de toda ela. Portanto, a análise das memórias será restrita a um grupo de amostra elencado no decorrer da pesquisa. Mas, é possível identificar, a partir do olhar institucional vindo dos arquivos do DOPS, alguns dos caminhos percorridos pelos integrantes do Movimento Estuda após Ibiúna.

4.2.1 Depoimentos: Ponto de partida na reconstrução identitária – Primeiro Grupo de análise

Umas das idéias defendidas neste trabalho é que, a partir do elemento disparador dos quadros mnemônicos, que pode ser diferente dependo do quadro social e político no qual o depoimento acontece, o foco das lembranças pode ser direcionado de forma específica. A cada ciclo comemorativo, as lembranças se reconstruíam no sentido a dialogar com o tema discutido naquele período específico. Por isso, tem-ser como tópico de discussão a reconstrução da UNE no início da década de 1970 e ao final a anistia; a campanha pelas eleições diretas na década de 1980, e com isso a associação do ME ao modelo de participação política estudantil; a negação do processo rememorativo na década de 1990[66], e finalmente, a revalorização dessas memórias a partir do ciclo comemorativo de 2008. Neste tópico, veremos que o elemento disparador do processo mnemônico pode alterar o sentido dado à construção dos quadros de memória, ao analisar alguns depoimentos anteriores às atividades das Comissões da Verdade, em especial a CNV.

Após este último ciclo em que a idéia de “celebração” esteve associada è emergência das memórias do Movimento Estudantil, houve uma mudança no interesse de preservação dessas histórias, das lideranças para os estudantes da base do movimento. Quando

66 Ver Cardoso, Irene. 1999.

emerge a chamada “terceira fase” (Meyer, 2012) do processo de Justiça de Transição Tardia, a partir de 2010, é o próprio ato da reconstrução que dá o significado de legitimação para os atores que se posicionam como depoentes. Neste sentido, suas histórias de vida são associadas à parte da história do país que precisaria, no contexto de JTT, ser preservada, justificada e difundida.

Para montar um quadro de análise comparativa, este tópico conta com os depoimentos de cinco atores do Movimento Estudantil, também com fichas no Dops referente ao Inquérito Policial 15/68. Nestes levantamentos, eram as memórias sobre o ME o foco das falas – e também das questões da pesquisa. Ou seja, percebe-se uma alteração do sentido desta construção, tanto para o indivíduo, quanto para as idéias que emergiam para as pesquisas sobre o período: a idéia era identificar como trajetórias individuais incidiam sobre o ME; após os processos de JTT, são os impactos do movimento sobre as vidas individuais o foco das falas.

Os depoentes para este quadro tiveram os IPs (15/68) analisados a partir da estrutura de modelo prosopográfico, definida no capítulo 3 deste trabalho. Os selecionados[67] que contribuíram com depoimentos[68] foram:

- Luiz Carlos de Freitas, nascido em Pirassununga em 1947, era estudante da Pontifícia Universidade Católica, em Campinas. É professor universitário, reside na mesma cidade na qual se formou.
- Rubens Pereira dos Santos, nascido em Quatá - SP, em 1941, era estudante da FFLCH – USP, em São Paulo. É professor universitário em Assis-SP.
- José Roberto Rogero. Nascido em Ribeirão Preto - São Paulo, era estudante da FFLCH-USP. É hoje aposentado, reside em Ribeirão Preto.
- José Murari Bovo, nascido em Jaboticabal – SP, em 1945, era estudante da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara . É professor universitário, residente em Araraquara – SP.

---

[67] Aqui, os depoimentos concedidos para os trabalhos de pesquisa na dissertação de mestrado da autora serão re-analisados, já que compreendem um momento no espaço-tempo distante da presença do processo de Justiça de Transição Tardia. Essa utilização poderá ser bastante benéfica para a construção de uma análise comparativa entre os dois momentos.

[68] Depoimentos concedido à autora a partir de 2010, que compuseram os trabalhos na dissertação de mestrado em Ciência Política, pelo Programa de Pós Graduação em Ciência Política da UFSCar. Ver: Augustinho, Aline Michele Nascimento Revisitando o Movimento Estudantil de 1968: a trajetória dos estudantes do interior paulist. Dissertação de Mestrado, PPGPol- UFSCar. São Carlos, 2010.

- Devancyr Aparecido, nascido em São Paulo, era estudante da Faculdade De Ciências Médicas e Biológicas - UNESP Botucatu-SP. Reside em São Paulo.
- Helena Sumiko Hirata. Nascida em 1946 em Korume, no Japão, foi naturalizada brasileira no consulado em Tóquio. Era estudante da FFLCH – USP.

O roteiro para a coleta de depoimento, estruturado, se pautou nas seguintes questões preliminares (com a possibilidade de perguntas e respostas não dissertativas, assinalando as possibilidades sim e não), divido em 5 grupos de questões[69]:

Questionário
Parte 1 - Levantamento Sociográfico
1. Data de nascimento: __/__/____ (dd/mm/aaaa) 2. Cidade onde mora:_____ 3. Naturalidade:_____ (Cidade/Estado) 4. Nacionalidade:_____. 5. Em qual universidade estudava em 1968? (Entidade/Cidade) 6. Profissão atual:_____. 7. Quantos trabalhos/profissões exerceu desde a participação no ME em 1968? (_)1 (_) 2 (_)3 (_) 4 (_)5 (_)6 (_) 7 ou mais 8. Acredita que, de alguma forma, a participação nos eventos estudantis de 1968 direcionou, determinou ou influenciou sua trajetória profissional? (_) Sim (_) Não (_) Em certos momentos (_) Outro
Parte 2 – A configuração do Movimento Estudantil
9. O ano de 2008 esteve repleto de comemorações, simpósios, eventos de muitos tipos que relembravam os acontecimentos de 1968. Para você, esses ciclos comemorativos são:

[69] Questionário baseado no aplicado nos trabalhos na dissertação de mestrado em Ciência Política, pelo Programa de Pós Graduação em Ciência Política da UFSCar. Ver: Augustinho, Aline Michele Nascimento Revisitando o Movimento Estudantil de 1968: a trajetória dos estudantes do interior paulist. Dissertação de Mestrado, PPGPol-UFSCar. São Carlos, 2010.

a) Positivos.Por quê?

b) Negativos.Por quê?

10. Em relação à mobilização estudantil frente à conjuntura política de 1968, você a considerava **naquele** momento (assinale quantas alternativas forem necessárias):

(_) Um movimento Político

(_) Um movimento Contestatório

(_) Um movimento Social

(_) Um movimento Revolucionário

(_) Um movimento de Juventudes

(_) Outro _____

11. Passados 40 anos, mantêm a mesma visão sobre a participação estudantil?

(_) Sim (_) Não.

10.a) Se "Não", como poderia defini-la?

Parte 3 - A Temática da Violência

12. Um dos pontos mais tocados por acadêmicos nos recentes eventos comemorativos sobre 1968, foi o tema "violência". Como ator do ME, como você enxerga a questão da violência nas relações entre o Regime Militar e o Movimento Estudantil?
13. Em meio a um cenário pautado por um Regime Militar, quatro momentos alteraram a dinâmica de relacionamento entre Estado e Movimento Estudantil : a morte de Edson Luís (28/03/1968) que marca a passagem da articulação reivindicativa e contestatória do ME para o enfrentamento; a "*sexta-feira sangrenta"* e a passeata dos cem mil, em junho de 1968; a guerra da Maria Antônia, em 02/10/1968; e o 30º Congresso da UNE, que começa em 11 de outubro de 1968. A partir desses eventos, e a violência emerge tanto como expressão, de um lado, como repressão, punição e cerceamento, de outro. Qual foi seu posicionamento frente a essa alteração, à incorporação da violência como *diálogo* entre estudantes e Estado Autoritário?
14. É correto afirmar que, a partir dos eventos citados acima, o ME de 1968 muda sua forma, de um movimento contestatório para um movimento de confronto? Se sim, em sua análise, o confronto buscava uma ruptura com o Regime Militar para uma construção democrática, ou com o Estado, para construção de um novo modelo via Revolução?

Parte 4 - As heranças do Movimento Estudantil de 1968

15. O envolvimento com as atividades estudantis de 1968 influenciou, de alguma forma, sua trajetória de vida?

(_) Sim (_) Não (_) Outro

15. a) E quanto à sua trajetória profissional?

(_) Sim (_) Não (_) Outro

16. Qual era sua articulação no 30º Congresso da UNE? De que lado estava na disputa para a presidência da entidade?
17. Fica na mídia, e na memória, os eventos que se passaram com os lideres, mas, e a massa estudantil, como encarava o próprio movimento?
18. Guardadas as proporções das diferenças no cenário político, quais as heranças que 1968 deixa aos militantes do ME daquele período?
19. Você acredita que a participação política pode acontecer de alguma outra maneira além da institucionalizada, hoje?

(_) Sim (_) Não (_) Outro

20. Alguns acadêmicos e também ex-militantes, atores do ME-1968, questionam o legado desse movimento à sociedade, aos jovens, o quanto ele é ou poderia ser presente nas discussões políticas contemporâneas. Mas como os que estiveram lá estruturaram seu próprio universo ao longo desses 40 anos?
21. Em seu ponto de vista, porque 1968 têm sido caracterizado como um ano tão emblemático, a ponto de ser "rememorado" e comemorado quarenta anos depois, por atores que vão desde as emissoras de televisão até os congressos e encontros científicos?
22. Guardadas as devidas proporções entre o ambiente político instável de 1968 e a democracia contemporânea, e analisando sua participação no XXX Congresso da UNE como uma atividade política pró-ativa, como você definiria sua trajetória profissional frente o seu posicionamento político naquele período?
23. O ME podia ser visto enquanto uma forma de inserção e atuação política por uma via não institucional, mas sim pela contestação e pela reivindicação? Como você compreendia a atuação política dos estudantes naquele momento, e como compreende essa atuação hoje, olhando para trás?

Parte 5 – Movimento Estudantil e Política Institucional

24. Os estudantes de 1968 eram vistos como o futuro político do Brasil. Esse futuro chegou, e de fato, muitos dos líderes daquele ano tornaram-se parte integrante do cenário político contemporâneo. Qual sua opinião sobre a atuação política desses ex-líderes hoje?

25. E como você se definiria nesse cenário hoje? Ainda se vê inserido no contexto político (seja pela herança histórica de sua participação em 1968, seja por novas articulações através da carreira que empreendeu ao deixar de ser estudante)?

25.a) De uma maneira geral, acredita que ainda se pode encontrar correspondência entre o ideário estudantil e a práxis política dos que chegaram ao poder?

(_) Sim (_) Não (_) Outro

b) E quanto aos que estabeleceram carreiras não políticas?

(_) Sim (_) Não (_) Outro

26. Quarenta anos depois do Congresso em Ibiúna, ainda se vê jovens que voltam os olhos a esse período em pesquisas, documentários, publicações, mostras artísticas, etc. Como você compreende essa nostalgia, a "saudade do não vivido" que 1968 deixou em pessoas que não estavam lá, mesmo com toda a violência do regime Militar?

Quadro 7 – Questionário Grupo 1/ Ficha questionário. Augustinho, 2010

Obedecendo as divisões do questionário, a intenção para este grupo foi verificar como se construía a memória da atuação pessoal no movimento fora do contexto de um ciclo de decênio, após 2008 (40 anos de 1968) e antes de 2014 (50 anos do Golpe). Estes questionários foram aplicados até 2012, segundo ano da pesquisa. Após, um novo evento se estabeleceu, como discutido acima, a implementação da terceira fase do processo de JTT. Por isso, este questionário revela alguns dados sobre os elementos e as formas de construção e exposição das memórias e da interpretação de si pelos atores, fora do contexto de ciclos.

A partir da aplicação deste questionário, pode-se observar alguns pontos gerais na construção dos depoimentos acerca da memória do Movimento Estudantil, e da memória sobre a participação individual no ME. Veremos, a seguir, que essas construções podem se alterar, dependendo do contexto sócio-histórico no qual se insere o elemento disparador. A partir da análise das respostas deste grupo, observou algumas linhas homogêneas e algumas discrepâncias.

Entre as linhas homogêneas, destacam-se três eventos:

1. A docência como profissão

2. A interpretação da escolha da carreira profissional como um resultado de sua militância estudantil

3. O posicionamento de coesão com a Une, mesmo quando filiado a partidos ou grupos políticos, ou quando se optou por não fazer parte de nenhum grupo político/ideológico

Entre os 6 depoentes, como linha divergente, destaca-se a reconstrução da imagem de outros atores, como nas leituras feitas sobre a autuação políticas das antigas lideranças estudantis. Assim, os depoimentos seguiram o padrão estipulado para a pesquisa, com descrições sociográficas pessoais, como a determinação da idade, naturalidade, universidade e curso de graduação de origem, profissão em exercício. Neste caso, os depoimentos não serão transcritos, mas serão analisadas as similaridades, elementos de homogeneidade ou discrepância entre os elementos disparadores das construções de quadros de lembrança das respostas deste grupo, para o momento específico em que se deu a aplicação dos questionários.

Para os atores que figuram neste grupo de pesquisa, destacam-se as seguintes linhas homogêneas:

a) Desenvolveram como carreira profissional a docência, com poucas variações no início da trajetória profissional.

b) sentimento de que a participação no ME direcionou sua trajetória profissional.

Neste segundo elemento, há ainda a associação variável de que a presença de seu nome no IP 15/68 tenham determinado problemas e/ou dificuldades em sua atuação profissional.

E este é o ponto a ser observado. Se há alguns anos as carreiras e trajetórias profissionais formavam o mosaico dos quadros de lembrança, no sentido de legitimar sua militância estudantil, ele passa, nos últimos anos, a abrir espaço para percepções mais pessoais desta relação, colocando-se subjetivamente, a partir de seus sentimentos sobre a própria vida. Os ciclos comemorativos, pontos de evocação que neste grupo também compõe os quadros de memória, são lidos como elementos positivos, que proporcionam o reencontro com antigos colegas, difundem a luta e resistência estudantil. A questão do “balanço” das ações estudantis também emerge nas falas como objetivo dos encontros. Seria, novamente, uma tentativa de legitimação, em grupo, das ações da militância?

Era um movimento formado pela juventude, de caráter estudantil mas com objetivos políticos, e em certos pontos, também revolucionários. Neste sentido, há um ponto onde este grupo se diferencia do grupo estudado no tópico a seguir, já que o termo *revolução* associado

à ação, a memória ou à construção ideológica que se tinha do movimento aparece sempre nas falas, de forma natural, como um elemento característico da composição de lembranças. Mas nos relatos mais recentes, associados à JTT como elemento disparador, não.

A relação intrínseca entre a ação estudantil e a UNE se mostra também nos relatos, um dado que se assemelha às produções observadas nos arquivos do Dops. Em muitos deles, chegam a se confundir. O que se pode observar, entretanto, é que embora não houvesse homogeneidade quanto ao posicionamento político dos estudantes, a representatividade da UNE era inquestionável, e há firmeza e clareza no apoio a entidade nas falas dos atores.

Um dos pontos recorrentes é a "forma" do movimento, ou seja, a maneira de atuação do grupo. Neste sentido, a palavra "revolução" e suas derivações, como revolucionário, aparecem com certa constância nos depoimentos, associadas à natureza do movimento, em algumas vezes atribuída à natureza política, em outras na definição do comportamento político daquela geração. Nos depoimentos também se observa uma leitura constante do grupo, do coletivo, mesmo quando a questão diz respeito a algum aspecto individual.

Este dado revela o laço de identidade e construção do pertencimento ao grupo mesmo quando a direção da construção da narrativa se daria em relação ao indivíduo. Associados ao termo revolução, estão também os termos *socialismo, justiça* e *luta pela liberdade*. Não é possível afirmar, por esta amostra, que o ME se configurava como um movimento socialista, porém, o conceito que estava presente nas ações passadas é transposto para o presente na construção dos quadros de lembranças mesmo quando não fazia parte do posicionamento ideológico pessoal de um depoente. A idéia associada ao conceito de luta pela liberdade aparece principalmente nas respostas às partes 4 e 5 do questionário, revelando a possível interpretação dada à ação passada e às conquistas políticas dos atores do movimento.

Há um sentido de crença em um legado de luta pela liberdade, na contribuição para o estabelecimento democrático e no sentido de "marca" de uma geração. Há também a idéia de "permanência", embora não de imutabilidade, em toda a geração que permaneceu na luta ao delinear as trajetórias profissionais. Mais uma vez, observa-se a construção do laço, do sentimento de pertencimento ao grupo. Ao definir que suas trajetórias profissionais em muito se deve à luta política estudantil, os atores constroem para si um traço de identidade que o liga permanentemente ao grupo, no quadro passado, e ao mesmo tempo, nos contextos presentes.

No entanto, além do elemento disparador do processo mnemônico, que é externo, nestas situações, o dado que se mostra homogêneo por toda a trajetória dos quase 50 anos de reconstrução dos quadros de lembrança é o sentido de legitimação da trajetória de vida associada à militância estudantil. Como amostra, disponibiliza-se o depoimento da professora de Sociologia Helena Hirata[70], cujo desenvolvimento da carreira profissional foi, segundo sua interpretação, determinado pelo IP 15/68. O depoimento também pode ser interpretado a partir dos cinco pontos de inflexão dispostos no questionário acima descrito:

A Composição Sociográfica (Origens familiares) revela, além da naturalidade, nacionalidade, na fala da depoente, as origens de seu posicionamento político estudantil, a partir da formação política familiar:

> "Eu nasci na cidade de Korume, no Japão, [...] mas eu tenho a nacionalidade brasileira, fui registrada no consulado brasileiro em Tóquio. Minha mãe é japonesa, ela nunca trabalhou fora, a não ser quando era solteira, trabalhava como radialista na Rádio Difusão Japonesa, que é uma rádio pública. E meu pai era brasileiro de nacionalidade, nissei segunda geração, o pai era um japonês vindo pro Brasil. [...] era advogado, foi o primeiro, a primeira turma de filhos de japonês imigrantes que se formou pela Largo de São Francisco, pela Universidade de Direito da USP e depois ele foi político, foi duas vezes deputado estadual por São Paulo e quatro vezes deputado estadual também por São Paulo [...] ele era de direita, ele era da UDN e depois da ARENA."
>
> Havia bastante conflito né? Porque nos éramos de orientações políticas bastante diferentes. Então quer dizer, havia assim uma possibilidade de acordos políticos [...] convivemos de maneira relativamente pacifica. Nós fazíamos reuniões então às vezes tinham umas reuniões, que o meu pai falava que os jornais diziam que isso aqui era um aparelho, e ele dizia pra minha mãe: se sua filha continuar com essas reuniões eu vou chamar a policia. E a minha mãe vinha pra mim e dizia pra mim que se agente continuasse a fazer as reuniões ele iria chamar a policia, e agente parava de fazer a reunião
>
> [...]a gente não chegava muito a discutir política em casa não,mais eu via sempre os amigos do meu pai,o Abreu Sodré,Herbert Levy, o Celso Amaral,todos os deputados governadores da UDN e da ARENA que freqüentavam o meu pai.

Impactos da militância. De acordo com sua perspectiva, sua trajetória profissional se desenvolveu inteiramente após o desvio nela causado pela presença de seu nome no IP 15/68. Sem ela, a carreira seria estabelecida numa universidade brasileira, a Universidade de São Paulo.

---

[70] Depoimento concedido à autora a partir de 2010, para os trabalhos na dissertação de mestrado em Ciência Política, pelo Programa de Pós Graduação em Ciência Política da UFSCar. Ver: Augustinho, Aline Michele Nascimento Revisitando o Movimento Estudantil de 1968: a trajetória dos estudantes do interior paulist. Dissertação de Mestrado, PPGPol- UFSCar. São Carlos, 2010.

“[...] eu perdi o meu emprego que tava [sic] praticamente certo lá no departamento de Filosofia né...Porque eu participei de Ibiúna e quando se tem um processo político, a USP não contrata [...] Então realmente, toda minha carreira profissional foi totalmente afetada pelo fato do movimento de 68 eu teria ficado aqui e teria ficado na Filosofia e hoje eu não teria tido as experiências que eu tive [...]”

[Em 1971] “eu estava foragida quando fui condenada à revelia a 4 anos e meio de prisão, e quando a gente é condenada a revelia [...] é o dobro da pena [..] seriam 9 anos e 9 anos depois de 71 veio a Anistia,então pude voltar.
[...] Depois eu sai do Brasil, em inicio de 70 passei pelo Chile,e no Chile fiquei até conseguir o documento de viagem pra ir a Paris e em Paris eu tinha uma bolsa do governo Francês, que eu tinha primeiro recusado porque eu não ia mais, daí depois quando eu tive que ir mesmo daí eles me deram a bolsa. [...] tive dois anos de bolsa e quando terminou [...] eu trabalhei como vendedora numa loja de artigos de comida de luxo, que era no aeroporto de Paris [...] todo o fim de semana, todo feriado, janeiro, dezembro, todo os sábados e domingos, mas era meio período e era um aeroporto que tinha acabado de ser inaugurado.

Em 1976, eles estavam procurando uma vendedora que falasse português, japonês, inglês e tal, francês, e então era meu caso, então eu fui contratada nesse trabalho [...] disso eu fui datilografa do CNPS Centro Nacional de Pesquisa Cientifica, foi quando houve um concurso pra iniciar como pesquisadora no CNPS, apesar de já ter um perfil mais de pesquisadora, porque eu já tinha um doutorado La na França em Sociologia. [...] fui contratada e depois pude ficar lá como pesquisadora. Eu acho que também (dois trabalhos fora o acadêmico datilografia e transcrição de fitas e vendedora).
Eu sou diretora de pesquisa em Sociologia do CNPS, pela França.

> Olha, eu acho que depois que me formei, eu acho que um pouquinho antes de me formar, eu era professora de vestibular, do cursinho de vestibular, chamava Equipe na época, que depois transformou num curso secundário e depois que eu me formei eu comecei a dar aula na Filosofia como monitora do Departamento de Filosofia. Dei um ano de aula esperando ser contratada, mas não pude porque eu tinha o processo [15/68] de Ibiúna, e não cheguei a ser contratada. Fiquei esperando sair o contrato, mas no fim do ano eu vi que não ia sair, então eu deixei de dar aula.

A estrutura do ME. A construção dos quadros de memória sobre *a estrutura do Movimento Estudantil*, para esta depoente, se dá também em relação ao modelo de política universitária que vivenciou durante a militância:

> **[Sobre o FFCH-USP] “**isso era o Departamento de Filosofia da Faculdade de Ciências e Letras da USP e na época nós, tínhamos as paritárias do movimento pela universidade critica e tinha tanto do departamento quanto da faculdade de filosofia que era o poder paritário tanto de decisão etc, da política universitária,e eu era vice diretora da paritária de filosofia,do departamento de filosofia como representantes dos alunos quando o diretor de departamento era o Bento Prado Junior, que já é falecido já.

Sobre os ciclos comemorativos

> **Acho** que é bem interessante, esse tipo de comemorações porque é o momento de rebater o passado, que é uma coisa importante, eu acho que os acontecimentos de 68 foram muito importantes em todo o mundo, houve uma mobilização, movimentos sociais bastante importantes, que embarcaram mesmo a sociedade, um avanço a nível político a nível filosófico. Acho que foi bastante positivo [...] e relembrar as pessoas que não participaram naquela época, acho que é uma coisa importante inclusive,[..] da repressão, das torturas, dos assassinatos [...] inclusive pra que isso não aconteça mais.

Sobre a natureza política do Movimento Estudantil

> **Na** época não se achava que era um movimento político. [...] nós éramos realmente estudantes. [...] Em 1968 foi uma **reação** política.

> Não, não cheguei a participar do movimento secundarista, eu cheguei a participar bastante tarde da política estudantil e foi por isso que eu consegui terminar os meus estudos e pude continuar a trabalhar em pesquisa na França porque eu já estava formada quando eu comecei a minha participação no movimento estudantil. Então as pessoas que começaram a participar do movimento estudantil e político no começo da universidade tiveram muitas dificuldades depois, [...] ao continuar o curso, tiveram muita dificuldade de todas as ordens. Eu comecei já a participar do movimento estudantil no fim do meu curso de Filosofia, já tava no meu quarto ano de Filosofia, então não tive muito problema porque já tava praticamente concluindo o curso quando comecei a ter atividades estudantis.

A transcrição de parte do depoimento da professora Helena Hirata mostra como, neste período anterior ao processo de JTT, a construção dos quadros de memória sobre a atuação no ME gravita em torno de dois pólos principais: a construção da trajetória profissional e a composição das influências políticas no contexto que cercava os atores da militância. Ao final da análise deste grupo, entende-se que a construção identitária fora de ciclos comemorativos como elemento disparador da construção de quadros de memória para estes atores se deu por meio do impacto de sua militância no direcionamentos de suas trajetórias profissionais, mas, para além, observa-se uma intenção na manutenção do conceito de “luta” na escolha pela carreira docente, sendo este o elemento legitimador na reconstrução do passado. O ME é fortemente ligado às lembranças de atuação da UNE como direcionadora dos eventos.

No próximo tópico, veremos que ligação com a UNE permanece e por vezes confunde-se com próprio movimento, e que o elemento legitimador, num contexto onde há um disparador da construção de quadros mnemônicos, se dá em relação ao próprio processo da reconstrução das lembras e da exposição por meio das falas.

4.2.2 Depoimentos: Ponto de partida na reconstrução identitária – Segundo Grupo de análise

A exposição dos depoimentos a seguir leva em conta o modelo etnográfico de Ricardo Vieria (2003, cuja teoria nos mostra que a construção da identidade pessoal acontece internamente, sendo externalizada mediantes processos de auto-verificação das ações frente os processos objetivos que modelam e formam as trajetórias de vida, como por exemplo, os sistemas políticos. A luta contra a ditadura foi uma disposição subjetiva, mas a constituição do modelo a ser repelido e confrontado se deu externamente. Neste mosaico, as escolhas não são sempre conscientes dos riscos gerados pelas ações, no mento da tomada de decisão. Assim, mesmo diante da fluidez pressuposta num relato livre, pode-se depreender 4 elementos nas falas:

- Elementos da representação de si;
- Elementos que permitem a ele uma identificação de si com seu grupo de origem (o ponto de partida);
- Percepção da representação/identificações de outros agentes do grupo;
- Como se dá processo de subjetivação dessas identidades, ou seja, em que medida há um processo de despersonalização do agente hoje pelo militante do passado, considerando possíveis atribuições de características do jovem militante ao agente que chega à maturidade?

As entrevistas têm duas características principais: o caráter ético e o cognitivo. No primeiro item há o mínimo envolvimento possível a disponibilidade em ouvir, a capacidade básica da compreensão (Lalanda, 1998). O carater cognitivo se mostra na análise do discurso, na compreensão que o pesquisador tem de cada fala e na percepção de como apurar os resultados e situar cada entrevista.

> A entrevista em profundidade (compreensiva) permite abordar, de um modo privilegiado, o universo subjectivo do actor, ou seja, as representações e os significados que atribui ao mundo que o rodeia e aos acontecimentos que relata como fazendo parte da sua história. Essa subjectividade é, para o sociólogo, não um mero reflexo da individualidade desse actor, mas de um processo de socialização e de partilha de valores e práticas com outros, ou seja, resulta de uma intersubjectividade (LALANDA, 1998, p.875) (grifo autora)

É a partir do conceito de valorização da *ação* da partilha de lembranças como forma de observação de um processo de socialização específica exposto na referida citação que se expõem os depoimentos escolhidos para este trabalho. A liberdade na escolha dos temas, da velocidade e fluxo do relato marca a forma de colheita realizada, de forma que são suas representações particulares dos processos políticos elencados o interesse da exposição.

Partindo deste princípio, as entrevistas apresentadas seguem ritmos diferentes, com maior ou menor intensidade no volume da fala, bem como se apoiando em elementos disparadores da construção mnemônica diferentes para cada depoente. Isto porque a perspectiva central nesta etapa foi a de que os depoentes tivessem a liberdade de configurar sua fala de forma não dirigida, uma vez que as escolhas dos elementos a serem expostos, o movimento de ligação entre passado e presente e as construções de quadros transpostos da ação passada para o presente a partir das lembranças são os elementos a serem analisados de forma mais atenta. O interesse aqui é compreender como se dá o processo de identificação do agente da fala com o grupo Movimento Estudantil, a partir da reconstrução de suas lembranças a serem expostas no momento presente, elencando também as emoções e sentimentos evocados pelo trabalho de construção dos quadros, quando e se acontecerem.

Os relatos se iniciam com a exposição da forma de aproximação do agente com o processo de levantamento de dados da pesquisa, e apresentados na ordem em que foram colhidos. A seguir, serão apresentados três relatos de agentes que militaram *como* e *enquanto* estudantes a partir – e não apenas em - de 1968, mas que possuem trajetórias pessoais e de posicionamento políticos diferentes, com apenas dois traços comuns: a disponibilização pessoal voluntária para conceder o relato, e o fato de terem feito parte do grupo de mobilização de massa do movimento, ou seja, de militarem ativamente embora sem ocupar cargos de comando nas entidades representativas estudantis estaduais ou nacionais. Salienta-se que não há intenção de identificar linearidades ou disparidades no comportamento ou entendimento político dos agentes enquanto elementos pertencentes às mobilizações de massa, mas sim se há similaridades no processo de autoidentificação simbólica com grupo Movimento Estudantil a partir da consciência da condição de massa.

4.2.2.1 Primeira Narrativa: Relato de Euclides Cunha

> O policial falou, prepare brasileiro, assine neste livro que vamos te devolver pro Brasil! Gritei pro Claudio e ele correu pegar a lamina de vidro e fez vários cortes no braço, esfregou pra sair bastante sangue e o policial arrancava os cabelos: hijos de puta, me estoy a jubla!r (Euclides Cunha, 2013.)

Hoje professor e artista plástico foi Militante no Movimento Secundarista e Universitário. Euclides Cunha[71] trava o primeiro contato e oferece seu relato via internet, após ler alguns artigos, envia um e-mail relatando sua disposição em conceder um relato de suas memórias, além de entrar em contato pela rede social *Facebook*. Era estudante universitário em 1968, mas suas memórias mais fortes de militância vêm de sua participação no Movimento Secundarista. Este é o início de seu processo de rememoração, mas o ponto focal está em sua participação na luta armada, na clandestinidade e nas prisões dela decorrentes. O relato se inicia com uma pergunta: "Uma pergunta que não quer calar: Porque resolveu escolher o tema da resistência á ditadura?" (Euclides Cunha, 2013).

Uma das características da colheita de relatos livres é a possibilidade de compreender elementos da percepção do próprio processo de conceder a entrevista demonstrada pelos depoentes. Neste caso, eles direcionam a fala de acordo com sua construção pessoal do tema, e assim, a ação passiva de ser entrevistado abre a possibilidade de reconhecer o controle de suas expressões, colocando-os também como atores do processo, "agora me sinto mais pronto pra escrever sobre minha experiência de vida na resistência á ditadura e seus conhecimentos com pessoas que deveriam ser valorizadas tanto quanto os expoentes" (Euclides Cunha, 2013.)

O sentimento de estar pronto para expor suas perspectivas, no entanto, esbarra em dois obstáculos na construção da memória: o receio da visão externa que terão dele (o medo de ser fantasioso) e o receio de expor outras pessoas. A história dos militantes do ME nunca é apenas de um só ator, ela é a todo momento a história do grupo: perpassada pela memória de um amigo, de um professor, de alguém da família.

> Meu medo é de ser fantasioso, ou duro demais, tenho duvidas sobre certos companheiros, de terem sido realmente espiões da repressão e tenho conhecimento de

[71] Depoimentos em dezembro de 2013

> gente que morreu tragicamente na tortura, mas nem por isso foram muito coerentes, entretanto conheço uma filha de um deles que sinto seria doloroso contar a verdade, pra ela tão fragilizada, mas acredito que tenho que desvendar tudo o que sei, depois que se façam os ajustes com mais fatos que me confirmem ou desmintam. (Euclides Cunha, 2013)

Sua militância se inicia ainda adolescente, enquanto cursava a 7º série, como presidente do grêmio estudantil do colégio. Ao pontuar o início da trajetória, busca pela valorização da mesma na exposição de realizações importantes para ele ou para a comunidade em que se inseria.

> Enquanto meus companheiros queriam fazer campanha pra comprar bola e camisas de futebol pros alunos eu me preocupava em fazer jornais murais, impressos e colocar um sistema de som na escola […] Só por isso, quando veio o golpe de 64, fui inquirido pelos agentes do Dops. Continuei insatisfeito, mas sem uma orientação, pois era muito desligada a militância estudantil secundarista do interior com a capital. (Euclides Cunha, 2013.)

> fui fazer faculdade de Belas Artes, em 68 e tivemos uma belíssima greve, por causa das altas mensalidades e do ensino careta, acadêmico que davam. Foi em 1963, a7 ª, e era em Araçatuba, cidade conservadora, dominada por fazendeiros criadores de gado, que inclusive tinham alguns que receberam armas do exercito pra impedir a reforma Agraria. Mas dessa cidade saiu uns 13 a 5 da VPR, inclusive eu, e depois em 73 uns 15 do PCBR. Um amigo meu desde os meus 11 anos fazia serviço militar em quitauna e se passou pra "O" ou seja, "Organização", primeiro nome da VPR: Vanguarda popular revolucionaria. (,Euclides Cunha, 2013.)

> Eu havia participado da greve da escola, onde trouxemos o físico comunista Mario Schemberg pra dar aulas na praça da luz, ao lado da escola que fechamos completamente, com adesão de 100%.
> Apesar de físico e comunista ele era a autoridade máxima em arte sacra do brasil. Outro que convidamos pra lecionar ao ar livre foi o arquiteto, considerado o 2ºdepois de Niemayer, Vilanova Artigas, também comunista, minha amiga de Araçatuba, foi expulsa da faculdade e impedida de frequentar qualquer outra por sua participação na greve e no congresso de Ibiúna! Uma de minhas preocupações é saber dela, pois sua família mudou de Araçatuba. Nesse período eu tinha idéia de ser artista plástico influenciado pela pop-art onde se criticava quase tudo, como obra única, sem copias, usava-serigrafia e fotografia buscava-se a beleza em coisas prosaicas com latinhas de sopa Campbell. Eu participei de uma mostra coletiva dos alunos na galeria prestes maia e meus quadros atraíram a atenção dos responsáveis pela galeria belas artes, que funcionavam acima do cine belas artes, que ficava na consolação com paulista, resolvi fazer toda num tema polemico: "símbolos pátrios" e em serigrafia, usando símbolos da igreja católica, dos Eua e do Brasil. (Euclides Cunha, 2013)

> Assim, por exemplo, tinha um que era no alto, extrema esquerda uma embalagem do sabonete lux "o sabonete das estrelas" soltando estrelas que formavam o panteão da bandeira norte americana e abaixo na direita a pasta de dentes sinal com listas vermelhas que esguichava a pasta formando as listas vermelhas da bandeira e abaixo na extrema direita a bandeira brasileira amassada formando um olho com o losango e com a faixa da ordem e progresso caindo pela íris azul como uma lágrima formando "ordem é Esso" e a bandeira brasileira com pespontos grosseiros. Eu fui lá na parte da tarde e entrei pelos fundos, ouvi conversa dentro da sala, e eu atrás das cortinas, vi 2 rapazes de terno e cabelo escovinha, tipo militar ou norte americano eram da CCC [Comando de Caça aos

Comunistas] e dizia um: então quando o comunista chegar a gente quebra ele todo? E o outro mais experiente nessas coisas: não! só quando tiver chegado todos os convidados ai agente quebra o pau com todo mundo, não deixa nenhum deles sem pau, e rasgamos toda essa merda! Voltei pé ante pé, e passei a tarde toda ligando pros convidados desmarcando a avento première, assim meu batismo de arte não ocorreu, mas eu fiquei desde julho nas ferias em minha casa, pois peguei uma desidratação alimentar, foi quando o Hermes [de codinome "Xavier", dentro da "o"] me contactou, pois família dele estava morando em frente a casa de meus pais foi uma preleção bem esclarecedora, pois o Hermes era um rapaz inteligente, mesmo, tendo sido um rebelde sem causa a adolescência toda, roubava bicicletas pra jogar num precipício de uma pedreira. (Euclides Cunha, 2013)

Fizemos muitos contactos em São Paulo, quando voltei ao final de ano pra procurar outra pensão! Ele dirigia uma caminhonete da "o" e parava num canto qualquer e me contava sobre as operações feitas pela organização, mas eu que já tinha contactado outro amigo que fazia exercito obrigatório em Lins e me passou uma planta do quartel antigo e desativado que funcionava com paiol de armas e munições ele me disse que partilhava de minhas idéias e tinha uns amigos que também, ele se pôs a disposição de quando ficasse com os amigos de guarda nos cantos do paiol daria a data pra que pudéssemos ir lá tomar as armas e munições, eles estariam preparados pra serem amarrados e amordaçados como se fossem pegos de surpresa eu contei isso pro Hermes, mas não contei qual era o quartel. [...] eu senti a organização muito "porra louca", explico, quase dava na época pra coisas sem muita seriedade e objetividade por exemplo, ele me contava que um general graduado xingara a esquerda clandestina dizendo que eles que tentassem invadir o quartel dele e em resposta lançaram uma veraneio roubada, carregada de explosivos que detonou a entrada do quartel matando um soldado que fazia o tiro obrigatório e foi lá ingenuamente antes da explosão verificar a veraneio. (Euclides Cunha, 2013.)

Tá muito chato e detalhista?. Depois de ter o primeiro contato com Hermes, passei ainda em Araçatuba a fazer ações contra a ditadura! Ia na casa de um amigo e lá datilografava em estêncil e tinta preta passava jornalzinho clandestino num mimeógrafo reco-reco! Inicialmente colocávamos os jornais debaixo das portas metálicas das lojas e algumas poucas fabricas, de madrugada! Logo passou a ser muito arriscado isso! Então eu levava um bloco de jornaizinhos mimeografados pra um dos 3 edifícios da cidade, e que ficava bem em frente da praça central. Era tranqüilo pois todos sabiam que eu ia lá pois morava uma tia de um amigo meu! Mas eu ia até o teto, onde deixava numa amurada o bloco de jornaizinhos com um bloco de gelo, e ia embora. O sol desfazia o gelo e evaporava a água e o vento se encarregava de soltar os panfletos pra todo o centro! quando subiam lá ,não havia ninguém nem mais nada, também pixava com spray muros e portões de oficinas com "mais pão menos canhão, ” yanques go home", e outras frases da época! (Euclides Cunha, 2013)

No relato de Euclides, as esferas e associações temporais não tem linearidade fundamentada pelo tempo cronológico, mas pelas associações entre indivíduos através da construção do relato:

Eu fui além de presidente do grêmio da escola da Vila Mendonça, hoje Padre Victor Ribeiro Mazzei, também fui presidente da UESA, União dos Estudantes Secundaristas de Araçatuba, e depois secretario. Essa UESA tinha certa prestigio político, pois fui convidado a inaugurar não me lembro o que de um zoológico, quando da época de um prefeito que foi cassado o mandato! Participando do palanque no alto da carroceria de

> um caminhão, com direito á discurso e tudo! Entretanto, no começo do ano [1969], eu estava em outra pensão, que ficava em dois palacetes transformados na rua Bahia esquina com a praça Buenos Aires, paralela com a Av. Angélica. Ia pra praça da luz de manhã na faculdade e de tarde pegava ônibus e depois trem pra lecionar "artes" e, um colégio estadual á 30 minutos de Osasco - esqueci o nome do bairro, lá me senti criativo e operante, pois conseguia criar um método de tornar a geometria em forma mais palatável pra molecada, houve um noite que apareceu um vendedor de livros e um professor de lá criticou dizendo que não tínhamos grana pra comprar livros pois o governo pagava mal, pois queria sucatear a educação! Esse professor sumiu, nem apareceu pra buscar holerite de pagamento. Acreditamos que era um vendedor fajuto, policial queria examinar os profissionais subversivos e que prendera esse professor. (Euclides Cunha, 2013)
>
> Eu recebi em fim de maio ou inicio de junho, não tenho certeza, um telegrama me avisando pra sumir que caiu a casa! Deixei algumas coisas minhas e levei uma maleta com roupas, e tudo preparado pra me virar sozinho e pedi pra minha tia em Osasco que me recebesse pra ficar mais fácil pra ir pra escola de Itapevi (lembrei) mas procurei uma amiga da escola de Belas Artes pra que ela pudesse verificar se tinha policiais me procurando na facul, na escola de Itapevi. Ela mandou um amigo dela, que gostava de fotografar apesar de ser pra formação de artista, também dava direito de lecionar pela CLT !sim, acredito que foi o soldado Altimio Sabino, de Lins o interessante é que procurei saber de um inquérito que sei que houve no quartel de Lins e mesmo entrando pelos canais legais há uns anos atrás não me informaram nada! (Euclides Cunha, 2013)

Diante do quadro exposto e da indignação mostrada pela falha no acesso à documentos sobre si mesmo, pergunto sobre a Lei de Acesso a Informação:

> Acredita nisso? [...] É conversa fiada! [...] Tem muita coisa absurda, como manutenção de gente de extrema direita e torturadores na ABIN, e manutenção intactos quadros da PM do Alckmin honestamente, ao que foi mais pra "inglês ver”! Acredito que houve um acordo feito pelo Tancredo com a extrema direita e repassado pro Sarney Collor ,Itamar, FHC, Lula e Dilma, pra não ameaçar os torturadores e responsáveis de alto escalão, alguma coisa vai aparecer, mas é absurdo que crimes descarados feitos pela repressão fiquem impunes eu achei não concluindo o que escrevi da 2ªvia do RG que eu e Ismael tiramos e estava um "x" no final da numeração ,que informaram, que significa "terrorista (Euclides Cunha, 2013)
>
> Mas esse amigo da minha colega, contou depois pra ela de sua operação: foi na facul e viu um policial em civil ,mal disfarçado ,e na escola de Itapevi outro, ele foi preso pois passava em frente do teatro do Cine Bandeirantes e como sempre andava com sua câmera fotográfica, e tirou fotos foi preso e colocaram um capuz preto na cabeça e colocaram numa veraneio e o levaram pro Doi-Codi onde ele ouvia gente sendo torturada e um cara gritava perto dele pra outro ele não sabia quem era: "quem é o "gorila de Osasco?", "quem é o Euclides" Soube depois que foi um grupo armado na minha pensão e me procuraram, torturaram um amigo meu de Araçatuba e ele contou de um outro amigo que morava noutro lugar e estudava no largo do São Francisco, foram na casa dele: Mário Silvio Greggio, e ele estava em Araçatuba, levaram o irmão dele que me conhecia pra Osasco na casa de um tio meu, mas não onde eu estava realmente. Esse rapaz era um menino de 15 anos, claro que não me encontraram, depois fui pegar declaração de minha tia que me acolheu em sua casa por uns dias e de meus tios que foram procurados pelo rapaz e os policiais então eu comecei a viajar, procurei esse “gorila de Osasco " num shopping, mas não o encontrei e procurei o Roberto Espínola que lecionava num cursinho em Osasco e era da "o" mas também não o encontrei! eu estava disposto a me reorganizar em qualquer outra organização mas em julho de 1969 a

> coisa ficou preta pras organizações, então fui pra Dourados-MT, onde tinha um tio fazendeiro cujo irmão era comunista e apesar de comunista participara do levante de prestes em 32 eu queria continuar na luta, mesmo que fosse em outras organizações, mas a partir de julho de 69 a repressão comia solta. (Euclides Cunha, 2013)

Neste ponto, o ponto base da narrativa dede Euclides se direciona as lembranças sobre a clandestinidade e em como tal condição afeta suas possibilidades de luta. Entretanto, a condição clandestina é o foco total na explanação, mas o motivo, a associação com a luta armada, raramente é mencionado:

> Fui preso pelo Dops em 16 de julho de 1973. Acontece que eles não tinham foto minha em julho de 69, por isso precisavam de quem me conhecesse pra me identificar, procurei o meu tio fazendeiro e consegui o endereço do irmão dele! Fiquei na fazenda desse irmão dele que estava no PCBr e ele me disse não ser seguro pra mim eu ficar por lá, pois ele era muito visado!Esse meu tio era magrinho, de tanta perseguição que teve tudo o que acontecia corriam atrás dele! Sofreu barbaridades todo tipo de tortura física e psíquica. Então ele me indicou outro irmão que tinha fazenda em Rondonópolis e fui pra lá!Antes eu troquei meu revolver 22 que comprara em Osasco por outro 38! Eu viajava sempre de terno e levando um livro grosso como se fosse bíblia, mas era um livro de Filosofia que eu com Gillette tinha cortado o interior pra acomodar o revolver (Euclides Cunha, 2013)

> Eu voltei em outubro de 1971, pra São Paulo, consegui emprego na lista telefônica paulista e depois de 6 meses pedi a meu pai pra trazer minha companheira uruguaia, que já estivera morando comigo no Chile. Fui preso em 1973 e como eu consegui enganar os meus torturadores, eu sabia que depois de solto não terá contemplação quando soubessem de meus envolvimentos que eram graves, e fui pra Curitiba, semiclandestino! Como sabia que o sistema de busca era por imobiliárias, eu alugava casa direto com o proprietário, e mesmo quando eu cheguei em 71 fiz isso em pensões e morando em cortiços, quando nasceu minha filha, eu ganhava bem, como desenhista publicitário numa agencia de renome e resolvi alugar um apartamento, meu pai fez o aluguel em seu nome mas como ele estava sob vigilância, chegaram a mim. Nas agencias eu fui de tudo um pouco, iniciei com past-up, depois arte-finalista, letrista, layout-man e fotografo e laboratorista e já ensaiava com diretor de arte quando fui preso. Minha filha não tinha um ano! Fui preso quando ia pra fila de ônibus por um corcel e 3 policiais, e já as 7hs estava sendo "amaciado ", que é como chamam: socando no estomago e no rosto pra eu não conseguir reagir nem pensar direito, me despiram e colocaram num pau-de-arara, onde molhado com água com sal e recebia choque de 2 fontes: a "Maricota", maquina de levar choques que era gerado manualmente por manivela de outro lado, outro torturador aplicava choque com 2 teclas de ligar luz e uma bateria! (Euclides Cunha, 2013)

A narrativa da tortura emerge com menções à dor física, porém, com velocidade e espontaneidade.

> Perguntaram-me todo o tempo sobre a "ALN" e eu nunca tivera envolvimento com ela no Brasil. Então cheguei a acreditar que eles estavam jogando verde pra colher maduro, ou e já, esperavam que eu mesmo me denunciasse, o que tivesse feito! e tão tive o insight de fazer um personagem de "Zé Migué", cara manipulado que não sabia de ideologia e foi levado na onda (Euclides Cunha, 2013)

A 1ª coisa foi reforçar meu sotaque mato-grossense, pra me fingir um capiau da roça, e em vez de falar gíria de organização, eu evitava tudo isso, em vez de apropriação era roubo, em vez de apoio logístico, era casa onde guardavam armas, etc. Como tinha que entregar alguma coisa eu resolvi dedar uma companheira que viera comigo mas isso fazia 1 ano e 10 meses, sem contar que não contei tudo. Eu a encontrara, no ônibus que vim de Montevideo pra São Paulo, uma amiga muito querida e que era da ALN estava com carteira de identidade argentina e quando chegamos ficamos no mesmo quarto de hotel, ela tinha um ponto no Ipiranga, mas foi lá e não encontrou ninguém a coitada, com apenas 20 anos e com identidade argentina de mulher de 50 anos, ela usava tailler pesado e muita maquilagem pra poder aparentar 50 anos, mas era impossível fiquei puto da vida com a organização que fez loucura daquelas. (Euclides Cunha, 2013.)

E agora sem contato como ficava! Eu a levei pra casa de uma tia minha que morava com o marido em Campinas. Ambos doentes e nem conseguiam sair de casa! Ela ficou como se fosse estudante pra fazer cursinho pra entrar na Unicamp e foi uma mão na roda, pros meus tios pois podia sair pra compras receber benefícios etc. Eu ficava na casa de meus tios em Osasco, no km 18 e viajava pra praça da republica pra vender artesanato de couro nos domingos. Um domingo, estou descendo do ônibus e um casal me para: ‘companheiro , cadê a companheira fulana?’ Eram contatos dela que eu os vi com ela na recepção na rodoviária velha e depois ela ia dia seguinte procurar outro contato no Ipiranga. Esse casal eu os vi na casa de um amigo brasileiro exilado, Juiz Carlos Sá. Disse que não garantia se conseguiria contato com ela, eles me deram um telefone e eu fiquei na duvida se deveria contar pra "Cristina", nome de guerra de Marilia Angélica. Afinal a organização estava se desfazendo e nem tinha documentação decente, pra alguém como ela que acabara de fazer treinamento de guerrilha em Cuba, e todos os que faziam isso eram mortos sem contemplação. Depois de me martirizar por 1 semana, cheguei a conclusão que ela é que decidiria. (Euclides Cunha, 2013)

A narrativa deste depoente é permeada pela associação a outras figuras, tais quais familiares e amigos que encontrava no decorrer da fuga. Ou seja, sua construção utiliza a presença destes outros atores como referência na elaboração de quadros seguintes:

> Fui pra campinas e contei pra ela, que ficou exultante. Comprou uma garrafa térmica pros meus tios e marcou um ponto comigo no Rio. E se recontactou com sua organização. Eu fui morar na Rua Conselheira Furtada que ficava perto da lista telefônica paulista onde trabalhava. Morava em uma pensão e depois num cortiço. Soube que mataram um guerrilheiro perto em 2 quadras de onde eu morava! Muitos anos depois soube que ele era o rapaz que contatara comigo e a Cristina. Mais incrível ainda é que ele era amigo de unha e carne do companheiro meu que foi sequestrado comigo em Montevideo fui mais tarde, no dia e mês designado pela "Cristina", mas não a encontrei. (Euclides Cunha, 2013)

> Depois fiquei sabendo que ela fora metralhada e morrera, e eu tomei um porre de culpa por tê-la recontratado então eu entreguei o nome de argentina e quarto de hotel, dia, mês e ano de nossa chegada. Isso limpou um pouco a minha barra! Mas o que limpou mais foi meu teatro, pois percebi que eles ficaram o dia todo Zé leles dois e a Maricota desgastava o aplicador, então eu me segurava pra não gritar quando recebia o choque da bateria e gritava a beça usando recebia da Maria. Achando que bateria estava descarregada e como não iam testar neles mesmos, desistiram dela e ficaram apenas na Maricota, que é cansativa. Pararam um pouco pra eu dar depoimentos e só às 22hs é que

> fui levado arrastado pra uma solitária, no dia seguinte me arrastaram até as celas do piso térreo o cara me mostrou um jornal contando que eu devia perder qualquer esperança, pois já estava declarado morto, e vi a reportagem que dizia que "Euclides" trocara tiros em seu carro contra investigadores e morrera no tiroteio do dia 16 de julho. Era um guerrilheiro mineiro da ALN chamado Helder Goulart, que tinha o codinome "Euclides" e na realidade estiveram presos dias antes e morrera na tortura, e depois fizeram o teatro pra simular a morte dele próprio de tudo é que o retrato dele, se você vir era muito parecido comigo. (.Euclides Cunha, 2013)

Euclides Cunha passou cinco meses preso no DOPS São Paulo por sua ligação com o grupo de esquerda ALN. Em sua narrativa, observa-se que este fato é um ponto base para o redirecionamento de sua avaliação enquanto militante. Na construção destes quadros, dos sentimentos evocados, àqueles associados à dores ou sensações físicas prevalecem na exposição, em detrimento de quaisquer outras emoções:

> Mas voltando a minha estadia de 5 meses na prisão do DOPS, eu estava com insensibilidade da cintura pra baixo, não conseguia andar e meus dedos dos pés aparentavam balões injetados de sangue que iriam estourar, mas não era impressão visual, só se sentido para sorte minha tinha uma quadrilha de assaltantes de banco que pra infundir medo diziam que eram subversivos, e com tal foram presos. [...] Fui pro doi-codi onde fui torturado pela cadeira do dragão, onde você senta nua cadeira que tem encosto e assento de metal e com um capacete de plástico com 2 eletrodos de alta voltagem e me vi dragão, pois minha boca abria sem eu desejar, minha língua se projetava toda pra fora, sem eu querer e saiam faíscas da ponta da lingua até 30 a 40 centímetros. Minha sorte nas 2 torturas foi de ser magro, pessoas gordas não resistiam e morriam de ataque cardíaco. (Euclides Cunha, 2013)
>
> Deixaram-me numa cela individual e com um macacão sem cinto e sapatos sem cordão, e foi la me que mataram o Vladimir Herzog e disseram que ele se suicidou. Como? Eu passava o tempo todo carneando desculpas, e disfarces pra uma próxima sessão de tortura e de depoimento, mas não veio. Fui preso com o Carlos Tibúrcio, que era da ALN, e com o MJC: Manoel jacinto Correa, um líder nordestino do PC, e depois do PCBR, outro que ficou conosco era o Misael que era de Birigui, cidade vizinha à minha e da quadrilha assaltantes de bancos, era chamados de" professor" pois sabia tudo de golpes e malandragem. Ambos tinham 50 anos e eu ficava boquiaberto com o conhecimento literário de ambos que só tinham o 3ºano do primário. Sabiam de cor livros de Jorge Amado, Érico Veríssimo, poesias de Augusto dos Anjos etc.. (Euclides Cunha, 2013)
>
> Trouxeram-me de volta a maleta toda estropiada pelo forro! Revistaram e não acharam nenhum fundo falso e me devolveram! Peguei da maleta um pente, uma agulha e uns retrós de linha preta! Nas minhas andanças de meses eu levava sempre agulha, linha branca e preta e botões pra remendar minha roupa e costurar botões. Amarrei um pedaço de linha preta no dente mais grosso do pente, daquele flamengo pequenos, e usando cada dente em sequencia, como o alfabeto eu levava a linha até eles voltando ou avançando conforme a palavra e escrevia frase inteiras. Pedi ao carcereiro que entregasse ao Claudio e ele vendo um pente com um fio de cabelo, não pensou em nada errado e entregou. Claudio seguindo instruções que eu lhe dera ainda no camburão, foi soltando a linha e lendo a mensagem.. Um cair de tarde eu estava no pátio e chegou um a viatura policial. O policial falou, prepare brasileiro, assine neste livro que vamos te devolver pro Brasil! Gritei pro Claudio e ele correu pegar a lamina de vidro e fez vários cortes no braço, esfregou pra sair bastante sangue e o policial arrancava os cabelos: hijos de puta,

> me estoy a jublar ! Faltavam apenas 2 meses par que ele se aposentasse, mas se o preso morresse ele seria demitido pois o que faziam era ilegal ainda mais que Claudio tinha feito pedido de asilo politico assim o policial levou o Claudio ao hospital mais próximo, que era o hospital do sindicato dos médicos esse era um hospital dominado pela esquerda! Os medico as chamaram os jornais e Claudio foi fotografado e deu declarações eu fui levado pra chefatura central e de madrugada apareceram 2 pessoas que me disseram que Claudio tinha morrido esvaindo em sangue e pela manhã iriam me matar , com queima de arquivo eu disse que era mentira pois realmente estudamos bem a anatomia e o corte que pensamos em fazer, eu o u o Claudio, seria sempre no meio do braço onde as veias ficavam flácidas, se fosse na altura do pulso era perigoso de não conseguir pinçar a veia e morrer no dia seguinte o jornal de frente publicou matéria de manchete, sobre minha prisão e o dialogo que alguém lhes repassou, com certeza um policial de esquerda fiquei solto coo a condição de ir dia sim dia não lá no subsolo da chefatura central assinar num livro, Claudio ficou preso na cama no hospital militar ,e depois de muitas campanhas pelos jornais tiveram que solta-lo! Trouxemos o pai de Claudio que era uruguaio e, portanto ele tinha dupla nacionalidade e não podia ser expulso. Vou para por aqui, espero que sirva pra algo isso. (Euclides Cunha, 2013)

No terceiro dia de relato, o depoente conclui que seu trabalho de reconstrução é suficiente, e elenca os resultados físicos do esforço:

> Cansa e a gente esquece coisas, com, por exemplo, que fiquei com Claudio em outro local antes da chefatura central. [...] Estou precisando trocar as lentes dos óculos ou fazer operação de catarata (Euclides Cunha, 2013.)

Os depoimentos ocorreram por três dias seguidos, mas o contato permaneceu constante, “não fiz grades coisas, mas são visíveis!” (Euclides Cunha, 2013)

Retomando os quatro pontos de investigação etnográfica pretendidos na apresentação do formato dos depoimentos colhidos, para Euclides Cunha, os elementos de representação de si mesmo se iniciam por meio do contraste entre seu comportamento e de outros estudantes ainda adolescentes, inseridos no contexto da ditadura militar: segundo sua fala, ele se interessava pelas discussões sobre o regime que se instalara, *enquanto* as outras crianças por esportes. A lembrança de sua inserção no universo político se dá em contraposição à ação de outras crianças com a mesma idade. Desta forma, seu ponto de partida ou grupo de origem se delineia com a construção das lembranças acerca do Grêmio Estudantil e das ações de politização pretendidas ao elaborar um jornal, ainda no colégio.

A percepção de outros agentes no mesmo campo se dá segundo o contexto de sua ação na clandestinidade: nas fugas, prisões, celas e nas lembranças de dores físicas aparecem outros agentes em sua reconstrução. Não se identifica despersonalização do depoente enquanto homem na maturidade por sua ação na juventude, mas sim, uma busca pela valorização de sua lembrança,

na maturidade, enquanto agente da resistência à ditadura. Para este depoente, há uma preocupação em legitimar sua ação passada por meio da ação possível no presente, expressas nas exposições itinerantes por ele organizadas.

4.2.2.2 Segunda Narrativa: Relato de Carlos Henrique Mesquita

Participa, senão a história vai te cobrar. (Carlos Henrique Mesquita,2013)

O primeiro contato com este depoente acontece em 2009 através das pesquisas para a dissertação de mestrado, e em 2013 voluntaria-se para participar desta pesquisa, após ler o resultados finais daquele trabalho. Professor do Instituto de Física da USP, Carlos Eduardo Mesquita, estava listado pelo Dops entre os estudantes mais perigosos presos no XXX Congresso da UNE em Ibiúna, numa pasta separada dos outros estudantes. Havia dado um depoimento por escrito para os levantamentos da pesquisa de mestrado e quando em Junho de 2013, após o anúncio de que a então diretoria da UNE faria um evento[72] em Ibiúna para homenagear os estudantes presos na cidade em 1968, entrou em contato novamente: "Quando eu estava vendo todas aquelas fotografias de sua tese [dissertação de mestrado], eu vi uma e falei "capaz de ser eu aqui" (Carlos Henrique Mesquita, 2013)

O reconhecimento de si mesmo naquela pasta específica o levou a questionar: porque estava entre os mais perigosos? Então, me escreve sobre perplexidade: "Na hora quando eu estava no Dops e que tinha que tirar a fotografia eu fiz uma bochecha [inflando-as, fazendo-as parecer maiores] para ficar diferente. Mas não é aquela que está no Dops" (Carlos Henrique Mesquita, 2013)

No caso do professor Carlos Henrique, o ponto inicial é sua militância no movimento universitário, e o ponto focal do processo rememorativo concentra-se em suas emoções acerca do impulso que o levou aos grupos de esquerda, ao sentimento de fazer parte da história do país, "embora eu estivesse como um prisioneiro, com o numero 1681 aqui, é um orgulho para eu fazer parte dessa história." (Carlos Henrique Mesquita, 2013)

---

[72] Ver Anexo J

Suas lembranças, veremos, emergem sempre a partir do sentimento de orgulho de sua militância. Este é o sentimento que escolhe demonstrar ao elaborar a exposição dos contextos, o encadeamento dos fatos mais importantes que definem sua passagem pelo Movimento Estudantil e a marca do Movimento em sua vida, "Eu não me lembro de muita coisa" (Carlos Henrique Mesquita, 2013).

> Nós precisaríamos fazer um movimento para tirar esses ditadores e torturadores de nomes de rua. É um absurdo[73], nós precisaríamos fazer alguma coisa para mudar isso. (Carlos Henrique Mesquita,2013)

> Acho seguinte, que eu odeio ditaduras, sejam elas de qualquer nível. Não gosto de ditadura nenhuma. Tem um exemplo recente que morreu agora, o Mandela, ele teve a visão a compreensão, ele teve todos os quesitos, para se manter no poder, mas ele saiu, […] se retirou do cargo político mas continuou a servir (Carlos Henrique Mesquita,2013.)

> Eu acho que nós ainda não acertamos no Brasil. E eu vejo uma solução muito difícil de ser alcançada. A solução para o Brasil deve envolver a mãe de todas as reformas, que é a educação. E nós não temos, não vejo nenhuma coisa se dirigindo para a edificação do país. Quando você olha esses programas populares na televisão, Datena, Rezende, […] você vê uma quantidade enorme de casebres, de pessoas completamente à margem. Imaginar que temos somente 6 ou 7 % de pessoas desempregadas, é muito mais. As pessoas estão totalmente despreparadas para a vida moderna. Surge e a alternativa da droga. (Carlos Henrique Mesquita, 2013)

Insatisfação com a situação das pessoas a margem, sentimento de amarração com as possibilidades. O ponto de foco para sua construção de lembranças são as reminiscências contemporâneas da ditadura. Em seu depoimento, o transito passado-presente consta e todos os pontos de análise:

> O que você vê num ambiente conservador as pessoas propondo a volta da ditadura, é absurdo. "Eu acho um absurdo, Fidel Castro poderia ter a grandeza do Mandela e ter saído do poder há muitos anos. Mas não, põe o irmão, a semelhança do ditador da Coréia do Norte [...] numa situação dessas você está fazendo mal ao seu povo.O que resta para mim fazer? Eu vejo poucas perspectivas de ação hoje. Eu diria que vejo muito pouca perspectiva. E ai. Você começa a ficar imerso em suas atividades profissionais […] e por outro lado você vê um país em que competência é mal vista […] quando você vê quem sobe no mando do poder, geralmente são pessoas que não tem competência para aquilo. Então você pega por exemplo um dos principais ministérios do país, Minas e Energias, o Edson Lobão, e o cara não sabe sequer trocar uma lâmpada. Estou fazendo aqui uma

[73] Betinho Soares, ex-líder da UEE-MG em 1968, mantém um projeto em Belo Horizonte pra a troca de nomes de torturadores reconhecidos por resistentes mortos na ditadura.

> caricatura. Existem escolhas péssimas (quando indicadas pelo interesse do grupo do poder político) […] Nós vivemos num país de fantasia (Carlos Henrique Mesquita,2013)

Os sentimentos que emergem ao falar sobre a ditadura parecem de indignação sobre algo que não se teve o controle, e que ainda no presente, incita o sentimento de insurgência. Questionado sobre o que poderia ter feito, menciona: “está gravando, é meio perigoso comentar” (.Carlos Henrique Mesquita,2013)

Olha então para os lados, escuta os passos de alguém que passa pelo corredor, e vai se afastando, então retoma a conversa. Tom de sigilo, de entrega de grandes segredos, ainda que visivelmente se pode em muitas falas. Pede sigilo nas declarações seguintes, mas ainda assim deseja falar. Este é um dos dados mais importantes desta construção: o desejo da exposição de um fato à pesquisadora. A presença da CNV no Brasil abriu espaço para que vários atores da resistência à ditadura pudessem relatar suas experiências, de modo a fazer valer sua ação, suas lembranças, suas perdas. Tratava-se de um processo de legitimação do passado e de reinserção na história. Nesta situação, entretanto, cria-se um laço de confiança que permite a emergência do desejo de se sentir ouvido, ainda que a experiência em questão por decisão particular não se torne pública. No processo, relembra a Guerra Fria, e, para ele, as ditaduras latinas foram instaladas por uma ação de controle norte-americana. Em contraposição, faz referência a alguns aspectos que julga positivos sobre a Coréia do Norte:

> Qual o componente que alavancou a qualidade da Coréia? Educação?
> E nós? Nada.
> Eu me penintecio, [...] eu votei no Haddad [...] mas o que ele fez pela educação? Nada. Tinha um bom discurso, bom moço, e acabou ganhando as eleições
> O professor tem que ser o sonho que aquele aluno gostaria de ser. Ele tem que ter aquela fantasia: poxa, eu vou querer ser professor” E isso a gente não vê. “Eu me imagino, eu criança assistindo aula nessas escolas de hoje, eu seria um rebelde, não iria agüentar”
> E também deve ter acontecido um fenômeno, como houve uma desvalorização do professor, ele não o vê mais como aquele ideal. As crianças de 6 ou 7 anos são como esponjas.. [..] é preciso valorizar o professor, e ter uma paciência de uns 30 anos para esperar os resultados. (Carlos Henrique Mesquita,2013)

A militância agora passa a ser em outra esfera, a educação, porque neste cenário, segundo ele, as ferramentas de transformação são outras:

> Projeto Darcy Ribeiro: o mais próximo do que poderia dar certo no Brasil. Mas a certeza do pensamento do nosso governante é tão ruim que quando Brizola perdeu no Rio de janeira a primeira coisa foi acabar com a escola. (Carlos Henrique Mesquita, 2013)

Ao relembrar a má condução do ensino público enquanto era estudante, retoma as falas sobre o Movimento Estudantil:

> Nós tivemos tantas passeatas. Nós acabamos desestabilizando governo. Não que estes movimentos [retoma o presente ao trazer os movimentos de junho de 2013 ao relato] vão conseguir tomar o governo, mas desestabiliza, nenhum governo consegue se sustentar num estado de tensão social continua. Nós desestabilizamos (Carlos Henrique Mesquita, 2013)

Ao contrário de Euclides, o professor Carlos Henrique sentiu a efervescência das mobilizações apenas a partir de 1968, creditando as manifestações anteriores um espaço um pouco menor- embora não menor importância. Por outro lado, acredita no protagonismo estudantil como parte inerente ao jovem:

> Eu considero que ainda não entendi muitos colegas que deu azar na vida. Teve problemas. Eu, parece que eu tive sorte [sic]. Naquela guerra da Maria Antonia com o Mackenzie, eu trabalhava minha família, nos somos praticamente, entrou em crise econômica na cidade onde eu nasci, […] nos tínhamos uma vida de dificuldades econômicas. Eu estudei num ótimo colégio […] na Vila Madalena, e eu não fiz o cursinho. […] Eu tinha um professor formado pelo Mackenzie, e me inscrevi e entrei no Mackenzie, e comecei a discutir política lá. Mas nós ganhamos o DCE do Mackenzie (local do CCC) (Carlos Henrique Mesquita, 2013)
>
> Tínhamos reuniões de estudos políticos semanalmente, e formamos um grupo la dentro da faculdade, ganhamos o DCE e naquele tempo eu me lembro que compramos um mimeógrafos […] naquele tempo era mimeografo, não sei se alemão, era o de melhor qualidade, e a gente fazia tanto para nossas coisas (acadêmicas) quanto às vezes servia para outras organizações. Tinha outro grupo lá que era do direito, e tinha até uma pessoa que a gente chamava de tenente, o Airton, que morreu em combate. No evento de Ibiúna [entrega de certificados de Anistia realizado pela SEDH em parceria com a UNE, realizado em Ibiúna, desta vez na praça central, em junho de 1013], tinha até a menção aos que morreram. (Carlos Henrique Mesquita, 2013)

A lembrança de estar em Ibiúna alguns meses antes o faz retomar a presença na cidade em 1968, e, no processo, retoma a presença das lideranças do ME em sua trajetória:

> E naquela época, a gente estava ao lado da Maria Antonia em termos ideológicos, e no dia, o Dirceu me chamou: "participa, senão a história vai te cobrar" E eu respondi" pô, mas se o pessoal me vê jogando pedra no Mackenzie [...] (Carlos Henrique Mesquita, 2013)
>
> E eu me lembro de um evento no Mackenzie, um dia pegamos o Dirceu, levamos para o Mackenzie, montamos um esquema de segurança (abre os braços, gesticula para visualizar o tamanho do aparato para a segurança do líder da UEE) e fui lá fazer as colocações, pronunciamentos para a turma. Imagina a gente no antro do CCC com o Dirceu!!! (Carlos Henrique Mesquita, 2013)
>
> Acho que não está em nenhuma publicação esse fato, a menos que o Dirceu tenha contato...senão ficou perdido na história [...] Passados 20, ou 30 dias o diretor da faculdade chama a mim e a um amigo por termos ajudado a turma da Maria Antonia. E aí até hoje tem coisas que eu não entendo, o meu amigo foi expulso da faculdade, e a mim, ele virou e falou "quanto a você eu não te expulsar, mas toma rumo!" Porque será? Eu participei tanto quanto ele...pode ser que ninguém tenha batido uma fotografia la jogando pedra (ar de dúvida, olha para as laterais) mas eu não fui expulso. E eu respondi: Não, se meu amigo foi expulso, eu por solidariedade vou sair da faculdade. [...] Aí fui para a PUC (elogios á estrutura de pesquisa do Mackenzie, e lembra que a PUC ainda era insipiente), no segundo ano da faculdade. Nessa época, na PUC, eu não participei do ME. Estava em outro esquema. (Carlos Henrique Mesquita, 2013)

Nesta construção, há muitos momentos de silêncio. O depoente fica reticente quanto a essas memórias, mas observa-se que não há um branco, mas uma agitação física. Novamente, pede: "Acho melhor você não gravar" (Carlos Henrique Mesquita, 2013) Com o gravador desligado, retoma o relato no mesmo tom animado de antes, mas o pedido a cada fala para a não exposição de alguns pontos. Algumas dessas memórias eram extremamente particulares, no sentido de que o ator dividira poucas vezes essa parte de seu testemunho, e estava com receio de tornar público, por ser uma parte de si. Mas não havia o receio de contar à pesquisadora, pelo contrário. Havia a construção do elo de confiança "conto, sem gravar. Tome cuidado ao escrever".

Ressalvei que a escolha no processo das lembranças era dele, e que os elementos que o direcionam a tomar a decisão do que, quando e como falar era tão importante quanto os fatos em si. Retoma a rememoração, fazendo agora uma reflexão sobre os direcionamentos de sua vida pessoal após sua participação no ME. Pede uma pausa para um café, troca de sala e continua o depoimento "pessoal". Num ponto, indica que já podemos retornar à sua sala para continuar, e o reinício se dá com suas lembranças sobre o "grupo" na disputa pela escolha dos representantes de seu Centro Acadêmico que deveriam ir para Ibiúna. Afirma que, em tese, ele não deveria ir, mas havia ganhado o C.A. anteriormente e que por isso sua presença era legítima. Havia em Ibiúna

muitos representantes, e não delegados, e o primeiro dia foi uma discussão só sobre a legitimidade do voto desses representantes.

> Lógico que nós tínhamos [legitimidade para estar no Congresso], fomos escolhidos por uma assembléia! Agora, imagina fazer isso dentro Mackenzie? […] não houve conchavo, havia uma sala cheia. [...] Naquela época a coisa era diferente. E outra coisa: você não tem que contar coma complacência da repressão. Se as autoridades da USP quer fazer contato com a entidade que quiser que faça. Eu tenho é que contar com a minha disposição para a luta." (sobre polícia na USP) (Carlos Henrique Mesquita, 2013)

Retomando os elementos de análise etnográfica propostas, observa-se que o processo de representação de si como ator do ME bem como a identificação do grupo de origem se revelam associados à prisão em Ibiúna, bem como ao processo de articulação nas mobilizações estudantis que o levam a garantir o espaço como delegado no XXX Congresso da Une. Neste depoimento, são as emoções ligadas à sensação de orgulho do pertencimento ao grupo, e de que este fez parte da história do país, os sentimentos predominantes e direcionadores do processo de reconstrução das lembranças. Assim, diferente da construção do depoimento anterior, de Euclides Cunha, que se baseia no sentimento de ação e continuidade da luta por meio da ação clandestina, para o professor da USP neste segundo depoimento, as emoções emergentes no presente estão claramente conectadas a ações localizadas no passado. O elo de ligação está no sentimento de orgulho por ele enunciado.

A construção deste depoente tem muitas conexões de pensamento com o presente, com elementos da conjuntura social e política, que para ele fazem pontes com os quadros do passado na elaboração das justificativas da legitimidade do protagonismo estudantil a partir de 1968, por isso, compreende-se também que não há despersonalização do adulto pelo jovem militante.

4.2.2.3 Terceira Narrativa: Relato de José Roberto Tozoni

> A história se repete: eu chego aqui e tem barricada, tem sindicância, e eu me lembrei das barricadas do Quartier Latin (José Roberto Tozoni, 2013)

Estudante da UNESP[74] em Assis[75], foi militante estudantil em 1968, embora não tenha participado dos Congressos e Encontros, mas preferindo as assembléias por não se identificar com o modelo político das entidades estudantis. Define-se também como militante enquanto docente, principalmente no seu posicionamento como presidente da ADUNESP (Associação Docentes Unesp).

A forma de seu depoimento se afasta um pouco dos demais neste trabalho. Seu ponto focal este sempre situado na formação dos Institutos Isolados no interior como pólos democráticos em meio à ditadura. Mesmo dando muito valor à sua participação neste contexto, durante seus relatos, a construção dos Institutos como ação política tem mais intensidade do que as emoções que emergiram na fala de outros atores.

Em seu depoimento, se pergunta se a ditadura realmente acabou, e lembra que muitas empresas que financiaram o não só o Golpe, mas também a tortura (cita a Ultragás) continuam a existir e com o mesmo poder econômico. Provavelmente, esse poder econômico lhes confere ainda o mesmo peso na arena política. Segundo ele, já havia um protagonismo do Movimento Estudantil no cenário político já em 1964, e os movimentos culturais, como o movimento hippie, de contracultura aconteciam paralelamente a essa preponderância política do meio estudantil.

Sua militância pessoal começa porque o Reitor da UNESP – Assis não cumpre promessas referentes às demandas do ME local e parte em viagem à Europa. Acontece então o chamado "Congresso de Araraquara", onde professores, alunos e funcionários dos "Institutos Isolados" se reúnem para discutir a formação de um novo conceito para as universidades democráticas no interior do Estado de São Paulo. A intenção era que esta universidade funcionasse como um modelo democrático dentro do Estado Autoritário.

O Congresso de Araraquara aconteceu em Agosto de 1968, carregado de tensão e medo de um cerca da polícia, mas aparentemente o foco, até então, estava mais nas capitais. Era um passo também importante para o fortalecimento da UNESP como pólo político do ME, até então dominado no estado de São Paulo por USP e PUC São Paulo (e a tendência hegemônica AP-PCB) Quanto à questão de se relembrar o passado, menciona que é imprescindível, mas cita

[74] Depoimentos entre 31 de outubro e 8 de dezembro de 2013.
[75] No Capítulo 3 deste trabalho, observou-se grande quantidade de relatórios sobre a atuação dessa universidade no Dops São Paulo entre 1973 e 1974

Adorno: é importante reelaborar o passado, mas quando o que se elabora é a memória, se impede a lembrança.

Para ele, não é possível haver essa ruptura entre passado e presente. Há ciclos, que se iniciam e terminam, mas há também uma continuidade entre as ocorrências que desencadeiam os principais eventos históricos, que alteram os direcionamentos da sociedade em questão.

Em 1964, ainda adolescente, não compreende bem o Golpe, mas sabia que se tratava de algo incomum. Ouvia anteriormente, no rádio e no cinema, antes dos filmes, os discursos de João Goulart sobre as Reformas de Base.

> Quando aconteceu o Golpe, a primeira repercussão em minha vida foi atrasar o início das aulas (estavam atrasadas por conta de uma reforma no prédio, mas em 1 de abril, por causa do golpe, atrasou mais duas semanas) (José Roberto Tozoni, 2013)

Lembra também do discurso de Carlos Lacerda, que estava cercado pelas tropas que apoiavam Goulart. Não entendia o significado de tudo aquilo, mas passou a se interessar. Foi então no primeiro ano do colegial, hoje ensino médio, que começou a se interessa pelos assuntos da política nacional. Havia um conceito entre os civis de que a transição para um regime democrático aconteceria em dois anos, em 1966.

Seu posicionamento político vai se fortalecendo ao longo do colegial. Entra na JEC – Juventude Estudantes Católicos (uma postura mais à esquerda, principalmente se apoiada pela Igreja local, com fundamentação teórica marxista. Mas havia também a ala conservadora, oposicionista aos padres progressistas, e lembra-se de Don Cláudio e Don Valdir Calheiro como representantes progressistas.), em 1965, seu primeiro ambiente para discussão política, e ali, frisa, vai “pouco a pouco” compreendendo o que acontece à sua volta. O sentimento aqui é o de vagarosidade, de se compreender aos poucos. Sua vida pessoal prevalece, até aqui, 1965, sobre suas lembranças do posicionamento político. Em 1967 inicia a graduação, e nota em si a disposição para o movimento estudantil.

A narrativa do professor Tozzoni sobre seu posicionamento como militante estudantil é pausada, como que construindo as peças aos poucos, e sobre esta fase, o que mais se sobressai é a noção de que sua concepção política foi se construindo lentamente, aos poucos. Esse sentimento se sobressai em todas as falas sobre o período, “nunca fiz parte de organização estudantil. Mesmo porque tinha uma simpatia pelo anarquismo” (José Roberto Tozoni, 2013)

Este ponto possibilita a observação de diferenças do posicionamento entre as bases isoladas do interior e o centro PUC-USP na capital do Estado, voltado para o posicionamento político, corporativo, muitas vezes partidário. Mas o depoente primava por um diálogo com os dois lados, mantinha laços políticos e de militância com ambas as esferas. Relembra que foi presidente do Diretório acadêmico, mas nunca teve associação nenhum com partidos. Essa recusa também é muito presente em vários momentos de sua fala. Para ele, havia o diálogo, as conversas com os partidos, em seu caso como presidente do DA, especialmente com o PCdoB, mas nunca uma ligação, oficial ou extraoficial. Esse diálogo vinha, sobretudo, para ele, de uma convergência de valores contra a direita, especialmente. E não de uma ligação por valores semelhantes. O objetivo era reconquistar as entidades que estavam nas mãos da direita. “Esta sempre foi a principal referencia, e não o corporativismo (José Roberto Tozoni, 2013)

Mesmo sem se associar a nenhuma entidade estudantil, afirma:“Tive a vida toda marcada pela militância” (José Roberto Tozoni, 2013) E justifica a opção pela não associação com entidades políticas:

> [a transição] Foi como uma decepção, porque como estudante havia a expectativa de uma revolução, de que a democracia seria diferente, um progresso mais acentuado. Isso dirigia a militância (a sua, particular) para o foco da transformação social das entidades profissionais, e não para associações com partidos. (José Roberto Tozoni, 2013)

Sobre os partidos, sua atenção fica nas eleições que deram o lugar a Franco Montoro, mas depois se distancia desses processos. O sentimento prevalecente na fala é o de negar, de não querer associação pessoal com este universo.

> Sobre a Justiça de transição: Não tem informações de perto, mas vê como ambígua. Nasce num contexto com algumas décadas de atraso, mas acha interessante que se faça isso para que a transição foi feita pelas elites [...] A CNV esbarra nos limites históricos (José Roberto Tozoni, 2013)

> Não foi possível haver complacência nos governos seguintes? A anistia foi para eles! “Por isso, é um tanto quanto cético quanto ao processo real de se conhecer a verdade. Porque há verdades que ele sabe que não podem ser oficiais. “Há verdades que não podem ser oficiais (José Roberto Tozoni, 2013)

> Por exemplo, os Bancos e o poder executivo foram financiadores ilegais da tortura. Isso esbarra nesses limites [...] Os que patrocinaram a ditadura ainda estão no poder, nos três poderes, então, fica difícil haver um real processo de elucidação da verdade. (José Roberto Tozoni, 2013)

Por isso, o processo brasileiro de Justiça de transição, para ele “é importante, mas não é tão efetiva”, e questiona:

> E os patrocinadores da tortura? Sabemos dos executores, mas não dos mandantes” - Este para ele é o ponto principal que deveria ser averiguado, porque deste ponto de vista, entendendo que o poder financeiro por detrás destes atos contra a humanidade ainda preenchem bancadas no legislativo, ainda existe livremente no Executivo e no Judiciário, haveria novos riscos para a sociedade civil? [...] E os documentos que foram destruídos? Não há desejo político para descobrir que os destruiu”, quais as intenções por trás. (José Roberto Tozoni, 2013)

Coloca alguns questionamentos sobre a atuação de entidades oficiais. Para ele, diante de sua vida e trajetória, a associação civil é quem pode, ou deveria, se aproximar de tais coisas e dar um encaminhamento melhor para se chegar às soluções.

Um dos encontros aconteceu ao compor uma mesa de discussão sobre O Movimento Estudantil de 1968 frente à ditadura militar na Unesp/FCLAr, em outubro de 2013.

> A história se repete: eu chego aqui e tem barricada, tem sindicância, e eu me lembrei das barricadas do Quartier Latin.
> No Brasil, o Movimento Estudantil estava presente como protagonista desde o pós-guerra. A Une tinha uma importância fundamental de articulação. Qual era a realidade do ME? Era o número de estudantes, (...) e aquela época tinha um outro tipo de vestibular, cada faculdade fazia seu vestibular e para ingressar você tinha que ter nota 5. E o que começou a acontecer?
> Os Excedentes: “tinham nota para ingressar mas não tinha vaga” Isso começou a dar uma vitalidade ao ME que tinha uma pauta reivindicatória especifica.
> E a partir daí, foi cada vê mais se politizando e se tornando protagonista da cena política. Somos os primeiros a sofrer a violência em 1964” e retomam as lutas contra a ditadura após 1970
> O golpe se anunciou como ‘transitório” “Castello Branco assumiu fazendo cassações políticas, e tudo, mas era para digamos assim, arrumar a casa e fazer a transição em dois anos. E depois isso mudou.[...] Seu mandato teve dois anos, mas depois foi substituído por Costa e Silva, que depois veio a adoecer e foi substituído pela junta militar. … esse era o projeto, teve perseguição mas relativamente branda om relação ao que veio depois.
> O ME começou a se reorganizar principalmente calcado na classe média, principalmente estudantes e intelectuais. E isso vai num crescendo...vamos ter a partir do começo de 1968 … morte de um estudante no Rio de Janeiro, teve uma manifestação que foi reprimida (coisa que não existe mais né? A ditadura acabou DE FATO. Atiraram e não era bala de borracha[76].) (José Roberto Tozoni, 2013) (grifo da autora)

Sobre 1968,

[76] Fazendo referência às incursões da polícia à UNESP de Araraquara durante as ocupações da reitoria em 2013

o ano de 1968 já havia começado com mobilizações a partir de questões especificas. Isto porque já em 1967 os alunos de primeiro ano haviam feito uma reivindicação sobre a qualidade do ensino e um memorial entregues ao diretor, que prometeu ações que atendessem a essas reivindicações voltadas para a qualidade de ensino Na época não havia UNESP, e sim, Os “institutos isolados do estado de são Paulo” criados na década de 1950, inicio de 60, antes da ditadura, com a grande expansão do ensino público no interior, que se deu a partir de um estudo de um sociólogo francês, o padre Levebfre – intenção de criar institutos do ensino superior no interior do estado. Havia, como em Araraquara – a farmácia – em Guaratinguetá, Botucatu, Araçatuba...institutos e unidades isoladas de ensino e pesquisa, que depois se tornariam a Unesp. (por isso só a menção à Unesp após meados de 1970). Aumentava também a vida cultural da cidade. Os Institutos Isolados se tornariam pólo importante não só favorecendo crescimento econômico mas também o cultural em cidades que eram muito conservadoras. Talvez esse seja um dos grandes benefícios, talvez por isso o estado de são Paulo tenha uma condição mais equilibrada de desenvolvimento de que outros estados. (José Roberto Tozoni, 2013)

1968 foi um ano marcante, em Assis, começa com a repercussão do memorial entregue em 1967. O Diretor estava viajando e o vice em férias. E a faculdade estava “acéfala”. Não se podia entrar no campus naquela época. No início das aulas o que fizemos? Pichações […] feitas no asfalto. E quando alunos e professores chegaram aquilo foi um choque.[...] O governador então cria um diretor Pró tempore, Ergilio Noia Pinto, que ao assumir, convocou reuniões abertas com os estudantes, e fez uma assembléia com alunos da manha e da tarde, e ficou chocado com o que ouviram decidindo formar uma comissão para levantar problemas e soluções. Eram comissões paritárias, um professor e um aluno d cada curso, eleitos pelo conjunto de professores e alunos. Isso ao final de março. Em abril, Edson Luiz morre no Rio, e isso foi um estopim nacional. Isso faz com que o me local tenha um direcionamento político muito forte, a partir da plataforma que já existia. E aí houve uma passeata em assim, com adesão da população, o que ele não se lembra de ter havido antes. Passeata com cartazes, palavras de ordem. O poderia ser seu filho “criava empatia e sensibilizava a sociedade. Assim, o ME e a classe média (intelectuais) foi cada vez mais ganhando adeptos e culmina (essa junção de movimentos) com a passeata dos cem mil. (José Roberto Tozoni, 2013)

Em 1966 houve eleições para governadores. Em alguns estados houve a eleição de governadores da oposição consentida. Veio então o novo AI que terminava com as eleições diretas para governadores e prefeitos (70 cidades de segurança nacional, os maiores e mais importantes onde havia risco de a oposição ganhar) Em 1968, só havia eleição direta nas pequenas cidades. Só havia eleição então, para o legislativo
Senadores biônicos: estados que elegiam um terceiro senador, eleito pela assembléia legislativa do respectivo estado. A cada crescimento de uma ação com intenção democratizante, o Estado repressivo respondia com uma ação que juridicamente a impedia.
Então, algumas cidades passam a esse status de cidade de segurança nacional para conter uma alavanca da oposição.
Greves crescendo – metalúrgicos de Osasco. E a ditadura sentiu-se acuada, até a promulgação do AI-5, cujo pretexto foi o discurso de Márcio Moreira Alves, que elencava o caráter militar da ditadura, e a célebre conselho para que as moças não namorassem cadetes, os futuros repressores.
O ato anterior não permitia mais cassações, por isso, o dispositivo foi o pedido de Autorização ao congresso para processar Márcio Moreira Alves por ofensa as Forças Armadas, mas, a câmara dos deputados negou essa autorização. E esse foi o pretexto que baixa o AI5 reabrindo as cassações, teve uma nova rodada de cassações de políticos, colocando em recesso o Congresso nacional, as assembléias e a câmaras de vereadores, suspendendo o capítulo do exercício dos direitos individuais para a população,

> instalando-se um clima de terror. Esse foi o Golpe final para o ME. Antes houve o Congresso de Ibiúna, perto de Sorocaba, Era para ser um congresso clandestino, mas como ser clandestino com mais de 1200 pessoas e com todas as lideranças presentes?

O ponto de foco deste depoente na rememoração de sua militância é a criação dos Institutos Isolados e sua disposição em outro sentido da militância: criar pólos democráticos (os Institutos Isolados) dentro do Regime Militar.

> Do ponto de vista da Unesp houve um ponto importante: o congresso de Araraquara, composto por alunos e professores, O congresso de alunos e professores dos Institutos Isolados, que aconteceu em agosto, para discutir a formação de uma universidade democrática do interior do estado de São Paulo. Então a ideia dessa universidade, de dar uma unidade ideológica a estes institutos, era uma forma de alavancar a democratização, a partir de uma proposta discutida por toda a comunidade local, e era para funcionar como um locus democrático DENTRO da ditadura. “Nós sonhávamos alto!”
> O congresso foi realizado no campus da cidade [Faculdade de Odontologia e Ciências Farmacêuticas, localizada na região central de Araraquara] existia uma ideia de que a polícia ia cercar que era congresso de comunistas. Mas houve tantas deliberações que não se concluiu nenhuma ideia Então houve uma segunda parte deste congresso, que aconteceu em Rio Claro, em Outubro, que coincidiu com o congresso da UNE.
> Eu lembro que nos tivemos que sair, algumas lideranças, para São Paulo, atrás de advogados, para assistir aos colegas que foram presos em Ibiúna. Então, eu lembro que esse foi um momento importante na memória histórica para a Unesp. A ideia de uma universidade democrática para o interior do Estado de sãSão Paulo está desde 1968 e foi organizada e sistematizada em Araraquara.
> Depois, o que acontece, o ME vai arrefecer. Já havia a discussão desde a pre ditadura sobre as alianças de classes, e o PCB começa a mostrar as divergências internas que se expressam também no ME. Então, o ME dessa época, de 64 e 65 – o que vai se prolongar até hoje – a importância forte das tendências. Naquela época, a tendência clássica do PCB e da AP, que era um movimento de esquerda católico.
> Outro momento importante dessa época era a mudança da Igreja. Os cardeais não chegavam num acordo sobre o novo papa, então elegeram um papa idoso, conservador, mas que surpreendentemente, “vira a igreja de ponta cabeça, criando a teologia da libertação, importante nos movimentos sociais”. 5 anos de papado, mas cria um campo de mudança e de reflexão do papel da igreja, o que abre espaço para a esquerda.
>
> O protagonismo social do ME, nos anos 70, divide espaço com outros movimentos sócias: Movimento pela Laude, pela Anistia, contra a Carestia. Anistia foi um grande mobilizador, que gerou a anistia da Ditadura, que foi a anistia “para si próprio” - transição conservadora pelas elites.
> Ponto importante: criação da Unesp em 1976. E que também gerou uma organização dos docentes, a ADUNESP é a primeira associação dos docentes no Brasil, ela foi criada para se opor a criação da Unesp como era feita. Ela foi feita inicialmente, como disse Maurício Tratemberg, “A Unesp é a utopia burocrática realizada pela ditadura”, foi criada com uma lei do legislativo e dizia que quem faria o estatuto da Unesp era o Conselho Administrativo Provisório. E que era esse conselho provisório? O reitor, então coordenador Luiz Ferreira Martins, e os diretores todos nomeados e indicados diretamente pelo governador. Esse era um estatuto que era “disputando” a glória com Hitler, porque era para durar mil anos, era impossível mudar qualquer coisa sem mudar o estatuto, e para mudar o estatuto era necessário convocar o conselho universitário. Foi aí que se fracionou as unidades de Araraquara (que era Faculdade de Filosofia ciências e letra de Araraquara) Botucatu: FCMBB Faculdade de ciências médicas de Botucatu,

medicina e biociências, ou seja, quatro assentos no conselho universitário. Par ser diretor, era necessário ser professor titular, e para isso, era preciso o reitor autorizar o concurso. Então, só podia ser titular quem contasse com o beneplácito do reitor, e esse reitor compunha 3 quintos do conselho. Para ser diretor era preciso ser titular também, então o que acontecia, muitos departamentos emprestavam professores para ser chefe de departamento. Era uma coisa para durar mil anos mesmo, se não tivesse uma intervenção, então aí se criou na Unesp o movimento dos docentes. Não havia jeito de romper democraticamente com isso. Isso só vai acontecer na retomada do regime democrático jurídico institucional em 1984, a partir da explosão do movimento reivindicatório de democratização Assis, e na época eu não era mais estudante, já era professor. Por isso que eu to falando, vou lembrando muitas coisas aqui. (José Roberto Tozoni, 2013)

O diretor terminaria o mandato em agosto. E de um movimento forte para as eleições diretas que foi feita no mês de junho. Junho é mês de férias. O diretor renunciou ao último mês de mandato, mês de férias, e duas semanas depois, ele foi nomeado diretor de segundo mandato durantes as férias. A justificativa é que quando os estudantes voltassem estaria tudo resolvido. Acontece que teve uma manifestação nas férias e os alunos voltaram e começaram a pedir as aulas. A famosa história do BUMBO, os alunos pegavam um bumbo e ficavam passando, e um dia o diretor ficou tão irritado que chamou a polícia. Chamou a polícia e o movimento cresceu. A reitoria suspendeu as aulas, com uma greve da reitoria.
Como era possível as aulas, tudo funcionar, menos o reitor entrar? E as aulas continuaram à revelia das autoridades acadêmicas. Eles começaram a fechar o prédio, e aí abriu-se uma sindicância para averiguar, apurar os responsáveis pelos atos de vandalismo e intimidação (José Roberto Tozoni, 2013)

Chamavam -se os professores nas salas, faziam uma inquisição. Como eram funcionários, eles davam os nomes: “Confirma aqui se esses são s responsáveis e assine aqui” Quando eram os acusados, aí era diferente.
Essa comissão começou na reitoria e depois se propôs a demissão de 6 professores. O crime que haviam cometido (quando as coisas começaram a se complicar, alguns professores se afastaram do movimento e outros decidiram ficar com os alunos e manter as aulas que aconteciam na sala da congregação, que era ocupada. O crime era esse: o professor tal deu aulas numa sala ocupada. Houve um caso de que a descrição era a participação de um almoço do dia dos pais que os alunos fizeram.
Então, a sindicância concluiu como proposta a demissão de 6 professores, suspensão de por volta de 15 a 20, outras suspensões de professores e alunos, mais a expulsão de 5 alunos.
Quando eu vejo essa “sindicância” lembro da ditadura, que estava no fim de seu funcionamento jurídico, já no governo de franco Montouro, 83 -84.
Depois de muito tempo, ao final de outubro, como a situação não se resolvia os estudantes decidiram desocupar e permitir que o reitor voltasse. Mas daí nasceu o fato de que estudantes e professores de outras Unesp começaram a expressar solidariedade, e no ano seguinte era ano de eleição, e foi aí que aconteceu essa passagem. Se iniciou um processo de consulta a comunidade em 1984, e a sucessão seria ao final de 84, processo de consulta as entidades estudantis e docentes, os servidores eram restritos, sua participação mais intimidada.
O professor Saad ganhou e o reitor da época, que não era mais o Martins, que passou a ser secretário da Educação do governador de Paulo Maluf. O vice-reitor então (ainda tinham o controle do conselho universitário) Montoro foi eleito com o compromisso de democratização. E a estratégia do reitor era escolher outro reitor. A idéia era que estudantes e docentes boicotassem e eles escolhessem seu candidato. Mas os alunos decidiram por um contragolpe: participar em massa e eleger o professor Saad. Mas então, ele não entrou na lista. Foi a primeira consulta que eles fizera. Por uma sorte

> jurídica nossa, eles não tinham 6 titulares de confiança, então o sexto foi o reitor. E o estatuto da Unesp dizia que o reitor não poderia ser reconduzido.. Por isso, Montoro não pode escolher, a lista precisava de 6 nomes e eles tinham apenas 5. Montoro devolveu a lista alegando a impossibilidade de escolha, e isso foi resolvido com a nomeação de um reitor pro tempore, após muitos meses de tensão. E foi aí que, em parte, a universidade foi redemocratizada. Mudou-se o estatuto e as formas do conselho. Houve um novo congresso em Araraquara, sobre o Estatuto. Isso ao final da ditadura, e já havia o começo da campanha para eleição direta para presidente.
> Uma das palavras de ordem para que Montoro não indicasse nenhum da lista, o que o sensibiliza porque era um dos lideres da campanha nacional pelas diretas, "diretas urgente para reitor e presidente.
> Final da ditadura: participei não mais como estudante, [já como docente] mas junto com o Movimento Estudantil. Acho que a partir dai começou a rearticulação do ME nacionalmente. (José Roberto Tozoni, 2013)

A partir de então, identifica para si um novo papel, o de docente, mas permanece ligado ao grupo, pela ação que empreende como professor que é pautada nos laços que construiu na militância. Observando este depoimento a partir dos questionamentos etnográficos propostos, observa-se que a representação de si enquanto militante neste ator se concentra na afirmação da militância ao mesmo tempo em que rejeita a participação em entidades estudantis.

Sua identificação geral como indivíduo no conjunto da militância, nesta fala, gira em torno da idéia de se considerar um militante continuamente, mesmo após deixar a condição de estudante, mas afirmando tal militância na ausência de ligações com qualquer entidade representativa estudantil ou grupo de esquerda. Assim, oferece um traço divergente neste primeiro ponto de análise com relação aos outros dois depoentes, ligados à entidades estudantis locais (Carlos Mesquita) ou a grupos de esquerda armada (Euclides Cunha).

Sua identificação com o grupo de origem se dá por meio de sua aproximação com a juventude católica, antes da universidade. Apesar de figurarem como grupos políticos estudantis, para o depoente, sua militância concreta se desenvolve após essa ligação inicial, por isso compreende, em sua construção mnemônica, que não havia ligação de sua militância com quaisquer entidades ou grupos. Entretanto, das três falas, este depoente constrói a que mais apresenta elementos de identificação da estrutura político-ideológica do ME, enquanto os outros dois se pautam com mais ênfase nos sentimentos emergentes. Na verdade, após a identificação inicial, todo o relato gira em torno de sua trajetória na luta pela construção dos Institutos Isolados.

Como traço comum também aos outros depoentes, não se observa despersonalização do adulto pela ação do jovem militante, mas sim uma concepção clara de si mesmo como um agente

que constrói a trajetória de vida com base na luta política da juventude, elementos demonstrados na fala quando sua participação como professor e posteriormente na fundação da ADUNESP emergem.

4.3 Depoimentos: sobre os silêncios nas narrativas

A partir dos depoimentos colhidos nesta pesquisa, observa-se uma alteração na relação entre pesquisador e depoente, no sentido que o depoente não é mais o universo ao qual o pesquisador busca a procura de um conhecimento específico. Dois novos pontos a serem observados emergem: a legitimação do espaço da fala, com a inversão da dinâmica da procura depoente-pesquisador; e a dicotomia entre os silêncios e a necessidade da confidência.

No entanto, a partir dos depoimentos colhidos nessa pesquisa, é a dinâmica entre silencio e narrativa que se sobressai. Se os ciclos comemorativos os líderes, ou como tratamos aqui, a cúpula do ME, (se tratarmos o movimento como organismo, como instituição) tem a oportunidade de expor suas memórias suas análises e suas reconstruções acerca de sua militância, é diante dos grandes eventos sobre os 50 anos do golpe, associado aos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, que emerge em alguns desses militantes a vontade de expor sua versão, sua história, e a trajetória de sua vida depois da militância.

É recorrente a expressão da sensação de que suas memórias não tem lugar, não são reconhecidas ou valorizadas, ainda que suas vidas tenham sido tão afetadas pela repressão quanto as dos líderes mais conhecidos:

- Os silêncios e as confissões;
- A procura pela oportunidade da fala como forma de legitimação do passado.

Os silêncios na narrativa também revelam sentimentos, ainda que de insegurança, de alguns depoentes. Em dois casos houve o pedido para desligar o gravador para retomar e então responder a algo que havia sido silenciado anteriormente. Ou, num terceiro caso, o mesmo pedido para uma confidência sobre participação numa organização de luta armada, mas que o depoente justificou que “precisava” contar, embora não quisesse que ninguém mais soubesse.

Como este, há outros pedidos específicos para não expor memórias ligadas à militância na luta armada posteriores ao Movimento estudantil, após 1968. Mas, o que é importante para

esta análise, ainda assim houve o sentimento de necessidade de precisar expressar essas memórias, ainda que elas ficassem somente entre depoente e pesquisadora.

Percebe-se, portanto, a necessidade da fala, da expressão e da legitimação de sua visão e de sua reinterpretação dos fatos. Seja como valorização de sua trajetória e fazê-la impressa num trabalho acadêmico, seja na confidencialidade da descrição de uma memória que, como num depoente do estado de Minas Gerais, não tinha sido exposta nem mesmo à família. Há o impulso de se colocar no quadro e se mostrar igual, par, como ator, àqueles cujos nomes são frequentemente associados à memória e a história do movimento Estudantil.

Com a popularização e o extenso acesso às mídias digitais, e a facilidade de divulgação na internet dos textos produzidos ao longo da pesquisa, apresentados em congressos, outro fato importante para este trabalho veio à tona: com certa constância, alguns atores do Movimento Estudantil que escapam ao grupo de amostra da pesquisa entram em contato procurando eles mesmos participar do trabalho, identificando-se com outros atores e os processos nela descritos, caso dos três depoimentos escolhidos.

4.4 Considerações sobre as narrativas

Eu não lembro de muita coisa (Carlos Henrique Mesquita, 2013)

Em algum momento, todos os depoimentos são perpassados por essa afirmação. Apesar disso, são carregados de detalhes, em meio a uma história, emergem outras que dão espaço a novos contextos, que às vezes distanciam-se do ponto principal da entrevista. Com exceção do professor Tozoni (2013), os outros depoentes pediram um direcionamento, aguardavam com expectativa um quadro específico que lhes seria apontado para que suas memórias viessem a tona. No entanto, dada à abertura para que pudessem relatar aquilo que julgassem o mais importante para seu ponto de vista, as falas tinham um fluxo constante, sem interrupções, chegando de forma recorrente á excitação pelo ato da exposição das memórias, e de indignação, quando, por vezes, eles as associavam com algum ponto do contexto político contemporâneo.

A partir dos quatro elementos citados anteriormente na construção identitária a partir da representação da memória, observa as seguintes similaridades: o ritmo, o fluxo das palavras, o tom de voz, a presença ou não de interrupções para lembrar melhor de um fato, ou para construir uma linha de raciocínio segundo o que consideravam conveniente são dados imprescindíveis que não podem ser medidos, senão observados e relatados atentamente. Não se pode precisar às memórias de um individuo, ainda que sejam idênticas ao conteúdo de um documento histórico. Mas isso não as torna menos importantes: faz com que seja o espelho das percepções que apenas aquele individuo pode ter de dado contexto.

Para isso, o laço de confiança que se forma, em diferentes níveis segundo a abertura de cada depoente, permite a confidência de passagens que escolhem não tornar públicas, mas que ainda assim escolhem transmitir ao pesquisador.

O que se expõe são os resultados de diferentes encontros e conversas alguns depoimentos dados em dias seguidos, outros com algum espaço de tempo entre eles. E começam com a mesma forma: informalmente, com a pergunta sobre o motivo da escolha do tema para a pesquisa, e, ao se preparar para as falas, questionam qual direcionamento deve dar às suas lembranças (método de evocação da memória). Há ainda a verbalização de receio de que suas memórias não sejam relevantes, mas ainda assim, o expresso desejo de se situar voluntariamente em meio a um contexto histórico que permeou sua vida.

Diante dos elementos para a formação do conceito de memória do ME por meio da bibliografia e das leituras produzidas, e do conceito simbólico do grupo nos arquivos do Estado, o foco no relato de atores do Movimento Estudantil poderia acontecer em duas vias: um grande número de depoentes contatados por rede, ou o foco num número menor, em que se pudesse ter mais de um encontro e de forma livre, sem tematizar, sem limites de tempo ou direcionamentos que não fosse do próprio ator.

Por isso, os depoimentos transcritos foram escolhidos para atender a esta segunda possibilidade, de forma que se pudessem expor os detalhes das falas, das emoções e dos silêncios que aconteciam para cada ator. Entre outras entrevistas realizadas, os que se voluntariaram, cada um segundo seu motivo particular, tiveram aqui o espaço para análise do processo de reconstrução da memória, uma vez que a intenção neste trabalho foi a de humanizar o relato sociológico do impacto de um contexto histórico permeado pelo ativismo político que muitas vezes, se sobrepõem à presença humana, volátil, construída também de emoções, desejos e de

dúvidas, para além da construção de partidos ou da identificação das linhas ideológicas presentes nos movimentos contestatórios.

> Sem prejuízo da especificidade de cada leitura científica, procura-se um modo de olhar que se quer «aberto». Nesse sentido, é cada vez mais freqüente a utilização por parte da sociologia de técnicas qualitativas baseadas na relação aprofundada com um pequeno número de autores sociais. A história de vida, a biografia, a entrevista em profundidade, são disso exemplo e poderão representar para a investigação sociológica instrumentos privilegiados de análise da realidade O contacto directo do sociólogo com os actores não anula o distanciamento que a ciência exige. Antes transforma a recolha de informação numa experiência que «humaniza» a própria investigação, ou seja, proporciona ao investigador a possibilidade de «ver por dentro», tomando uma dupla posição de observação: a de investigador e a do próprio actor (LALANDA,1998, p. 872-873)

Apresentados os três depoimentos, ao final de cada entrevista, identificou-se:

i) O ponto de base para as evocações;

ii) Os elementos disparadores das percepções permeadas por sentimentos/emoções

A partir destes pontos, na construção e transposição para o presente dos quadros mnemônicos entre os três depoentes, observou-se que:

1. O elemento que faz a identificação pessoal como militante parte de um momento anterior à entrada no grupo ME, como um ponto de descoberta de si como agente de transformação política.

2. A identificação de outros atores como agentes semelhantes se dá também em momentos anteriores ao ME universitário, e posteriormente há a ligação, na fala, com a identificação de companheiros do mesmo grupo (segundo a ordem explicitada, a escola e os companheiros da produção artística para o primeiro depoente; familiares para o segundo e a juventude católica para o terceiro).

Ou seja, ainda que com trajetórias pessoais, de vida e profissionais diferentes, formas de mobilização e atuação no ME diferentes, os depoentes demonstram a relação constante entre o plano pessoal e subjetivo anterior ao ativismo, como uma esfera de comportamento ao mesmo tempo resguardada e perpassada por outras esferas sociais.

Isto demonstra que, apesar das diferenças nas construções das trajetórias de vida de cada agente, identificáveis no contexto de sua fala, há elementos *pessoais*, subjetivos, e *sociais* que fomentam a construção do laço simbólico com o grupo. O que prevaleceu entre os elementos sociais se refere à imagem do papel histórico construída sobre o ME presente na memória

coletiva, por meio principalmente da literatura, com interpretações e associações de valores variáveis segundo o pulso de produção literária observado.

A identificação pessoal acontece, por sua vez, segundo a sua experiência individual, ou seja, segundo as marcas que a militância deixa em suas vidas: a clandestinidade e a luta armada posteriores, para Euclides Cunha; a carreira acadêmica como permanência simbólica nas mobilizações estudantis para Carlos Henrique Mesquita; a luta pela criação dos Institutos Isolados no interior do Estado de São Paulo, para José Roberto Tozoni.

Nestes três pontos, identifica-se como traço linear a continuidade na luta pela democracia por outras ações após a militância estudantil, baseando-se fundamentalmente na profissão: o universo acadêmico para os professores universitários e a organização de mostras de arte sobre a resistência à ditadura por Euclides Cunha. Neste panorama, a transposição de sua ação passada para o presente como elemento legitimador de sua ação se dá associando sua memória à sua trajetória e à sua profissão.

O traço comum nas falas foi a aplicação de uma intenção ao transpor os quadros do passado para o presente. Nestes casos, Euclides Cunha e José Tozoni delineiam sua trajetória profissional em associação a lutas que emergiram em suas vidas após a militância estudantil, enquanto para Carlos Mesquita, tal transposição o insere num processo histórico que legitima o sentimento de orgulho proveniente desta ação. A intenção na transposição dos quadros pode, como no caso destes depoentes, ter uma motivação que emerge dos sentimentos atrelados à construção mnemônica.

No entanto, como observou-se no Capítulo 2 deste trabalho, a reconstrução de um cenário político do passado[77] pode ser motivada por um interesse político. O espaço para a discussão de uma construção presente de um quadro passado é, entende-se, fomentado pelos interesses e usos políticos que se podem fazer dela. Este conceito pode ser retomado quando se observa a apropriação pessoal e a divisão de um mesmo contexto formador de lembranças.

O interesse na utilização dessa memória pode convergir num grupo, mas no caso do grupo ME, observa-se diferenças e até certo ponto a geração de conflitos na exposição dos mesmos. A memória, entretanto, emerge pautada pelas percepções emocionais e físicas subjetivas, pessoais e

[77] Como apresentado no texto, nas possibilidades de pesquisa acadêmica ou no espaço para a publicação de memórias

intransferíveis, tanto quanto é afetada pelo quadro da memória histórica e da memória coletiva. As diferenças entre estas percepções pessoais podem gerar os conflitos acerca da possibilidade da "apropriação" de um passado que é ao mesmo tempo, pessoal e compartilhado. No próximo tópico, observa-se como a intenção na utilização da construção da memória pautada na percepção pessoal da lembrança pode gerar conflitos quando ela é ao mesmo tempo partilhada com o grupo com o qual se trava o laço simbólico.

4.5 A quem pertence a memória? Tensões acerca do espaço da narrativa e apropriações como legitimação da ação

O ano de 1968 tem, em nossas mentes, a seguinte consigna:

> O ano de 1968 marca o último episódio em que pudemos crer na possibilidade de desenhar o mapa do futuro. Suas linhas não eram nada precisas, a mão não possuía a firmeza e a segurança da maturidade, o pensamento não era claro, a vista se dividia entre a realidade e o sonho, mas o coração era sensível à esperança e tudo isso fundamentava a certeza simples de que o devir histórico continha a transformação e se definia pela expectativa de que todos poderiam tornar-se outros e que o mundo se tornaria outro porque nada do que existia era suficientemente forte para resistir à história e ao futuro
> (Franklin Leopoldo e Silva, professor titular do Departamento de Filosofia da USP, em e-mail para o grupo 40anosde68)

O espaço da narrativa e da exposição da memória não existe somente na ação de conceder um depoimento. Ele pode acontecer para justificar ou legitimar uma ação anterior utilizando outros espaços, como a imprensa, meios digitais, mesas de discussão ou eventos que reúnam indivíduos que tenham laços com o quadro mnemônico que se deseja resgatar e apropriar. Isto porque a valorização da essência humana, terrena, dos atores aos construírem seu relato não exclui a intenção da legitimação da ação política do passado. Um dos exemplos da apropriação da memória para a legitimação de uma ação passada, e neste caso, para a reafirmação de uma ação no presente, foi à homenagem, em 2008, ao estudante de medicina Luiz Paulo da Cruz Nunes, morto por um tiro na cabeça desferido por agentes do Dops.

Em 1968, estudantes da então Universidade Estadual da Guanabara, hoje Universidade Estadual do Rio de Janeiro, fizeram uma manifestação em frente ao hospital universitário para expressar repúdio às prisões dos estudantes presos no XXX Congresso da Une em Ibiúna.

Portavam um boneco de 6 metros, que representava um policial militar armado e ainda os dizeres "Estátua da Liberdade/Brasil-68". Ao reprimir o ato, agentes do Dops – RJ dispararam e um dos tiros atingiu o estudante do último ano de graduação. Em 1972, amigos e corpo docente na formatura de outra turma tentaram fazer uma homenagem para Luiz Paulo, ma o orador foi impedido de realizá-la. Em 2012, ao completar 40 anos daquela homenagem, a família de Luiz foi reunida e o mesmo orador escolhido em 1972 ocupou-se de proferir o discurso que foi impedido.

> [...] No túmulo da vítima inesquecível, escritas na tarja de uma coroa, estes poucos dizeres: "A Luiz Paulo, nossa Universidade". Estamos de luto e sentimos nojo. Os meses e os anos correrão; talvez sejam vorazes. Mas, na corrida, não nos despojaremos da lembrança ensangüentada. A lembrança perdurará. Que sirva de semente; que frutifique na consciência dos responsáveis pela ordem e pelo bem social o dever de banir, para sempre, uma ilustração tão malvada. A funesta verdade é que um jovem estudante morreu, vítima de um sicário; morreu exatamente no momento em que mais a esperança precisava de sua vida: Luiz Paulo da Cruz Nunes, não lhe diremos adeus: A lembrança de sua presença haverá de seguir com a nossa UEG.[78] (ARQUIVO DO ESTADO/SP, 2012)

Observe-se que não foi proferido outro discurso, ou uma homenagem da Faculdade, mas sim, uma reapropriação deste mesmo evento na verbalização das palavras que não puderam ser ditas quarenta anos antes, legitimando o discurso que não pode ser realizado. Os laços com o grupo emergem e se tornam elementos do presente até mesmo quando não há ligação emocional-afetiva entre alguns dos autores, ou, na situação a seguir, quando a ligação provém de um contraponto, de um desentendimento.

Num dos grupos[79] sobre a preservação da memória do Movimento Estudantil Consuelo de Castro, militante em 1968, expressa o desejo de que um texto sobre suas memórias da militância seja veiculado para todos os participantes, entre ex-militantes, acadêmicos e estudantes. O texto é o seguinte:

> Quarenta anos, aqui , agora.
>
> A José Dirceu

[78] Texto na íntegra disponível em: http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/imagemepoca/anteriores/junho2012

[79] (40anosde68)

Quarenta anos depois do incêndio caminho devagarinho por essa rua hoje pacificada tentando recolher algum vestígio de nossa presença. Não o resgate institucional, o memorial de resistência, mas o calor de um agora que há quarenta anos virou ontem mas ainda lateja. Éramos tantos, éramos fortes, éramos loucos de paixão e fé. Mas o muro se erguia , a arma aprumava mira e a brutalidade se tornava lei para derramar a céu aberto o nosso sangue.Vejo em cada nesga de cimento, pedra e porta nossa cara ainda fresca de tempo. Os que sobrevivemos e os que foram colhidos pela morte aqui mesmo. Vejo todos. Um por um. Aqui, agora, já. Arantes discursa , os imensos olhos negros brilhando como luas .Chico compõe no bar da quitanda entre uma batida de coco e uma de maracujá. Renata tenta decorar falas de Os Fuzis da Senhora Carrar para o espetáculo que o TUSP vai estrear. Aloysio , primeiro da classe, de muita ação e pouco falar, sobe no carro de som e troveja, o megafone a ampliar a já possantissima voz. Benê monta o roteiro da passeata enquanto passa slides de Renoir num mocó do infinito Copan. Tudo ainda acontece.Romances nascem e morrem. A cara dada pra bater.A franqueza. O destemor e o mofo das celas. O hino nacional cantado no Dops para aqueles antropóides todos. Um amasso embaixo de ponchos. Um beijo atrás da coluna.. Alguém de porre no bar da esquina com dor de cotovelo, alguém de porre no bar da esquina celebrando novo amor. Tenho prova com Ruth Cardoso dentro de minutos e tento estudar Levy Strauss no saguão. Inútil. Me entregam um panfleto contra o ministro da justiça, outro contra a Guerra do Vietnam e um saquinho de bolinhas de gude para fazermos escorregar os cavalos da policia montada no comício da São João. Pelo buraco do elevador escalo o telhado e me junto à comissão de segurança, que tirita de frio há dias esperando a invasão. Del, Abê, Oscar, Yara, Lucia, Tereza Cristina, Lobão, Leda, Perrone, Angela, Zé Au, André, Bento, Celia, Marias, Josés e Joões estão todos aqui, dentro de mim, diante de mim, sonoros, vivos , meninos. Você ainda fala em vitória no topo do Municipal. Eu ainda uso a mesma calça lee, a mesma bota topa tudo e ainda esqueço o saquinho de bolas de gude no balcao do Seu Joaquim. Ainda sou tua melhor amiga. Como insisti que você me chamasse quando te visitei no presídio de Itaipu. (Castro, 2008.) (grifos da autora)

Consuelo de Castro elabora um pequeno relato sobre sua militância, onde não reconstitui fatos, dados ou números, e nem dá uma versão particular para algum acontecimento. Seu depoimento é baseado na transposição de uma lembrança para seu momento presente: “Josés e Joões estão todos aqui, dentro de mim, diante de mim, sonoros, vivos, meninos”. E voltado para o sentimento que *nela* emerge: é o laço emocional de amizade que possui com o ex-presidente da UEE-SP, José Dirceu. Suas lembranças, evocadas pelo elemento de disparo que eram as coletas de depoimento do grupo, emergem entrelaçadas pelos sentimentos ligados a outro ex-militante, espelho, para ela, de sua juventude.

Se ao criar suas lembranças a autora vê seu amigo ainda menino, elas, porém, são colocadas num tempo-espaço diverso daquele onde foram produzidas - num novo contexto político onde a atuação de José Dirceu como Ministro Chefe da Casa Civil foi questionada por seus contemporâneos, resultando em cassação e em condenação criminal. A transposição de um quadro passado para o tempo presente que pertence a um universo interpretativo particular, o de

Consuelo, é questionada, no presente, pela interpretação social das ações do objeto de sua amizade: alguns dos integrantes do grupo pediram para ser retirados imediatamente do mesmo, outros expressaram indignação, por não concordarem com uma homenagem a Dirceu.

> Não me parece que o texto da Consuelo tenha sido uma homenagem a José Dirceu. E se algum José Dirceu foi homenageado, foi o que ela tem na memória. Assim entendo e assim entendi. (Carlos Vainer, 2008)[80] (grifo da autora)

Não cabe neste trabalho uma análise dos posicionamentos e ações do ex-presidente da UEE enquanto Ministro Chefe da Casa Civil nos anos 2000, mas o que se pode observar é que, ainda que, aparentemente, atuando segundo princípios políticos que desagradaram seus antigos companheiros, o laço que os ligavam uns aos outros por meio da memória do grupo existiam, quer para acolher, quer para refutar os sentimentos expostos por Consuelo de Castro. Ao mesmo tempo, o texto funcionou como elemento a identificação das lembranças em outros componentes do grupo, pelos sentimentos demonstrados no decorrer da leitura:

> Meus amigos, aqui vai um texto da Consuelo...a medida que fui lendo foi como se estivesse em 68 de novo...e com saudades de todos. Consuelo, gostei muito...fiquei emocionada...um abraço. [81]

Mas não há unanimidade. Se ao longo dos anos de ditadura o movimento tinha grupos internos de identificação ideológica divergente, até conflitantes, o mesmo aparece no processo de identificação das memórias e dos sentimentos que com elas emergem. Cid Benjamim se pronuncia: “não se trata de dizer que ele não foi o mais importante líder estudantil de São Paulo em 68. Isso está na história e não pode ser apagado. Mas o texto da moça é dedicado a ele.” (Cid Benjamim, 2008)[82]

Mais tarde, retoma seu posicionamento: “Quanto à homenagem que a autora do texto presta, creio que cada qual homenageia quem quiser. E na lembrança que tiver em sua memória” (Cid Benjamim, 2008)

---

[80] Via e-mail ao grupo 40anosde68

[81] Autora sem identificação, via e-mail ao grupo 40anosde68, setembro de 2008.

[82] Via e-mail ao grupo 40anosde68

Diante do impasse no grupo presente, Carlos Vainer[83] procura acalmar ânimos e reposicionar a valorização da memória, da forma como ela vier para cada sujeito:

---

[83] Texto na íntegra: “Não li o texto do Denis Mariotto, mas a reação dele traz à baila um interessante tema: a atualidade da história, ou melhor, como tratar e resgatar a história na contemporaneidade.
Em diferentes momentos da trajetória dos movimentos socialista e comunista a questão se colocou de forma particularmente dramática: "Como tratar aqueles que não reconheço mais como fazendo parte d`"os nossos"?
Não estou aqui propondo uma discussão acerca das opções e práticas políticas contemporâneas de José Dirceu, ou de qualquer outra pessoa. Estou querendo colocar em pauta a questão que o stalinismo e os julgamentos do final dos anos 1930 na União Soviética resolveram de maneira simples. Os ditos "traidores", os trotskistas, os bukharinistas e tutti quanti, inimigos de Stalin e, por conseguinte, do socialismo e da pátria socialista, foram considerados como se, desde sempre, desde criancinha, tivessem sido traidores, aliados dos alemães, agentes infiltrados da burguesia e do imperialismo. Velhas polêmicas da luta interna do Partido Bolchevique eram atualizadas, relidas, reinterpretadas à luz dos conflitos em curso (contemporâneos). Descobria-se, então, que se Trokski havia divergido de Lênin em 1903 era porque já, desde então, não passava de um agente infiltrado ... E o mesmo valia para o inimigo da vez, fosse o esquerdista.
Preobachensky, o direitista Bukharin ou o centrista Kamenev. E todos tiveram o mesmo destino, tendo sido banidos da HISTÓRIA OFICIAL.
São conhecidas as fraudes cometidas em fotos históricas da revolução das quais Trostky foi simplesmente apagado. Afinal, como poderia uma boa revolução ter sido liderada por um "traidor".
O esforço de apagamento da memória sempre foi um poderoso instrumento nas mãos do poder. O poder é também, quase sempre, o poder de narrar a história, dar a "verdadeira versão". E por que diabos nos esforçamos, no Rio, em São Paulo, um pouco por toda parte, a evitar o apagamento da nossa história? Por que este apagamento apenas serve aos que detêm o poder, aos que querem que as lutas e esperanças que foram – e para muitos, permanecem – as nossas sejam preservadas e transmitidas.
No Rio fizemos a opção de intitular nosso esforço como segue: "40 Anos de 1968 – Relembrar, Celebrar, Entender". Isto quer dizer:
a) Relembrar – para impedir o apagamento da memória de luta e organização, a memória de que a resistência é necessária e possível
b) Celebrar – por que há muita coisa maravilhosa, naquela experiência histórica que deve ser, sempre, celebrada.
c) Entender – entender o que foi aquele processo social, entender sua diversidade e riqueza, e suas permanências, e entender o que foi a nossa experiência individual e coletiva neste processo social.
No texto de lançamento de nosso projeto aqui no Rio, que está no nosso sítio (www.40anosde68.ufrj.br), há uma passagem que me parece merecer citação:
"O presidente recém-eleito da França, liderança emergente de um conservadorismo europeu que proclama orgulhoso suas escolhas ideológicas, não poderia ser mais claro: "a questão é se a herança de 1968 deve ser perpetuada ou deve ser liquidada de uma vez por todas". Sarkozy tem razão: a luta continua. Por isso, também, mais que nunca, lembrar é agir, lembrar é resistir, é assumir posição. Luta pela memória, pela permanente atualização de mensagens e idéias, imagens e sons de 1968. Por isso, mais que tudo, vamos comemorar 40 anos. Sem nostalgias, conscientes dos desafios do presente e do futuro, mas certos que esta re-memoração é comemoração, mas é também, nos dias que correm, um ato político e cultural de resistência e de esperança".
É interessante e curioso que alguns queiram apagar memórias de experiências e vivências. É paradoxal e intrigante. Mas é parte do que somos hoje. Certamente há lembranças dolorosas ... e não são poucas. Mas que a diversidade das lembranças apareça parece-me muito bom. Afinal, hoje, como ontem, como há 40 anos atrás, somos muito diferentes, como correntes de pensamento e como indivíduos ... Isso, certamente, ontem como hoje, cria algumas dificuldades, mas essas dificuldades são bem-vindas, não é mesmo? Afinal, se posso dizer assim, essas diferenças fazem parte de nossas virtudes, e não de nossos defeitos (que não são poucos, reconheço, mas não são o objeto desta reflexão).
Eu, de meu lado, não conhecia a Consuelo até ler o texto dela. Das pessoas que ela cita, acho que conheço muito poucos. Mas *tão logo a encontrei, tão logo me senti próximo*. Não porque me lembre deste ou daquela, mas porque ela se lembra da mesma maneira que eu. Ela resgata algo que, a meu ver, foi o mais rico de nossa experiência: tudo se misturava. Ação política, música, poesia, paixão, namoros, tudo se fundia numa vivência inseparável da

> É interessante e curioso que alguns queiram apagar memórias de experiências e vivências. É paradoxal e intrigante. Mas é parte do que somos hoje. Certamente há lembranças dolorosas ... e não são poucas. Mas que a diversidade das lembranças apareça parece-me muito bom. Afinal, hoje, como ontem, como há 40 anos atrás, somos muito diferentes, como correntes de pensamento e como indivíduos ... Isso, certamente, ontem como hoje, cria algumas dificuldades, mas essas dificuldades são bem-vindas, não é mesmo? Afinal, se posso dizer assim, essas diferenças fazem parte de nossas virtudes, e não de nossos defeitos (que não são poucos, reconheço, mas não são o objeto desta reflexão). (Carlos Vainer, 2008)[84] (grifo da autora)

> Eu, de meu lado, não conhecia a Consuelo até ler o texto dela. Das pessoas que ela cita, acho que conheço muito poucos. Mas tão logo a encontrei, tão logo me senti próximo. Não porque me lembre deste ou daquela, mas porque ela se lembra da mesma maneira que eu. Ela resgata algo que, a meu ver, foi o mais rico de nossa experiência: tudo se misturava. Ação política, música, poesia, paixão, namoros, tudo se fundia numa vivência inseparável da esperança e da paixão – ou deveria dizer das esperanças e das paixões. Não estive em São Paulo, não conheci aquele pessoal todo, mas lembro as mesmas coisas, e acreditem, e, também tive por aqui os meus José Dirceu, Renatas, Aloysios, Josés e Joões. Eu os amei e os amo, hoje como ontem, pois foram, são e serão sempre, tais como estão na nossa lembrança, todos eles, cada um a seu modo, lindos, íntegros, apaixonados eles também ... Pois, fico por aqui, com estas bestas reflexões acerca da presença do passado no presente e, por que não dizer, acerca destas invasões irritadas, às vezes desajeitadas e perigosas, do passado pelo presente. (Carlos Vainer, 2008) (grifos da autora)

O relato de Carlos Vainer teve como ponto de evocação as discordâncias entre os sentimentos de outros militantes, não quanto à memória, mas quanto ao valor e ao direcionamento dos sentimentos a ela associados. A memória, para todos do grupo, é a mesma. Porém, como se tratou ao longo do texto, a emergência que resulta da transposição dos quadros do passado depende do processo cognitivo de cada indivíduo, e as ações produto dessa inter-relação depende muito dos sentimentos que emergem no processo. Assim como os depoentes desta pesquisa, o posicionamento de Vainer na defesa de Consuelo tem ligação

---

esperança e da paixão – ou deveria dizer, das esperanças e das paixões. Não estive em São Paulo, não conheci aquele pessoal todo, mas lembro das mesmas coisas, e acreditem, e, também tive por aqui os meus José Dirceu, Renatas, Aloysios, Josés e Joões. Eu os amei e os amo, hoje como ontem, pois foram, são e serão sempre, tais como estão na nossa lembrança, todos eles, cada um a seu modo, lindos, íntegros, apaixonados eles também ... Pois, fico por aqui, com estas bestas reflexões acerca da presença do passado no presente e, por que não dizer, acerca destas invasões irritadas, às vezes desajeitadas e perigosas, do passado pelo presente.
Viva a memória. Ou melhor: vivam todas as memórias, contraditórias ou não, racionalizadas ou não, fragmentadas ou não, que venham todas à tona, pois é delas que é feita a experiência individual e coletiva de uma geração.
Abraços, Carlos
P.S. O texto da Consuelo está indo para o nosso sítio. Quem tiver mais depoimentos, lembranças, histórias, estórias, mande-as que vamos ajudar a socializar estas memórias.

[84] Via e-mail, ao grupo 40anosde68, 2008.

emotiva com o passado, sem que necessariamente houvesse concordância com a interpretação oferecida. A ligação com o grupo se fez, então, pelos sentimentos. Dos sentimentos, observou-se, mais do que a partir de interesses, é fizeram-se os usos políticos dessas memórias direcionadas para preservar os fatos nas memórias sociais, contá-las a quem quiser ouvir, mas principalmente, contá-las para reviver o que se sente:

> Viva a memória. Ou melhor: vivam todas as memórias, contraditórias ou não, racionalizadas ou não, fragmentadas ou não, que venham todas à tona, pois é delas que é feita a experiência individual e coletiva de uma geração. (Carlos Vainer, [40anosde68], 2008)

Capítulo 5. Considerações Finais

Retomando a hipótese central deste trabalho exposta no primeiro capítulo, a proposta foi a de que havia para os integrantes do grupo geral dos militantes do ME uma identificação simbólica de sua trajetória pessoal presente com o grupo no passado, embora não necessariamente com a trajetória do grupo. O laço com o grupo poderia ou não ser reconstruído a cada processo de reelaboração de sua memória pessoal sobre sua participação no ME e dependendo da estimulação externa para o processo elaborativo.

Como resultado geral da análise proposta com base na hipótese supracitada, compreende-se aqui que há um movimento continuo de legitimação da atuação externa, dentro do ME, a partir da percepção dos sentimentos emergentes ao reavaliar a própria atuação no contexto histórico. O ator transita entre dois universos elaborativos da mesma memória-conceito, a sua versão pessoal, preenchida por elementos emocionais e físicos, e a memória histórica, elaborada pelas pesquisas acadêmicas, pela imprensa, pelo material produzido pela repressão. Esse trânsito gera duas possibilidades de sentimentos:

i) a busca pela legitimação de si no processo histórico (pela legitimação ou pela recusa em dar depoimentos);

ii) e a interpretação do contexto em questão inserido em sua trajetória de vida particular, ambos, elementos confirmadores do laço presente com o grupo constituido no passado.

Portanto, carregado de interpretações e emoções diferentes segundo o momento vivido pelo agente. Laços com o grupo, assim, são estreitados ou afrouxados de acordo com o contexto presente.

A partir dos levantamentos sobre as leituras de 1968 e da construção simbólica do grupo pelo aparato repressor, e da elaboração mnemônica dos atores, em suma, diante da exposição dos três elementos que constituem a identificação simbólica do pertencimento dos atores ao grupo Movimento Estudantil, as elaborações da memória, do grupo e do ator, pode-se afirmar que o objetivo desta pesquisa foi o de humanizar a reconstrução das lembranças através das narrativas de vida e da valorização dos elementos subjetivos destes processos, especialmente os sentimentos emergentes, pois são eles os determinantes para os direcionamentos e as interpretações cognitiva desses atores sobre si mesmos.

Diante do espaço aberto não só para a evocação como para a valorização das memórias do s grupos de resistência à ditadura militar no Brasil, entre 1964 e 1985, observa-se uma nova face

para os usos políticos das lembranças e da memória, em associação com as tentativas de reconstrução do panorama da memória histórica e coletiva – neste caso com a implementação da CNV num processo que se pode enquadrar como Justiça de Transição Tardia - expressas nas intenções de "verificação" da verdade, de reconciliação, embora no Brasil não houvesse a intenção da punibilidade para os crimes de lesa humanidade. Por Nesses usos, a formação dos conceitos que delimitam a importância ou o foco dado a um grupo revelam os interesses de sua exposição.

Logo após a estabilização democrática, nos primeiros anos da década de 1990 não houve um movimento para se verificar os arquivos da ditadura por exemplo, muito embora o interesse provavelmente existisse por parte dos que militaram. As aberturas acontecem progressivamente, e é a partir do primeiro governo mais à esquerda encabeçado por um ex-líder sindical que abarca em sua equipe de governo muitos quadros da resistência estudantil e de guerrilha daqueles anos, que o governo mostra a abertura através institutos de pesquisa, como se observou nos memorialísticos da justiça de transição.

Neste panorama de construção e identificação usos políticos da memória do ME, pode-se apresentar um dos usos mais delimitados. A definição simbólica do grupo pela repressão, que molda as formas de coerção a medida que o ME se reconfigura– ou é lido – de forma mais orgânica. Por isso, quando se analisa o tipo de produção inserida em seu contexto, percebe-se também o "pulso" de produção que permite seu direcionamento.

Observam-se três momentos do ME a partir de 1968:

i) 1969 – 1973 – há um refluxo nas na exposição das lutas, ou seja, as articulações não são expostas em reuniões amplas e passeatas, haja visto a repressão a partir do AI-5. Mas a partir dos panfletos e comunicações internas das entidades estudantis, bem como a partir dos relatórios investigativos do DOPS, observa-se que não houve inatividade. Mas sim, um processo de resguardo e tentativa de reorganização, que se inicia já em 1969.

ii) 1973 – 1977 Este período apresenta dois momento cruciais, que chamam a atenção da repressão e consolidam a identificação do ME como grupo de ameaça. Em 1974, a morte de Alexandre Vanucchi Leme incita a revolta e o repudio dos estudantes, que saem as ruas pela primeira vez de forma mais coesa desde 1968. Em 1977, a repressão às reuniões na UFMG nas ruas de Belo Horizonte e a

invasão da PUC – Campinas nas duas tentativas de reorganização nacional do ME demonstram ao mesmo tempo, o trabalho dos estudantes para uma nova articulação política contestatória do regime, e o controle e olhares atentos da repressão sobre esta possibilidade.

Sendo a intenção deste trabalho a exploração dos processos de auto identificação do ex-militante do movimento estudantil no período de ditadura militar, por meio da construção social da memória do movimento e da simbologia do grupo, temos a partir das análises construídas nos capítulos 2 e 3 então duas características principais:

i) no plano individual, a experiência das mobilizações do ano de 1968 como ponto base para a identificação do grupo e construção do laço simbólico, a partir do reconhecimento das ações pessoais desenvolvidas naquele ano como elementos direcionadores ou disparadores da atuação posterior a 1968;

ii) no plano coletivo, da construção do grupo pelo aparato repressivo, que como discutiu-se no terceiro capítulo, retoma o processo 15/68 referente às prisões em Ibiúna para delimitar a caracterização de um indivíduo possivelmente subversivo a partir das ligações com o grupo que ameaçava a ordem interna e a segurança nacional.

Como objetivos secundários, porém necessários para a compreensão desta dinâmica de dupla afetação dos planos pessoal e coletivo na elaboração do laço de pertencimento, estabeleceu-se que o plano temporal e as intenções direcionadoras dos usos políticos da memória fomentam as leituras produzidas sobre a história e a memória coletiva do movimento estudantil, segundo os pulsos de produção que buscavam a compreensão:

i) do plano político do ME (nas explicações estruturais e de associações político-ideológicas);

ii) da interpretação sociológica do movimento e de seus atores segundo seu contexto político-econômico de dependência, sua classe de origem, sua condição transitória estudantil ou o processo de transição da juventude para a vida adulta;

iii) e por fim, a partir da estimulação gradativa das releituras, da reinterpretação da estrutura, dos acontecimentos e do desenvolvimento do ME que ocorreram em

> menor escola ao se iniciar a abertura dos arquivos, e com maior intensidade a partir dos ciclos comemorativos dos 40 anos de 1968, dos processos de valorização da memória e da verdade da Justiça de Transição tardia expressa nos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, e pela contraposição ao ciclo "comemorativo" dos 50 anos do Golpe, como parte das atividades da resistência à Ditadura Militar.

Como foi trabalhado ao longo do texto, o questionamento sobre a vinculação entre atores, grupo simbólico e a memória da militância estudantil neste trabalho se deu principalmente em face do processo de JTT no Brasil. Ainda que se possa questionar este termo quando em comparação aos processos que ocorreram em outros países, de responsabilização e punição de atos logo após a transição política para uma democracia, ele se aplica ao processo brasileiro que pode ser entendido como uma "terceira fase" da transição (Meyer, 2012). Neste caso, o que se viu nos últimos 5 anos e que pode ser apreendido das falas e do posicionamento dos depoentes desta pesquisa foi um processo de "*responsabilização*" em que o Estado forneceu as ferramentas e os espaços de discussão e análise para a verificação de crimes ocorridos durante a ditadura.

Vimos que, com raríssimas exceções, como a do caso do General Brilhante Ustra, a Justiça brasileira não tratou desta responsabilização de forma punitiva para os possíveis réus. Houve, porém, um esforço para trazer ao presente e à sociedade civil os elementos de luta contra a ditadura, de forma que não fossem esquecidos, ou apagados pelo tempo. A busca pelo não esquecimento e pela valorização das lutas contra a ditadura transferiu para a sociedade civil a legitimação e a reparação, por meio da preservação e difusão da memória e da verdade, que deveria partir da Justiça. Houve muitos esforços para a sensibilização da sociedade civil sobre a ditadura, promovidos por universidades e grupos de pesquisa, e neste sentido, a responsabilização foi tomada por outras esferas sociais, dando outros sentido e direcionamento à verificação da verdade, a conciliação e a justiça.

Percebeu-se um processo de transferência da responsabilização do Estado, para uma responsabilização social, como se a preservação de memórias fosse o foco principal da justiça e da reparação. Neste sentido, os atores do movimento estudantil tomam para si, em muitos

momentos, a tarefa, já que este processo também implica na legitimação e sua trajetória militante – por si mesmo e pelos grupos sociais dos quais faz parte.

Esta pesquisa mostra um âmbito pouco estudado sobre a memória do movimento estudantil, já que opta por enfatizar os sentimentos de ligação e de pertencimento do indivíduo com o grupo, e a fonação deste por meio da memória, ao passo que os estudos tradicionais sobre o Movimento Estudantil durante a ditadura militar concentram-se na análise do posicionamento e comportamento político-ideológico dos grupos estudantis, ou da própria UNE como expoente máximo da organização da militância estudantil.

Por isso, há uma contribuição à área das pesquisas sobre o tema no processo de valorização da visão particular de cada ator sobre o processo, bem como na identificação dos elementos de ligação entre estes, sua trajetória pessoa e as memórias que fazem do grupo um ele presente e permanente. Pode-se argumentar que esta perspectiva foge um pouco das linhas tradicionais de análise das estruturas políticas e organizacionais do movimento, e que talvez isto afaste o objeto.

O elemento de ligação é, possivelmente, o sentimento de pertencimento. Mas porque ele não se desvanece? Neste sentido, uma das interpretações possíveis é que seja o *trabalho de legitimação,* de si mesmo, do passado, e do próprio grupo, seja o elemento que mantenha ligadas as três esperas, o grupo, a memória, e os atores. E isto, pelos sentimentos que gravitam em torno das memórias das mobilizações.

Portanto, a conclusão deste trabalho é que, tomando como base o escopo da sociologia foracchiana sobre os movimentos estudantis, o trabalho de legitimação por meio das falas e do processo mnemônico foi o *laço de continuidade* entre o indivíduo que deixa de pertencer a uma categoria (a de estudante) mas não perdeu o vínculo com seu grupo (o ME). Neste sentido, é importante observar que o ME como grupo ao qual o indivíduo se sente ligado transcende as organizações estudantis, como Das, DCEs, ou a própria UNE. Isto porque tais grupos representam a condição que pode e foi transcendida – ser estudante. O indivíduo perde o contato com estes grupos quando deixa a universidade já o laço de continuidade existente não está na estrutura organizacional estudantil, mas na projeção da ação individual vinculada aos sentimentos

de pertencimento a um grupo que reflete, de volta para o ator, os contornos e a história de sua geração.

Utilizando pesquisas anteriores, este trabalho mostra que existe a possibilidade de se trabalhar um tema já tão percorrido pela literatura da sociologia política, por meio de perspectivas que privilegiem o elemento humano. Os referidos depoimentos foram coletados antes dos processos de investigação das comissões da verdade, e eram voltados à temática dos ciclos comemorativos. No entanto, percebe-se que as linhas homogêneas oferecem uma possibilidade de informação que insere as trajetórias individuais nas *memórias do ME*.

Neste sentido, o grupo é pólo gravitacional para onde emergem as memórias.Veremos, no próximo tópico, que a partir de 2012, quando um novo bloco de depoentes concedeu as entrevistas, que a construção dos quadros de memória inverte esta dinâmica, de forma que as falas são construídas para que se mostre a presença do ME *nas* vidas individuais, e são estas, por sua vez, o foco das construções. Assim, observa-se que em três momentos e ambientes diferentes, a construção das lembranças acontece também de forma diferente. Neste trabalho, no capítulo quatro, dispuseram-se dois momentos de evocação de memórias onde havia um elemento disparador, e um momento intermediário em que não havia um elemento que afetasse todo o grupo.

Assim, os três momentos foram:

a) o ciclo comemorativo dos 40 anos, em 2008, representado pelas discussões via e-mail;

b) os depoimentos posteriores, deslocados de um ciclo comemorativo;

c) e por fim, a análise oral da construção dos quadros de lembranças durante o processo de investigação da Comissão nacional da Verdade como elemento disparador.

Entre as dificuldades da pesquisa, pode-se destacar o acesso aos arquivos da ditadura. Muito embora os documentos aqui utilizados sejam muito bem cuidados pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo Dops, sabe-se que muitos documentos importantes do período foram extraviados, destruídos, ou ainda sob a guarda das Forças Armadas e sem acesso público. Ainda assim, observar a estrutura interna dos arquivos dentro daquilo que é possível hoje fornece elementos suficientes para a reflexão sobre a ação da inteligência militar na caça aos chamados

subversivos. Questiona-se, porém, o motivo da ausência deste grupo nos trabalhos da CNV, embora figure muito nos trabalhos paralelos de instituições de pesquisa.

A partir de uma perspectiva mais ampla, este trabalho buscou verificar os padrões de identificação do ex-militante estudantil com seu grupo de atuação na juventude, outros espaço-tempo. Vimos, frente aos resultados obtidos nos grupos de análise 1 e 2, que o espaço-tempo pode oferecer elementos disparadores para a construção de quadros de memória diferentes, e com isso, influenciar nas ferramentas da memória que cada ator utiliza neste processo. Normalmente, observou-se, influencia o grupo de maneira homogênea. Se para o primeiro grupo, a identificação do ME como um dos contribuintes para um "país melhor" ou uma "situação mais justa" como figuraram em algumas falas acerca do final da ditadura militar, e o elemento que legitima a ação individual e vincula a memória do ator a seu grupo passado no presente, no segundo grupo, é o próprio processo de fala e reconstrução da memória o elemento de ligação. A possibilidade de reconstruir suas trajetórias, repensar ações, produzir balanços, fez parte do processo de legitimação de sua ação e da ação do grupo.

A possibilidade é que, uma vez que o elemento disparador. Para o primeiro grupo se apoiava nos resquícios da intenção da "celebração" do ciclo comemorativo dos quarenta anos, e por isso, a identificação da trajetória individual no grupo era importante nas falas. Neste contexto, o grupo estava justificado, legitimado externamente, e as falas dos atores reproduziram esse contexto. Para o segundo grupo, a construção das memórias se deu de maneira inversa. No contexto de valorização da memória, justificação e exposição da verdade, o processo da rememoração e da fala justificava os sentimentos que os atores observavam sobre o impacto de sua articulação política sobre suas vidas. Neste sentido, a leitura era feita do grupo para as trajetórias individuais, como se um movimento importante fizesse parte de suas vidas.

Como conclusão, entende-se, portanto, que a partir do espaço-tempo observado, muda o eixo gravitacional da interpretação, mas há sempre uma busca de legitimação da história e da trajetória de si mesmo frente à existência do grupo, permeada por sentimentos variáveis, como orgulho, pesar, saudade. Diante disto, é preciso que haja um processo de valorização do elemento humano como fonte de pesquisas que tenham movimentos sociais e políticos como tema, uma vez que as vidas individuais não são apenas perpassadas por eles, mas profundamente afetadas. Neste sentido, a interpretação particular e os sentimentos emergentes deste processo são também

dados importantes. No tocante à memória do Movimento Estudantil no Brasil, é preciso ter em mente que o trabalho de articulação política foi feito por pessoas, vidas individuais, pessoais, universos inteiros, construídos ou afetados por sua mobilização.

É preciso olhar para estes atores como portadores da memória que se busca preservar, mas também como donos de trajetórias passíveis de sentimentos tanto mobilizadores quanto imobilizantes, passíveis de dor, medo, arrependimento, e não apenas o orgulho pela participação. Valorizar a oralidade e a experiência de cada ator como um universo subjetivo rico, mas particular. Não somente como um dado, como parte da composição ideológica a ou b. Este seria um dos caminhos para a real valorização da memória, verdade e justiça.

Este trabalho não observa o movimento estudantil de 1968, mas o utiliza como ponto de base para a identificação de três universos sociológicos diferentes que se moldam a partir das experiências individuais e coletivas iniciadas pelo ativismo político naquele ano, a saber, a memória, o grupo e o ator, mas que se intercalam e influenciam cíclica e mutuamente, ao mesmo tempo em que oferecem um quadro da dinâmica entre a sociedade, pela memória coletiva e pela criação simbólica do grupo, e a vida individual.

O estudo da resistência à ditadura militar oferece múltiplas possibilidades, diversos atores, que trazem suas trajetórias pessoais e as intersecções com as trajetórias de grupo. O conceito de grupo é fundamental para se chegar à formação individual da identidade, pois é por meio desta interpretação que as ações de repressão foram construídas – e tais ações, por sua vez, redirecionam as mobilizações estudantis.

Diante do exposto, a contribuição geral deste trabalho para o tema se concentra na associação do mesmo aos elementos da psicologia social que ressaltam a emergência dos sentimentos, das emoções e das sensações físicas na elaboração das lembranças, de forma que, para além da valorização da memória dos atores no contexto da ressignificação da memória dos movimentos políticos durante a ditadura militar que se deu nos últimos anos, e não apenas do movimento estudantil, haja neste processo a humanização dos olhares acerca destas trajetórias. Uma vez que a memória histórica se constrói pela seleção despersonalizada de elementos das memórias individuais, buscou-se uma perspectiva em que a ligação simbólica entre o grupo e o ator do ME fosse pautada pela compreensão mais pessoal e particularizada possível oferecida

pelo próprio ator, afim de que se pudessem observar as intersecções entre o panorama político e a escolha pela militância na vida de quem fez parte deste trajeto histórico.

Referências

BRITTO, S (Org.). (1968a), Sociologia da juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje. Rio de Janeiro, Zahar.
_____(1968b), Sociologia da juventude II: para uma sociologia diferencial. Rio de Janeiro, Zahar.

CATROGA, F. 2001. Memória e história. In: S. PESAVENTO (org.), Fronteiras. do milênio. Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, p. 43-69.

CARDOSO, Irene. 68 A comemoração do impossível. Tempo Social, Revista de Sociologia USP, São Paulo, 10(2): 1-12, 1998.

_____ A dimensão trágica de 1968. Revista Teoria e Debate, nº22, set/out/nov 1993.

_____Memória de 68: Terror e interdição do passado. In Tempo Social, Revista de Sociologia USP, São Paulo. 2(2), segundo semestre, 1990, pp. 101-112.

_____ "Os acontecimentos de 68 - Notas para uma interpretação" in Santos, M.C. (org.) Maria Antonia - uma rua na contramão, S. Paulo, Nobel, 1988.

CORREA, R.S. Entre a harmonia e a dissonância: história oral de vida artística de cantoras negras brasileiras. Dissertação de Mestrado, FFLCH, USP, 2009.

FENTRESS, J. e WICKHAM, C. 1992. Memória social. Lisboa, Ed. Teorema, 278 p.

FERNANDES, F. “Os dilemas políticos dos jovens”. Folha de São Paulo, 15/set/1986.

FLACKS, D. A questão da relevância dos estudos dos movimentos sociais in Revista Crítica de Ciências Sociais, 72, Outubro de 2005, 45-66.

FENTRESS, J. e WICKHAM, C. 1992. Memória social. Lisboa, Ed. Teorema, 1992.

FORACCHI, M. M. A Juventude na Sociedade Moderna. São Paulo, Editora USP, 1972.

_____ O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977.

_____ A Participação Social dos Excluídos. São Paulo, Editora Hucitec, 1982.
FREIRE, A. e PONCE, J. A de Granville (orgs.). “Política, repressão e ideologia”, in: Tiradentes, um presídio da ditadura. São Paulo, Scipione Cultural, 1997.

GASPARI, Elio. Vem aí a **Sessão Saudade** de 1968, in Folha de São Paulo -26/12/2007, disponível em <www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2612200712.htm>. Acesso em 25 mar.2008.

GAULEJAC, V. de. La societé malade de la gestion: idéologie gestionnaire, pouvoir managérial e harcèlement social. Paris: Seuil. 2005

GOLDENBERG, M. A Arte de Pesquisar. São Paulo, Record, 2005.

HABERMAS, J. O comportamento político dos estudantes comparado ao da população em geral. In: Britto, Sulamita de (org.). Sociologia da Juventude. Vol. II. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 115-132.

HARRES, Marluza Marques. Aproximações entre história de vida e autobiografia: os desafios da memória In Revista História Unisinos, vol. 8, no.10, jul/dez, 2004.
JAIDE, Walter. As ambigüidades do conceito de "geração". In: BRITTO, Sulamita de (org.). Sociologia da juventude II. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

LEFEBVRE, H., A irrupção, S. Paulo, Ed. Documentos, 1968.
LE GOFF, J. História e Memória. 3ª ed., Campinas, Editora da UNICAMP, 1994.

LEJEUNE, P. Memória, diálogo y escritura. História y Fuente Oral, Barcelona, Universitat de Barcelona Pubs, n. 1 e 2, 1989.

LIPSET, Seymour M.; O comportamento político da juventude universitária. In: BRITTO, Sulamita de (org.). Sociologia da juventude II.

POIRIER, J.; CLAPIER-VALLADON, S.; RAYBAUT, P. Histórias de vida: Teoria e prática. São Paulo, Celta Editora, 1995

QUEIROZ, M.I.P. de. Variações sobre a Técnica de Gravador no Registro da Informação Viva. São Paulo, CERU/FFLCH, 1983.
_____. "Relatos Orais; do ´Indizível` ao ´Dizível`" Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais. Experiências com História de Vida (Itália-Brasil), 1988.
REVISTA Brasileira de História - 25/26. Memória História e Historiografia. ANPUH. 1991/1993.

SARTRE, J-P. "Questão de Método". In: Sartre e Heidegger. Col. "Os Pensadores". São Paulo, Abril Cultural, 1973.
THOMPSON, Paul. Historiadores e Historia Oral. In: A voz do Passado – Historia Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra

Bibliografia

ALI, Tariq. Mayo del 68. ¿Adónde ha ido a parar toda la rabia?In: The Guardian, Londres. Traduccion de Angel Ferrero, 22/3/2008

ALVES, Márcio Moreira. O Beabá dos MEC-USAID. Edições Gernasa. Rio de Janeiro, 1968.

ARAÚJO, Maria Paulo e FICO, Carlos orgs. 1968: 40 anos depois. História e Memória. Editora 7 Letras, Rio de Janeiro, 2009.

ARAUJO, Maria Paula. (Org.) ; Fico, Carlos (Org.) ; Grim, M. (Org.) . Violência na história: Memória, trauma e reparação . 1. ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012. v. 1. 284p

ARAUJO, Maria Paula. Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

ARENDT, Hannah. Homens em tempos sombrios. Companhia de Bolso, São Paulo, 2008.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: da autorização à Legitimidade da ação. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 50, no 3, 2007, pp. 443 a 464.

BENJAMIM, Walter. Ensaios reunidos: escritos sobre Goethe. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2009. 192 p. (Coleção Espítito Crítico)

BENJAMIM, Cid. Gracias a la Vida. Memórias de um militante. Editora José Olympo, Rio de Janeiro, 2013

BERTEAUX, Daniel. Narrativas de vida. A pesquisa e seus métodos.. EDUFRN, 2010.

BETTO, Batismo de Sangue. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1982.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. A reinvenção solidária e participativa do Estado. Janeiro de 1999

SOUSA SANTOS, Boaventura de. PELA MÃO DE ALICE. O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 4. ed, 1997

BOSI, Ecléia. Memória & Sociedade. Lembrança de velhos. São Paulo, T.A. Editor. 1979.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

BOURDIEU, Pierre. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.

BRANCO, C. Castello. Os Militares no Poder. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979. – um memorial diário dos fatos políticos do período.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos -- Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). Campinas. Editora da Unicamp, 2001. Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível.

CARMINATI, Fábio. Juventude e Rebeldia: Ações coletivas e a produção e reprodução do projeto de militância de esquerda.. Dissertação apresentada como Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

CARIA, Telmo, Experiência Etnográfica em Ciências Sociais. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento, pp. 77-96.

CARDOSO, Irene. 1968, A comemoração do Impossível. Tempo Social, São Paulo, 10 (2), 1-12 outubro de 1998. Dossiê Maio de 1968.

CARDOSO, Irene. Os silêncios da Narrativa. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, **10**(1): 9-17, maio de 1998.

CARDOSO, Ítalo; BERNARDES, Laura. Vala Clandestina de Perus. Desaparecidos Políticos um capítulo não encerrado da História Brasileira / [edição de texto Instituto Macuco]. — São Paulo: Ed. do Autor, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

DE LUCA, Derlei. No corpo e na Alma. Editora Criciúma, Florianólopis, 2002.

DIRCEU, J. e PALMEIRA, V. Abaixo a Ditadura. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Garamond, 1998.

CONY, Carlos Heitor.A Revolução dos Caranguejos. Vozes do Golpe. Companhia das Letras. São Paulo: 2004, pg.84

FERNANDES, Florestan. A revolução Burguesa No Brasil. Zahar, Rio de Janeiro, 1976.

FERRAZ, Joana D'Arc Fernandes Ditadura Militar no Brasil: Desafios da Memória e do Patrimônio

FERRAZ, Joana D Arc Fernandes. “As Memórias Políticas da Ditadura Militar do Brasil: as disputas entre o passado e o futuro” in: Seminário da Linha de Pesquisa Memória e Patrimônio, em junho de 2006.

FERRER, Eliete (org) 68 a geração que queria mudar o mundo: relatos Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011. 690 p.

FIECHTER, G. A. O Regime Modernizador do Brasil, 1964/1972: estudos sobre as interações político-econômicas em um regime militar contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1974.

FREIRE, Alípio. “Anotações sobre a origem de algumas distorções nas leituras de 1968” Revista Teoria & Debate, Fundação Perseu Abramo São Paulo, março-abril de 2008

GARCIA, Marco Aurélio. (1999), “Em busca de 1968”. In: GARCIA, Marco Aurélio & VIEIRA, Maria Alice (orgs.). Rebeldes e contestadores: 1968 Brasil, França e Alemanha. São Paulo, Perseu Abramo

GERGEN, Kenneth J. A PSICOLOGIA SOCIAL COMO HISTÓRIA in Psicologia & Sociedade; 20 (3): 475-484, 2008.

GIDDENS, Anthony. As Conseqüências da Modernidade. São Paulo: EDUSP, 1991.

GORENDER, J. Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo, Ática, 1987.

GROPPO, L. A. Uma Onda Mundial de Revoltas. Movimentos Estudantis de 1968. Piracicaba, Editora Unimep, 2005.

GONZALEZ, Sérgio. Grupos dos Onze: lembranças que contam a verdade histórica. In Da Campanha da Legalidade ao Golpe de 1964, Volume 1, Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (Mesa 2010)) Corag Porto Alegre.

GOUGET, Alba; ISHAQ, Vivien (editoras). Os presidentes e a ditadura militar. Arquivo Nacional.

GURGEL, Antônio de Pádua. A Rebelião dos Estudantes – Brasília, 1968. Brasília, Editora UnB, 2002.

HABERMAS, J. A crise de legitimação do capitalismo tardio. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro. 1980.

HALBWACHS, M.A memória coletiva. São Paulo, Vértice Editora, Revista dos Tribunais, 1990.

KAUFMANN, Jean-Claude (1996), L’entretien compréhensif, Paris, Ed. Nathan (col. 128), 127

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Emoções, Sociedade e Cultura: a categoria de análise emoções como objeto de investigação na sociologia. Curitiba: Editora CRV, 2009

KUSHNIR, Beatriz. Decifrando as astucias do mal (20-39) in História e arquivística. Revista do Arquivo Público Mineiro Ano XLII. nº 1• janeiro-junho de 2006

LALANDA, Piedade. Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa Sociológica (1998).

LANGLAND, Victoria. Speaking of flowers. Student Movements and remembering of 1968 in military Brazil. DUKE UNIVERSITY PRESS. Durham and London, 2013.

LE GRAND, J. L. (1988), «Histoire de vie de groupe. À la recherche d'une 'lucidité méthodologique' », in Sociétés, revue des sciences humaines et sociales, Paris, Ed. Masson, n.º 18,pp. 3-4.

LEAL, Rogério. Verdade, memória e justiça [recurso eletrônico]: um debate necessário/ Rogério Gesta Leal organizador. – Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012.

LUKÁCS, Gyorgy. Consciência de Casse. In: IANNI. O. (org.) Teorias da estratificação social. 2 ed. São Paulo. Companhia Editora Nacional, p. 379-391, 1973.

MARCUSE, Herbert. (1967), A ideologia da sociedade industrial. (Trad. Giasone Rebuá). Rio de Janeiro, Zahar.

MANNHEIM, K. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITTO, Sulamita de (org.). Sociologia da Juventude. Vol. I. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 69-94.

MARTINS FILHO, J. R. (org) 1968 faz 30 anos. Campinas: Mercado de Letras, São Carlos: Editora UFSCar, 1998.

_____ A Rebelião Estudantil. Mercado de Letras, Campinas, 1996.

_____ O Palácio e a Caserna. EDUFSCAR, São Carlos, 1996.

_____ Movimento Estudantil e Ditadura Militar 1964-1968. Papirus, Campinas, 1987.

MATTOS, O. Paris, As Barricadas do Desejo. Editora Brasiliense, São Paulo, 1986.

MELONI, Catarina. 1968 O Tempo das Escolhas. Nova Alexandria, São Paulo, 2010.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. Revista Young. Estocolmo: v. 4, nº 2, 1996, p. 3-14

MENDES JR, A. Movimento estudantil no Brasil. Brasiliense, São Paulo, 1981.

Meyer, Emilio Peluso Neder. Ditadura e responsabilização: elementos para uma justiça de transição no Brasil / Emilio Peluso Neder Meyer. – Belo Horizonte: Arraes Editores, 2012.

MILLS, Wright. A Imaginação Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

MONTAGNER, M.A. ; MONTAGNER, Maria Inês. A teoria geral dos campos de Pierre Bourdieu: uma leitura. In: Tempus – Actas de Saúde Coletivva. Antropologia e Sociologia da Saúde: Novas Tendência, 2010.

MONTAGNER, Miguel Angelo. Trajetórias e biografias. Notas para uma análise Bourdieusiana. Sociologias, Porto Alegre, ano 9, n 17, Jan/Jun 2007, p.240-264

MORAES, J.Q. de. “A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas”. Tempo Social, São Paulo, I (2), 2/1989.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Vocação acadêmica e motivação política. (18-20) in História e arquivística. Revista do Arquivo Público Mineiro Ano XLII. nº 1• janeiro-junho de 2006.

MÜLLER, A. ; REZENDE, Tatiana Matos. Praia do Flamengo, 132 : Histórias e memórias. São Paulo : Letras do Pensamento, 2012. 99p .

MÜLLER, A.. O Congresso de Ibiúna : história e memória. In : FICO, Carlos ; ARAÚJO, Maria Paula.. (Org.). 1968 - 40 anos depois : memória e história. Rio de Janeiro : 7Letras, 2010

MÜLLER, A.. *A contribuição do Projeto Memória do Movimento Estudantil : preservação da memória e novos dados para a história do ME. In : Memória do Movimento Estudantil*. Rio de Janeiro : Editora do Museu da República , 2005. p.49-55.

OLIVEIRA, Antonio Leal de. O Perdão e a reconcialiação com o passado em Hannah Arendt e Jacques Derrida. Revista Anistia Política e Justiça de Transição / Ministério da Justiça. – N. 1(jan. / jun. 2009). -- Brasília : Ministério da Justiça , 2009.

OLIVEIRA, Gil Vicente Vaz. Fotojornalismo Subversivo 1968 revisto pelas lentes do Correio da Manhã in.

PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertience; FERNANDES, Ananda Simões (orgs). Da Campanha da Legalidade ao Golpe de 1964, Volume 1, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (Mesa 2010)) Corag Porto Alegre.

PASSERINI, Luísa. Mitobiografia em História Oral In Revista Projeto História, SP, PUC/SP, 1993.

PEDROSO, Franklin Espath, e VAQUEZ, Pedro Karp.Questão de Ordem Vanguarda e política na arte brasileira in.

PEREIRA, Marcia Guerra; REZNIK, Luís. De polícia federal a departamento estadual – o Dops: evolução administrativa. In: ARQUIVO PUBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Dops – a lógica da desconfiança. Rio de Janeiro; Secretaria de Estado de Justiça, 1993a.

PINHEIRO, Milton (org.) Ditadura: o que resta da transição. São Paulo: Boitempo, 2014, 376p.

POERNER, Artur José. O Poder Jovem. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1979.

POLITI, Maurice. A Comissão da Verdade no Brasil. Cartilha preparada pelo Núcleo de Preservação da Memória Política – São Paulo

QUINALHA, Renan. Justiça de Transição: Contornos do Conceito . Tese de mestrado em Direito, defendida em 2012, USP.

REIS, Daniel Aarão. 1968 O curto ano de todos os desejos in “Nada será como antes. Os anos 60” Acervo 68. Revista do Arquivo Nacional RIO DE JANEIRO, V.11, NÚMERO 1/2, JANEIRO/DEZEMBRO 1998.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Versões e ficções: o seqüestro da História. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997a.

_____. Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. Versões e ficções: o seqüestro da História. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997b. p. 31-45.

REIS FILHO, Daniel Aarão. 1968, A paixão de uma Utopia. Espaço e Tempo, Rio de Janeiro, 1988.

REIS FILHO, D. A. “Entre passado e futuro: os 40 anos de 1968”, disponível em <www.40anosde68.ufrj.br/docs/texto%20D.%20Aarão.doc>. Acesso em 14 out.2008.

_____ “Este imprevisível passado”. Teoria e Debate, nº 32, 1996, pp.81-85.

_____ A revolução faltou ao encontro. São Paulo, Brasiliense, 1989.

_____ 1968, A paixão de uma Utopia. Espaço e Tempo, Rio de Janeiro, 1988.

REMÍGIO, Rodrigo Ferraz de Castro. Democracia e Anistia Política:Rompendo com a Cultura do Silêncio, possibilitando uma Justiça de Transição. Revista Anistia Política e Justiça de Transição / Ministério da Justiça. – N. 1 (jan. / jun. 2009). -- Brasília : Ministério da Justiça , 2009.

RIDENTI, Marcelo; 1968 na mira, 05/2008, Teoria e Debate, Vol. 1, pp.4-5, São Paulo, 2008a.

_____; 1968 no Brasil, 05/2008, Margem Esquerda, Vol. 1, Fac. 11, pp.43-48, São Paulo, 2008b.

_____. “O romantismo revolucionário nos anos 60” in FREIRE, A. e PONCE, J. A de Granville (orgs.). Tiradentes, um presídio da ditadura. São Paulo, Scipione Cultural, 1997.

_____ “Em Busca do Povo Brasileiro” Rio de Janeiro, Record, 2000.

_____O fantasma da revolução brasileira, São Paulo, Editora UNESP, 1993.

RIDENTI, Marcelo. Artistas e Intelectuais no Brasil pós-1960. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 17, n. 1.

SALDANHA, ALBERTO . A Mitologia Estudantil: uma abordagem sobre o movimento estudantil alagoano. 1ª. ed. Maceió - Alagoas: SERGSA, 1994.

SANFELICE. José L. Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 1964. São Paulo, Cortez, 1986.

SÁ, CP. Psicologia social da memória: sobre memórias históricas e memórias geracionais. In JACÓ- VILELA, AM., and SATO, L., orgs. Diálogos em psicologia social [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 46-57. ISBN: 978-85-7982-060-1. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>.

SÁ, Rodrigo Patto. O Ofício das Sombras (52-69) in História e arquivística. Revista do Arquivo Público Mineiro Ano XLII. nº 1• janeiro-junho de 2006

SANTOS, W. G. Poder e Política: crônica do autoritarismo brasileiro. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

SANTOS, Baventura; ABRÃO, Paulo; SANTOS, Cecília Macowell; Torelly, Marcelo. (orgs) Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro : estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal. -- Brasília : Ministério da Justiça, Comissão de Anistia ; Portugal : Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010. 284 p.

SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista. (Comunicação para XIII Encontro de Histótia Anpuh - Rio)

SCLARLÊNCIO, Márco. A Têmpera da Espada Os fundamentos do pensamento das lideranças do Exército em 1968 in “Nada será como antes. Os anos 60” Acervo 68. Revista do Arquivo Nacional RIO DE JANEIRO, V.11, NÚMERO 1/2, JANEIRO/DEZEMBRO 1998

SEPÚLVEDA, Myrian. Memória coletiva e memória social. Annablume, São Paulo, 2003.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. 1968 Memórias, esquinas e canções Silva in “Nada será como antes. Os anos 60” Acervo 68. Revista do Arquivo Nacional RIO DE JANEIRO, V.11, NÚMERO 1/2, JANEIRO/DEZEMBRO 1998.

SILVA, Rosane Neves da. Notas para uma genealogia da Psicologia Social. Psicol. Soc, vol.16, n.2, pp. 12-19. 2004.

SIRKIS, A. Os Carbonários. São Paulo, Global, 1980.

SPOSITO, Marília Pontes. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. In: Tempo Social; Ver. Sociologia USP, São Paulo 5(1-2): 161-178, 1993.

TOURAINE, Alain. Poderemos Viver Juntos? Iguais e Diferentes. Petrópolis, Vozes, 1999.

SIMÕES, Ininá. Sessenta e Oito Começou Bem Antes in “Nada será como antes. Os anos 60” Acervo 68. Revista do Arquivo Nacional RIO DE JANEIRO, V.11, NÚMERO 1/2, JANEIRO/DEZEMBRO 1998.

SIRKIS, Alfredo. Os Carbonários. São Paulo, Global, 1980.

PALMAR, Aluízio, Onde foi que vocês enterraram nossos mortos? Aluízio Palmar – Curitiba – Travessa dos Editores, 2012

TAVARES-DOS-SANTOS, José Vicente; Baumgarten, Maíra. As Contribuições da Sociologia na América Latina à imaginação sociológica: análise, crítica e compromisso in Sociologias, Porto Alegre, ano 7, nº 14, jul/dez 2005, p. 178-243.

TOURAINE, Alain. “La crise de l’université”. In Le mouvement de mai ou le communisme utopique. Paris, Éditions du Seuil, 1968.

UNGARETTI, Wladymir. Meu primeiro comício, Wladymir Ungaretti in Da Campanha da Legalidade ao Golpe de 1964, Volume 1, Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (Mesa 2010)) Corag Porto Alegre.

VALLE, Maria Ribeiro do. 1968: O diálogo é a violência. Editora da Unicamp, Campinas, 1998.

VENTURA, Zuenir. 1968, O ano que não terminou. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1988.

VALLE, Maria Ribeiro do. Hannah Arendt e a recusa da violência revolucionária. Crítica Marxista. São Paulo, volume 26, 2008 a.

_____ As representações da violência nos episódios estudantis de 1968. Revista Mediações (UEL), v. 13, p. 34-53, 2008c.

_____. 1968: O diálogo é a violência. Editora da Unicamp, Campinas, 1998.

VENTURA, Z. 1968 O que fizemos de nós. Editora Planeta, São Paulo, 2008.

VENTURA, Z. 1968, O ano que não terminou. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1988.

VIEIRA, Ricardo (1999), Histórias de Vida e Identidades. Professores e Interculturalidade. Porto:Edições Afrontamento.

VIEIRA, Ricardo (2003), “Vidas revividas: etnografia, biografias e a descoberta de novos sentidos”. in: Telmo Caria, Experiência Etnográfica em Ciências Sociais. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento, pp. 77-96.

Revistas e Informativos

Revista Veja, edições de março a dezembro de 1968

Revista do Archivo Público Mineiro. Ano 1 (1896) – . Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Gerais, 1896 - .v.;il.;26cm. ***Memórias da Resistência – Boletim Set*** - Out. De 2012

Acervo: revista do Arquivo Nacional. —v. 11, n. 1-2 (jan./dez. 1998). ACERVO 68 – Nada Será Como Antes Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. v.; 26 cm

Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985) : história e memória. / organizadores Enrique Serra Padrós, Vânia M. Barbosa, Vanessa Albertinence Lopez, Ananda Simões Fernandes. – 2. ed., rev. e ampl. – Porto Alegre : Corag, 2010. – v. 1 ; 272 p. : il

Projeto Memórias da Resistência

Grupos: Coletivo Político “Quem”;

“Núcleo de Preservação da Memória Política” , São Paulo;;

“Aparecidos Políticos” Ceará;

“Compra-se”; Tortura Nunca Mais”; “Levante Popular da Juventude”.

Inventário da Coleção Informante do Regime Militar Rio de Janeiro 2008 Pelo Arquivo nacional”

Direito à Memória e à Verdade História de Meninas e Meninos marcados pela ditadura (Institucional) Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (2009)

Sites Consultados

ANISTIA INTERNACIONAL. Disponível em: < http://anistia.org.br/direitos-humanos>. Acesso em: maio de 2012

Agência USP de Notícias. Disponível em: < http://www.usp.br/agen/?p=102475>. Acesso em: junho de 2013

JUSTICE TRUTH DIGNITY <http://www.ictj.org/news/why-seek-truth-about-past-global-conversation>. Acesso em: maio de 2012

ESMPU. Disponível em: http://www.esmpu.gov.br/dicionario/tiki-index.php?page=Justi%C3%A7a+de+transi%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em:

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/imagemepoca/anteriores/junho2012/>. Acesso em: maio de 2012; outubro de 2012; novembro de 2012.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br>. Acesso em: maio de 2012, setembro de 2013.

Depoimentos

Betinho Soares, Membro da Comissão Estadual da Verdade – Minas Gerais, ex-militante estudantil fichado no DOPS segundo o processo 15/68 da Justiça Militar

Carlos Henrique Mesquita, professor universitário, ex-militante estudantil fichado no DOPS segundo o processo 15/68 da Justiça Militar

Euclides Cunha, professor e artista plástico, ex-militante estudantil em 1968, preso e exilado na década de 1970 por sua associação com a esquerda armada.

José Tozoni, professor universitário da UNESP, ex-militante estudantil em 1968, participava das mobilizações estudantis focadas na construção dos Institutos Isolados, no interior de São Paulo.

Leopoldo da Silva Costa, professor do ensino secundário, ex-militante estudantil fichado no DOPS segundo o processo 15/68 da Justiça Militar.

ANEXOS

ANEXO A

Acordo MEC- USAID – Texto Integral

I / SITUAÇÃO ATUAL

O número de universidades oficializadas no Brasil aumentou de 3 para 37 desde 1944. Este aumento, conseqüência do desenvolvimento social e econômico brasileiro, realizou-se de maneira tão rápida que não houve tempo suficiente para cuidar-se dos problemas de administração universitária. Caso êste setor não seja, em futuro próximo, alvo de atenção, e caso a proliferação de instituições de ensino superior continue no ritmo atual, problemas de administração, tais como sistemas de vestibulares, planejamento acadêmico, administração financeira e planejamento físico de cidades universitárias, tornar-se-ão tão complexos que limitarão severamente a eficiência destas instituições e terão fatalmente efeito prejudicial no desenvolvimento do ensino superior no Brasil. As partes do presente Convênio, reconhecendo as vantagens a serem auferidas de uma reforma bem organizada e com bases amplas no setor da administração universitária e concordando que tal reforma é altamente apropriada para o momento atual, e ainda acordando quanto aos métodos a serem utilizados, acham-se atualmente preparadas para cooperar na assistência a universidades selecionadas, desejosas de tomar medidas que levem a introdução de métodos e práticas modernas de administração para suas instituições. Prevê-se que a assistência mencionada acima incluirá os seguintes itens:

1) Consultoria Técnica a ser proporcionada a instituições determinadas de âmbito mais amplo e que estejam preparadas para iniciar programas específicos de reforma administrativa.

2) Uma série de seminários, a fim de estimular outras instituições interessadas a considerar a execução de programas semelhantes.

3) Cursos de curta duração, nos Estados Unidos, para treinamento e especialização de pessoal brasileiro necessário à avaliação, adaptação e instituição de novos processos e técnicas administrativas essenciais. As primeiras observações indicam que algumas instituições acham-se interessadas e já estão preparadas para receber assistência de consultoria individual e programas de treinamento em regime de curta duração para seu pessoal. Outras instituições que não tenham

atingido êste estágio de amadurecimento, não estando, portanto, preparadas para desenvolver programas específicos, serão convidadas a participar, talvez como instituições anfitriãs, de seminários onde serão debatidos princípios e problemas da administração universitária moderna. Tôdas as instituições deverão ser consideradas para assistência de consultoria individual e participação nos seminários com base no seu interêsse e no seu grau de amadurecimento para reforma administrativa.

II / OBJETIVO

O objetivo do presente Convênio é estimular e prestar assistência a um máximo de 18 universidades brasileiras, públicas e particulares, nos seus esforços para executar e institucionalizar reformas administrativas que resultarão em maior economia e eficiência operacional. Com esta finalidade serão fornecidos consultores norte-americanos que:

1) Visitarão instituições determinadas a fim de determinar o interêsse específico e a necessidade de reforma.

2) Proporcionarão serviços de consultoria a determinadas instituições.

3) Realizarão seminários no Brasil sobre problemas, tais como controle de custos, administração financeira, planejamento físico de cidades universitárias e distribuição de cursos de acordo com os interesses e as necessidades das diferentes universidades. Além disso, cursos de curta duração treinarão brasileiro selecionado para a obtenção das técnicas especializadas necessárias à execução e instituição de programas de reforma administrativa. Especificamente, pretende-se que até 1970, os primeiros 25% das universidades brasileiras que estão mais amadurecidas para a reforma administrativa estarão providas da estrutura organizacional

e do pessoal necessário para conduzir uma administração de ampla eficiência; os segundos 25%, que se acham no estágio seguinte de amadurecimento, estarão em posição de desenvolver a estrutura interna necessária e reunir um mínimo de pessoal indispensável, enquanto que os restantes 50 terão presenciado várias mudanças em instituições vizinhas e, com a assistência de universidades mais adiantadas, estarão dando os primeiros passos com vistas à modernização. Antes de 1970, o Projeto será revisto e avaliado, tomando-se então decisões quanto à natureza e o

montante da assistência adicional necessária a completar a modernização administrativa de todo o sistema de ensino superior brasileiro.*

III / RESPONSABILIDADES

A. O Ministério concorda em:

1. Coordenar a participação no Projeto de aproximadamente 18 universidades brasileiras, federais, estaduais ou particulares a serem selecionadas conjuntamente pelo Ministério e pela USAID.

2. Providenciar o pessoal, cobrir despesas de viagem e serviços administrativos (tais como intérpretes, secretárias, etc.), necessários ao planejamento, coordenação e realização da série de seminários destinados a apresentar novas de administração a líderes de universidades brasileiras selecionadas. Prevê-se a realização de cinco seminários durante o período do convênio, em diferentes cidades do Brasil.

3. Providenciar o custeio das despesas de transporte, diárias e outras relativas aos serviços dos consultores da USAID, dentro do Projeto, quando de suas viagens pelo Brasil para fins de consultoria a instituições determinadas. Prevê-se que cada universidade custeará, na medida do possível, as despesas com os consultores da USAID que lhes estiverem*Destaque do Autor. prestando serviços de consultoria. Estas despesas incluirão transporte, diárias, serviços auxiliares (tais como intérpretes, secretárias e outras) e serão acordadas através de arranjos prévios entre a Universidade, a Diretoria e a USAID.

A Diretoria assumirá plena responsabilidade pela coordenação dêsses arranjos bem como suplementará os recursos das universidades, desde que julgado necessário e conveniente.

4. Providenciar para que os salários do pessoal brasileira de administração universitária, que for selecionado para treinamento de curta duração nos Estados Unidos ou em outros países, totalizando um máximo de 40 pessoas, sejammantidos por suas respectivas instituições durante o períododo seu treinamento no estrangeiro. A Diretoria, em casos especiais, poderá suplementar recursos da universidade para êste fim, desde que possível e julgado necessário, e também de acôrdo com arranjos prévios entre a universidade em questão e a Diretoria.

B. A USAID/BRASIL concorda em:

1. Fornecer, através de contrato, os consultores em regime de curta duração, necessários para proporcionar assistência técnica a universidades determinadas e conduzir seminários sobre problemas, tais como contrôle de custos, administração financeira, planejamento físico de cidades universitárias e distribuição de cursos. Prevê-se que o total de 18 “meses de trabalho” (trabalho mensal de um indivíduo) de aproximadamente 20 consultores em regime de curta duração serão necessários para execução desta atividade entre julho de 1966 e setembro de 1968. A quantia de US$ 75,000 fica por conseguinte reservada para êste fim dentro do presente Convênio. À medida que o Projeto se desenvolva de maneira satisfatória recursos adicionais poderão ser fornecidos, desde que por determinação conjunta das partes do presente Convênio.

2. Custear, dependendo da disponibilidade de recursos, o treinamento nos Estados Unidos e/ou outros países de um máximo de 40 bolsistas ocupantes de posições administrativas- chave nas várias universidades participantes. Estas posições relacionar-se-ão com, sem porém limitar-se, aos setores de administração geral, sistemas de vestibulares, contabilidadde controle de custos, salários do corpo-docente, centralização de arquivos, distribuição de custos, planejamentofísico de cidades universitárias e manutenção.

IV / DISPOSIÇÕES GERAIS

A. As partes brasileiras do presente Convênio envidarão todos os esforços no sentido de divulgar o andamento e as realizações dêste Projeto através dos jornais, rádio, e outros meios de difusão, identificando-o especificamente como parte da Aliança Para o Progresso.

B . As partes brasileiras dêste Convênio autorizam pelo presente instrumento o representante do Govêrno brasileiro para a Coordenação dos Programas de Assistência Técnica a firmar têrmos aditivos a êste Convênio, quando os mesmos não forem de caráter essencial, como suplementação de verbas,

modificação da data da contribuição final e outras.

C. As Disposições Normativas sobre o Dólar (Anexo B), modificadas pelo Memorando de Entendimento sôbre Auditória entre o Ministério do Planejamento e a AID, datado de 22 de abril de 1963, são incorporadas e fazem parte do presente Convênio

D. O presente convênio entrará em vigor na data da última assinatura abaixo.

Em 30 de junho de 1966.

As.: Raymundo Moniz de Aragão (Ministério da Educaçãoe Cultura) — Faria Góes (Representante do GovêrnoBrasileiro para Cooperação Técnica) — Harlan Harrison

(Deputy Assistant Director for Technical Cooperation USAID/ BRAZIL).

(in, Alves, 1968:34-38)

Relação ilustrativa de atividades do projeto

1. Projeto de pesquisa sobre a situação sócio-econômica do estudante universitário brasileiro.

2. Projeto de pesquisa sobre a unificação e operação mais racional e funcional de exames de admissão para universidades

3. Projeto de estudo destinado à apresentação de proposta sobre soluções alternativas quanto ao financiamento de estudo universitário para estudantes de pouco ou nenhum recursos;

4: Projeto de treinamento, abrangendo tôdas as universidades brasileiras, sobre operações e funcionamento na administração centralizada, nos moldes das atualmente em uso na Universidade Federal de Santa Catarina, com a plena cooperação dessa Universidade em Florianópolis.

5. Projeto de treinamento, sob acôrdo bilateral, de limitada assistência técnica, visando a estimular métodos ad ministrativos avançados em planejamento universitário, registros centrais, contabilidade centralizada, auditoria, financiamento etc.

6. Projeto de coordenação de tôdas as comissões de planejamento universitário e de incentivo para a criação de tais comissões, onde quer que estas ainda não existam.

7. Projeto de estudo, visando à preparação de um “dossier” completo sôbre todos os aspectos de “Estudos Gerais”.

8. Projeto de coordenação visando à assistência a tôdas as universidades, no que diz respeito ao melhor preparo e contrôle de seus orçamentos anuais.

9. Projeto de pesquisa sobre legislação educacional vigente, para fins de integração e simplificação da mesma.

10. Projeto de pesquisa destinado a conseguir meios e métodos para aumentar o número de matrículas estudantis nas universidades nacionais.

11. Projeto de estudo e coordenação sôbre técnicas relacionadas às atividades de extensão cultural universitária e de assistência comunitária.

12 . Projeto de pesquisa e treinamento, em escala nacional, sôbre técnica de planejamento universitário.

13. Projeto de treinamento para preparação simultânea de grupos de dirigentes de bibliotecas centrais para tôdas as

universidades.

14. Projeto de treinamento para preparação simultânea de estatísticas educacionais para tôdas as universidades.

15. Projeto de treinamento, no país e no exterior, para preparação simultânea de administradores de hospitais para os hospitais universitários da nação.

16. Projeto de estudo sôbre política nacional de salários, visando à formulação de meios e métodos para assegurar a justa remuneração para os professôres no ensino de tempo integral, bem como para pessoal de pesquisa.

(Alves, 39-40)

Reformulação do acordo original (9 de maio de 1967)

ASSESSORIA AO PLANEJAMENTO DO ENSINO SUPERIOR

São parte do presente Convênio do Ministério da Educação e Cultura (o Ministério, atuando através da Diretoria do Ensino Superior (a Diretoria), o Representante do Governo

Brasileiro para a Cooperação Técnica (o Representante) e a Agência Norte-Americana Para o Desenvolvimento Internacional (a USAID/BRASIL), presente o Conselho Federal de Educação (o Conselho)

I / ORIGEM DO CONVÊNIO

De acôrdo com a Política Nacional de Educação e os compromissos assumidos na Carta de Punta del Este pelo Govêrno brasileiro, como um dos membros da Aliança Para o Progresso, o Ministério pretende aproveitar a experiência dos outros países para realizar planejamento a curto e a longo

prazo do sistema do ensino superior, bem como aumentar a eficiência dos seus métodos de trabalho e de seus diversos programas coordenados, a fim de atender às necessidades educacionais presentes e futuras do Brasil nesse setor. Levando em conta essa política e aquêles objetivos, o Ministério, através da Diretoria, resolve obter, por intermédio da USAID/BRASIL, assessoria de instituição educacional de alto nível para atingir os objetivos dessa iniciativa brasileira.

II / FINALIDADE

A finalidade dêste Convênio é promover meios que assegurem assessoramento à Diretoria em estudos relacionados com a expansão e o aperfeiçoamento, a curto e a longo prazo, do sistema do ensino superior brasileiro através de processo de planejamento que torne possível a preparação

e a execução, por parte das autoridades brasileiras, de programas com o objetivo de atender às crescentes necessidades dêsse setor.

III / RESPONSABILIDADES

A. O Ministério, por este instrumento, delega à Diretoria a atribuição de executar o presente Convênio e concorda em:

1 . Designar pelo menos quatro educadores brasileiros de alto nível para constituir Grupo Permanente de Planejamento junto à Diretoria, em regime de tempo integral, assessorados

pelos mesmos educadores previstos neste Convênio, enquanto vigorar o mesmo.

2 – Custear salários, viagens em território nacional e outras despesas eventuais relativas aos serviços desses educadores brasileiros.

3 – Assumir a responsabilidade pela preparação de um plano de trabalho detalhado para a execução das atividades previstas neste Convênio.

4. Fornecer instalações adequadas de escritório, equipamento, material de consumo, telefone, secretárias bilíngües e demais assistência complementar, inclusive o pessoal necessário

ao funcionamento efetivo do Grupo Permanente de Planejamento e de seus assessôres.

5. Assegurar a manutenção dos salários de bolsistas selecionados que venham a ser enviados ao exterior para os fins dêste Convênio.

B. A USAID/BRASIL, por este instrumento, delega ao seu

Departamento de Recursos Humanos a atribuição de executar o presente Convênio, no que lhe competir, concordando em:

1. Fornecer, por período máximo de quatro anos, dependendo da disponibilidade de recursos, através de contrato com instituição educacional de alto nível, sujeito à aprovação prévia da Diretoria, os serviços de pelo menos quatro educadores de alto nível em planejamento educacional, bem como outros assessôres em regime de contrato de curta duração, caso seja necessário.

2. Que os recursos para o funcionamento de contratos por um período inicial de aproximadamente 18 (dezoito) meses continuam comprometidos no total indicado na fôlha anexa

com as especificações financeiras.

3. Custear as viagens em territórios brasileiro e outras despesas de caráter eventual referentes aos serviços dêsses assessôres, ressalvadas as disposições do item III-A-4 acima.

4. Custear o treinamento de bolsistas, dependendo das disponibilidades de recursos, em complemento às verbas empenhadas nos têrmos do presente Convênio.

IV / DISPOSIÇÕES GERAIS

A. Os educadores brasileiros de que trata o item III-A-I constituirão a Equipe de Assessoramento ao Planejamento do Ensino Superior. Esta equipe colaborará, em regime de tempo integral, na implantação do processo dinâmico de planejamento, visando à finalidade dêste Convênio, cabendo, sempre às autoridades brasileiras competentes a responsabilidade de determinar a política e as normas de Educação, bem como de aprovar ou não todos os planos elaborados. Os planos quando aprovados serão postos em execução pelas autoridades brasileiras.

B. A Diretoria poderá também designar comissões constituídas de elementos dos quadros universitários, docentes, administrativos e discentes, bem como designar ou contratar grupos,

entidades e organizações da comunidade, que julgar úteis ao conveniente estudo dos diversos problemas do ensino superior, e bem assim à revisão e à implantação dos planos propostos.

C. Êste Convênio de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior reformula, amplia e substitui o Convênio MECUSAID assinado pelas partes em 23 de junho de 1965.

D. A regulamentação dêste Convênio será elaborada, aprovada e homologada pelas autoridades competentes, passando a integrar este Convênio.

E. O presente Convênio entrará em vigor a partir de sua assinatura e terá vigência até 30 de junho de 1969, podendo ser cancelado pela Diretoria ou pela USAID-BRASIL mediante

comunicação prévia por escrito com antecedência mínima de 30 dias, bem como prorrogado ou modificado de comum acôrdo.

V / CLÁUSULAS ESPECÍFICAS ADITIVAS

A. O Ministério, através da Diretoria, concorda em dar publicidade adequada, pelos meios de comunicação apro**52** priados, sobre o andamento e a execução dêste Convênio, considerando-o como uma das cooperações dentro da Aliança Para o Progresso.

B. As Disposições Normativas (Anexo B), alteradas pelo Memorando de Entendimento sôbre Auditoria entre a AID e o Ministério do Planejamento, datado de 22 de abril de 1963,

ficam incorporadas e integradas no presente Convênio.

Em 9 de maio de 1967.

As.: Tarso Dutra (Ministério da Educação e Cultura)

Faria Góes (Representante do Govêrno Brasileiro para Cooperação

Técnica) — A. Almeida Jr. (Conselho Federal de

Educação) — William Ellis (USAID/BRAZIL),

(49-51)

ANEXO B

Relatório DOPS Sobre articulação para o 28º. Congresso da UNE, 1966.

"Levamos ao conhecimento desta chefia que, segundo nossos observadores, na tarde de ontem, dia 6, a partir das 17 horas, no CENTRO ACADEMICO OSVALDO CRUZ, a presença de um repórter das "Folhas", um fotógrafo d'O Estado" e de uma jovem não identificada, os senhores JOSÉ FIDELIS AUGUSTO SARNO, presidente em exercício da UEE (Vice Presidente da Coordenação Universitária da UNE) e (***) RODRIGUES DANTAS FILHO, Vice Presidente da Assistência Universitária da UNE, ambos pertencentes à AÇÂO POPULAR, concederam às portas da faculdade, uma entrevista que, em síntese, foi à seguinte:

Que, no Congresso que a UNE fará realizar , de 28 de julho a 1º de agosto do corrente ano, em Belo Horizonte, tomarão parte comissões de diversos centros estudantis e políticos, estando, já em preparação, o Estado de São Paulo, Guanabara (representado, este, por 50 elementos), Rio de Janeiro, (com 30 elementos), Espírito Santo (com 30 elementos), Rio Grande do Sul (com 50 elementos) e Minas Gerais. Está confirmada a participação destes Estados, tanto no meio universitário como no meio secundário, sendo que a convocação de todos os Centros Acadêmicos e Centros Executivos Nacionais, está sendo procedida, em ritmo normal. Entre as delegações que confirmaram suas inscrições, sabe-se as da Bahia, Aracaju, Sergipe, Pará, Ceará, Brasília, Mato Grosso, Goiás, Além dos Estados acima citados, que se acham em preparação, cada delegação acadêmica compõe-se de dois representantes titulares. Em Belo Horizonte, estão sendo vendidos, em praça pública, bônus para a Campanha Nacional de Finanças, Campanha para alojamento, Residência e Alimentação, sendo que em certa a participação, por Minas Gerais, de cerca de 1.000 estudantes; o Paraná poderá ser representado por Vinte Centros Acadêmicos, enquanto que, de São Paulo, deverão participar cerca de 60 centros; segundo consta, é grande a movimentação entre os estudantes de Santa Catarina. Deverão trabalhar no Congresso, 10 (dez) Comissões, que serão enquadradas dentro dos seguintes temas: Tomada de Contas, Relatório da Diretoria e Relatório de Atividades, Programa de Administração e Orçamento, Diretrizes Políticas, Problemas de Ensino, Reforma Universitária, Política de Educação no Exterior, Problemas Nacionais, Situação Política Nacional, Movimento Contra a Ditadura, Eleições Diretas ou Indiretas, Política de Minérios, Problemas Internacionais, Situação da América Latina, África e Ásia , Conjuntura e Diretrizes dos Estudantes, Força Interamericana de Ocupação, Guerra no

Vietnã, Problemas Econômicos e Sociais dos Estudantes, Anuidades, Restaurante Universitários, Casa dos Estudantes, Situação do Movimento Estudantil, Levantamento do Movimento Universitário e Secundário, Teatro Universitário e Imprensa Universitária. Por fim, foi esclarecido que serão discutidos assuntos referentes ao envio de tropas à República Dominicana, Às Eleições livres indiretas, à constituinte popular para reestruturação da democracia, à democracia política e social até com os analfabetos, tudo representado pelo M.C.D., (fls2) que significa Movimento Contra a Ditadura.

Terminada a entrevista, foi distribuído, aos presentes, O BOLETIM INFORMATIVO DO CACO, de 6 de julho de 1966, que aqui transcrevemos:

XVIII CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDANTES

Este é um informe especial dedicado ao próximo CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDANTES, convocado pela UNE, a ser realizado em Belo Horizonte, de 28 de Julho a 1º de agosto.

A União Nacional dos Estudantes, fundada há 29 anos, tem um passado de lutas que, para nós, universitários, representa toda a responsabilidade histórica de nossa participação no meio universitário e na vida social.

A Une lutou pela democratização do país na época do Estado Novo, batalhou em defesa da escola pública, em defesa das reservas naturais da Nação, lutou pelo aumento de vagas na universidades, pela conquista da representação estudantil nas representações universitárias e sempre esteve presente nas campanhas pela elevação do nível educacional brasileiro.

Após o golpe de Abril, a UNE foi violentamente atingida. Professores e estudantes em todo os país também o foram: a pecha da “subversão” não levou em conta o profundo patriotismo daqueles que nas campanhas e nos protestos, também se sentiram responsáveis pelo destino do nosso povo.

Mas apesar das repressões, a UNE se faz ouvir, porque continua a representar a voz da maioria absoluta dos estudantes: a luta contra a Lei Suplicy, a denuncia do terrorismo cultural, passeatas realizadas em várias capitais, em defesa dos direitos democráticos não foram imposições de cúpula, mas partiram de nossa disposição de lutar. Por isso, repudiamos entidades

que não traziam a menos representatividade por isso por, digo, por isso, protestamos pelas demissões dos professores. Nós somos a UNE e por tudo que ela representa, jamais poderá ser extinta.

O próximo Congresso Nacional Dos Estudantes assume um caráter importantíssimo: o de afirmação do movimento universitário livre e o de uma tomada de posição no momento em que o país está mergulhado no impasse de um regime totalitário.

Em Belo Horizonte serão discutidos importantes assuntos de interesse universitário (Excedentes, situação das entidades, reforma universitária) e será lançado o MDC.

O que é o MDC?

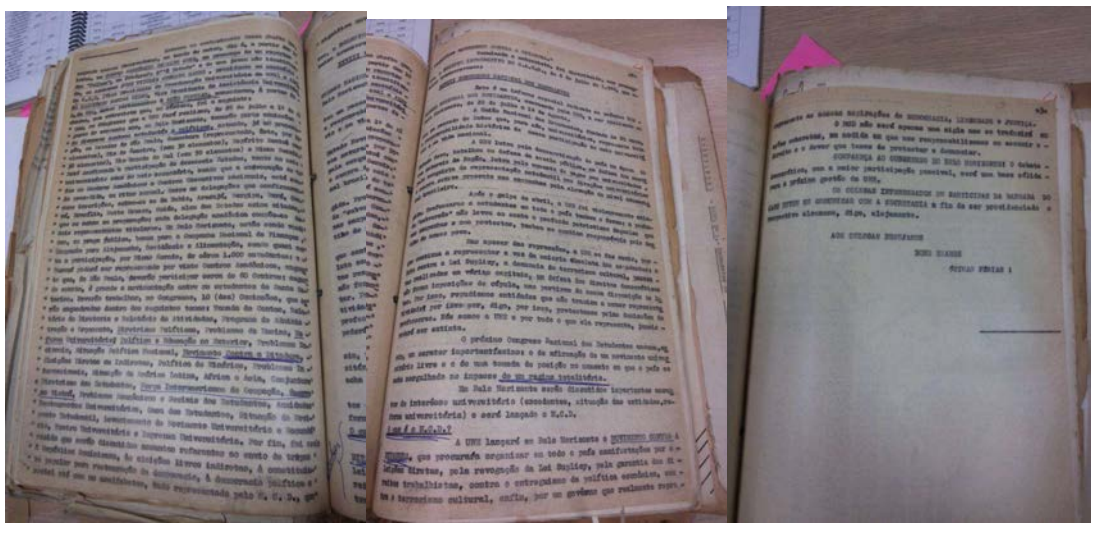
A UNE lançará em Belo Horizonte o MOVIMENTO CONTRA A DITADURA, que procurará organizar em todo o país manifestações por eleições diretas, pela revogação da Lei Suplicy, pela garantia dos direitos trabalhistas, contra empreguismo da política econômica, contra o terrorismo cultural, enfim, por um governo realmente (fls3) represente as nossas aspirações de DMOCRACIA, LIBERDADE E JUSTIÇA.

O MDC não será apenas uma sigla mas se traduzirá em ações concretas, na medida em que nos responsabilizaremos em assumir o direito e o dever que temos de protestar de denunciar.

COMPAREÇA AO CONGRESSO DE BELO HORIZONTE: O debate democrático, com maior participação possível, será uma base sólida para a próxima gestão da UNE.

OS COLEGAS INTERESSADOS EM PARTI8CIPAR DA BANCADA DO CACO DEVEM SE COMUNICAR COM A SECRETARIA a fim de ser providenciado o respectivo alojamento.

Aos Colegas desejamos Bons Exames Ótimas Férias “



ANEXO C

Secretaria de Segurança Pública, Departamento de Ordem Política e Social – São Paulo

- Os documentos nos dossiês eram anexados, copiados, etc, mas nos inquéritos eram reproduzidos, datilografados em papel timbrado.,
  "Manifesto dos Estudantes de São Paulo

Os estudantes paulistas, em vista dos últimos acontecimentos ocorridos que tiveram como protagonistas brasileiros, vem de público manifestar seu irrestrito apoio e solidariedade aos colegas que resistem bravamente à ditadura.

Ao mesmo tempo, vem denunciar medos e fantasmas que surgem, para muitos, de um novo golpe que teria por meta a continuidade deste governo, tendo como desculpa a "agitação" estudantil existente. Denunciamos tais manobras, pois se universitários saem às ruas, é por protestar contra aqueles que querem taxar as universidades, vender o Brasil a interesses estrangeiros e fazer calar o povo brasileiro.

Sai às ruas para conquistar uma liberdade de protesto, lutando por algo que julgam justo, contra uma situação que não querem e não podem aceitar. Não sirva, portanto, tal movimento para o continuísmo de uma ditadura que, como a maioria esmagadora do povo brasileiro, não aceitamos. Esses movimentos todos querem um regime democrático que permita ao povo brasileiro o exercício integral de seu direito de palavra reunião e luta. Portanto, não queiram usar o nosso movimento para um continuísmo que viria infelicitar ainda mais o povo brasileiro.

De outro lado, vemos que outras orças tentam aproveitar-se também do movimento universitário, afirmando que saímos às ruas exigindo uma revolução que foi traída. É mentira, porque os universitários não julgam que o movimento de 31 de Março tenha sido uma revolução. Foi um golpe militar pura e simplesmente.

Ainda mais, não participaremos jamais de frentes amplas, saídas das mágoas e ressentimentos pessoais de políticos frustrados, que só se voltaram contra o golpe a partir do momento em que seus interesses pessoais se viram ameaçados. E não seremos tão pouco, manobra dos e aproveitados por uma oposição consentida, que espera colher proveitos de nosso movimento.

O movimento universitário tem uma posição independente. E alertamos a todos eles que o primeiro compromisso que temos, é o único, que é com a nossa consciência e, port5anto, com o povo brasileiro.

Não somos movidos com revanchismos infantis nem por interesses mesquinhos. Lutamos contra uma estrutura que julgamos ultrapassada e injusta.

E, se esses senhores todos desejarem transformar suas palavras de que querem a participação dos estudantes da vida política do país em fatos, é preciso que reconheçam que os estudantes já participam e que esta participação é independente. Uma participação que não foi doada pelo governo e jamais o seria, contra os paus mandados de capitais estrangeiros e dos poderosos nacionais.

Porque, se existirem divergências entre os donos do poder no Brasil, essas diferenças são pequenas , comparadas com o que lutam entre eles e o conjunto do povo brasileiro e os que (...) afirmam representar o povo brasileiro.

(fls. 2)

E se qualquer deles afirma representar o povo brasileiro, é preciso que seja desmascarado. Porque mais de 50 % da população brasileira não vota, porque o povo brasileiro é contra o golpe que foi dado a 31 de março e aqueles que representava o povo brasileiro foram cassados, ou por ódios pessoais, ou por receios infantis. Entretanto, os que permaneceram, podemos classificá-los de bonzinhos, os que conseguiram manobrar, fazer concessões, arrastar-se com os pés da ditadura. E quando as botas e as espadas mandam num país, é um bocado de cinismo alguém vir dizer que representa o povo brasileiro.

Voltamos a dizer: as divergências que existem entre os donos do poder são menores dos que as que existem entre eles e o povo oprimido que eles cada vez mais oprimem.

É com esse povo que temos compromisso.

É contra os que oprimem que lutamos. E, se os senhores da oposição consentida conseguirem se aproveitar de nossos movimentos (e preferimos que sejam eles e não outros, apesar de tudo), saibam que brasileiro, porque eles certamente se tornarão.

Saiba o povo brasileiro que o movimento universitário não se deixará jungir a nenhum interesse escuso, nenhum interesse de grupos, nenhum interesse de outra nação que não o Brasil.

E nós lutamos e continuaremos a lutar pelo que consideramos justo e contra o que julgamos errado.

Pois bem, temos juventude bastante ara isso. Para ter a consciência livre, e da consciência passaremos a palavra, e se preciso for, da palavra passaremos à ação.

A frente universitária, integrada pelos estudantes de São Paulo, e não por grupos internacional (sic) de Havana, Pequim, França, ou por políticos oportunista (sic) cujos únicos interesses são impor as suas ambições pessoais, dirige-se ao povo de são Paulo nesse momento de extrema gravidade, para expor as razões da luta e do objetivo que constituem o movimento da resistência a ditadura, que hoje empolga toda a mocidade brasileira.A tradicional, no meio estudantil, a luta pela defesa do nosso petróleo, por reformas, por melhores salários, contra os tratados prejudiciais à nossa economia e soberania, pela paz mundial. Irmanamo-nos sempre ao lado dos trabalhadores da cidade e dos campos, nas suas reivindicações por melhores condições de vida.

Contra nós, estudantes, por tais razões, foram desencadeados os processos mais brutais, mais desumanos, mais violentos de repressão. Após 1º de Abril, fomos considerados marginais, por estarmos contrários aos verdadeiros marginais, ou sejam, aqueles que subiram ao poder pela força das armas.

As prisões e crueldades indescritíveis sofridas Poe elementos dos mais variados camadas sociais , a demissão de professores, o exílio de patriotas, a entrega de nossas riquezas aos grupos estrangeiros, a paralisação do desenvolvimento econômico do país, nos trazem às praças públicas para denunciar um governo cuja única função é a de conservar a injustiça social como fontes de lucros de uns e causa da miséria de tantos.

Triste destino este para uma Nação pobre, não ter seus problemas resolvidos porque os cavalheiros do golpe interessa muito mais invadir países estrangeiros (como São Domingos), ao invés de combater a nossa fome.

Conosco está o povo. Não se pode agir em nome dele um governo ilegítimo, um governo que impõe Constituições e eleições através de um congresso desmoralizados, ao invés de consultar o povo.

Cai, enfim, a máscara de uma ditadura e o que aparece é um marechal entregando a outro marechal o papel de (fls. 3) carrasco. Cai a mascar da ditadura e o que aparece são verdadeiros animais invadindo as escolas porque a presença da cultura desperta imediatamente a obrigação de sacar seus revolveres.

Temos de perguntar: é mais perigoso para o Brasil a desnacionalização de nossas industrias ou a realização de congresso estudantil? Todos sabem a resposta: estudantes massacrados em São Paulo, Guanabara, Recife, Belo Horizonte, Salvador, Curitiba, Goiânia, Porto Alegre e em tantos outros lugares onde existem homens nesse país. O povo que nos aplaudiu e nos acolheu em suas casas nos momentos ais dramáticos nos deu a resposta.

A ditadura, porém, resistindo às legitimas exigências de nosso povo, escolheu a violência declarada, como armas de intimidação,. A ela, mais nada resta, de hoje em diante senão matar para sobreviver, durante algum tempo. Mas seria preciso que ela nos matasse a todos para nos calar e à exigência da democracia, liberdade, e respeito às conquistas sociais dos trabalhadores.

A metralhadora não substitui o voto: e a história não e para a bala .

Antes de nós morrermos o povo vencerá!

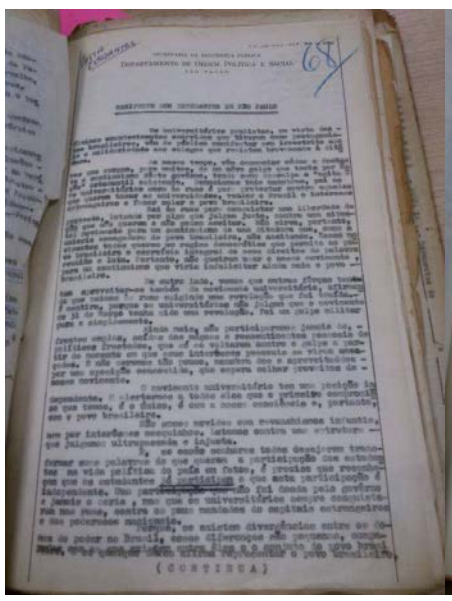
Trabalhador venha conosco lutar pela coisa mais perseguida neste país: A LIBERDADE!

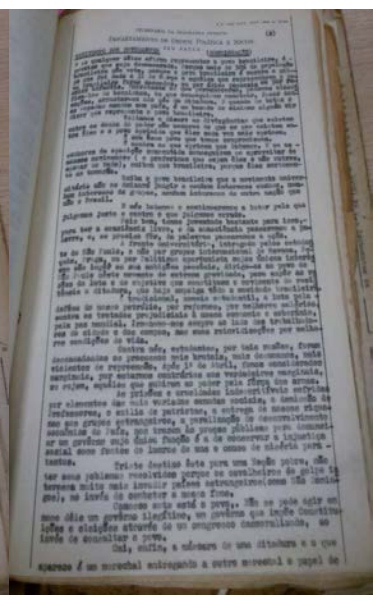
Trabalhador venha conosco lutar pela coisa mais odiada neste país: A OPRESSÃO DA DITADURA!”

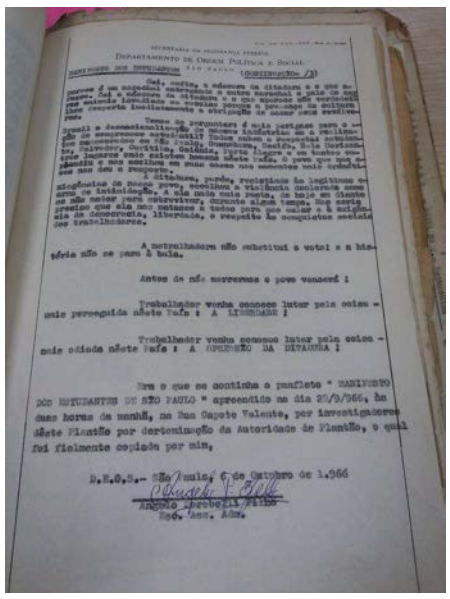
Era o que se continha o panfleto “MANIFESTO DOS ESTUDANTES DE SÃO PAULO” APREENDIDO NO DIA 28/9/1966, ÀS DUAS HORAS DA MANHA, NA RUA Capote valente, por investigadores deste Plantão por determinação da Autoridade de Plantão, o qual foi fielmente copiado por mim,

D.E.O.S – São Paulo, 6 de outubro de 1,966

Ângelo Perebelli Filho







ANEXO D

Informativo Protocolado nº 34/67

Entrada em 11/01/1967

União Estadual dos Estudantes

DCEs Livres USP-Puc

Manifesto À Nação

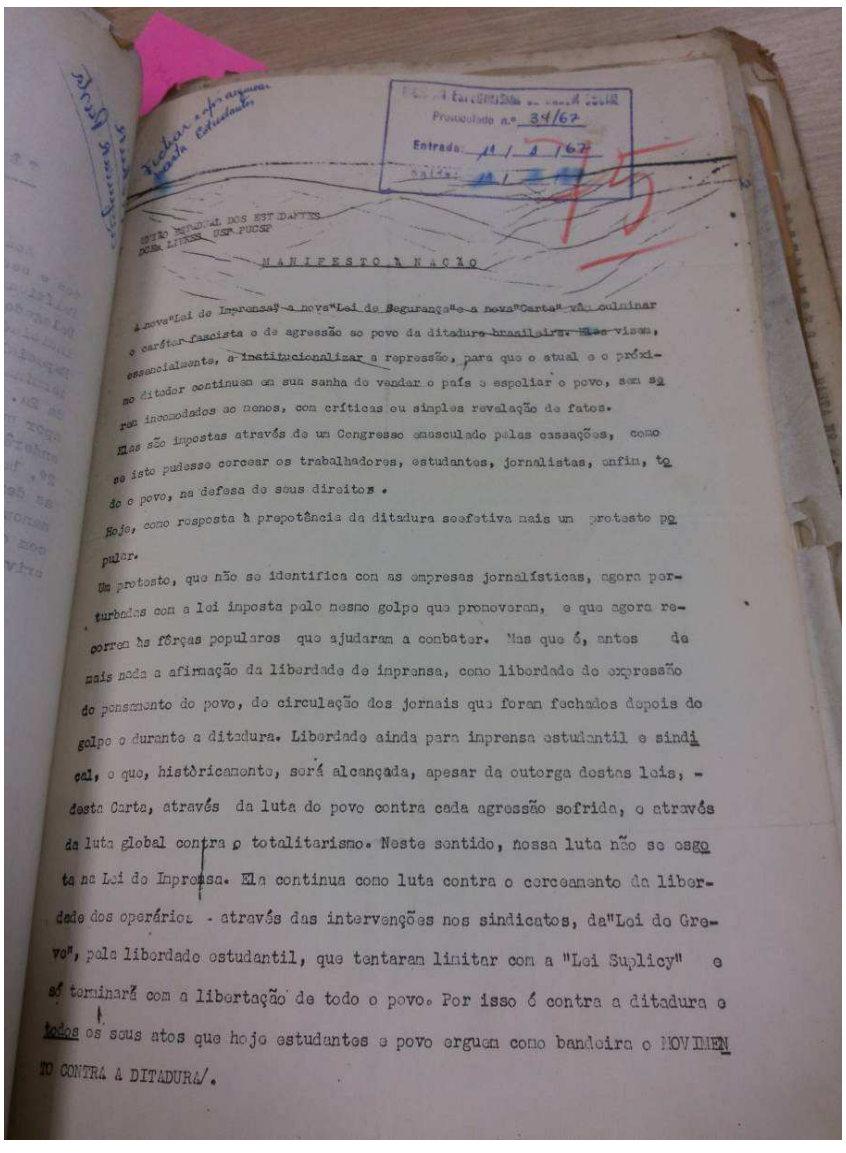
A nova “Lei de Imprensa” a nova “Lei de Segurança” a nova “Carta” vão culminar o caráter fascista e de agressão ao povo da ditadura brasileira. Elas visam, essencialmente, a institucionalizar a repressão, para que o atual e próximo ditador continuem em sua sanha de vender o após e espoliar o povo, sem serem incomodados ao menos, com críticas ou simples revelação dos fatos.

Elas são impostas através de um Congresso emasculado pelas cassações, como se isto pudesse cercear os trabalhadores, estudantes, jornalistas, enfim, todo o povo, na defesa de seus direitos.

Hoje, como resposta À prepotência da ditadura se efetiva mais um protesto popular.

Este protesto, que não se identifica com as empresas jornalísticas, agora perturbadas com a lei imposta pelo mesmo golpe que promoveram, e que agora recorrem às forças populares que ajudaram a combater. Mas que é, antes de mais nada a afirmação da liberdade de imprensa, como liberdade de expressão do pensamento do povo, da circulação dos jornais que foram fechados depois do golpe e durante a ditadura. Liberdade ainda para a imprensa estudantil e sindical, e que, historicamente, será alcançada, apesar da outorga destas leias, desta Corte, através da luta do povo contra cada agressão sofrida, e através da luta global contra o totalitarismo. Neste sentido, a nossa luta não se esgota na Lei de Imprensa. Ela continua como luta contra o cerceamento da liberdade dos operários – através das intervenções nos sindicatos, da “Lei de Greve”, pela liberdade estudantil, que tentaram limitar com a “Lei Suplicy” e só terminará com a libertação de

Todo o povo. Por isso é contra a ditadura e todos os seus atos que hoje estudantes e povo erguem como bandeira o MOVIMENTO CONTRA A DITADURA.



Protocolado n.º 34/67
Entrada: 11 / 1 / 67
Saída: 11 / 1

UNIÃO ESTADUAL DOS ESTUDANTES
ZONA LIVRE USP FUCSP

MANIFESTO À NAÇÃO

A nova "Lei de Imprensa" a nova "Lei de Segurança" e a nova "Carta" vão culminar o caráter fascista e de agressão ao povo da ditadura brasileira. Elas visam, essencialmente, a institucionalizar a repressão, para que o atual e o próximo ditador continuem em sua sanha de vender o país e espoliar o povo, sem ser mais incomodados ao menos, com críticas ou simples revelação de fatos.

Mas são impostas através de um Congresso emasculado pelas cassações, como se isto pudesse cercear os trabalhadores, estudantes, jornalistas, enfim, todo o povo, na defesa de seus direitos.

Hoje, como resposta à prepotência da ditadura esefetiva mais um protesto popular.

Um protesto, que não se identifica com as empresas jornalísticas, agora perturbadas com a lei imposta pelo mesmo golpe que promoveram, e que agora recorren às fôrças populares que ajudaram a combater. Mas que é, antes de mais nada a afirmação da liberdade de imprensa, como liberdade de expressão do pensamento do povo, de circulação dos jornais que foram fechados depois do golpe e durante a ditadura. Liberdade ainda para imprensa estudantil e sindical, o que, històricamente, será alcançada, apesar da outorga destas leis, - desta Carta, através da luta do povo contra cada agressão sofrida, e através da luta global contra o totalitarismo. Neste sentido, nossa luta não se esgota na Lei de Imprensa. Ela continua como luta contra o cerceamento da liberdade dos operários - através das intervenções nos sindicatos, da "Lei de Greve", pela liberdade estudantil, que tentaram limitar com a "Lei Suplicy" e só terminará com a libertação de todo o povo. Por isso é contra a ditadura e todos os seus atos que hoje estudantes e povo erguem como bandeira o MOVIMENTO CONTRA A DITADURA/.

ANEXO E

Polícia Civil de São Paulo

Divisão de Ordem Política – Dops – Relatório Análise do Movimento Estudantil 1974-1977

O Movimento Estudantil.

1. Apreciação

1.1 Enfatizamos em trabalhos anteriores, que após 1968, as tentativas realizadas com o intuito de levar aos estudantes os movimentos de massa vinham fracassando – por vários motivos, entre os quais a falta de liderança capacitada, o abandono do trabalho de conscientização por parte das cúpulas estudantis em favor da linha "militarista", a legislação especifica promulgada, a atuação vigorosa dos órgãos de segurança, que irmanados, conseguiram, senão deter, pelo menos controlar em seus nascedouros, as tentativas da esquerda em monopolizar os ideais de nossa juventude universitária.

1.2. Do vendaval que varreu nossas universidades ou um fenômeno mundial que atingiu não só a nós, como a todo mundo ocidental, dos Cohn-Bendit nacionais, pouco restou.

1.3 A estratégia ditada pelos movimentos internacionais comunistas, quer da linha "justa" moscovita ou dos maoístas pouca receptividade encontrou em nossa lusitanidade e os arroubos fratricidas subseqüentes isolaram os contestadores. As ações armadas mostraram-se inconseqüentes e impopulares, contrarias as tradições brasileiras... os Lamarcas e Ches Guevaras caboclos, transformaram-se em bandidos puros e simples, eliminados sem qualquer lágrima ou lamento de nossa vida social.

1.4 Compreende que uma mudança de tática se fazia necessária, que novas lideranças deveriam surgir em nosso meio estudantil, ou lideres da Internacional Comunista optaram por novas técnicas ou "Know How", adaptáveis às condições locais e sensíveis à sistemática nacional

2. as Novas Técnicas

2.1 Embora contrariando os princípios básicos do marxismo, através da dialética Hegeliana, de que "... o movimento operário é o esteio de toda revolução comunista.." e que a estes devem ficar subordinadas todas as manifestações revolucionarias, a Internacional Comunista, ante a desarticulação do Movimento operário, pensou em dedicar toda a sua atenção ao Movimento Estudantil, cujas primeiras manifestações remontam a 1974 (pode haver um erro aqui)

2.2 abordando de inicio, apenas aspectos ligados ao ensino e paulatinamente, introduzindo temas políticos, seus primeiros trabalhos de arregimentação , tem em mira os "calouros" pelo que seus panfletos passam a ter seqüência lógica e seus redatores dedicam-se a temas genéricos como "Melhoria de Ensino", a elitização, a licenciatura "curta", a implantação de "Estados Sociais", a Reforma do Ensino, o 477, o A.I. 5 e outros, como alvos de suas teorias.

2.3 Portanto, conseguindo novas lideranças, descomprometidas dos "fracassos" anteriores, o PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, unindo setores contestatórios infiltrados em órgãos como o MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO, a IGREJA, a ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL e outros, iniciavam uma nova escalada de subversão no Brasil, nesse ano de 1974.

3. A Contestação

3.1 Já no mês de abril desse ano, mediante concentração nos "barracos" da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade De São Paulo, referendava-se a formação de um "COMITÊ DA DEFESA DOS PRESOS POLÍTICOS", ou razão do desmantelamento, pelos órgãos de segurança como o DOI CODI II, o DOPS SP, de organismos terroristas como o MR8, a TL-ALN, com a prisão de estudantes e professores universitários. A 5 de abril , cerca de mil pessoas reuniram-se notando-se os deputados estaduais Agenor Lino de Matos, Guaçu Fiteri Alberto Goldman, Macre Cristina, professora da PUC e a então cúpula dirigente do ME, representada pelos ativistas Armando Sergio Prontini, Ricardo Oscar Komori, Wulf Galkowicz, Augusto Cássio Portugal Gomes e outros, bem como representantes da "Pontifícia Comissão de justiça e Paz" e da Ordem dos Advogados do Brasil.

3.2 A pronta ação dos órgãos de segurança fez com que o “Comitê dos presos políticos” tivesse vida efêmera.

4. A Escalada

4.1 Em 1975, a reprovação em prova de mestrado do professor Sinval de Freitas Medina e sua conseqüente dispensa da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, foi o pretexto de que se utilizaram as minorias esquerdistas para desencadearem intensa campanha contra o diretor desta instituição, professor Manuel Nunes Dias, com a paralisação imediata das aulas e reivindicações esdrúxulas como : renúncia imediata do Diretor; abolição do decreto-lei 477; revogação do Ato Institucional no. 5; anistia para os presos políticos; luta contra o ensino pago; a censura; o jubilamento pela liberdade de manifestação e organização;; controle dos restaurantes universitários; abolição do atestado ideológico nos candidatos a cargos universitários; pelo direito de greve; pelos sindicatos livres; pela volta de professores cassados; pela criação de creches para filhos de alunos e funcionários; etc. Durante dois meses, as atividades desta escola foram conturbadas e somente no reinício das aulas no segundo semestre a vida escolar retornaria à normalidade, com reprovação da grande maioria dos grevistas.

4.2 A 27 de outubro de 1975, grande agitação provocava a notícia da morte de Vladimir Herzog, ex-professor da ECA, nesta e em todas as escolas da USP. Cartazes cobriam seus (…), havendo suspensão das aulas em todo “campus”, com assembléia Geral universitária aprovando as seguintes ações: paralisação das aulas até realização da missa de sétimo dia, com o comparecimento da massa dos universitários, criação de comissões para a centralização dos movimentos de protestos, ação junto às massas “... para esclarecê-las quanto aos seus direitos...” e vasta panfletagem, com chavões típicos da esquerda festiva.

4.3 Como último ato de 1975, de 10 a 14 de novembro, sob os auspícios da “Pontifícia Comissão Da Justiça e Paz” da Arquidiocese de São Paulo, realizava-se a “Semana dos Direitos Humanos”, com suas sessões (...) tendo como palco a Igreja de São Domingo s, em cuja a “Casa de Deus” vossas profanas (…) de Terezinha de Godoy Pires, dirigente da “Frente Nacional do Trabalho”, de Madre Cristina Sodré Dòria, psicóloga da PUC, de Florestan Fernandes, Plínio Marcos, Maria

Ruth dos Santos Escobar, Fernando Gasparian, Sergio Buarque de Holanda, Paulo Emílio Salles e outros conhecidos marxistas, fizeram ouvir como prenúncios de apocalipse...

4.4 Como perspectivas para o ano seguinte, apresentamos a criação de um Comitê Nacional de Lutas pelas Liberdades Democráticas, com a realização de “Semanas” e extensão destas a outros “campi” universitários e ao próprio país; a transformação da rescém-criada Comissão universitária do Diretório Central dos estudantes da USP, aglutinando todas as ações do Movimento Estudantil em São Paulo, bem como a exploração de incidentes (…) como os suicídios de Alexandre Vanucchi Leme, de Vladimir Herzog ou de Manuel Fiel Filho, que seriam explorados pelos inimigos da Pátria, a soldo do Movimento Comunista Internacional, em suas tentativas de ressurgimento das entidades fantasmas como a União Estadual de Estudantes e a União Nacional dos Estudantes, a serviço de minorias privilegiadas

5 A Fixação do ME

5.1. Ao analisarmos o Movimento Estudantil em 1976, constatamos que há pouco mais de uma semana do inicio das aulas, na Universidade de São Paulo e demais “campi”, já se podia apreciar o elevado numero de panfletos distribuídos, todos eles primando pelo carater subversivo da campanha subliminar que carregavam, especialmente nos anos anteriores, com pretensões puramente acadêmicas e restritas ao âmbito universitário, seus redatores passaram a divulgar, pura e simplesmente, a derrocada do regime capitalista e “... a falência das instituições democráticas burguesas...”. Desde a composição gráfica, à terminologia usada, com palavras e chavões estereotipados, as publicações distribuídas revelavam a obediência de seus responsáveis aos ditames do Partido Comunista Brasileiro, a um comando único, ou ainda, à Central Comunista de Informações, instalada na Universidade de São Paulo, “acobertada” pela esquerda festiva e inocentes úteis que proliferam nessa instituição... as “vitorias” obtidas no ano anterior, como a greve da ECA, a mobilização contra as prisões políticas , o suicídio de Vladimir Herzog e Manuel Fiel Filho, são agora explorados em seus artigos, como resultantes do direcionamento imposto pela Comissão Universitária, não só em termos de USP, como de Universidades e Escolas isoladas do Interior. Mesmo o trágico acidente que ceifou as vidas de três operários nas obras da Faculdade de Física, foi objeto de exploração demagógica em seus panfletos.

5.2 A 26 de março de 1976, no anfiteatro da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e mais tarde nos “barracos” da Faculdade de Ciências Sociais, assembléia geral universitária era realizada e por proposta de Julio Hirra Filho, surgia o Diretório Central dos Estudantes da universidade de São Paulo, com eleições marcadas para os dias 11 e 12 de maio, com a transformação da então Comissão Universitária em Comissão Eleitoral, tomando o DCE “... a regência dos destinos políticos da classe , executando as propostas das reuniões gerais universitárias e permanecesse subordinado À Assembléia Geral Universitária, instancia máxima do DCE - Livre...”, convidando-se a integrar a entidade, os estudantes das Escolas de Sociologia e Política de São Paulo e Engenharia de Mauá.

5.3 Era este, o primeiro passo concreto na escalada da subversão, dado em nossos meios estudantis. Refletindo as várias tendências políticas atuantes, organizaram-se cinco chapas “Refazendo”, “Liberdade e Luta”, “Caminhando”, “Organizar a Luta” e “Alternativa”, todas elas unânimes em seus ataques ao governo, `s instituições e ao sistema capitalista, mas já se notava o radicalismo dos integrantes da “Liberdade e Luta”, cujo posicionamento ideológico identificava-se com a “linha chinesa” ou “maoísta”, nos ataques às demais chapas e aos hinos entoados ao marxismo “puro”, como solução à problemática nacional.

5.4 Na data marcada, realizavam-se as eleições, antecedidas de intensa propaganda. Entretanto, o desaparecimento das quarenta urnas na noite seguinte, determinou a realização de novo pleito nos dias 17 e 18 de maio, com a efetivação de uma “Noite de Vigília” para a guarda das urnas que apresentaram os seguintes resultados:

Chapa Refazendo..... 4362

Liberdade e Luta.....2955

Caminhando.....1497

Alternativa.....246

Organizar a Luta.....834

Votos em Branco.....1777

Votos Nulos.....582

Total de votantes----------.... 12. 253

(Fl. 7)

5.5 Com a vitoria do grupo “Refazendo”, foram eleitos Lidia Goldstein, da Faculdade de Economia e Administração; Vinicius Ítalo Signorelli, do Instituto de Física;Vera Silvia Facciola Paiva, da Faculdade de Psicologia; Geraldo Augusto de Siqueira filho, da Faculdade de Geografia; Maria Terezinha de Figueiredo, da Faculdade de Biologia; Marcelo Garcia e Souza, da Faculdade de Geologia, Beatriz de Castro Bicudo Tibiriçá, da Faculdade de Ciências Sociais; Carlos Eduardo Massafera, da Escola Politécnica e Paulo Roberto Massoca, da Faculdade de Engenharia de São Carlos.

5.6 Em termos de encontros nacionais, a 3 de abril de 1976, o prédio da Faculdade de Física abriga as delegações presentes à “Reunião Nacional dos Estudantes” , com delegações de vários estados, como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná e os “Campi” de São Carlos, Ribeirão Preto, Campinas; escolas paulistanas como o Mackenzie, Objetivo, Pontifícia Universidade Católica, Escola de Sociologia e Política, Faculdade de Engenharia Mauá, Faculdade de Engenharia Industrial e todas as demais da USP. Em clima agitado e tenso, demonstrativo da existência de cisões no seio do Movimento Estudantil, o plenário aprovou as seguintes propostas: realização de uma Semana de Luta por Liberdades Democráticas de 20 a 30 de abril, com manifestações de apoio aos Deputados Federais cassados e aos operários; concretização de Reuniões Nacionais a 15 de maio em Belo Horizonte, a 29 de maio e a 28 de agosto na USP e a 30 de novembro em local a ser designado; um Encontro Nacional dos Estudantes, em data e local a ser decidido, e finalmente, mais uma Semana de Lutas pelas Liberdades Democráticas, no mês de outubro, em local a ser estabelecido..

5.7 Deste calendário, tornaram-se realidades, a Semana de Lutas pelas Liberdades, de 26 a 30 de abril; o I Encontro Nacional dos Estudantes, patrocinado pelo Centro Acadêmico Armando Salles de Oliveira da Faculdade de Engenharia de São Carlos, a 28 de agosto (fls. 8) * , sendo

reconhecidos como participantes da Mesa Coordenadora, Maria Terezinha Figueiredo, Geraldo Augusto de Siqueira Filho, sobressaindo-se nos debates, Geraldo Augusto Massoca, Edith Eduardo Jafet,, Ernesto Cradella Neto, Celso Giovanetti Branbilla, Afrânio Paes Filho, Beatriz de Carvalho Bicudo, Vinicius Ítalo Signorelli, Lídio Goldstein, Vera Silvia Facciola Paiva e Josimar Moreira Melo Filho. Mais uma vez a finalidade desse Encontro não se tornara realidade: a derrota da moção apresentada pela bancada da Universidade Federal Fluminense, com a qual pretendia a formação de um Comitê Central pelo Movimento Estudantil nos moldes da antiga UNE, revelou a existência de graves distorções contrárias às lideranças esquerdistas. O II Encontro Nacional dos Estudantes realizou-se a 16 de outubro de 1976, com a presença de m***ais ou menos 800 estudante***s, no Pavilhão da Faculdade de Psicologia, com representantes de várias unidades da Federação e o Interior do Estado; do temário aprovado, 1o. .Posição dos estudantes face às eleições de 15 de novembro; 2º. Reorganização do Movimento Estudantil e 3o. Formação de Comissão estudantil a Nível Nacional, apenas o primeiro item foi objeto de deliberação, tendo o plenário aceito à proposta dos integrantes do grupo "Liberdade e Luta" do DCE da USP, pelo voto nulo dos estudantes nas eleições de 15 de novembro, pois conforme sua plataforma de luta "...voto nulo contra a ditadura e luta por eleições livres. E ao mesmo tempo, por uma assembléia constituinte, democrática e soberana, que elabore uma Constituição que garanta a terra a quem trabalha, as liberdades democráticas e as independência da nação, onde os setores explorados se façam sentir sob a direção dos trabalhadores..."

5.8 Ao par destas "realizações" do ME, outros episódios vieram demonstrar o poder de organização de sues dirigentes nesse movimentado ano de 1976: em várias cidades do interior, realizavam-se demonstrações esparsas (fls. 9) como em Taubaté, o "enterro" simbólico do Provedor e Assessor Jurídico da irmandade da Santa Casa; em Araraquara, a Faculdade de Filosofia loca, paralisava as aulas por dois dias, por não haver a direção concedido sala ao Diretório Acadêmico, em Ribeirão Preto, organizava-se passeata contra a formação da Universidade de Ribeirão Preto e o conseqüente desligamento de suas Faculdades da USP; em São Carlos, os dirigentes do DCE local tentavam mobilizar os alunos para a concessão de bolsas; em Mauá, na Faculdade de Engenharia e na FEI, as lideranças acenavam o boicote às matrículas, às mensalidades e o plebiscito idealizado, mas não conseguiram sucesso, entre o repudio da maioria dos alunos ás medidas contestatórias; em São José do Rio Preto, alunos da Faculdade

Regional de Medicina permaneciam na assembléia Geral Permanente, exigindo da mantenedora "...melhores condições de ensino...", etc.

5.9 Em termos de USP, em junho, desenrolava-se o episódio "Roberto João", com a realização de um ato público pela transferência do preso Roberto João Motta, do manicômio Judiciário de Santa Catarina para uma clínica particular, condenado que fora pela justiça militar daquele estado. Nesse mesmo mês, o DCE Livre da USP lançava panfletos incitando os alunos a pagarem apenas CR$6,00 refeição do CRUSP e "convencendo o magnífico reitor a assistir a tomada do restaurante pelos estudantes..." exemplo que era seguido a 11 desse mês, no campus de São Carlos. Nos dias seguintes, paralizavam-se as aulas, com a realização de Assembléias Universitárias , que decidiam uma "greve geral" já para agosto, ao reinício do segundo semestre, com boicote total aos bares e lanchonetes do "campus", a expedição da Carta - Denuncia às associações de classe e Amigos de Bairros, dando-lhes conhecimento da situação nacional (?) e pedindo apoio ao Movimento Estudantil e finalmente , dando a denominação de Alexandre Vanucchi Leme ao Diretório Central dos Estudantes da USP. A 17 de agosto, a noticia de que o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado (fls10) decidira subsidiar o preço das refeições dos restaurantes do CRUSP através de uma suplementação de verbas, provocou o completo esvaziamento das tensões e ânimos exaltados , colocando um ponto final neste triste capítulo do Movimento Estudantil.

5.10 No mês de outubro de 1976, uma instituição viria a se notabilizar na história do ME, pela deflagração de uma crise latente na Faculdade de Medicina de São Paulo, com a extinção do curso experimental pela Congregação dessa Escola e retorno do Curso Médico Tradicional; durante vinte e oito dias suas aulas estiveram paralisadas e somente a ameaça de perderem o semestre por faltas, ante a firme atitude de sua diretoria, fez com que o Centro Acadêmico Osvaldo Cruz atendesse à maioria e aceitasse a normalidade dessa instituição.

6. A atualidade do M.E.

Escudadas nas "vitórias" obtidas nos anteriores, as lideranças esquerdistas intensificaram suas ações deletérias, especialmente nos campos da "anistia Ampla e Total para os punidos pela Revolução de 1964", com a formação de Comitês pela anistia, Comitês nacionais de lutas pelas

liberdades democráticas, realização de semanas de lutas pelos direitos humanos, encontros nacionais e setoriais de estudantes, através de reuniões estaduais de estudantes....

6.2 Obedecia-se assim, também a um princípio básico marxista-leninista, ou seja, "... a Revolução Proletária caminha até que encontra resistência, após o que retrocede, mas não mais ao ponto de partida...", como forma de tentar a ação de Governo Federal. Por coincidência, nos primeiros meses deste ano, também no velho continente recrudesciam as ações contestatórias, com ações violentas, especialmente na Itália...

6.3 (FLS 11) Os primeiros passos do ME neste ano, foram dados na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, através de uma assembléia realizada a 27 de janeiro, liderada por quatro alunos da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, tendo como tema central o "exorbitante aumento de 45%" imposto às anuidades, decidindo-se pela não realização das matrículas até manifestação oficial da Reitoria. Três dias depois, tal movimento alcançava as Faculdades Paulistanas, com a formação de "piquetes" bloqueando o acesso ao prédio.

6.4 A Escola de Sociologia e Política conhecia a mesma situação, através de ações desenvolvidas pelo conhecido ativista José Luiz Moreira Brum e sua ex-mulher Derly Marluce Brum, na formação de "boicote" às matrículas

6.5 No âmbito USP – Universidade de São Paulo, os meses de fevereiro e março foram totalmente dedicados aos "calouros" através de cursos de férias e "trote unificado", sendo o problema "verbas" pela primeira vê enfocado, com os inefáveis ataques ao sistema, à política educacional do Governo e à convocação para um "Encontro Metropolitano" a ser patrocinado pela PUC, ao final do mês.

6.6 a 15 de março, no Instituto de Física, realizou-se a primeira reunião plenária do DCE- USP, tendo como tema central, que posteriormente cristalizar-se-ia em debates públicos, o "corte de verbas" da USP, com célebre polêmica entre essa Autarquia e a Secretaria do Planejamento do Estado, ante a afirmativa do Presidente da Comissão de Orçamento e Programação da USP, Professor José Francisco de Camargo, de que: "Se não houver suplementação, a USP vai parar...". Em todos os murais das Faculdades , a constante eram os cartazes: "Governo não dá verbas para a USP"; "Nossa verba cortada por Paulo Egídio" a farto noticiário nos jornais sobre o problema.

(fls. 12)

6.7 A 17 de março, os murais das escolas, especialmente os da Comunicação e artes, Economia e Administração, História e Geografia, Instituto de Psicologia, reverenciavam a morte de Alexandre Vanucchi Leme, ocorrida em 1973. como “...uma das vítimas da repressão...”.

6.8 Concomitantemente, na Pontifícia Universidade Católica constituia-se um outro organismo a serviço da subversão: o Diretório Central dos Estudantes da PUC, que viria a exercer papel importante no ME, acobertado pela própria direção daquela Universidade, através de dádivas incompreensíveis, como a cessão permanente do salão “Beta”, transformado em quartel general do famigerado “Comitê Primeiro de Maio pela Anistia”... Com presença de mais de quatrocentos alunos, a 25 de março realizava-se a assembléia de reestruturação do DCE-PUC, sob os “calorosos” aplausos do DCE-USP, diretórios da Fundação Armando Álvares Penteado, Casa da Universidade de São Paulo, afirmando um dos oradores que “... em breve, o Movimento Estudantil será tão grande e tão forte, que nem os Decretos 477 ou 228, ou ainda o AI-5, serão capazes de sufocar as vozes que se levantarão...”

6.9 ainda neste mesmo mês de março, o DCE-USP, agitando a problemática das “verbas”, decidia a realização de uma concentração “monstro” no Largo do Arouche, para entrega ao secretário da Educação, de um memorial, sob palavra de ordem: “Por mais Verbas para a Educação” e “Pelo Ensino Gratuito”. Esta monopolizava as atenções gerais de meios universitários e era apresentada como uma verdadeira demonstração de força e maturidade do ME, bem como de poder e arregimentação.

6.10 Um minucioso esquema preventivo, montado pelo Departamento Estadual de Ordem Política e Social, com a utilização de todo o seu efetivo civil e superintendência direta do policiamento feito pelo Excelentíssimo Senhor Secretário da Segurança Pública, fez abortar, a trinta de março, a concentração programada pelo DCE da USP no Largo do Arouche, contentando-se seus dirigentes em efetuar uma passeata. Perto de mil estudantes, deixando o “campus” da USP, dirige-se aos Largo de Pinheiros, onde se dissolvem, após distribuírem panfletos à população, que a tudo assistia impassível.

6.11 Nesse ínterim, Sua Excelência o ***Senhor Governador do Estado resolve interferir para a solução do problema, decidindo receber uma Comissão de Aluno***s. Ampla cobertura

publicitária é dada ao movimento, através de vários canais de televisão, imprensa e rádio. À noite, no auditório da Faculdade de Geografia e História, setecentos estudantes representando a USP, PUC, Engenharia Mauá, Fundação Getúlio Vargas, Faculdades Paulistana e outras, ouviram inflamados oradores, com propostas para se estabelecer a partir daquele instante, um MOVIMENTO POPULAR, aliando ao ME, os sindicatos, as associações de bairros, entidades representativas da oposição ao sistema, como setores da Igreja, Ordem dos advogados do Brasil, movimentos Feministas, Pró-Anistia, etc.

6.12 Os dias posteriores assistiram à total-paralisação das aulas da USP, com grande movimentação dos líderes, que procuravam explorar o estado emocional conseguido "...com a paralisação da cidade pela passeata...", sucedendo-se reuniões após reuniões em todas as Faculdades. A 1o. De abril, realizava-se a Assembléia Metropolitana programada, no mesmo auditório da Geografia e História, decidindo-se concentração para o ***dia seguinte, em frente ao prédio da Reitoria, para se obter reconhecimento oficial do DCE-USP; distribuição durante a Semana Santa, de uma carta aberta à população, através de sindicatos, associações de classe e bairros; realização de simpósios para "esclarecimentos" da ampla camada da população , discutindo-se a "grave" situação nacional e uma reunião plenária preparatória do III Encontro Nacional dos Estudan***tes.

6.13 A decretação do recesso parlamentar pelo Governo Federal, veio arrefecer os ânimos das lideranças, (FLS 14) conhecendo-se alguns dias de calma.

6.14 À proximidade do 1o. De Maio, os painéis das diversas escolas refletiam a preocupação dos dirigentes esquerdistas em promoverem a data, tendo o DCE-USP programado uma assembléia Geral para discussão de temas nacionais relacionados com o dia 1, especialmente exploração do trabalhador pelo sistema burguês, o arrocho salarial, os bóias-frias, a legislação ineficaz, etc.

6.15 Entretanto, um acontecimento aparentemente isolado, viria a 28 de abril, alterar completamente a calma até então observada. Quando procediam a panfletagem sobre o Primeiro de Maio, em áreas do ABCD, foram presos Celso Giovanetti Branbilla, José Maria de Almeida e Marcia Basseto Paes. Criteriosas investigações precedidas pela Divisão de Ordem Social deste Departamento, ***constataram que aqueles , mediante a contratação de sub-empregos na região, com baixos salários pelas suas qualificações técnicas, conseguiram infiltrar-se em entidades***

sindicais, para promover a subversão. Duas organizações foram assim desbaratadas, “Liga Operária” e “Movimento Emancipação Popular”, remanescentes da “Var-Palmares”, culminando ainda com as prisões de ANITA MARIA FABRI, FERNANDO ANTONIO DE OLIVEIRA LOPES, PORTUNA DWEC, CLAUDIO JULIO GRAVINA e ADEMIR MARINI, contra os quais foi instaurado inquérito policial por infração à Lei de Segurança Nacional. Dos detidos apurou-se ainda que CELSO GIOVANETE BRAMBILLA estava com matrícula trancada no 5º. Semestre da Faculdade de Engenharia de São Carlos; FERNANDO ANTONIO DE OLIVEIRA LOPES, aluno da Faculdade de Educação e Cultura do ABC; ANITA BIA FABRI, do curso de História da USP; FORTUNA DWEC CLAUDIO JULIA GRAVINA, alunos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

6.16 Imediata foi a resposta das cúpulas dirigentes esquerdistas, pois logo às primeiras horas do dia 2 de maio, organizaram comissões e convocaram a ASSEMBLEIA METROPOLITANA, decretando uma Greve Geral em todos os “campi” universitários, exigindo-se as “...imediata libertação (FLS 15) dos estudantes presos e a salvaguarda de suas integridades físicas, bem como a realização de um ATO PÙBLICO. Dessa assembléia, realizada no auditório da Faculdade de Geografia e História da US, surgiu o “COMITÊ PRIMEIRO DE MAIO PELA ANISTIA”, outra entidade espúria, a serviço dos interesses escravagistas de Moscou...

6.17 Sete mil estudantes participaram do ATO PÚBLICO, a três de abril, realizado no interior da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com o seguinte temário: 1o.) Liberdades Democráticas; 2º.) Liberdade de Expressão e Manifestação; 3o.) Termino das Torturas; 4º.) Fim da Repressão e das Leis Repressivas; 5º) Libertação imediata dos estudantes e operários presos; 6º.) Anistia aos presos políticos; 7º.) Anistia aos banidos e exilados. À mesa diretiva dos trabalhos, tomaram assento os deputados estaduais ALBERTO GOLDMAN e VANDERLEY MACRIS, o vereador à Câmara Municipal de São Paulo Benedito Cintra, a presidente do Movimento Feminino pela Anistia, Terezinha de Godoy Zerbini, representantes de “oposições” de vários sindicatos desta Capital, da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado, dirigentes do DCE da USP e da PUC, de São Carlos, da UNICAMP, da Fundação Getúlio Vargas, das Faculdades de São Bernardo e institutos isolados do interior. Dentre os oradores inflamados , destacamos o deputado Alberto Goldman, combatendo o “...caráter casuístico das últimas reformas...”, encarecendo a necessidade de uma nova Constituição; Terezinha de Godoy Zerbini,

que por “coincidência” propõe a instalação imediata do Comitê Pró-Anistia de Presos Políticos, atuantes em todos os estabelecimentos de ensino, o que foi aceito pelo plenário; vários estudantes, acintosamente “... exigiram a imediata derrubada da ditadura militar e fim da repressão, tortura e assassinatos...”, sendo finalmente proposta uma “vaia” ao senhor Secretário de Segurança, por suas declarações à imprensa sobre os detidos, qual se prolongou durante vários minutos, culminando com uso de palavras de baixo calão dirigidas essa Autoridade. Finalmente, pelo plenário foi decidida a realização de (FLS 15) novo Ato Público, às 12 horas do dia 5 de maio, em frente a Faculdade de Direito do Largo São Francisco, com convites ao público e à entidades classistas.

6.18 Desde as primeiras horas do dia 5 de maio, utilizando se ainda de um esquema eminentemente civil, as imediações de acesso ao Largo São Francisco encontravam-se fortemente policiadas. Por volta do meio dia, com a praça completamente tomada por mares de estudantes e curiosos, a manifestação teve início com um discurso do Presidente do Diretório do Centro Acadêmico “XI de Agosto”, que afirmou estar “... o território livre do Largo São Franscisco recebendo naquele instante, toda Universidade de São Paulo, para protestar pacificamente contra as prisões de estudantes e operários pelos órgãos de segurança...”; a seguir falaram estudantes da USP e PUC, com a leitura de vários manifestos ***de apoio de entidades classistas e estudantis. À leitura de uma “Carta Aberta à População”, com inevitáveis citações às*** mortes de Vladimir Herzog, Manoel Fiel Filho e Alexandre Vanucchi Leme, seguiu-0se a proposta de se realizar imediatamente uma passeata pelo centro da cidade, no que imediatamente as vanguardas de ação dos grupos obedeceram, tomando o caminho da rua Líbero Badaré, com destino à Praça da República.

6.19. A ação vigorosa determinada pelo Senhor Secretário de Segurança, que pessoalmente comandava o policiamento, bem como seu pronunciamento anterior, de que “... respeitaria a concentração no Largo São Francisco, mas que determinaria a dissolução da passeata...” foi a responsável pelo feliz desfecho do evento, com o retrocesso das vanguardas estudantis à sua origem e término da manifestação por volta das 15 horas.

6.20 Passados alguns dias, a 11 de maio, uma nova assembléia, tendo como palco mais uma vez, o anfiteatro da Faculdade de Geografia e História, com o “Comitê Primeiro de Maio Pelo Anistia” dominando o plenário, através (FLS 16) da chapa “Liberdade e Luta” atuante como

aposição do DCE USP, perto de mil estudantes “resolvem” realizar um novo ato público “Pela Anistia e Liberdades Democráticas”, com a denominação de “Jornada Nacional de Luta”; escolhida a data, 19 de maio, horário 17:30 horas, “... para coincidir com o fechamento do comércio, atraindo dessa forma a atenção popular e engrossando os contingentes descontentes com a ditadura militar...” no dizer de um líder estudantil. (**** Mesma tática de 1968)

6.21 Desde os dias anteriores, o “Comitê Primeiro de Maio” em reuniões sucessivas, nos Centros Acadêmicos da USP ou no Salão Beta da PUC, vinham se preparando para o novo ato Público; Comissões de segurança e Organização” foram montadas, de 18 para 19 de maio, foi organizada uma “Noite de vigília”, na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, com a participação de professores, como o jurista Godofredo Da Silva Telles, de artistas como Ruth Escobar, de membros da Comissão de Justiça e Paz, representada por Dalmo de Abreu Dallari, ou políticos como Flávio Bierrenbach, evitando-se dessa forma o fechamento do prédio.

6.22 Às primeiras horas da manhã do dia 19 de maio, o DSV impedia o acesso de veículos ao Largo São Francisco,; por volta das 16 horas, o Excelentíssimo Senhor Secretário da Segurança Pública. Comandando pessoalmente o efetivo da Polícia Militar do estado de São Paulo, determinava a evacuação do Largo, que pouca movimentação apresentava. Entretanto, como local alternativo, as lideranças esquerdistas haviam escolhido o pátio da entrada do prédio da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, sito Av. Dr. Arnaldo, aguardando o cair da noite, para que escapassem à vigilância dos helicópteros, que havia sido estabelecido pelos órgãos de segurança.

6,23 Por volta das 18 horas, com a presença da esquerda “festiva” do MDB, Deputado federal Airton Soares, deputados estaduais Alberto Goldman, Vanderley Cris, Horácio Ortiz, Osvaldo Loreto Campanari, Robson Marinho (FLS 16), vereadores Flávio Bierrenbach e Benedito Cintra, da caricata figura de Terezinha de Godoy Zerbini, de uma Comissão de Artistas, encabeçada por Ruth Escobar, representantes das “oposições” dos sindicatos metalúrgicos, bancários e gráficos, as presidências dos Diretórios Estaduais dos Estudantes da US e da PUC abriam os trabalhos, lendo moções de apoio de diversas entidades, das quais ressaltamos as atribuídas a D. Ivo Lorscheider, que ressaltou seu “... repúdio à situação atual, aproveitando para proclamar seu apoio aos bispos de São Felix do Araguais, D. Pedro de Casaldaliga e Goiás Velho, D. Thomas

Dalduíno...". Efetivos especiais da Polícia Militar, comandados pessoalmente pelo Senhor Secretário de segurança, acompanhavam à distância, os pronunciamentos.

6.24 Em razão desses acontecimentos, na madrugada de 18 para 19 de maio, agentes dessa Divisão de Ordem Política desbaratavam uma célula esquerdista, junto ao "COE – Centro de Orientação Estudantil" colégio situado no bairro da Lapa, tendo sido apreendido farto material subversivo, desmantelado sua gráfica, responsável pela impressão de panfletos do Movimento estudantil e indiciados em Inquérito Policial por infração à Lei de Segurança Nacional, Heloísa Helena Adario Frateschi, Paulo Frateschi, Nelson Frateschi, Gumercindo de Souza Milhomen, Antonio Bonfim Moreira e outros.

6.25 no dia seguinte, o "Comitê Primeiro de Maio Pró anistia" no auditório da Escola politécnica realizava uma sessão plenária para análise do "saldo" do movimento, primando seus oradores pelas críticas ao DCE da USP, acusando-o de covardia por "... não terem enfrentado os grilhões da repressão nas ruas..." e de impedirem palavras de ordem como "Abaixo a Ditadura", "Abaixo a Repressão" ou o uso de palavras de baixo calão contra as Autoridades constituídas, especialmente às figuras do Senhor Governador do Estado e Secretário da segurança Pública. Decidiu-se também pela realização de um novo ATO PÙBLICO, com a participação (fls. 17) de estudantes universitários, secundaristas, associações de bairros, sindicatos e "... todos os oprimidos de São Paulo..."

6.26 No auge da crise provocada e procurada pelas lideranças, no prédio da Faculdade de Ciências Sociais da USP, Quase seiscentos estudantes representando a USP, PUC, Escolas Isoladas desta Capital e do Interior, realizavam neste mesmo dia 20, uma "reunião Plenária estadual" cuja principal decisão foi a imediata criação de uma *Comissão Organizativa pró União Estadual dos Estudantes , marcando-se o mês de setembro de 1977, como data limite para o início desse novo organismo.*

6.27 Nos dias 1 e 2 de junho, 13. 741 estudantes da Universidade de São Paulo resolvem reconduzir a Chapa Refazendo para a Diretoria do DCE, confiando-lhe 6.695 votos; em segundo lugar o grupo "Caminhando", com 2.603 votos, "liberdade e Luta", com a inexpressiva votação de 2.319, apesar de todos os recursos empregados por seus componentes.

6.28. Com reduzida publicidade, de 23 a 27 de maio, absorvida pelos movimentos de contestação, a Escola de Comunicações e Artes da USP, segundo informação da Reitoria da USP, fez realizar o II ENECOM - “Encontro Nacional de Comunicações” ou” Semana de Estudos de Jornalismo”, sendo expedidos 386 certificados de freqüência a pessoas deste e de outros Estados da Federação, inclusive a sua efetivação constante do “Curriculum escolar”...

6.29 Na Universidade de São Paulo, os DCEs da USP e da PUC, decidem após duas reuniões marcantes, deflagrar greve geral de protesto (Paralisação das aulas por 24 horas); distribuíram uma “Carta Aberta à população”, denunciando a ação dos órgãos repressivos, com a prisão de estudantes de todo o Brasil; fazerem-se presentes à homenagens prestadas à D. Paulo Evaristo Arns, às 20,00 horas do dia 6 de junho e logo após , a efetivação de uma Assembléia Geral com o Comitê Primeiro de Maio Pró Anistia, sobre (FLS 17) medidas de efetivo repúdio pela *não realização do III Encontro Nacional dos Estudantes*, em Belo Horizonte.

6.30 A 7 de junho efetivava-se a greve geral de um dia e o auditório da Faculdade de medicina da USP era cenário para mais uma Assembléia Metropolitana, que decidiu pela efetivação do III Encontro Nacional dos Estudantes em São Paulo e pela realização de outro Ato Público, a ser coordenado pelo Comitê Primeiro de Maio. O local deste novo Ato, tornou-se em pouco, um pomo de discórdia entre as lideranças estudantis: de um lado, o “Comitê Primeiro de Maio”, dominado pelos radicais, insistindo pela realização fora dos muros da Universidade, sob o ponto de vista de que “... é necessário um confronto direto dos estudantes com as forças de segurança...” com o evidente intuito de provocação e baderna; de outro, as diretorias dos DCEs, concordando com sua realização em um recinto do “campus” ou no território livre do largo São Franscisco.

6.31 Usando um estratagema eleiçoeiro, o “Comitê Primeiro de Maio pró anistia”, através da Chapa “Liberdade e Luta”, consegue impor a Praça Fernando Costa, no Parque Dom Pedro II, como local para realização do ato público do dia 15 de junho e transferência do III Encontro Nacional dos Estudantes para o Mês de setembro após as férias, designando-se “a priori”, a data de 21 desse mês.

6.32 Malgrado todo o dispositivo policial-militar montado pela cidade desde as primeiras horas do dia 15 de junho os integrantes do “Comitê Primeiro de Maio” tentaram estabelecer o tão

temido confronto direto, utilizando-se de es***tratégias características da guerrilha urbana***, ou seja, realizando “meetings” em vários pontos isolados da avenida São João, Ipiranga, Consolação, Dr. Armando, Senador Queiroz e outros; contaram para tanto, com a experiência do grupo como o de “Artistas e Técnicos de Teatro”, liderados por Ruth Escobar, que (FLS 18) identificavam por portarem um cravo vermelho, detidos que foram por policiais militares.

6.33 Por este Departamento de Ordem política e Social, foram ouvidos e identificados, 91 manifestantes, apresentados por diversas patrulhas da Polícia Militar.

6.34 Mais uma vez, a ação enérgica e decisiva desta secretaria de Segurança pública, na pessoa de seu titular, Cel. Antonio Erasmo Dias, fez abortar mais uma desesperada tentativa das lideranças extremadas, em provocar um confronto direto com as forças da ordem e impediu que o cadáver de um estudante ou operário servisse de pasto à exploração comunizante em nossa Pátria.

7. Conclusões

7.1 Em consonância com o ano Internacional da Anistia, patrocinado pela Amnesty International, organismo alimentado pelos adeptos do determinismo histórico, que procuram ascender velas a Deus e ao diabo, que pretendem uma “coexistência pacífica” com os novos deuses tão bem descritos pela Bíblia em seu último capítulo “O Apocalipse”, assistimos neste primeiro semestre de 1977 a crescente escalada da subversão, através do MOVIMENTO ESTUDANTIL.

7.2 A irrestrita liberdade de imprensa, apoio aberto da Cúria Diocesana de São Paulo, congregando a “inteligentzia” em Comissões de Justiça e Paz, Direitos Humanos e o famigerado rescém-criado “Comitê Primeiro de Maio Pela Anistia”, a crescente radicalização do Movimento Democrático Brasileiro e a posição absurda e incompreensível do governo da maior potência capitalista do mundo, através da bíblica figura de Carter, que se apresenta ao mundo como um novo Patriarca na defesa dos” Direitos Humanos” (FLS 19), foram os ingredientes que se juntaram ao COMINTER, para tentar transplantar para estas plagas até então enormes aos monstros comunizantes, a “nova ordem mundial”, expressa por Marx e seguida por Lênin e seus apóstolos...

7.3 apesar de toda a cobertura publicitária, desenvolvida pela esquerda festiva através de jornais , rádio e televisão, nem tudo foram flores para o Movimento estudantil...

7.4 A vitoria da Chapa “Refazendo” para a diretoria do DCE-USP, com maioria absoluta, representou uma derrota dos radicais integrados nos grupo “Liberdade e Luta”, que passou a dominar o “Comitê Primeiro de Maio”. Este, em seus desesperados esforços de “conseguir” um cadáver para explorar em suas pregações, tentou impor os métodos de guerrilha urbana, especialmente na manifestação de 15 de junho, mas foi também desbaratada pela ação serena e comedida do cel. Antonio Erasmo Dias, no comando das forças policiais militares, que por ordem expressa de S. Exa., não foi permitido sequer o porte de armas de fogo.

7.5 Repetidas foram as manifestações do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e do Senhor Secretário de segurança, quanto a legalidade dos Atos Públicos, pretendidos pelos contestadores do regime. Mediante entrevistas contidas a jornais, rádios e televisões, estas autoridades alertaram o povo e as lideranças estudantis, para que evitassem os confrontos diretos pois desobediência seria punida com os instrumentos legais disponíveis.

7.6 Mal terminara a eleição para o DCE-USP, um outro acontecimento desastroso para o ME registrara-se em Belo Horizonte: os órgãos de segurança mineiros, conseguiam desbaratar a realização do III Encontro Nacional dos Estudantes, com a prisão e identificação de (FLS 20) ***800 participantes, dos quais grande número de paulista***s.

7.7 a 29º. Reunião Anual da sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizada nesta Capital de São Paulo, na terceira semana do mês, demonstrou a existência de acentuada cisão no Movimento Estudantil, pois os radicais pretendiam impor a discussão do tema “constituinte” como matéria política a ser debatida pelo plenário da SBPC. Posicionando-se contrários a tal, os Diretórios centrais de estudantes da universidade de São Paulo, da Universidade Federal de Minas Gerais e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, entenderam que o debate seria contrário aos interesses de classe e apresentaram documento à Diretoria da entidade, que o acolheu.

7.8 As divergências entre integrantes do DCE-USP consubstanciavam-se no posicionamento das Chapas “Refazendo” e “Liberdade e Luta”; a primeira , de ação moderada, entendeu que todas as manifestações não deveriam extrapolar os muros da universidade, inclusive os Atos Públicos

deveriam ser realizados no “campus” ou no “território livre” do Largo São Francisco; a segunda , em sua ação extremada, procurou sempre levar os estudantes À rua, para o confronto direto com os órgãos de segurança, tentando assumir o direcionamento efetivo do Movimento estudantil em São Paulo. ***Assistimos assim ao reflexo de duas “linhas” esquerdistas, a primeira obediente aos conceitos oriundos de Moscou e a segunda, aos princípios “maoístas”.***

8. Perspectivas para o II Semestre

8.1 Dentre as realizações do Movimento Estudantil para o segundo semestre deste agitado ano, temos como certa a obediência de seus representantes, no seguinte calendário:

(FLS 20)

1o) – 6 de agosto de 1977: reunião da Comissão de reestruturação da UEE – União estadual dos estudantes, a realizar-se sob o patrocínio do ***Centro acadêmico Armando Sales de oliveira, no “campus” da Faculdade de Engenharia de São Carlos***, como preparatório do temário a ser apresentado ao Congresso Estadual dos Estudantes e discussão e aprovação do jornal “Mural”, que se dedicará a informações sobre o Congresso.

2º) 15 a 27 de agosto de 1977: período destinado à organização de debates, com a realização final do Congresso Estadual dos estudantes, que originará a UEE – União Estadual dos Estudantes.

3o) 21 de setembro de 1977: III Encontro Nacional dos Estudantes, tendo o local o “campus” da Universidade de São Paulo. Deste conclave, deverá surgir a Comissão de ***reestruturação da UNE – União Nacional dos Estudantes, considerada meta prioritária do Movimento estudan***til.

3.2 Através do “Comitê Primeiro de Maio Pela Anistia”, dominado pelas correntes extremadas, podemos prever a realização de “Jornadas Nacionais Pela Anistia”, com o apoio de entidades “fantasmas”, como os núcleos de oposição aos sindicatos, “autênticos” do Movimento Democrático brasileiro, grupos de Artista e Técnicos de Teatro, intelectuais, jornalistas,

Movimento Feminino pela Anistia, Comissão de Justiça e Paz, movimentos isolados de professores, associações de bairros e outras dominadas por elementos serviço dos “... cristãos novos...” engajados pelos vendilhões dos templos...

8.3 Entendemos que as ações contestatórias não ficarão limitadas ao ambiente universitário; as rédeas diretivas serão duramente disputadas entre os grupos divergentes do ME e especialmente a “Liberdade e Luta”, ganhando domínio do “Comitê Primeiro de Maio”, deverá dedicar-se à implantação de sua temática e em especial á aplicação dos princípios da guerrilha urbana e confronto (FLS 21) direto com as forças de segurança. As diretorias dos DCEs da USP e PUC, tentarão manter a mesmo linha moderada, mas terão que fazer concessões aos extremados. Especialmente no que tange às manifestações públicas.

8.4 A atual conjuntura econômica e social do país, será ao máximo explorada por suas publicações e pronunciamentos, especialmente os “... contrastes da burguesia...” e a falência das elites... Seus ataques à “ditadura” serão redobrados, acompanhando a linha “pacifista” do governo dos Estados Unidos.

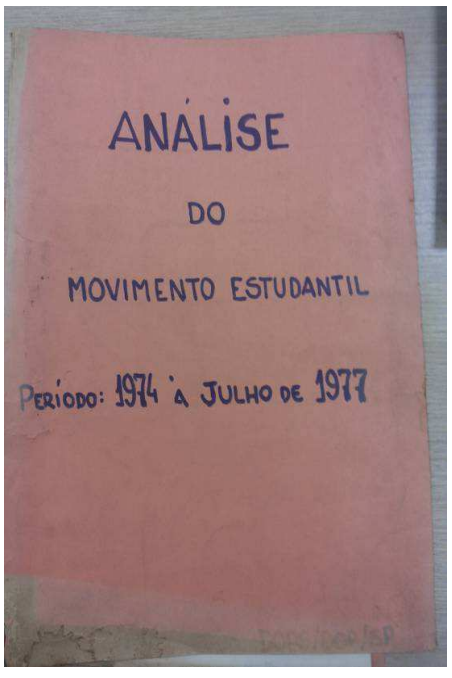
8.5 A recente punição a alunos da Universidade de Brasília, com a expulsão de 31 agitadores, será interpretada como mais uma “... demonstração de força da burocracia universitária...” e transformada em um atentado às liberdades democráticas...

8.6 as campanhas pela Anistia ampla e total deverão merecer especial atenção dessas lideranças, procurando-se respaldo nos interesses minoritários atingidos pela campanha sucessória que desponta em nossos horizontes políticos e especial enfoque bandeira desfraldada pelas esquerdas, a CONSTITUINTE, como remédio aos males crônicos da nação brasileira...

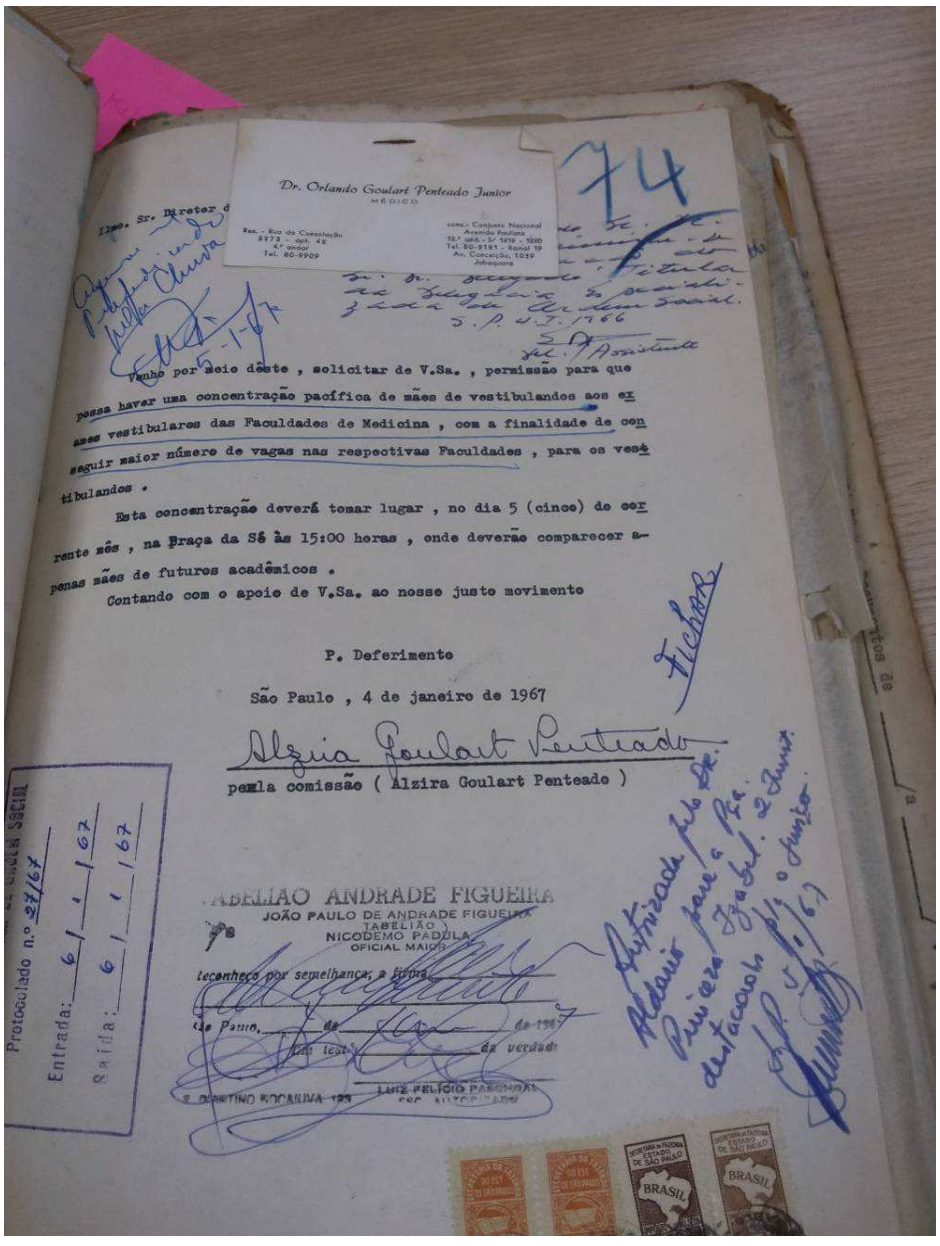
(Grifos meus)

Análise Do Movimento Estudantil Período 1974-1977 Dops – SP

Catálogo de Ordem Política


ANÁLISE
DO
MOVIMENTO ESTUDANTIL
PERÍODO: 1974 À JULHO DE 1977

ANEXO F



Solicitação (Aprovada) de comissão para concentração pacífica de mães de vestibulandos com objetivo de maior números de vagas na Faculdade de Medicina, na Praça da Sé, aos 5/01/1967.

ANEXO G

OP (Relatório) XXXI Congresso da UNE, 1979, Salvador

Coordenadoria de Informações e Operações – Arquivo Confidencial

Assunto: XXXI Congresso da UNE, 1979, Salvador

Origem: DOI- SSI-SC

Classificação

Difusão: DOPS-PMESP

Referencia: Info. Nº 704/79- DCI/SSI/SC. De 22-06-1979. Protocolo nº 2853 de 03-07-1979

Difusão dada na Origem

Anexo. Copia xerografia

Informação numero 0346/1979: CIOp

Encaminhamos (*** DE SC para São Paulo) os documentos constantes do anexo, referentes ao Congresso para Reconstrução da UNE em Salvador./BA

(Divisão de Ordem Política – SP)

Difusão: Órgãos – ACT/SNI – GPT L CAT – 5º DN – BAFL – SP/DPF/SC – DOPS/SC – PVES – SI/SSP/BA- DCI/SSP/RS – CI/SESP/PR- CIOp/SSP/SP – DGIG/SSP/RJ- COECG/ESP

Referência P. 1897/79

Cópia Xerox de um livreto e de artigos de jornal.

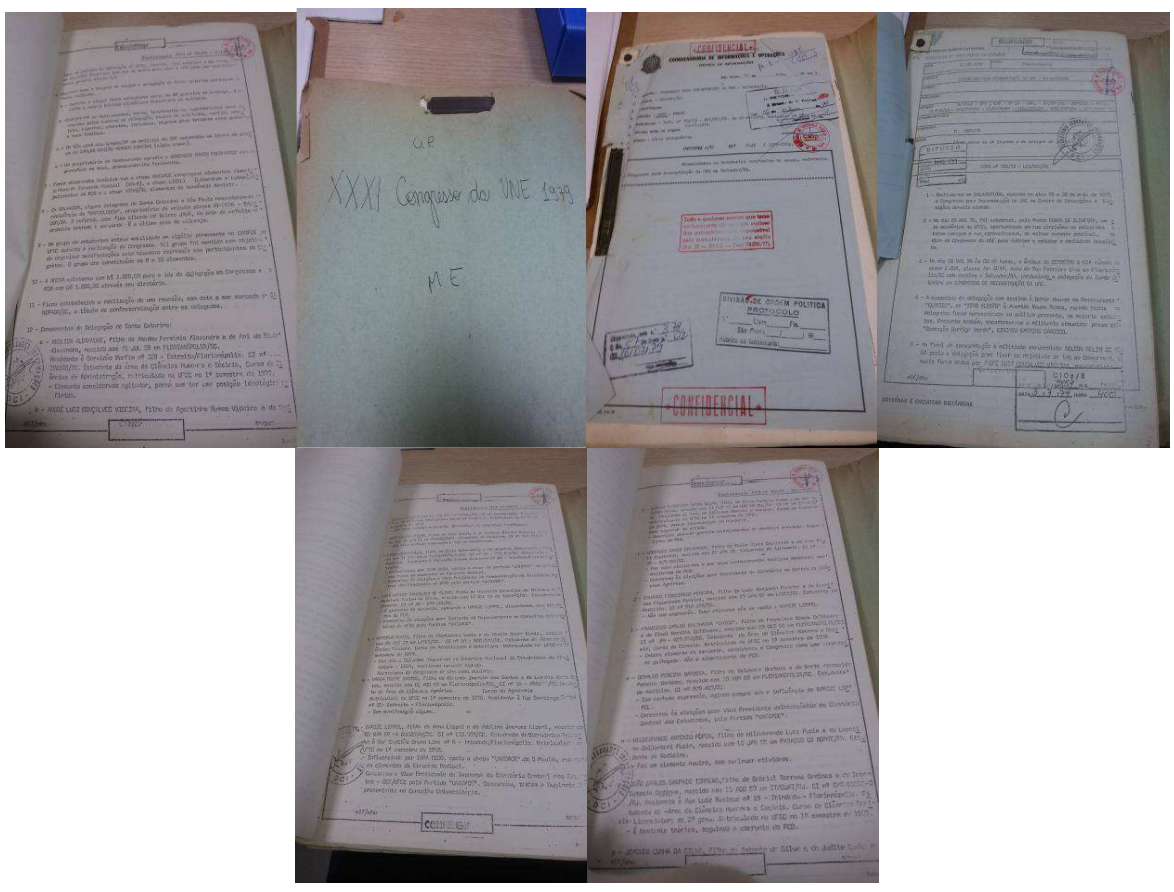
Realizou-se em Salvador/BA, durante os dias 29 e 30 de maio de 1979, o Congresso para Reconstrução da UNE no Centro de Convenções e Exposições daquela cidade

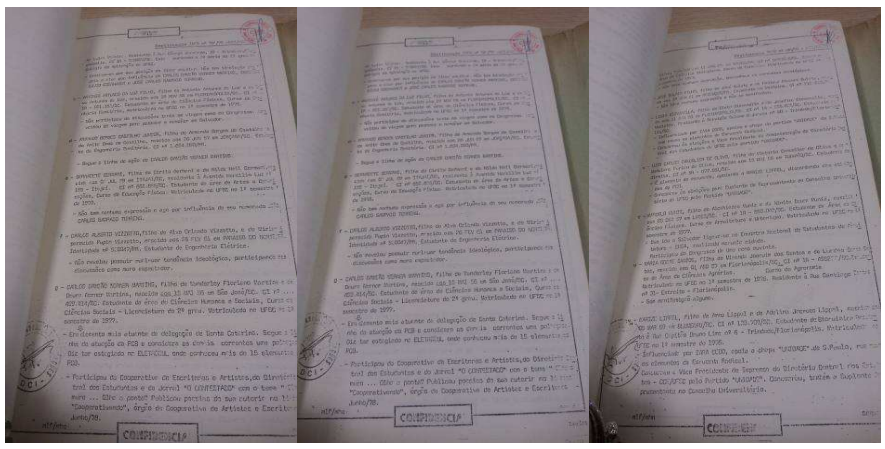
Na verdade versa sobre o processo de conclamação e de preparo de delegados de Santa Catarina e especialmente Florianópolis para o Congresso, com a descrição dos dados e do comportando político-ideologico de cada estudante.

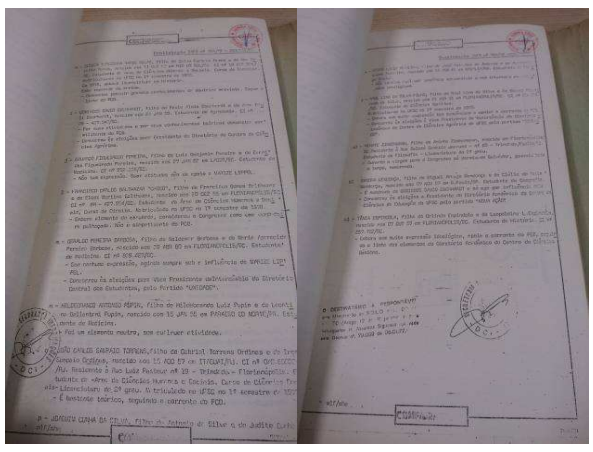
O que importou aqui foi observar o processo de levantamento e difusão da informação gerada para todos os órgãos de inteligência militar em vários estados.

“9 – Um grupo de estudantes esteve mobilizado em vigília permanente no Campus de UFSC durante a realização do Congresso. Tal grupo foi mantido com objetivo de organizar manifestações caso houvesse repressão aos participantes do congresso. O grupo foi constituído de 8 a 10 elementos “ (fls. 2)

Listagem dos componentes da delegação do estado, mas as atividades em Florianópolis ligadas ao evento.







ANEXO H

28 de Novembro de 1972,

Delegacia Especializada de Ordem Social

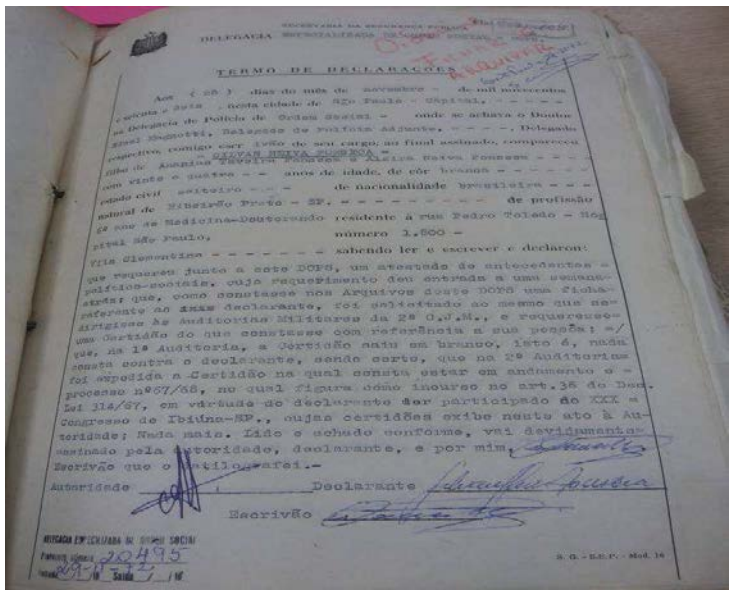
Termo de Declarações

Delegado: Edson Magnotti

Gilvan Neiva Fonseca, Ribeirão Preto, Doutorando em Medicina , USP – SP

"requereu junto a este DOPS, um atestado de antecedente político-social, cujo requerimento deu entrada uma semana atráz; que, como constasse nos arquivos deste DOPS uma ficha referente ao declarante, foi solicitado ao mesmo que se dirigisse às Auditorias Militares da 2ª. C. J. M.., e requeresse uma certidão do que constasse com referencia a sua pessoa; que, na 1ª. Auditoria, a Certidão saiu em branco, isto é, nada consta o declarante, sendo certo, que na 2ª. Auditoria foi expedida a Certidão na qual consta estar em andamento o processo no.67/68, no qual figura como incurso no art.36 do Dec. Lei 314/67, em virtude do declarante ter participado do XXX Congresso de Ibiúna – SP, cujas certidões exibe neste ato à Autoridade; Nada Mais. Lido e achado conforme, vai devidamente assinado pela autoridade"

OP ME Estudantes (quase todo a partir de 1972)



TERMO DE DECLARAÇÕES

Aos (28) dias do mês de novembro - de mil novecentos e sessenta e seis , nesta cidade de São Paulo - Capital, - - - - - na Delegacia de Polícia de Ordem Social - onde se achava o Doutor Ernesto Zanotti, Delegado de Polícia Adjunto, - - - - - Delegado respectivo, comigo escrivão de seu cargo, ao final assinado, compareceu - - OSVAR NERY PUERTA - - - - - filho de Anastácio Puerta Fernandez e Alina Nery Fonseca - - - - - com vinte e quatro - - anos de idade, de côr branca - - - - - estado civil solteiro - - - de nacionalidade brasileira - - - natural de Ribeirão Preto - SP. - - - - - - - - - - de profissão - - - - - - - - - -

ANEXO I

‘Recorte de Jornal: Proibição do Dops de realização de Congresso da UEE São Paulo em setembro de 1966, na Faculdade de Engenharia Industrial, em São Bernardo do Campo. 178 estudantes presos por efetivo de 80 policiais do Dops. O processo de fichamento e indiciamento é muito parecido com o que ocorreu em Ibiúna.: separação de homens e mulheres, nome, curso, filiação, dados pessoais, endereço, identificação ideologia e a procura de anexação de inquéritos anteriores. Este caso especifico, nenhum estudante possuía ficha anterior.

O Estado São Paulo, 9/9/66

DOPS proibe ação da UEE

Nascimento recebe operários

ANEXO J

Certificado de reconhecimento da Comissão Da Anistia, Ministério da Justiça, junho/2013

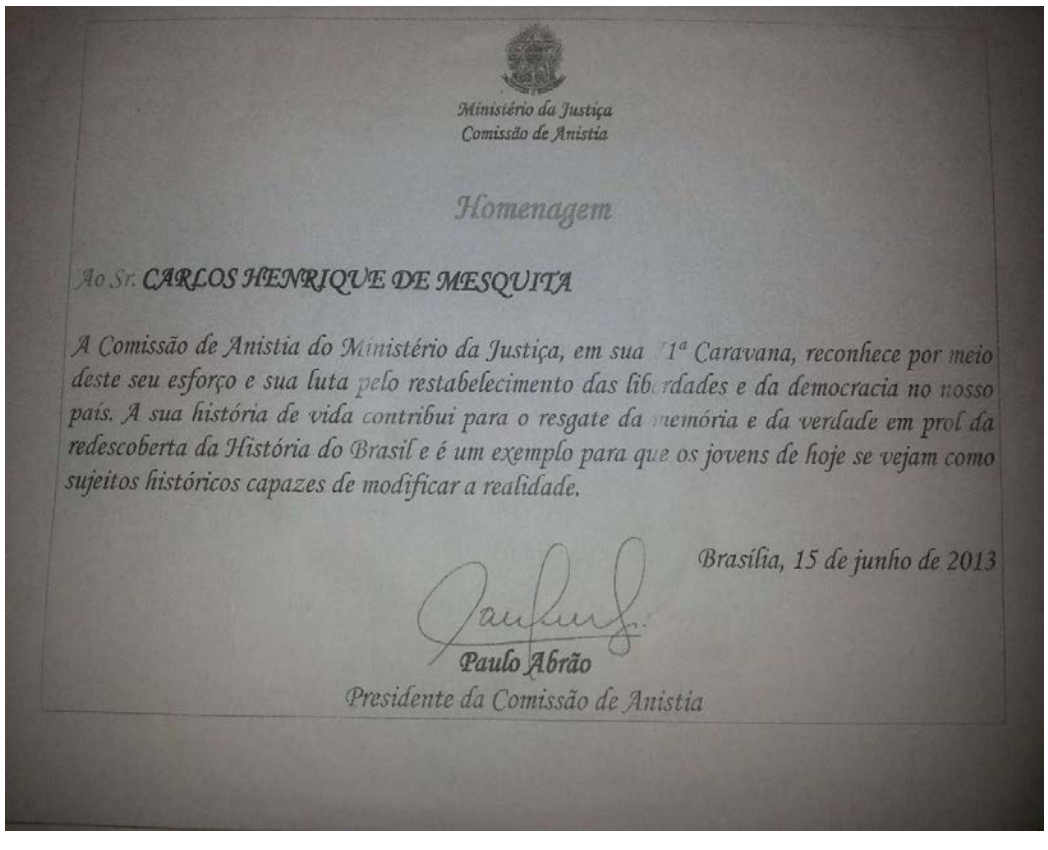
"Ao Senhor Carlos Henrique de Mesquita,

A Comissão de Anistia do Ministério da Justiça em sua 1ª. Caravana , reconhece por meio deste seu esforço e sua luta pelo restabelecimento das liberdades e da democracia no nosso país. A sua história de vida contribui para o resgate da memória e da verdade em prol da redescoberta da História do Brasil e é um exemplo para que jovens de hoje se vejam como sujeitos históricos capazes de modificar a realidade"

Brasília, 15 de junho de 2013

Paulo Abrão,

Presidente da Comissão da Anistia.


Ministério da Justiça
Comissão de Anistia

Homenagem

Ao Sr. CARLOS HENRIQUE DE MESQUITA

A Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, em sua 71ª Caravana, reconhece por meio deste seu esforço e sua luta pelo restabelecimento das liberdades e da democracia no nosso país. A sua história de vida contribui para o resgate da memória e da verdade em prol da redescoberta da História do Brasil e é um exemplo para que os jovens de hoje se vejam como sujeitos históricos capazes de modificar a realidade.

Brasília, 15 de junho de 2013

Paulo Abrão
Presidente da Comissão de Anistia